Poder Judiciário

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

N. 236/2011 Data da divulgação: Sexta-feira, 23 de dezembro de 2011. Porto Velho - RO

PRESIDENTE - Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

VICE-PRESIDENTE - Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

CORREGEDOR-GERAL - Desembargador Paulo Kiyochi Mori

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO - Bacharel Jucélio Scheffmacher de Souza

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO - Administrador José Leonardo Gomes Donato

DIRETOR DA DIGRAF - Administrador José Delson Ribeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDÊNCIA

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 154, inciso IX, do RITJ/RO.

Portaria N. 0967/2011-PR
Considerando o que consta no processo n. 0056499-34.2010.8.22.1111,
R E S O L V E:
Autorizar a cedência da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS BATISTA, cadastro 002499-6, Analista Judiciário, padrão 19, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, à Defensoria Publica da União, sem ônus para este Poder, com efeitos a partir de 16/12/2011.

Portaria N. 0968/2011-PR
Considerando o que consta na Resolução n. 017/2010-PR, de 15/06/2010, publicada no DJ 110 de 17/06/2010, alterada pela Resolução n. 019/2011-PR, de 26/07/2011, publicada no DJ 137 de 27/07/2011,
Considerando o que consta na Instrução n. 010/2010-PR, de 15/06/2010, publicada no DJ 110 de 17/06/2010, alterada pela Instrução n. 009/2011-PR, de 28/07/2011, publicada no DJ 139 de 29/07/2011,
Considerando o que consta no Documento de Solicitação de Diárias, protocolo n. 62568-48.2011,
R E S O L V E:
Convalidar, excepcionalmente, o deslocamento dos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, ao município de Itapuã do Oeste/RO, para inspeção na Serventia Extrajudicial de Registro Civil e de Notas, no dia 13/12/2011, concedendo-lhes o equivalente a ½ (meia) diária.

Servidor	Cargo/Função	Cadastro	Lotação
ALCILENE LIMA DA SILVA	Coordenador II, DAS-4	203801-3	COREF - Coordenadoria das Receitas do FUJU
FRANCISCO SILVA DUARTE	Auxiliar Operacional, padrão 21	003712-5	SET - Serviço de Transportes
MAURICIO MAIA CLASTA	Chefe de Seção I, FG-5	204596-6	COREF - Coordenadoria das Receitas do FUJU

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Porto Velho-RO, 22 de dezembro de 2011.

Des. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Presidente

ATO N. 1230/2011-PR

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, incisos I e II, do Código de Organização Judiciária do Estado e art. 154 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 99 da Constituição Federal e 75 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orçamentária Anual n° 2.368, de 22 de dezembro de 2010, bem como a Portaria n° 001/GPG/SEPLAN, de 03 de janeiro de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7°, § 1°, combinado com o artigo 8º da Lei n° 2.368, de 22 de dezembro de 2010, que autoriza os ajustes necessários ao Quadro do Detalhamento de Despesa - QDD, em nível de elemento de despesa para atender às necessidades supervenientes;

RESOLVE:

Art. 1º AJUSTAR as dotações do orçamento da Unidade Orçamentária 03.001– Tribunal de Justiça, no valor de R$ 4.019.000,00 (quatro milhões e dezenove mil reais) de acordo com o anexo I.

Art. 2º REMANEJAR as dotações do orçamento da Unidade Orçamentária 03.001– Tribunal de Justiça, no valor de R$ 371.000,00 (trezentos e setenta e um mil reais) de acordo com o anexo II.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.

Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

Presidente

ATO N. 1230/2011-PR

ANEXO I

U.O. 03.001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
AJUSTE ORÇAMENTÁRIO				
ESPECIFICAÇÕES	**FONTE**	**NATUREZA**	**REDUZ**	**SUPLEMENTA**
02.122.1278.2310 - Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	0100	3.1.90.11.00	4.019.000,00	-
	0100	3.1.90.13.00	-	6.000,00
	0100	3.1.90.16.00	-	3.000,00
	0100	3.1.90.92.00	-	4.010.000,00
	SUBTOTAL		**4.019.000,00**	**4.019.000,00**
TOTAL			**4.019.000,00**	**4.019.000,00**

Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Presidente

ATO N. 1230/2011-PR

ANEXO II

U.O. 03.001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
REMANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO				
ESPECIFICAÇÕES	**FONTE**	**NATUREZA**	**REDUZ**	**SUPLEMENTA**
02.846.0000.0219 - Assegurar Remuneração de Inativos e Pensionistas	0100	3.1.90.92.00	-	325.000,00
	SUBTOTAL		**-**	**325.000,00**
02.122.1278.2310 - Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	0100	3.1.90.11.00	371.000,00	-
	0100	3.1.91.13.00	-	46.000,00
	SUBTOTAL		**371.000,00**	**46.000,00**
TOTAL			**371.000,00**	**371.000,00**

Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Presidente

ATO N. 1234/2011-PR
Dispõe sobre o Manual de Processos de 2º Grau e Turma Recursal do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o propósito de garantir a melhoria contínua da prestação jurisdicional;
CONSIDERANDO o projeto de simplificação de processos de trabalho do PJRO;
CONSIDERANDO a remodelagem dos processos de trabalho dos recursos do 2º grau, das rotinas dos gabinetes do 2º grau e dos processos da turma recursal, realizada por servidores e magistrados que participaram das oficinas de simplificação dos processos;
R E S O L V E:
Art. 1º Os processos de trabalho relativos aos recursos do 2º grau, às rotinas de gabinete do 2º grau e à turma recursal passam a tramitar de acordo com o Manual de Processos do 2º Grau e Turma Recursal, que estará disponível na página da internet deste Poder.
Art. 2º Os servidores e magistrados poderão encaminhar propostas de melhoria do manual à Coordenadoria de Planejamento.
Art. 3º Quando autorizada pela Presidência deste Tribunal, a atualização do manual deverá ser realizada pela Coordenadoria de Planejamento, por meio da Coordenadoria de Modernização e Gestão Estratégica.
Art. 4º As Diretrizes Gerais Judiciais de 2º grau deverão ser atualizadas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
Art. 5º Os casos omissos serão decididos pela Presidência deste Tribunal.
Art. 6º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
(a) Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Presidente

ATO CONJUNTO N. 1235/2011-PR/CG
Dispõe sobre o manual de processos dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e dos Juizados da Infância e Juventude do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o propósito de garantir a melhoria contínua da prestação jurisdicional;
CONSIDERANDO o projeto de simplificação de processos de trabalho do PJRO;
CONSIDERANDO a remodelagem dos processos de trabalho dos Juizados Especiais e dos Juizados da Infância e Juventude, com a participação de servidores e magistrados nas oficinas de simplificação dos processos;
R E S O L V E:
Art. 1º Os processos de trabalho dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e dos Juizados da Infância e Juventude passam a tramitar de acordo com o Manual de Processos dos Juizados, o qual está disponibilizado na página da internet deste Poder.
Art. 2º Os servidores e magistrados poderão encaminhar propostas de melhoria do manual à Coordenadoria de Planejamento.
Art. 3º Quando autorizada pela Presidência e pela Corregedoria-Geral da Justiça deste tribunal, a atualização do manual deverá ser realizada pela Coordenadoria de Planejamento, por meio da Coordenadoria de Modernização e Gestão Estratégica.
Art. 4º Até 180 (cento e oitenta) dias da instituição dos demais manuais, relativos aos processos de trabalho do 1º grau, as Diretrizes Gerais Judiciais de 1º grau deverão ser atualizadas.
Art. 5º Os casos omissos serão decididos pela Presidência deste tribunal.
Art. 6º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
(a) Desembargador Paulo Kiyochi Mori
Corregedor-Geral da Justiça
(a) Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Presidente

CONSELHO DA MAGISTRATURA

ATOS DO PRESIDENTE

ATON. 1229/2011-CM
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO.
Considerando constante do processo nº 16751-29.2009 (fl.94), 10142-30.2009 (fl.73) e 20085-71.2009 (fl. 172);
R E S O L V E :
ALTERAR parcialmente os termos do Ato nº 1037/2011-CM, disponibilizado no D.J.E. Nº 200 de 27/10/2011, que torna público a escala dos Desembargadores que responderão durante o Recesso de 20 de dezembro de 2011 a 06 de janeiro de 2012, para fixar o plantão dos Desembargadores, conforme quadro abaixo. Nos períodos não indicados na escala de plantão estarão os Desembargadores em gozo automático do recesso.

CÂMARA	DESEMBARGADOR (A)	PERÍODO DE PLANTÃO
Corregedoria-Geral da Justiça	Paulo Kiyochi Mori	20 a 25/12/2011
	Marialva Henriques Daldegan Bueno	26/12/2011 a 06/1/2012
Câmaras Cíveis	Paulo Kiyochi Mori	1º a 6/1/2012
	Péricles Moreira Chagas	20 a 6/1/2012

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
(a). DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Presidente

ATO N. 1231/2011-CM
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO.
Considerando o que consta do processo nº 70503-76.2009, às fls. 65/67,
R E S O L V E :
CONVALIDAR o exercício do Juiz de Direito EDUARDO FERNANDES RODOVALHO DE OLIVEIRA, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Rolim de Moura, na direção do Fórum da Comarca de Rolim de Moura, no período de 03/10 a 11/11/2011, nos termos do artigo 200 do Regimento Interno deste Poder e o artigo 142 da Lei Complementar nº 94/93.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
(a). DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Presidente

ATO N. 1232/2011-CM
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO.
Considerando o constante do Processo nº 0011691-75.2009, às fls. 114/117;
R E S O L V E :
CONCEDER dezesseis dias de férias ao Juiz de Direito GUILHERME RIBEIRO BALDAN, Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, referentes ao primeiro período/2008, assinalando 09 a 24/1/2012, a fruição do benefício, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
(a). DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Presidente

ATO N. 1233/2011-CM
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO.
Considerando constante do processo nº 16155-11.2010 às fls. 41/43,
R E S O L V E :
AUTORIZAR o afastamento da Juíza Substituta MICHIELY APARECIDA CABRERA VALEZI BENEDETI, lotada na 7ª Seção Judiciária da Comarca de Rolim de Moura, no período de 13 a 17/2/2012, nos termos do artigo 52, II, § 1º, da Lei Complementar nº 94/93.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
(a). DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES
Presidente

CORREGEDORIA-GERAL

ATO DO CORREGEDOR

Provimento n. 019/2011-CG
O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o art. 20 da Lei Estadual n. 301, de 21 de dezembro de 1990,
CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, §1º, do Regimento de Custas do Estado de Rondônia;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 020/08-PR, de 27 de outubro de 2008, publicada no DJE n. 202, de 29 de outubro de 2008;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 1986, de 24 de novembro de 2008, publicada no DOE n. 1131, de 24 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO o disposto no art. 1º da Lei n. 2094, de 30 de junho de 2009, publicada no DOE n. 1276, de 02 de julho de 2009, que dá nova redação ao art. 7º da Lei n. 301, de 21 de dezembro de 1990, para limitar o valor total das custas processuais;
CONSIDERANDO o Provimento 010/2011-CG, que majorou o valor do ressarcimento do registro de nascimento e óbito;
CONSIDERANDO a alteração promovida na Lei 918, de 20 de setembro de 2000, pela Lei 2.383, de 28 de dezembro de 2010;
CONSIDERANDO a Resolução n. 005/2011-PR, que dispõe sobre a complementação da renda mínima às serventias extrajudiciais que prestam serviços do registro civil das pessoas naturais;
CONSIDERANDO o constante nos Autos n. 0000077-10.2008.8.22.1111;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as novas tabelas (I a IX) de Custas e Emolumentos dos Serviços Judiciais e Extrajudiciais do Estado de Rondônia, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC em 6,17% (seis vírgula dezessete por cento), correspondente ao índice acumulado no período de dezembro de 2010 a novembro de 2011.
§ 1º. Reajustar o valor do Selo de Fiscalização (Anexo A) pelo índice acumulado mencionado no caput.
§ 2º. Reajustar o valor do ressarcimento do registro de nascimento e óbito, constante na Tabela V, item IV, alíneas “a” e “b”, em 1,77% (um vírgula setenta e sete por cento), correspondente ao índice acumulado no período de agosto a novembro de 2011.

Art. 2º Aprovar o novo valor da renda mínima das serventias extrajudiciais que prestam serviços do registro civil das pessoas naturais, fixando-o em R$ 7.232,40 (sete mil duzentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), reajustado em 3,32% (três vírgula trinta e dois por cento), correspondente ao índice acumulado no período de abril a novembro de 2011.
Art. 3º Aprovar os novos valores de referência para fixação do teto de cobrança das custas processuais, reajustado pelo índice acumulado mencionado no caput do art. 1º.

Parágrafo Único. Nas causas de valor superior a R$ 569.101,94 (quinhentos e sessenta e nove mil cento e um reais e noventa

e quatro centavos) as custas sobre a parcela excedente a tal limite serão cotadas por 1/3 (um terço), limitado o valor total das custas em R$ 56.910,20 (cinquenta e seis mil novecentos e dez reais e vinte centavos).

Art. 4º Os novos valores vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2012.

Publique-se.

Cumpra-se

Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI
Corregedor Geral da Justiça

LEI N.301, de 21 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 27 de dezembro de 1990, com as alterações posteriores.

T A B E L A I
APLICÁVEL AOS OFÍCIOS EXTRAJUDICIAIS

I - Certidão:	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
a) Até 5 (cinco) páginas datilografadas.	12,02	2,40	0,73	15,15
b) Por grupo de 5 (cinco) páginas ou fração que exceder.	9,67	1,93	-	11,60

APLICÁVEL A TODOS OS OFÍCIOS

II - Desarquivamento de processos findos:	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
a) Até 5 (cinco) anos.	22,37	4,47	0,73	27,57
b) Com mais de 5 (cinco) anos.	30,93	6,19	0,73	37,85

III - Averbação (quando não houver fixação específica em outras tabelas).	63,61	12,72	0,73	77,06

NOTAS:
1ª - Tratando-se de Ofícios Judiciais, não serão cobrados os selos;
2ª – Tratando-se de Ofícios Extrajudiciais, somente será cobrado o valor do desarquivamento nos casos de processo de habilitação de casamento (Processo n. 002/06 – CG).

T A B E L A II
DAS CARTAS PRECATÓRIAS E ASSEMELHADAS

	CUSTAS
I - Quando deprecante do próprio Estado.	13,56
II - De outros Estados ou Países.	69,97

NOTAS:
1ª - Excluem-se da presente tabela as cartas dos procedimentos penais.
2ª – Igualmente, excluem-se da presente tabela as cartas expedidas para outros Estados.

T A B E L A III
DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS PENAIS

	CUSTAS
I - Interpelação e pedido de explicação.	69,97

II - Ações e outros procedimentos penais, inclusive recursos:	CUSTAS
a) Até 300 (trezentas) folhas.	141,87
b) A cada conjunto de 100 (cem) folhas que exceder.	69,97

NOTA:
1ª - O cálculo das custas será efetuado pelo escrivão do feito, mediante cota ou termo nos próprios autos.

T A B E L A IV
DO REGISTRO DE IMÓVEIS

	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
I - Registro em geral, com a respectiva certidão, sem valor e até 7 (sete) salários mínimos, sobre o valor constante do instrumento.	128,98	25,80	0,73	155,51

II - Acima de 7 (sete) salários mínimos e até 700 (setecentas) vezes o salário mínimo, aplica-se o item I, mais 0,5% (meio por cento) sobre o valor que exceder ao teto anterior.

III - Acima de 700 (setecentas) vezes o salário mínimo, o máximo previsto no item II.

IV - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento) (LEI n. 670 de 15-7-96).

	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
V - Averbação (tratando-se de incorporações, condomínios e loteamentos, considera-se a unidade imobiliária).	63,61	12,72	0,73	77,06
VI - Certidões (inteiro teor com negativa de ônus).	15,75	3,15	0,73	19,63

NOTAS:
1ª – Os emolumentos devidos pelo registro das cédulas de créditos rural e cédulas de produto rural são os previstos na legislação federal, tomando-se por base o valor mínimo do registro, como constante do Inciso I da Tabela IV, Anexa à Lei n. 301/90, não importando quantos registros, averbações ou outros atos tenham sido praticados (Item 79, Cap. VIII, das DGSNR). Nos demais atos complementares serão utilizados selos do tipo isento e incluída a expressão “isento de custas” no lugar da cotarrecibo;
2ª – Os emolumentos devidos pelos registros das cédulas de crédito industrial, de crédito à exportação e de crédito comercial (Livro 3) não incluem aqueles atinentes ao registro da hipoteca no livro 2, que serão cobrados na forma do regimento de custas e emolumentos do Estado;

T A B E L A V
DO REGISTRO CIVIL

I - Casamento:	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
a) Habilitação, compreendendo todos os atos do processo e certidão de habilitação.	48,13	9,63	0,73	58,49
b) Fixação, publicação e arquivamento de edital remetido por Oficial de outra jurisdição, inclusive a respectiva certidão.	25,74	5,15	0,73	31,62
c) Dispensa total ou parcial de edital de proclamas e juntada de quaisquer documentos.	9,67	1,93	-	11,60

II - Diligência para a celebração do casamento fora da sala do Oficial do Registro ou fora da sede do Fórum.	128,98	25,80	-	154,78

III - Diligência do Juiz de Paz:

a) O valor da diligência do Juiz de Paz, correspondente à celebração do casamento na sala do cartório de Registro Civil ou na sede do Fórum, a ser ressarcido pelo Tribunal de Justiça.	GRATUITO			29,06
b) O valor da diligência devida ao Juiz de Paz, correspondente à celebração do casamento fora da sala do cartório de Registro Civil ou sede do Fórum, deve ser recebido pelo registrador e repassado ao Juiz de Paz. O registrador fará também o recolhimento das custas correspondentes à celebração e informará no relatório estatístico mensal.	67,83	13,57	-	81,40

NOTAS:
1ª - Não deverá ser cobrado o valor da habilitação (item I.a), da celebração na sala do Oficial de Registro ou na sede do Fórum (item III.a) e do registro do casamento, bem como da primeira certidão, relativa a tais atos, para os nubentes reconhecidamente pobres, assegurado o ressarcimento pelo Tribunal de Justiça, nos termos da Lei n. 918/00 com as alterações da Lei n. 1.454/05.
2ª - A celebração do casamento é gratuita quando ocorrer na sala do Cartório de Registro Civil ou na sede do Fórum (item III.a), independentemente da condição econômica dos nubentes, ficando assegurado apenas o ressarcimento da diligência do Juiz de Paz pelo Tribunal de Justiça.
3ª - Em caso de casamento comunitário, o valor do item III.a é reduzido pela metade para efeito de ressarcimento do Juiz de Paz (Provimento n. 014/2005-CG, de 25 de abril de 2005).
4ª - Pela expedição da 2ª via da certidão de casamento, será cobrado o valor da Tabela I, item I.

5ª - Tratando-se de Habilitação compreendendo todos os atos do processo e certidão de habilitação (item I.a, Tabela V), o recolhimento das custas ao FUJU deverá ocorrer no dia seguinte à emissão da certidão de habilitação, com a aposição de selo e entrega aos interessados independentemente do lugar onde ocorra a celebração do casamento.
6ª - Na hipótese do item I.b, o selo será aposto na certidão que atestar a afixação, publicação e arquivamento.

IV - Registro de Nascimento e Óbito (incluindo traslado e certidão):

a) No prazo legal.	GRATUITO	36,64
b) Fora do prazo legal.	GRATUITO	36,64

NOTAS:
1ª - Não deverá ser cobrado dos usuários o valor do registro de nascimento e de óbito, bem como as primeiras certidões relativas a tais atos, sendo ressarcidos ao cartório os valores dos registros e respectivos selos utilizados nos termos da Lei n. 918/00 com as alterações da Lei n. 1.454/05;
2ª - Pela expedição da 2ª via da certidão de registro de nascimento e de óbito será cobrado o valor do item I da Tabela I, exceto aos reconhecidamente pobres, uma vez que para estes os atos serão gratuitos.

	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
V - Retificação de Nascimento, Casamento e Óbito.	25,74	5,15	0,73	31,62

VI - Registros:

a) De ato ou sentença de emancipação, adoção ou perfilhação.	63,61	12,72	0,73	77,06
b) De sentenças em geral ou termos consequentes.	30,93	6,19	0,73	37,85

VII - Averbações e Registros em Geral:

a) Ordem Judicial - ressarcimentos de atos provenientes de ordem judicial decorrentes de concessão de Assistência Judiciária no âmbito de Registro Civil, por cada ato praticado.	7,01
b) Reconhecidamente Pobres – ressarcimentos de atos praticados aos reconhecidamente pobres no âmbito do Registro Civil, por cada ato praticado.	7,01

NOTAS:
1ª - O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas. (art. 30, § 2º, da Lei n. 6.015/73, com redação dada pela Lei n. 9.534/97);
2ª - A falsidade da declaração ensejará a responsabilidade civil e criminal do interessado. (art. 30, § 3º, da Lei n. 6.015/73, com redação dada pela Lei n. 9.534/97);
3ª - Pela averbação dos registros de casamento, nascimento ou óbito serão cobrados os valores constantes no item V da Tabela V, quando não configurada a hipótese do item VII da Tabela V. Em qualquer caso, o selo de fiscalização será aposto na via da ordem judicial de averbação devolvida à parte ou a ser remetida ao juízo de origem;
4ª - Pela expedição de certidão correspondente à averbação de que trata a 3ª NOTA serão cobrados os valores constantes do item I.a da Tabela I.

T A B E L A V I
NOTAS

	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
I - Depósito, atualização ou reconhecimento de firmas.	1,52	0,30	0,73	2,55

NOTAS:
1ª - Nos papéis destinados à matrícula em curso de ensino, do primário ao universitário, reduz-se o valor pela metade;
2ª - Tratando-se de Depósito e Atualização (ficha padrão), o selo será aposto nestes atos;
3ª - Na hipótese de extração de cópia de documento de identidade, apresentado para o preenchimento da ficha padrão, serão cobrados os valores do item II desta Tabela pela autenticação correspondente (itens 64.1 e 64.2, Seção VIII, Capítulo II, das DGSNR).

II - Autenticação	1,52	0,30	0,73	2,55

III - Pública forma:

a) Pela primeira folha.	0,83	0,17	0,73	1,73
b) Pelas subsequentes, por folha.	3,08	0,62	-	3,70

IV - Procuração e substabelecimento ou cancelamento:

a) Um outorgante, como tal se entende marido e mulher, ou sócio representativo de sociedade civil ou comercial que obrigatoriamente assinam.	17,42	3,48	0,73	21,63
b) Por outorgante que exceder.	3,08	0,62	-	3,70

NOTAS:
1ª - Só serão cobrados os valores especificados no item IV da presente tabela, quando o cancelamento do mandato for determinado judicialmente;
2ª - Quando se tratar de mera declaração de vontade do mandante deve ser lavrada a escritura pública de revogação de mandato, aplicando-se o item V.
3ª – Nos casos de procuração em causa própria, a base de cálculo dos emolumentos será o valor do bem, aplicando-se os mesmos parâmetros das escrituras públicas. (AC)

V - Escrituras em geral, com o respectivo traslado, sem valor e até 7 (sete) salários mínimos, sobre o valor da transação.	257,97	51,59	0,73	310,29

VI - Acima de 7 (sete) e até 700 (setecentas) vezes o salário mínimo, aplica-se às escrituras o disposto no inciso V, mais 1% (um por cento) sobre o valor que exceder ao teto anterior.

VII - Acima de 700 (setecentas) vezes o salário mínimo, o máximo previsto no item VI.

VIII - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento). (LEI n. 670, de 15-7-96).

IX - Testamento ou sua revogação ou aprovação de testamento cerrado (incluindo translado e certidão).	48,13	9,63	0,73	58,49
X- Escritura de Convenção de Condomínio.	128,98	25,80	0,73	155,51

NOTAS:
1ª - Nas escrituras públicas onde houver mais de um contrato ou estipulação que, por sua autonomia, possa ser objeto de outra escritura, será cobrado e afixado um selo para cada ato, também serão cobradas custas e emolumentos por cada ato;
2ª - Nos casos de escritura com mais de uma unidade imobiliária, será cobrado e afixado um selo para cada unidade e, serão cobradas custas e emolumentos por cada unidade imobiliária;
3ª - Nos casos de escritura pública de permuta, será cobrado e afixado um selo para cada traslado, observando a 2ª nota acima;
4ª - Será cobrado e afixado um selo pela Escritura Pública de Convenção de Condomínio;
5ª - Nos casos de escritura de rerratificação, bem como qualquer outra destinada a integrar escritura anteriormente lavrada, será cobrado e afixado um selo no traslado.

T A B E L A VII
DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
I - Registro de pessoas jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, das associações de utilidade pública e das fundações, inclusive todos os atos de processo e arquivamento.	96,11	19,22	0,73	116,06
II - Registro de pessoas jurídicas de fins econômicos, inclusive todos os atos de processos e arquivamento, até 14 (quatorze) salários mínimos sobre o capital declarado.	257,44	51,49	0,73	309,66

III - Acima de 14 (quatorze) salários mínimos e até 275 (duzentos e setenta e cinco) vezes o salário mínimo, aplica-se o item II, mais 0,5% (meio por cento) sobre o valor que exceder ao teto anterior.

IV - Acima de 275 (duzentos e setenta e cinco) vezes o salário mínimo, o máximo previsto no item III.

NOTA:
1ª – Serão cobradas como averbações (Item III da Tabela I) as alterações supervenientes que importarem em modificações das circunstâncias constantes do registro originário, juntando-se aos autos que deram origem ao registro todos os documentos, com a respectiva certidão do ato realizado. Quando os documentos ficaram arquivados separadamente dos autos originários, neles deverão conter remissões recíprocas.

T A B E L A VIII
DO PROTESTO DE TÍTULOS

I - Títulos:	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
a) Até 2 (dois) salários mínimos, já incluída a intimação e edital.	37,79	7,56	0,73	46,08

b) Acima de 2 (dois) salários mínimos, aplica-se a letra “a” mais 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o que exceder ao teto anterior até o limite de 135 (cento e trinta e cinco) salários mínimos.

c) Acima de 135 (cento e trinta e cinco) salários mínimos, o máximo previsto na letra b.

II - Cancelamento de protesto e respectiva averbação.	48,13	9,63	0,73	58,49

III - Simples apontamento, com resgate do título em cartório ou sua retirada pelo apresentante antes do protesto: 50% (cinquenta por cento) dos valores do item I. (só aplicável quando o devedor residir no perímetro urbano da sede da Comarca).

IV - Fornecimento de informações por protesto tirado ou cancelamento a associação interessada (para cada registro).	5,75	1,15	0,73	7,63

NOTA:
1ª – As informações solicitadas pelas entidades de restrição de crédito serão fornecidas na forma de certidão diária, contendo relação dos protestos tirados e cancelamentos efetuados, utilizando-se um selo para cada certidão, independente do número de informações prestadas.

T A B E L A I X
DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

I - Registro de títulos e documentos, papéis, compromissos, instrumentos e contratos ou estatutos sem declaração de valor:	EMOL.	CUSTAS	SELOS	TOTAL
a) Pela primeira folha.	63,61	12,72	0,73	77,06
b) Pelas subsequentes, por folha.	6,38	1,28	-	7,66

II - Registro de títulos com valor declarado, até 40 (quarenta) salários mínimos.	257,97	51,59	0,73	310,29

III - Acima de 40 (quarenta) e até 275 (duzentos e setenta e cinco) salários mínimos, aplica-se o item II, mais 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o valor que exceder ao teto anterior.

IV - Acima de 275 (duzentos e setenta e cinco) salários mínimos, o máximo previsto no item III.

NOTA:
1ª – A base de cálculo no registro de contrato de locação será o valor da soma dos 12 (doze) primeiros alugueres ou do total de meses, quando o prazo de locação for inferior a 12 (doze) meses.

ANEXO A
(Lei n. 918/00, de 20 de setembro de 2000, publicada no Diário Oficial do Estado n. 4582, de 21 de setembro de 2000).

TABELA QUE ENTRA EM VIGOR A PARTIR DO DIA 01/01/2012				
TIPO DE SELO		CUSTO PARA O USUÁRIO (100%)	CUSTO DE AQUISIÇÃO PARA A SERVENTIA	
Especificação	Cor		VALID (1)	FUJU (2)
Autenticação	Azul	0,73	0,059	0,671
Reconhecimento de Firma	Verde	0,73	0,059	0,671
Certidão	Rosa	0,73	0,059	0,671
Ato Notarial e Registral	Laranja	0,73	0,059	0,671
Ato Isento	Vermelho	0,00	0,059	0,000

1 - valor destinado ao fornecedor do selo a título de custo de fabricação (Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificação S.A.).
2 - valor destinado ao FUJU para o ressarcimento de atos gratuitos e selos isentos e complementação da renda mínima.

ATAS

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO.

Ao décimo segundo dia do mês de setembro de dois mil e onze (12/09/2011), na 8ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, presente o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Guilherme Ribeiro Baldan, a Juíza Titular da 8ª Vara Cível, Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza, o Escrivão Rubens Galvão Modesto, procedeu-se à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, designada pela Portaria n. 271/2011-CG, de 23/08/2011. Iniciados os trabalhos, o Juiz Auxiliar, depois de realizar reunião com os servidores e a magistrada para explicar os procedimentos a serem utilizados durante a correição, passou a examinar as funções administrativas da Magistrada, os Ofícios de Justiça em geral, os prazos médios, os processos identificados como sendo da Meta "2" dos anos de 2009 e 2010 do Conselho Nacional de Justiça, os processos ativos mais antigos das diversas classes e os paralisados por mais 60 dias. Foram verificados, ainda, os mandados distribuídos aos oficiais de justiça bem como a produtividade paga a estes, as custas e as informações das movimentações dos processos no Sistema de Automação Processual (SAP). Todas as sugestões, recomendações e determinações foram realizadas nos seguintes anexos: I - Funções administrativas do magistrado, II – Ofícios de justiça em geral, III – Prazo médio, IV – Processos da meta 2 de 2009 e 2010, V – Processos analisados e VI – Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Os referidos anexos encontram-se disponíveis na página do Tribunal de Justiça, seguindo-se o seguinte caminho: página inicial, menu Corregedoria, Atas de Correição, Judiciais. As determinações deverão ser cumpridas no prazo de sessenta dias, caso outro não tenha sido mencionado nos próprios anexos. Os trabalhos foram prorrogados até 19 de setembro de 2011. Nada mais havendo, aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e onze (19/09/2011), lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos acima nominados.

Guilherme Ribeiro Baldan	Úrsula Gonçalves T. de Faria Souza
Juiz Auxiliar da Corregedoria	Juíza Titular

Rubens Galvão Modesto
Escrivão da 8ª Vara Cível

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO.

Ao décimo nono dia do mês de setembro de dois mil e onze (19/09/2011), na 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca de Porto Velho, presente o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Guilherme Ribeiro Baldan, o Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara de Execução Fiscal, João Batista Chagas dos Santos, o Escrivão José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo, procedeu-se à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, designada pela Portaria n. 287/2011-CG, de 31/08/2011. Iniciados os trabalhos, o Juiz Auxiliar, depois de realizar reunião com os servidores e o magistrado para explicar os procedimentos a serem utilizados durante a correição, passou a examinar as funções administrativas do Magistrado, os Ofícios de Justiça em geral, os prazos médios, os processos identificados como sendo da Meta "2" dos anos de 2009 e 2010 do Conselho Nacional de Justiça, os processos ativos mais antigos das diversas classes e os paralisados por mais 60 dias. Foram verificados, ainda, os mandados distribuídos aos oficiais de justiça bem como a produtividade paga a estes, as custas e as informações das movimentações dos processos no Sistema de Automação Processual (SAP). Todas as sugestões, recomendações e determinações foram realizadas nos seguintes anexos: I - Funções administrativas do magistrado, II – Ofícios de justiça em geral, III – Prazo médio, IV – Processos da meta 2 de 2009 e 2010, V – Processos analisados e VI – Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Os referidos anexos encontram-se disponíveis na página do Tribunal de Justiça, seguindo-se o seguinte caminho: página inicial, menu Corregedoria, Atas de Correição, Judiciais. As determinações deverão ser cumpridas no prazo de sessenta dias, caso outro não tenha sido mencionado nos próprios anexos. Nada mais havendo, aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e onze (23/09/2011), lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos acima nominados.

Guilherme Ribeiro Baldan	João Batista Chagas dos Santos
Juiz Auxiliar da Corregedoria	Juiz de Direito

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Escrivão da 1ª Vara de Execução Fiscal

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro de dois mil e onze (23/09/2011), na 2ª Vara de Execução Fiscal da Comarca de Porto Velho, presentes o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Guilherme Ribeiro Baldan, o Juiz Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal, Amauri Lemes e o Escrivão Raimundo Bezerra do Vale Filho, procedeu-se à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, designada pela Portaria n. 287/2011-CG, de 31/08/2011. Iniciados os trabalhos, o Juiz Auxiliar, depois de realizar reunião com os servidores e o magistrado para explicar os procedimentos a serem utilizados durante a correição, passou a examinar as funções administrativas do Magistrado, os Ofícios de Justiça em geral, os prazos médios, os processos identificados como sendo da Meta "2" dos anos de 2009 e 2010 do Conselho Nacional de Justiça, os processos ativos mais antigos das diversas classes e os paralisados por mais 60 dias. Foram verificados, ainda, os mandados distribuídos aos oficiais de justiça bem como a produtividade paga a estes, as custas e as informações das movimentações dos processos no Sistema de Automação Processual (SAP). Todas as sugestões, recomendações e determinações foram realizadas nos seguintes anexos: I - Funções administrativas do magistrado, II – Ofícios de justiça em geral, III – Prazo médio, IV – Processos da meta 2 de 2009 e 2010, V – Processos analisados e VI –

Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Os referidos anexos encontram-se disponíveis na página do Tribunal de Justiça, seguindo-se o seguinte caminho: página inicial, menu Corregedoria, Atas de Correição, Judiciais. As determinações deverão ser cumpridas no prazo de sessenta dias, caso outro não tenha sido mencionado nos próprios anexos. Os trabalhos foram prorrogados até o dia 28 de setembro de 2011. Nada mais havendo, aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e onze (28/09/2011), lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos acima nominados.

Guilherme Ribeiro Baldan Juiz Auxiliar da Corregedoria	Amauri Limes Juiz da 2ª Vara de Execução Fiscal

Raimundo Bezerra do Vale Filho
Escrivão da 2ª Vara de Execução Fiscal

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA OURO PRETO DO OESTE/RO.

Ao oitavo dia do mês de novembro de dois mil e onze (8/11/2011), na 1ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste, presente, o Juiz de Titular da 1ª Vara Cível da comarca de Ouro Preto do Oeste, José Antonio Barreto e o Escrivão Wilson Von Heimburg, procedeu-se à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, designada pela Portaria n. 344/2011-CG, de 6/10/2011, publicada no DJE n. 187, de 7/10/2011. Iniciados os trabalhos, os Juízes Auxiliares, depois de realizarem reunião com os servidores e o magistrado para explicar os procedimentos a serem utilizados durante a correição, passaram a examinar as funções administrativas do Magistrado, os Ofícios de Justiça em geral, os prazos médios, os processos identificados como sendo da Meta "2" dos anos de 2009 e 2010 do Conselho Nacional de Justiça, os processos ativos mais antigos das diversas classes e os paralisados por mais de 60 dias. Foram verificados, ainda, os mandados distribuídos aos oficiais de justiça bem como a produtividade paga a estes, as custas e as informações das movimentações dos processos no Sistema de Automação Processual (SAP). Todas as sugestões, recomendações e determinações foram realizadas nos seguintes anexos: I - Funções administrativas do magistrado, II – Ofícios de justiça em geral, III – Prazo médio, IV – Processos da meta 2 de 2009 e 2010, V – Processos analisados e VI – Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Os referidos anexos encontram-se disponíveis na página do Tribunal de Justiça, seguindo-se o seguinte caminho: página inicial, menu Corregedoria, Atas de Correição, Judiciais. As determinações deverão ser cumpridas no prazo de sessenta dias, caso outro não tenha sido mencionado nos próprios anexos. O Desembargador Paulo Kiyochi Mori realizou visita na unidade correicionada nos dias oito e nove de novembro dois mil e onze (8 e 9/11/2011). Os Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral Álvaro Kalix Ferro e Guilherme Ribeiro Baldan iniciaram os trabalhos no dia oito de novembro de dois mil e onze (08/11/2011). Por imperiosa necessidade de trabalho, o Juiz Auxiliar Guilherme Ribeiro Baldan ausentou-se da correição no dia nove de novembro de dois mil e onze (09/11/2011) e o Juiz Álvaro Kalix Ferro ausentou-se no dia dez de novembro de dois mil e onze (10/11/2011). Os trabalhos foram encerrados no dia doze de novembro de dois mil e onze (11/11/2011), pela equipe da Corregedoria-Geral. Nada mais havendo, aos onze dias do mês de novembro de dois mil e onze (11/11/2011), lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos abaixo nominados.

Álvaro Kalix Ferro Juiz Auxiliar da Corregedoria	Guilherme Ribeiro Baldan Juiz Auxiliar da Corregedoria	José Antonio Barreto Juiz de Direito

Wilson Von Heimburg
Escrivão da 1ª Vara Cível

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE/RO.

Ao oitavo dia do mês de novembro de dois mil e onze (8/11/2011), na 1ª Vara Criminal da comarca de Ouro Preto do Oeste, presente o Juiz Titular da 1ª Vara Criminal comarca, Haruo Mizusaki, a Escrivã Norma Regina de Oliveira, procedeu-se à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, designada pela Portaria n. 344/2011-CG, de 6/10/2011, publicada no DJE n. 187, de 7/10/2011. Iniciados os trabalhos, os Juízes Auxiliares, depois de realizarem reunião com os servidores e o magistrado para explicar os procedimentos a serem utilizados durante a correição, passaram a examinar as funções administrativas do Magistrado, os Ofícios de Justiça em geral, os prazos médios, os processos ativos mais antigos das diversas classes e os paralisados por mais de 30 dias do Juizado da Infância e Juventude e 60 dias nos demais procedimentos. Foram verificados, ainda, os mandados distribuídos aos oficiais de justiça, bem como a produtividade paga a estes, as custas e as informações das movimentações dos processos no Sistema de Automação Processual (SAP). Todas as sugestões, recomendações e determinações foram realizadas nos seguintes anexos: I - Funções administrativas do magistrado, II – Ofícios de justiça em geral, III – Prazo médio, IV – Processos da meta 2 de 2009 e 2010, V – Processos analisados e VI – Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Os referidos anexos encontram-se disponíveis na página do Tribunal de Justiça, seguindo-se o seguinte caminho: página inicial, menu Corregedoria, Atas de Correição, Judiciais. As determinações deverão ser cumpridas no prazo de sessenta dias, caso outro não tenha sido mencionado nos próprios anexos. O Desembargador Paulo Kiyochi Mori realizou visita na unidade correicionada nos dias oito e nove de novembro dois mil e onze (8 e 9/11/2011). Os Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral Álvaro Kalix Ferro e Guilherme Ribeiro Baldan iniciaram os trabalhos no dia oito de novembro de dois mil e onze (08/11/2011). Por imperiosa necessidade de trabalho, o Juiz Auxiliar Guilherme Ribeiro Baldan ausentou-se da correição no dia nove de novembro de dois mil e onze (09/11/2011) e o Juiz Álvaro Kalix Ferro ausentou-se no dia dez de novembro de dois mil e onze (10/11/2011). Os trabalhos foram encerrados no dia doze de

novembro de dois mil e onze (11/11/2011), pela equipe da Corregedoria-Geral. Nada mais havendo, aos onze dias do mês de novembro de dois mil e onze (11/11/2011), lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos abaixo nominados.

Álvaro Kalix Ferro	Guilherme Ribeiro Baldan	Maximiliano D. D. Deitos
Juiz Auxiliar da Corregedoria	Juiz Auxiliar da Corregedoria	Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Emília Maria da Silva
Chefe de Cartório

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE/RO.

Ao sétimo dia do mês de novembro de dois mil e onze (7/11/2011), na 2ª Vara Cível da comarca de Ouro Preto do Oeste, presente o Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Maximiliano Darcy David Deitos, a Chefe de Cartório Emília Maria da Silva, procedeu-se à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, designada pela Portaria n. 344/2011-CG, de 6/10/2011, publicada no DJE n. 187, de 7/10/2011. Iniciados os trabalhos, os Juízes Auxiliares, depois de realizarem reunião com os servidores e o magistrado para explicar os procedimentos a serem utilizados durante a correição, passaram a examinar as funções administrativas do Magistrado, os Ofícios de Justiça em geral, os prazos médios, os processos ativos mais antigos das diversas classes e os paralisados por mais de 30 dias do Juizado da Infância e Juventude e 60 dias nos demais procedimentos. Foram verificados, ainda, os mandados distribuídos aos oficiais de justiça, bem como a produtividade paga a estes, as custas e as informações das movimentações dos processos no Sistema de Automação Processual (SAP). Todas as sugestões, recomendações e determinações foram realizadas nos seguintes anexos: I - Funções administrativas do magistrado, II – Ofícios de justiça em geral, III – Prazo médio, IV – Processos da meta 2 de 2009 e 2010, V – Processos analisados e VI – Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Os referidos anexos encontram-se disponíveis na página do Tribunal de Justiça, seguindo-se o seguinte caminho: página inicial, menu Corregedoria, Atas de Correição, Judiciais. As determinações deverão ser cumpridas no prazo de sessenta dias, caso outro não tenha sido mencionado nos próprios anexos. O Desembargador Paulo Kiyochi Mori realizou visita na unidade correicionada nos dias oito e nove de novembro dois mil e onze (8 e 9/11/2011). Os Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral Álvaro Kalix Ferro e Guilherme Ribeiro Baldan iniciaram os trabalhos no dia oito de novembro de dois mil e onze (08/11/2011). Por imperiosa necessidade de trabalho, o Juiz Auxiliar Guilherme Ribeiro Baldan ausentou-se da correição no dia nove de novembro de dois mil e onze (09/11/2011) e o Juiz Álvaro Kalix Ferro ausentou-se no dia dez de novembro de dois mil e onze (10/11/2011). Os trabalhos foram encerrados no dia doze de novembro de dois mil e onze (11/11/2011), pela equipe da Corregedoria-Geral. Nada mais havendo, aos onze dias do mês de novembro de dois mil e onze (11/11/2011), lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos abaixo nominados.

Álvaro Kalix Ferro	Guilherme Ribeiro Baldan	Maximiliano D. D. Deitos
Juiz Auxiliar da Corregedoria	Juiz Auxiliar da Corregedoria	Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Emília Maria da Silva
Chefe de Cartório

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DOS JUIZADOS DA COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE.

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e onze (8/11/2011), na Vara dos Juizados da Comarca de Ouro Preto do Oeste, presente o Juiz Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Glauco Antônio Alves e a Escrivã Inês Cancelier Moretto, procedeu-se à CORREIÇÃO ORDINÁRIA, designada pela Portaria n. 344/2011-CG, de 6/10/2011, publicada no DJE n. 187, de 7/10/2011. Iniciados os trabalhos, os Juízes Auxiliares, depois de realizarem reunião com os servidores e o magistrado para explicar os procedimentos a serem utilizados durante a correição, passaram a examinar, as funções administrativas do Magistrado, os Ofícios de Justiça em geral, os prazos médios, os processos identificados como sendo da Meta “2” dos anos de 2009 e 2010 do Conselho Nacional de Justiça, os processos ativos mais antigos das diversas classes e os paralisados por mais de 30 dias e aqueles que aguardam prisão. Foram verificados, ainda, os mandados distribuídos aos oficiais de justiça bem como a produtividade paga a estes, as custas e as informações das movimentações dos processos no Sistema de Automação Processual (SAP). Todas as sugestões, recomendações e determinações foram realizadas nos seguintes anexos: I - Funções administrativas da magistrada, II – Ofícios de justiça em geral, III – Prazo médio, IV – Processos da meta 2 de 2009 e 2010, V – Processos analisados e VI – Sistemas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Referidos anexos encontram-se disponíveis na página do Tribunal de Justiça, seguindo-se o seguinte caminho: página inicial, menu Corregedoria, Atas de Correição, Judiciais. As determinações deverão ser cumpridas no prazo de sessenta dias, caso outro não tenha sido mencionado nos próprios anexos. O Desembargador Paulo Kiyochi Mori realizou visita na unidade correicionada nos dias oito e nove de novembro dois mil e onze (8 e 9/11/2011). Os Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral Álvaro Kalix Ferro e Guilherme Ribeiro Baldan iniciaram os trabalhos no dia oito de novembro de dois mil e onze (08/11/2011). Por imperiosa necessidade de trabalho, o Juiz Auxiliar Guilherme Ribeiro Baldan ausentou-se da correição no dia nove de novembro de dois mil e onze (09/11/2011) e o Juiz Álvaro Kalix Ferro ausentou-se no dia dez de novembro de dois mil e onze (10/11/2011). Os trabalhos foram encerrados no dia doze de novembro de dois mil e onze (11/11/2011), pela equipe da Corregedoria-Geral.

Nada mais havendo, aos onze dias do mês de novembro de dois mil e onze (11/11/2011), lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos abaixo nominados.

Álvaro Kalix Ferro Guilherme Ribeiro Baldan	Glauco Antônio Alves
Juiz Auxiliar da Corregedoria	Juiz da Vara dos Juizados Especiais
Juiz Auxiliar da Corregedoria	

Inês Cancelier Moretto
Escrivã das Varas dos Juizados Especiais

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DESPACHOS

TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno
Despacho DO RELATOR
Relaxamento de Prisão nrº 0012296-85.2011.8.22.0000
Requerente: Rômulo da Silva Lopes
Advogado: José de Almeida Júnior(OAB/RO 1370)
Advogado: Carlos Eduardo Rocha Almeida(OAB/RO 3593)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Des. Sansão Saldanha
Vistos no plantão.
Rômulo da Silva Lopes pede a reconsideração da decisão que indeferiu pedido de revogação de sua prisão preventiva, anteriormente decretada.
A motivação está centralizada na decisão liminar da Ministra Relatora do HC n. 226.196-RO, em que é paciente Valter Araújo Gonçalves, a qual lhe concedeu liberdade provisória e na desnecessidade da prisão, porque não representa nenhum perigo à ordem pública.
O Ministério Público se manifestou pelo indeferimento do pedido de reconsideração.
Decisão.
O modelo trazido pelo requerente não é suficiente para a revogação do decreto de prisão preventiva deferido anteriormente, conforme destacado pelo Ministério Público, é fato público e notório que a Relatora do HC referido, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, restabeleceu a custódia cautelar do Sr. Valter Araújo Gonçalves.
Por seu turno, o requerente se amolda às previsões legais e gerais, enquanto que foi particularizada na sua conduta, tudo conduzindo às hipóteses da prisão preventiva, no sistema da lei moderna (CPP, art. 312 e art. 313). Nesse particular, acrescenta-se que o conjunto de fatos com os indícios de delitos é enorme, em razão do que já foram apresentadas duas denúncias e ainda está em andamento outras, segundo constata-se no distribuidor. O requerente foi denunciado pelos crimes de formação de quadrilha, no estilo de organização criminosa (CP, art. 288 c/c Lei n. 9.034/95), autos n. 0012216-24.2011.8.22.0000, e tráfico de influência (CP, 332), autos n. 0012937-73.2011.8.22.0000.
Persistem, portanto, os pressupostos da prisão preventiva, a fim de guarnecer a ordem pública, a instrução processual e a aplicação da lei penal.
Destaca-se que se está tratando de investigação inerente a organização criminosa, onde as condutas são alinhavadas na Lei n. 9.034/95 c/c Decreto Legislativo n. 231/2003, em razão da qual não comporta a concessão de liberdade provisória com ou sem fiança (Lei n. 9.034/95, art. 7º).
Assim, não reconsidero a anterior decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória.
Intimem-se.
Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

Tribunal Pleno
Despacho DO RELATOR
Relaxamento de Prisão nrº 0013253-86.2011.8.22.0000
Requerente: José Batista da Silva
Advogado: Francisco Alves Pinheiro Filho(OAB/RO 568)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Des. Sansão Saldanha
Vistos no plantão.
Ao Ministério Público para manifestação.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

Tribunal Pleno
Despacho DO RELATOR
Relaxamento de Prisão nrº 0012326-23.2011.8.22.0000
Requerente: Jose Milton de Sousa Brilhante
Advogado: José D'Assunção dos Santos(OAB/RO 1226)
Advogada: Fátima Luciana Carvalho dos Santos(OAB/RO 4799)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Des. Sansão Saldanha
Vistos no plantão.
José Milton de Sousa Brilhante pede a reconsideração da decisão que indeferiu pedido de revogação de sua prisão preventiva, anteriormente decretada.
A motivação está centralizada na desnecessidade da prisão preventiva.
O Ministério Público se manifestou pelo indeferimento do pedido de reconsideração.
Decisão.
Conforme já decidido anteriormente pelo Relator, o requerente se amolda às previsões legais e gerais, enquanto que foi particularizada na sua conduta, tudo conduzindo às hipóteses da prisão preventiva, no sistema da lei moderna (CPP, art. 312 e art. 313). Nesse particular, acrescenta-se que o conjunto de fatos com os indícios de delitos é enorme, em razão do que já foram apresentadas três denúncias e ainda está em andamento outras.
Persistem, portanto, os pressupostos da prisão preventiva, a fim de guarnecer a ordem pública, a instrução processual e a aplicação da lei penal.
Destaca-se que se está tratando de investigação inerente a organização criminosa, onde as condutas são alinhavadas na Lei n. 9.034/95 c/c Decreto Legislativo n. 231/2003, em razão da qual não comporta a concessão de liberdade provisória com ou sem fiança (Lei n. 9.034/95, art. 7º).
Assim, não reconsidero a anterior decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória.
Intimem-se.
Porto Velho- RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes

1ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0046817-12.2009.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0046817-12.2009.8.22.0005 Ji-Paraná / 4ª Vara Cível
Apelante : Editora Gráfica A Folha de Rondônia Ltda
Advogado : Leonardo Guimarães Bressan Silva (OAB/RO 1583)
Advogado : Augusto César de Oliveira (OAB/RO 1054)
Apelado : Pedro André de Souza
Advogado : ODAIR FLAUZINO DE MORAES (OAB 115-A)
Advogada : Magda Rosângela Franzin Stecca (OAB/RO 303)
Relator(a) : Des. Moreira Chagas
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação manejado contra a sentença da 4ª Vara Cível da Comarca de Ji-Paraná, que julgou procedente o despejo c/c cobrança de aluguéis promovido por Pedro André de Souza contra Editora Gráfica A Folha de Rondônia Ltda.
Pois bem.
O recurso não pode ser conhecido.
Ao compulsar os autos, verifica-se que o autor da ação requereu e teve diferido o recolhimento das custas para o final, sem que fosse apresentado, no entanto, qualquer recurso da decisão por parte da ora apelante.
Com amparo em inúmeras decisões deste Tribunal, e por força da Lei n. 301/1990, o diferimento das custas para o final do processo importa no seu recolhimento após a sentença de mérito. Vejamos:
Agravo interno. Custas diferidas para o final. Lei estadual. Preparo recursal. Irregularidade. Deserção.
Havendo determinação da lei estadual de que as custas iniciais com pagamento diferido para o final devam ser recolhidas juntamente com o preparo de apelação, importa declarar a deserção do recurso se a parte não o faz no tempo devido (Agravo n. 10001420070016059, Rel. Des. Miguel Monico Neto, J. 18/2/2009)
Dessa forma, seria incumbência da apelante a comprovação de todos os pagamentos pendentes, devidamente especificados, ou seja, tanto as custas iniciais diferidas como o preparo recursal discriminado, e assim não procedendo, o prosseguimento do recurso esbarra em óbice legal.
Nesse sentido, é o art. 6º, § 6º, da Lei n. 301/90:
Art. 6º - O recolhimento da despesa forense será feito da seguinte forma:
[...]
§ 6º - Em caso de apelação, o recolhimento a que se refere o parágrafo anterior será feito juntamente com o preparo, sempre pelo vencido.
A tese de que o deferimento do pedido somente aproveita ao autor e seria responsabilidade dele é descabida, uma vez que a lei é clara em fixar a incumbência pelo recolhimento das custas ao vencido, que no caso é a ora agravante.
Em face do exposto, julgo deserto o recurso, negando-lhe seguimento, nos termos do art. 557, caput, do CPC, c/c art. 139, IV, do RITJ-RO.
Intime-se, publicando.
Porto Velho, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Moreira Chagas
Relator

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Especial em Apelação
nrº 0005394-19.2011.8.22.0000
Agravante: Banco Bradesco S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126504)
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Advogada: Edilena Maria de Castro Gomes (OAB/RO 1967)
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Advogado: Caio Medici Madureira (OAB/SP 236735)
Advogada: Alessandra Cristina Mouro (OAB/SP 161979)
Advogado: Pedro Pereira de Moraes Salles (OAB/SP 228166)
Advogada: Regiane Cristina Marujo (OAB/SP 240977)
Agravado: José Ultimio Junqueira
Advogada: Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4227)
Agravada: Norma Lúcia Castanheira Junqueira
Advogada: Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (SP 126.707)
"Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001,
fica o(a) Agravado(a) intimado(a) para, querendo, contraminutar o Agravo e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011."
(a) Bel Heleno de Carvalho
Diretor do 1DEJUCIVEL em substituição

ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Especial em Apelação
nrº 0013563-26.2010.8.22.0001
Agravante: Banco do Brasil S.A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada: Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado: Sandro Pissini EspÍndola (SSP/SP 198040-A)
Agravado: Rogerio Barbosa Menezes
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravado: Bruno Antonio Maresch
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravado: Jose Frontino Ribeiro
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravado: Osvaldo Felício de Oliveira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravada: Ametista Amelia dos Santos Castro
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravada: Maria Irany da Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravada: Ana Maria Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravada: Creuza Rosa Santanna
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravado: Clodoaldo Santanna
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravada: Cleonice Santana
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)

Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravada: Ivone Rigolon
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravada: Idalina Miranda Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Agravado: Jose Francisco Chagas
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
"Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001,
ficam os(as) Agravados(as) intimados(as) para, querendo, contraminutarem o Agravo e juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011."

(a) Bel Heleno de Carvalho
Diretor do 1DEJUCIVEL em exercício

2ª CÂMARA CÍVEL

2ª Câmara Cível
Despacho DO PRESIDENTE DA CÂMARA
Apelação nrº 0007730-25.2009.8.22.0013
Apelante: Cerejeiras Comércio e Representações de Nutrição Animal Ltda
Advogado: Eber Coloni Meira da Silva(OAB/RO 4046)
Advogado: Valério César Milani e Silva(OAB/RO 3934)
Apelado: Potensal Nutrição e Saúde Animal Ltda
Advogado: Wagner Aparecido Borges(OAB/RO 3089)
Advogado: Irio Sobral de Oliveira(OAB/SP 112215)
Advogada: Jéssyca Crepaldi Coser(OAB/SP 255754)
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
A apelante alega que o sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça esteve indisponível para consulta processual no dia 12/12/11 e que por isso foi impossibilitado de conhecer a decisão exarada, a qual entendo ser o acórdão de fls. 486/492.
Requereu a devolução de prazo para apresentação de embargos de declaração e outro recurso cabível e aplicável à espécie. Juntou documento informando ser impressão da página eletrônica deste Tribunal.
Não obstante as alegações da apelante, tenho que a decisão poderia ter sido visualizada em outros dias, pois foi disponibilizada no diário da justiça eletrônico em 7/12/11, muito embora o prazo para eventual recurso tivesse como termo inicial o dia 9/12/11.
Além disso, o apelante poderia, como ainda pode, contatar outro advogado ou até mesmo o departamento cível para que lhe forneça, às suas expensas, a citada decisão.
Pois bem, por se tratar de feito que ainda tramita fisicamente, entendo que a consulta poderia ter sido realizada em outros dias e, também, por outras formas que não a digital, motivo pelo qual indefiro o requerimento de devolução de prazo processual.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho-RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevel Queiroz Costa
Presidente da 2ª Câmara Cível em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013130-88.2011.8.22.0000
Agravante: A. de O. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: L. P. C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: V. de O. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator:Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manejado contra decisão proferida nos autos da ação de divórcio consensual que propuseram Aldenora de Oliveira Felix e Lindomar Paes Cardoso
Tal decisão foi exarada nos seguintes termos:
Emendem os autores, a inicial, e reconheçam a firma das assinaturas de fls. 06 ou compareçam em Cartório para assinatura em termo do processo. No prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.
Insurgem-se os agravantes afirmando que foi dado ao advogado a possibilidade de declarar autênticas as peças que juntar aos autos, não havendo necessidade de se reconhecer firma das assinaturas, considerando ainda que são hipossuficientes sem condições de arcar com as custas e emolumentos de autenticação de documentos.
Pedem a concessão da liminar e, no mérito, a reforma da decisão agravada com o consequente prosseguimento da demanda.
É o relatório.
Decido.
Em juízo primário, próprio desta fase do procedimento, verifico que estão presentes os requisitos autorizadores da concessão da liminar pleiteada e estampados no inciso II do art. 527 do CPC.
No caso em questão, embora as assinaturas dos agravantes não estejam com firma reconhecida, os mesmos assinaram a petição conjuntamente com o Defensor Público, profissional investido pelo Estado, que pode dar fé ao conteúdo da petição por ele firmada, o que induz a pensar que as declarações prestadas pelos autores são verdadeiras.
Ademais, o art. 1.122 do CPC preconiza que após a apresentação da petição o magistrado ouvirá os cônjuges, sendo que nessa oportunidade aquele poderá dirimir sua dúvida acerca da vontade das partes em se divorciarem. Portanto, presente o fumus boni iuris.
Configura-se, de igual modo, o risco de prejuízo de difícil reparação, eis que a falta de reconhecimento da firma pelos agravantes acarretará o indeferimento da petição inicial.
Nesse passo, a cautela recomenda a suspensão provisória dos autos originários.
Em face do exposto, defiro a liminar para atribuir efeito suspensivo ao presente recurso, até posterior deliberação.
Solicitem-se as informações ao juízo a quo e remeta-se o feito à Procuradoria da Justiça para emissão de parecer.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 20 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013134-28.2011.8.22.0000
Agravante: P. J. de O.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: Q. C. R.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator:Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manejado contra decisão proferida nos autos da ação de divórcio consensual que propuseram Paulo José de Oliveira e Queila Cristine Rodrigues.
Tal decisão foi exarada nos seguintes termos:
Complementem os requerentes a inicial e reconheça, a firma da assinatura de fls. 06, adequando-a aos termos da última parte do §2º, do artigo 1.120 do CPC ou compareça em cartório para assinatura. No prazo de dez (10) dias, sob pena de indeferimento.
Insurgem-se os agravantes afirmando que foi dado ao advogado a possibilidade de declarar autênticas as peças que juntar aos autos, não havendo necessidade de se reconhecer firma das assinaturas, considerando ainda que são hipossuficientes sem condições de arcar com as custas e emolumentos de autenticação de documentos.
Pedem a concessão da liminar e, no mérito, a reforma da decisão agravada com o consequente prosseguimento da demanda.
É o relatório.
Decido.
Em juízo primário, próprio desta fase do procedimento, verifico que estão presentes os requisitos autorizadores da concessão da liminar pleiteada e estampados no inciso II do art. 527 do CPC.
No caso em questão, embora as assinaturas dos agravantes não estejam com firma reconhecida, os mesmos assinaram a petição conjuntamente com o Defensor Público, profissional investido pelo Estado, que pode dar fé ao conteúdo da petição por ele firmada, o que induz a pensar que as declarações prestadas pelos autores são verdadeiras.
Ademais, o art. 1.122 do CPC preconiza que após a apresentação da petição o magistrado ouvirá os cônjuges, sendo que nessa oportunidade aquele poderá dirimir sua dúvida acerca da vontade das partes em se divorciarem. Portanto, presente o fumus boni iuris.
Configura-se, de igual modo, o risco de prejuízo de difícil reparação, eis que a falta de reconhecimento da firma pelos agravantes acarretará o indeferimento da petição inicial.
Nesse passo, a cautela recomenda a suspensão provisória dos autos originários.
Em face do exposto, defiro a liminar para atribuir efeito suspensivo ao presente recurso, até posterior deliberação.
Solicitem-se as informações ao juízo a quo e remeta-se o feito à Procuradoria da Justiça para emissão de parecer.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 20 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013138-65.2011.8.22.0000
Agravante: J. A. X. R.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: L. L. R.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manejado contra decisão proferida nos autos da ação de divórcio consensual.
Insurgem-se os agravantes contra a decisão de fl. 19 (14 dos autos originários), proferida pelo juízo da 4ª vara de família e sucessões da Comarca de Porto Velho, a seguir transcrita:
Vistos, complementem os requerentes a inicial e reconheça a firma da assinatura de fls. 06, adequando-a aos termos da última parte do §2º, do artigo 1.120 do CPC ou compareça em cartório para assinatura. No prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho – RO, segunda-feira, 5 de dezembro de 2011.
Aduzem que são hipossuficientes assistidos pela Defensoria Pública, pelo que requerem os benefícios da assistência judiciária gratuita. No mais, afirmam que foi dado ao advogado a possibilidade de declarar autênticas as peças que juntar aos autos.
Pede a reforma da decisão agravada de liminar e a reforma da decisão com o consequente prosseguimento da demanda.
É o relatório.
Decido.
Analisando os autos, não vislumbro, por ora, os requisitos autorizadores da reforma da decisão.
A tese defendida pelo agravante é de que o advogado poderia dar fé pública nas assinaturas de seus clientes.
Este tribunal, visando à instrumentalidade, já se manifestou no sentido de que, caso paire dúvidas sobre a autenticidade das assinaturas, deveria o magistrado marcar audiência prevista no art. 1120 do CPC para eliminar tais dúvidas:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVÓRCIO CONSENSUAL. JUSTIÇA GRATUITA. DEFERIMENTO TÁCITO. RECONHECIMENTO DE FIRMA. DISPENSABILIDADE. CONFIRMAÇÃO PELO JUÍZO. AUDIÊNCIA.
O silêncio do magistrado diante do pedido da gratuidade judiciária implica em seu deferimento tácito.
Havendo dúvidas quanto às assinaturas firmadas no pedido de divórcio consensual, na particularidade de cada caso, deve o magistrado marcar audiência para, em contato com as partes, sanar a incerteza.
(Agravo de Instrumento, N. 00064439520118220000, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 03/08/2011)
No mesmo sentido: AI 0004170-46.2011.8.22.0000, AI 0003667-84.2011.8.22.0000, AI 0003229-65.2011.8.22.0000, entre outros.
No caso dos autos, a decisão do magistrado a quo faculta às partes promoverem a autenticação de suas assinaturas ou comparecerem em cartório para eliminarem tais dúvidas perante o escrivão da serventia.
Vejo que o magistrado de primeiro grau, naquilo que determina o comparecimento das partes no cartório, evoluiu em seu posicionamento anterior e visa, com esta determinação, a agilidade e instrumentalidade processual.
Com esta visão, deveria também a Defensoria Pública dar sua contribuição, pois evitaria a eventual desnecessidade de marcar uma audiência, submeter-se a um calendário, expedir-se

mandados, tudo para chegar ao final e decretar o divórcio, algo que poderá, segundo se depreende do despacho impugnado, ser antecipado com o simples comparecimento das partes perante o juízo para dar declarar verdadeiras suas firmas.
Rogo à Defensoria Pública militar no sentido de viabilizar a rápida solução dos litígios.
Posto isso, nesta perspectiva, por considerar manifestamente improcedente o presente agravo no que tange às opções ofertadas pelo magistrado de primeiro grau, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso.
Procedidas às anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho – RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013139-50.2011.8.22.0000
Agravante: A. R. M.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: M. M. dos S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: S. C. F. M.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator:Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento manejado contra decisão proferida nos autos da ação de divórcio consensual que propuseram Antônio Roberto Morey e Sirlei Cavalcante Ferreira Morey.
Tal decisão foi exarada nos seguintes termos:
Emendem os autores, a inicial, e reconheçam a firma das assinaturas de fls. 06 ou compareçam em Cartório para assinatura em termo do processo. No prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.
Insurgem-se os agravantes afirmando que foi dado ao advogado a possibilidade de declarar autênticas as peças que juntar aos autos, não havendo necessidade de se reconhecer firma das assinaturas, considerando ainda que são hipossuficientes sem condições de arcar com as custas e emolumentos de autenticação de documentos. Pedem a concessão da liminar e, no mérito, a reforma da decisão agravada com o consequente prosseguimento da demanda.
É o relatório.
Decido.
Em juízo primário, próprio desta fase do procedimento, verifico que estão presentes os requisitos autorizadores da concessão da liminar pleiteada e estampados no inciso II do art. 527 do CPC.
No caso em questão, embora as assinaturas dos agravantes não estejam com firma reconhecida, os mesmos assinaram a petição conjuntamente com o Defensor Público, profissional investido pelo Estado, que pode dar fé ao conteúdo da petição por ele firmada, o que induz a pensar que as declarações prestadas pelos autores são verdadeiras.
Ademais, o art. 1.122 do CPC preconiza que após a apresentação da petição o magistrado ouvirá os cônjuges, sendo que nessa oportunidade aquele poderá dirimir sua dúvida acerca da vontade das partes em se divorciarem. Portanto, presente o fumus boni iuris.
Configura-se, de igual modo, o risco de prejuízo de difícil reparação, eis que a falta de reconhecimento da firma pelos agravantes acarretará o indeferimento da petição inicial.
Nesse passo, a cautela recomenda a suspensão provisória dos autos originários.
Em face do exposto, defiro a liminar para atribuir efeito suspensivo ao presente recurso, até posterior deliberação.
Solicitem-se as informações ao juízo a quo e remeta-se o feito à Procuradoria da Justiça para emissão de parecer.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Após, tornem os autos conclusos.
Porto Velho/RO, 20 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013178-47.2011.8.22.0000
Agravante: A. P. de O.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravada: L. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por A. P. de O. nos autos de ação de guarda movida em desfavor de L. F.
O agravante insurge-se contra decisão de fl. 31/33 (17/19 dos autos originários), proferida em audiência pelo juízo da primeira vara de família e sucessões da comarca de Porto Velho, cuja parte dispositiva segue transcrita:
Posto isso: 1) fixo a guarda provisória da menor na forma compartilhada, permanecendo ela no período escolar na casa da genitora, e durante as férias na casa do genitor. Neste ano a menor permanecerá com o genitor, sendo entregue à mãe, na residência desta no dia 15/01/2012. As partes acordaram, que, durante a permanência dessa fixação provisória, cada um arcará o custo de uma das passagens para o deslocamento da filha durante as férias; 2) considerando que a criança estará na companhia do pai até o final deste ano, determino a realização de estudo psicossocial junto a família paterna, inclusive com visita domiciliar e visita na escola, assinalando, excepcionalmente, o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação do relatório respectivo; 3) aguarde a escrivania, e, independentemente do andamento processual, em 30/01/2012 expeça-se carta precatória (atenção o setor de expedição para o endereço residencial da requerida constante neste termo) para realização de estudo psicossocial junto a família materna, inclusive com visita domiciliar e visita na escola da criança, com prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento; 4) a requerida, que se faz presente com o Defensor Público que a assiste, sai ciente do prazo da contestação. Com esta, oportunize-se à impugnação; 5) após e com a juntada do laudo psicossocial feito nesta comarca e daquele feito via precatória, ao Ministério Público para parecer. Nada mais. (...)
Aduz o agravante que propôs pedido de guarda para regularizar a situação entre ele e sua filha já que ela está sob sua responsabilidade durante todo o ano de 2011.
Diz que a agravada lhe pediu para cuidar da filha porque “não tinha condições de se dedicar a filha, eis que passaria a cursar faculdade no período noturno”, além de trabalhar durante o dia, mas que abruptamente pediu a criança de volta para levá-la consigo à cidade onde mora (Cuiabá/MT).

Argumenta que possui esposa e outros quatro filhos com quem sua filha se relaciona muito bem. Argumenta que a criança está ambientalizada com a família e recebe suporte material e afetivo, com acompanhamento escolar e educação religiosa.
Defende que a decisão agravada é extra petita, pois o pedido de guarda foi realizado por ele, e não pela agravada que mesmo assim teve a guarda provisória da menina e entende que a mudança da menina para a casa da mãe lhe trará sérios prejuízos de convivência com o agravante e sua família.
Pede a concessão do efeito suspensivo para evitar que a criança seja entregue à mãe no dia 15/1/2012, conforme determinado pelo juízo, bem como a concessão da guarda provisória da menor ao agravante para regularizar a situação já existente há um ano. No mérito, pede o provimento do recurso.
É o relatório.
Decido.
Analisando os autos, neste juízo primário e limitado de cognição, não vejo elementos capazes de infirmar a decisão agravada.
O agravante aduz que a decisão é extra petita porque foi ele quem pediu a regularização da guarda, enquanto que foi a mãe que a obteve. Todavia, a ação de guarda tem caráter dúplice o que implica dizer que ainda que um genitor faça o pedido de regularização, será sempre analisado o melhor interesse da criança. Portanto, não há que se falar em decisão extra petita.
No mais, o juízo a quo ponderou a situação que lhe foi colocada de plano, ouviu o agravante e a agravada em audiência e explicou os motivos de sua decisão, conforme trecho a seguir:
(...) Em seguida foi deliberado pela Magistrada: ouvidas as partes constatou-se que a criança não tem qualquer prejuízo na companhia do pai ou na companhia da genitora. É o que se tem neste momento processual, ainda sem produção mais aprofundada de prova. Os relatos das partes demonstram que ambas desejam ter a filha consigo, o que não é possível dada a distancia geográfica de ambos. Considerando que a menor esteve em maior período com a genitora, e que a vinda com o pai seria por prazo determinado, seja por um ano como disse a mãe, seja pelo tempo de toda uma faculdade como disse o pai, não se vê motivação, repita-se, neste momento processual, para que a criança não retorne para o convívio da genitora. – (destaquei).
Destaca-se que a criança desde o nascimento esteve sempre no maior período de sua infância na companhia da mãe e passou à responsabilidade do pai por acordo entre os genitores e de forma temporária, conforme esclarecido na audiência realizada.
Com isso, também não entendo presente, neste juízo de cognição, prejuízo à menor em seu deslocamento para o retorno ao convívio com a mãe, pois a mudança se dará no período de férias escolares o que permitirá a adaptação da criança.
Além disso, o agravante, em audiência, acordou com a agravada que durante a permanência da fixação provisória da guarda, cada um arcará o curso de uma das passagens para o deslocamento da filha durante as férias, o que por certo mitiga seu inconformismo neste recurso, já que concordou com o determinado.
Outrossim, as argumentações do agravante de que a filha ficaria melhor em sua companhia do que com a mãe serão verificadas do decorrer do processo, pois da mesma forma como foi realizado estudo social com o agravante, também o será com a agravada.
Não se trata de direito dos pais à filha, mas sim do direito da menina a uma estrutura familiar que lhe confira segurança e todos os elementos necessários a um crescimento equilibrado, o que por certo será analisado e concluído do decurso do processo.
Ademais, o que as partes devem visar é sempre o bem-estar e a felicidade da criança e como o pai e a mãe, a priori, se mostram bons genitores, devem ter em mente que podem evitar que ela cresça em situação de conflito e, ao contrário disso, proporcionar que sua filha possa usufruir harmonicamente da família que possui, tanto a paterna quanto à materna, o que por certo pode se dar com harmonia no trato entre os genitores para a criação e educação da filha.
Posto isso, nos termos do art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso e mantenho a decisão agravada.
Procedidas às anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0013182-84.2011.8.22.0000
Agravante: Edislei Marinho Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho(OAB/RO 433A)
Advogado: Ellen Reis Araújo Trindade(OAB/RO 5054)
Agravada: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogada: Ana Paula dos Santos(OAB/RO 4794)
Relator:Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos.
Trata-se de recurso de agravo interposto por Edislei Marinho Silva nos autos da ação de busca e apreensão movida por BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento.
É o relatório.
Decido.
O art. 525, I, do CPC dispõe que a petição de agravo de instrumento será instruída "obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados da agravante e do agravado".
Analisando os autos, verifico ausentes peças obrigatórias descritas no dispositivo supracitado, consistentes em procuração do agravante aos advogados João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A) e Ellen Reis Araújo Trindade (OAB/RO 5054), subscritores do presente recurso, além da certidão de intimação da decisão agravada, conforme certificado à fl. 22.
Neste sentido é o entendimento do STF:
EMENTA: Agravo Regimental em agravo de instrumento. 2. Falta de peças obrigatórias e essenciais na formação do instrumento. Art. 544, § 1º, do CPC. Impossibilidade da verificação da regularidade formal. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AI 654743 ED, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 30/09/2008, DJe-222 DIVULG 20-11-2008 PUBLIC 21-11-2008 EMENT VOL-02342-24 PP-04747)
EMENTA: RECURSO. Agravo de Instrumento. Inadmissibilidade. Peças obrigatórias. Falta. Agravo regimental improvido. Aplicação da Súmula n° 288. É imperioso advertir ser ônus da parte agravante promover a integral e oportuna formação do instrumento, sendo vedado posterior aditamento, que permita a cognição do recurso.
(AI 718619 AgR, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, julgado em 02/09/2008, DJe-182 DIVULG 25-09-2008 PUBLIC 26-09-2008 EMENT VOL-02334-14 PP-03064)

Também no mesmo sentido, o STJ se manifesta:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. RECURSO INTERPOSTO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DA IRREGULARIDADE NOS RECURSOS DIRIGIDOS À INSTÂNCIA ESPECIAL.
1. É dever do agravante instruir e conferir a petição de agravo com as peças obrigatórias e essenciais ao deslinde da controvérsia.
A falta ou incompletude de qualquer dessas peças, tal como verificado no presente caso, acarreta o não conhecimento do recurso.
2. O fato do agravo de instrumento manejado perante o Tribunal de origem (artigo 522 do CPC) não ter sido instruído com a peça aqui considerada faltante (procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso especial) não afasta a exigência do cumprimento no disposto no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, pois esta Corte já decidiu que "a inexistência, nos autos principais, de documento cuja juntada é obrigatória no instrumento deve ser atestada por meio de certidão emitida pelo órgão competente" (AgRg no Ag nº 1.073.373/MG, Relatora a Ministra ELIANA CALMON, DJe de 27/2/2008).
3. Os recursos dirigidos à instância superior, desacompanhados de procuração, são inexistentes, à luz do disposto na Súmula 115/STJ.
4. Na instância especial é inaplicável o disposto no art. 13 do Código de Processo Civil.
5. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 1215835/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2010, DJe 08/11/2010)
PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NO TRASLADO DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. ART. 544, § 1º, DO CPC. AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INTERRUPÇÃO DO PRAZO.
1. O conhecimento do Agravo de Instrumento pressupõe o traslado do inteiro teor das peças listadas no art. 544, § 1º, do CPC.
2. A falta da cópia da certidão de intimação do acórdão recorrido acarreta o não-conhecimento do recurso.
3. Os Embargos de Declaração intempestivos não interrompem o prazo para interposição de outros recursos.
4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no Ag 1066728/PA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe 23/04/2009) (g.n.)
No mesmo sentido as decisões desta Corte:
Agravo regimental. Instrução do agravo de instrumento. Documentos obrigatórios. Procuração do agravado.
É imprescindível a instrução do agravo de instrumento com cópia da procuração outorgada pelo agravado ao seu patrono, sob pena de não-seguimento do recurso. (Ag. Regimental, N. 10000120080162087, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, J. 21/01/2009)
Agravo de Instrumento. Procuração. Ausência. Juntada posterior. Preclusão. Inaplicabilidade do art. 13 do CPC.
Nega-se seguimento a agravo de instrumento pela ausência de procuração outorgada a um dos agravantes, não sendo possível sua juntada posterior por ocorrência de preclusão consumativa. Logo, também impossível a aplicação do art. 13 do CPC em sede de recurso.
(Agravo, N. 10100120060208928, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 07/05/2008)
Assim, diante da ausência de peças obrigatórias pelo artigo 525 do CPC, tenho que este recurso é manifestamente inadmissível, razão pela qual nego seguimento ao presente agravo de instrumento, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Procedidas as anotações necessárias, arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0013185-39.2011.8.22.0000
Paciente: W. A. da S.
Impetrante(Advogado): José Neves Bandeira(OAB/RO 182)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Costa Marques - RO
Relator:Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos.
Trata-se de habeas corpus preventivo, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado José Neves Bandeira, em favor de Wilson Antônio da Silva, apontando como autoridade coatora a MM. Juíza de Direito da 1º Vara Cível da Comarca de Costa Marques, que decretou a prisão civil do paciente , em razão de débito de obrigação alimentar.
O paciente aduz que houve decreto de sua prisão civil pelo inadimplemento da obrigação alimentar no valor de R$5.438,96 em relação à Alisson Divino Ticona da Silva (fl. 78).
Afirma ter ingressado com ação negatória de paternidade, onde comprovou-se através de exame de DNA que o exequente na execução de alimentos não é seu filho. Tal fato confirmou-se por meio de sentença judicial. Portanto, se não há vinculo sanguíneo a obrigação de pagar verba alimentar é inexistente.
Juntou documentos (fls.06/85).
Requer seja liminarmente concedido o presente writ.
É o relatório.
Decido.
Como é cediço, a concessão de liminar em sede de habeas corpus é medida excepcional que exige a constatação inequívoca de manifesta ilegalidade.
In casu, vislumbro presentes os requisitos autorizadores para a concessão da liminar pleiteada, para uma melhor visualização, os fatos ocorreram da seguinte forma:
Nos autos do Processo nº 016.2005.001156-7 e 016.2005.002526-6 o paciente foi declarado pai de Alisson Divino Ticona da Silva por presunção, visto que não compareceu ao exame de DNA (fls. 10/11).
Naquela oportunidade foi arbitrado a título de alimentos a quantia de 50% do salário mínimo vigente. Em face da inadimplência do paciente, fora proposta execução de alimentos em 17/03/2010 que tramita sob o nº 0000410-75.2010.8.22.0016.
Nesse ínterim, mas precisamente em 22/09/2010, foi distribuído pelo paciente Ação negatória de paternidade que tramitou sob o nº 0001334-86.2010.8.22.0016, onde constatou-se após exame de DNA que o mesmo não é o pai biológico do exequente, tendo sido julgada procedente seu pedido bem como já foi realizada a averbação necessária na certidão de nascimento. Desta sentença não houve apelação, estando estes autos arquivados definitivamente desde 30/11/2011 (fls. 60/67).

Todavia, mesmo em face da sentença de procedência na ação negatória de paternidade o juízo da 1º Vara Cível da Comarca de Costa Marques decretou a prisão do paciente.
Assim, diante de tais argumentos e considerando a inexistência de vinculo sanguíneo entre o exequente e o executado o fumus boni iuris evidencia-se.
O periculim in mora está no fato da iminência de ser o paciente preso, posto que sua prisão já foi decretada (fl. 78).
Em face do exposto defiro a liminar invocada, com a consequente expedição de Salvo-Conduto, evitando-se assim a concretização da ameaça ao direito de locomoção do paciente.
Solicitem-se as informações à autoridade coatora.
À Douta Procuradoria de Justiça, para fins de seu mister.
Conclusos in opportuno tempore.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
DESEMBARGADOR ROOSEVELT QUEIROZ COSTA
Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Câmaras Cíveis Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013196-68.2011.8.22.0000
Impetrante: Joelma Oliveira Freitas
Advogado: José Luiz Paulúcio(OAB/RO 3457)
Advogado: Eustáquio Machado(OAB/RO 3657)
Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Vilhena - RO
Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Joelma Oliveira Freitas contra decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO que, em sede de cumprimento de sentença, deferiu penhora de 15% (quinze por cento) sobre os rendimentos mensais da impetrante para pagamento da dívida exequenda.
É o breve relatório.
A Lei nº 12.016/09, que disciplina o procedimento do Mandado de Segurança, dispõe expressamente em seu art. 5º que:
Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:
[...]
II – de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo
Segundo informações obtidas no Sistema de Acompanhamento Processual – SAP, o ato impugnado se trata de decisão interlocutória proferida em 7 de dezembro de 2012 (fl. 26).
O Código de Processo Civil em seu artigo 522 do CPC prevê que o recurso cabível contra decisões interlocutórias é o agravo de instrumento ou retido.
A doutrina e a jurisprudência já pacificaram o entendimento de que o mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo de recurso não manejado no tempo e na forma devida. A matéria encontra-se até mesmo sumulada perante Supremo Tribunal Federal:
Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição (STF-Súmula 267)
Dessa forma, havendo recurso próprio previsto na legislação processual destinado a impugnar interlocutórias, é incabível o mandado de segurança. Tampouco se admite o processamento dos autos como agravo de instrumento, por não preencher nenhum dos requisitos da fungibilidade recursal.
Em face do exposto, indefiro liminarmente a inicial, por não ser hipótese de mandado de segurança (art. 5º da Lei nº 12.016/09, c/c art. 139, III, do RITJ-RO).
Intime-se, publicando.
Após o decurso do prazo legal, arquive-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Des. Roosevelt Queiroz Costa
Relator em substituição regimental

Despacho DO RELATOR
Reclamação nrº 0013207-97.2011.8.22.0000
Requerente: Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogada: Rafaela Cristina Lopes Mercês(OAB/RO 3923)
Advogado: Renato da Silva Marques(OAB/MT 11664)
Requerido: Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Des. Roosevelt Queiroz Costa
Vistos.
Energia Sustentável do Brasil S/A reclama a falta de cumprimento da liminar de imissão provisória na posse pelo Juízo da 4º Vara Cível da Comarca de Porto Velho.
Antes de analisar o pedido de liminar, solicitem-se informações ao reclamado, e , após a Procuradoria de Justiça (art. 549, I e art. 551 do Regimento Interno).
Após, retornem-se conclusos.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Relator

2ª CÂMARA ESPECIAL

2ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0001713-12.2009.8.22.0000
Impetrante: Maria Deusdete Rodrigues
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima(OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Ao departamento para que adote as seguintes providências:
a) intime-se, pessoalmente, o Secretário de Estado da Saúde para demonstrar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o cumprimento da decisão proferida às fls. 46-49;
b) intime-se a impetrante para que - no mesmo prazo, acaso a autoridade impetrada não forneça o fármaco - junte aos autos orçamento de três estabelecimentos farmacêuticos, nas quais conste o preço de medicamento cujo princípio ativo é Ácido Ursodesoxicólico 300mg (Ursacol), haja vista a possibilidade de determinação de sequestro dos valores diretamente da conta do Estado.
Providencie-se o necessário.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 21 de dezembro de 2011.
WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
DESEMBARGADOR

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0012255-21.2011.8.22.0000
Agravante: Washington Roberto Nascimento
Advogado: Abdiel Afonso Figueira(OAB/RO 3092)
Agravante: Ronaldo Batista Alexandre
Advogado: Abdiel Afonso Figueira(OAB/RO 3092)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Litisconsorte Ativo Facultativo: Município de Ji-Paraná - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Ji-Paraná - RO
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Devolvam-se os autos ao Departamento, para que certifique o decurso do prazo ou proceda à juntada da contraminuta.
Dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Após, venham os autos conclusos.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0004965-52.2011.8.22.0000
Impetrante: Abraham de Lima Hassan
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima(OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Ao departamento para que adote as seguintes providências:
a) intime-se, pessoalmente, o Secretário de Estado da Saúde para demonstrar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o cumprimento da decisão proferida às fls. 31-33;
b) intime-se o impetrante para que - no mesmo prazo, acaso a autoridade impetrada não forneça o fármaco - junte aos autos orçamento de três estabelecimentos farmacêuticos, nos quais conste o preço do medicamento cujo princípio ativo seja LATANOPROSTA (conforme informação obtida no site http://www.guiabula.com.br/xalatan.html, acesso em 14/12/2011, às 13h16min), haja vista a possibilidade de determinação de sequestro dos valores diretamente da conta do Estado.
Providencie-se o necessário.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0001237-03.2011.8.22.0000
Impetrante: Andrey Keberson Alves de Lima Representado por curador Verina Vieira de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Andrey Keberson Alves de Lima contra omissão do Secretário Estadual de Saúde, com o objetivo de receber medicamento necessário à manutenção de sua saúde mental.
A segurança foi concedida, contudo, o impetrante noticiou às fls. 161-164, que a ordem não tem sido cumprida, em razão disso, pretende a execução da multa e o sequestro dos valores suficientes para a aquisição do medicamento.
Apesar do pedido para que a peça de fls. 161-164, fosse distribuída e formasse autos apartados, por medida de economia processual, recebo-a como simples petição, uma vez que o impetrante necessita dos medicamentos, sob pena de agravamento de seu estado de saúde mental.
Em relação à execução da multa, o apelante deverá fazê-lo em autos próprios, o que independe do pedido referente à entrega do medicamento.
Diante do exposto, encaminhem-se os autos ao departamento para que adote as seguintes providências:
a) intimar, pessoalmente, o Secretário de Estado da Saúde para demonstrar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o cumprimento da decisão proferida às fls. 104-107;
b) decorrido in albis o prazo, voltem-me conclusos para possível determinação de sequestro dos valores referentes ao medicamento, uma vez que já há nos autos orçamentos de três estabelecimentos nos quais consta o preço do medicamento cujo princípio ativo é a OLANZAPINA 5mg (fls. 79-80).
Providencie-se o necessário.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0009434-44.2011.8.22.0000
Impetrante: Raquel Rosa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Raquel Rosa contra omissão do Secretário de Estado da Saúde, no fornecimento dos medicamentos denominados FORMOTEROL 12 mg e BUDESONIDA 400mg, necessários ao tratamento de enfermidade.
Na análise do autos, constata-se às fls. 60/61, que em 17/10/2011, foi determinado o sequestro e depósito do valor de R$ 327,45 (trezentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos) para aquisição do medicamento, tendo em vista o não cumprimento voluntário da liminar pelo Estado.
Entretanto, em data posterior – 21/10/2011, a autoridade impetrada comprovou nos autos, por meio do documento de fl. 68, que o mesmo medicamento foi recebido por Luzia Helena Felix, a qual estava autorizada pela impetrante.
Assim, verifica-se que a impetrante além do recebimento do valor do sequestro, também recebeu o medicamento.
Diante de tais informações, determino a intimação pessoal da impetrante Raquel Rosa, para que no prazo de 24 horas esclareça o fato ocorrido, bem como proceda ao depósito em juízo do valor de R$ 327,45 (trezentos e vinte e sete

reais e quarenta e cinco centavos), sob pena de eventuais implicações legais.
Expeça-se o necessário.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0009759-19.2011.8.22.0000
Impetrante: Youssef Rosyneudo Allyene Gonzaga
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima(OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Ante a informação de que o impetrante tem recebido os medicamentos pleiteados nestes autos (fl. 46), dê-se vista à Procuradoria de Justiça para, querendo, manifestar-se sobre o feito.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0011067-90.2011.8.22.0000
Impetrante: Aguimar Evangelista da Silva
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima(OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Ao departamento para que adote as seguintes providências:
a) intime-se, pessoalmente, o Secretário de Estado da Saúde para demonstrar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o cumprimento da decisão proferida às fls. 29-31;
b) intime-se o impetrante para que - no mesmo prazo, acaso a autoridade impetrada não forneça os fármacos - junte aos autos orçamento de três estabelecimentos farmacêuticos, nos quais conste o preço do medicamento cujo princípio ativo seja TERIPARATIDA 250/20mg, conforme informação obtida no site: http://www.buscaremedio.com.br, acessado em 15/12/2011, às 12h11min, bem como CÁLCIO 600+VITD, haja vista a possibilidade de determinação de sequestro dos valores diretamente da conta do Estado.
Providencie-se o necessário.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0011349-31.2011.8.22.0000
Impetrante: Maria Aparecida da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Maria Aparecida da Silva, impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, contra omissão do Secretário de Saúde do Estado de Rondônia.
Sustentou a impetrante que:
a) está sofrendo com dores e necessita de um exame denominado Eletroneuromiografia do membro superior esquerdo, para que possa, posteriormente, fazer cirurgia;
b) não dispõe de recursos financeiros suficientes para custear o exame e sua patologia necessita de diagnóstico preciso para a realização do tratamento adequado, possivelmente com intervenção cirúrgica;
c) realizou, por intermédio da Defensoria Pública, pedido administrativo para a realização do exame solicitado, oportunidade em que foi encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Saúde em 21/10/2011, entretanto, até o presente momento não obteve resposta;
d) a Constituição Federal ao criar o mecanismo do SUS no art. 198, teve como objetivo principal dissipar a desigualdade de assistência à saúde da população, universalizando o atendimento, tornando-o obrigatório e gratuito a toda e qualquer pessoa.
Pediu, ao final, a concessão da liminar para que o impetrado disponibilizasse, em caráter de urgência, o exame necessário ao prosseguimento de seu tratamento.
A liminar foi concedida às fls. 14-15, por restarem caracterizados os requisitos autorizadores da medida.
Em seguida, o impetrado informou que o exame havia sido agendado para o dia 19/11/2011 (fl. 20).
A Procuradoria de Justiça, por meio de parecer emitido pelo Procurador Cláudio Ribeiro de Mendonça, opina pela concessão da segurança, por ser inquestionável o direito da pessoa doente obter do Poder Público assistência integral à sua saúde, pois constitucionalmente garantido.
É o que há de relevante.
Decido.
A questão dos autos, limita-se à análise do direito da impetrante em realizar exame emergencial de eletroneuromiografia do membro superior esquerdo para tratamento médico adequado, de modo a compelir o Poder Público a providenciar o que for necessário ao implemento do seu direito à saúde.
A matéria já foi exaustivamente debatida pelos Tribunais e encontra-se pacificada no sentido de ter o cidadão, acometido de doença e que necessite de tratamento, direito de receber do Estado a proteção constitucional à sua saúde.
Nesse raciocínio, é a jurisprudência deste Egrégio Tribunal:
MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO À SAÚDE. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA. RISCO DE PERDA DA VISÃO. CONCESSÃO. A saúde é um direito social assegurado a todos os cidadãos de forma indistinta (art. 196 da Constituição Federal), sendo obrigação de o Estado promover sua preservação e restabelecimento, devendo fornecer todos os meios necessários para esse fim, inclusive aparelhando seu pessoal e instalações para a realização de tratamento cirúrgico para pacientes que não possuem condições de custeá-los ou ainda custeando seu tratamento na rede particular de saúde do Estado, desde que disponível. (MS, n. 20000020080084834, Rel. Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos, J. 01/10/2008).
O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul também já se posicionou:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. CONSTITUCIONAL. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA A

NECESSITADO PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. O direito à saúde é assegurado a todos, devendo os necessitados receber do ente público a cirurgia necessária. Aplicação do artigo 196 da Constituição Federal. O Estado possui legitimidade passiva na demanda visando à realização de cirurgia a necessitado. Posição do 11º Grupo Cível. Precedentes do TJRGS, STJ e STF. Apelação a que se nega seguimento. (Apelação Cível Nº 70030925614, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 10/07/2009).
Nos termos do art. 6ª da Constituição Federal, a saúde constitui direito social e é desdobramento da perspectiva de um Estado Social de Direito. Por tratar-se de direito fundamental, não pode sofrer limitações do Poder Público, sobretudo, sabendo-se que é dever do Estado difundir os direitos sociais, essencialmente a saúde, por guardar íntima relação como o direito à vida e a dignidade da pessoa humana.
Nesse raciocínio, o direito à saúde se sobrepõe à intolerável omissão estatal, que cotidianamente se furta de seu dever sob alegada insuficiência orçamentária, impondo assim, àquele que necessita do tratamento, a busca da tutela jurisdicional para fazer cumprir de forma forçada direito líquido e certo.
Desse modo, diante da omissão do ente público e atento ao princípio da dignidade da pessoa humana, é medida de justiça garantir o direito constitucional à realização do exame emergencial de eletroneuromiografia do membro superior esquerdo para tratamento médico adequado, desdobramento do direito à saúde que é indissociável do direito à vida, antes que o caso se torne ainda mais grave, quando a tutela jurisdicional já não atenderia a sua efetividade.
Ante o exposto, julgo procedente o pedido da impetrante, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, para conceder a segurança e confirmar a liminar que determinou ao Estado a realização do exame emergencial de Eletroneuromiografia do membro superior esquerdo, conforme receituário médico às fls. 8, o que faço monocraticamente, nos termos do art. 557 do CPC.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0012595-62.2011.8.22.0000
Impetrante: Agamenon Magalhães Torres
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima(OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado em face do Secretário de Estado da Saúde, cujo objeto é o fornecimento de medicamento FORMOTEROL 12mg e BUDESONIDA 400mg, necessários à manutenção da saúde do impetrante, haja vista ser portador de doença pulmonar crônica.
A antecipação dos efeitos da tutela foi concedida em decisão liminar – fls. 21/22. Em seguida, a autoridade impetrada manifestou-se requerendo dilação do prazo para cumprimento da ordem, uma vez que as compras feitas pela administração pública devem obedecer os trâmites legais (fls. 29/30).
Indefiro, porém, o pedido de dilação de prazo, uma vez que a medida liminar foi concedida em 6/12/2011 e o prazo para cumprimento era de três dias, o que demonstra já ter havido tempo suficiente para a administração providenciar o necessário para o atendimento da ordem.
Ademais, trata-se de idoso, ao qual é assegurada a atenção integral à saúde, com a garantia do acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, conforme preceituado pelo Estatuto do Idoso.
Intime-se, pessoalmente, o Secretário de Estado da Saúde a fim de que tome ciência desta decisão e da circunstância de que a multa pessoal imposta continua a incidir.
Intime-se o impetrante para que - no prazo de 24 horas, acaso a autoridade impetrada não disponibilize os medicamentos - junte aos autos orçamento de três estabelecimentos que disponibilizem o princípio ativo, nos quais conste o preço e a discriminação do produto, haja vista a possibilidade de determinação de sequestro dos valores diretamente da conta do Estado.
Decorridos os prazos acima assinados sem manifestação, ao Ministério Público para parecer.
Providencie-se o necessário.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0012639-81.2011.8.22.0000
Impetrante: L. J. P. Representada por sua mãe M. J. P.
Advogado: Gustavo Dandolini(OAB/RO 3205)
Advogado: Breno Dias de Paula(OAB/RO 399B)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Trata-se de mandado de seguranēa impetrado em face do Secretįrio de Estado da Saśde, cujo objeto é o fornecimento de leite especial (INFANTRINI) necessįrio ą manutenēćo da vida da impetrante, haja vista ter nascido de forma prematura e nćo ter seus sistemas vitais completos, o que a impede de ingerir quaisquer outros alimentos.
A antecipaēćo dos efeitos da tutela foi concedida em decisćo liminar (fls. 20-21). Em seguida, o impetrado manifestou-se requerendo dilaēćo do prazo para cumprimento da ordem, uma vez que as compras feitas pela administraēćo pśblica devem obedecer os trāmites legais (fl. 36).
Indefiro, porém, o pedido de dilaēćo de prazo, uma vez que a medida liminar foi concedida em 6/12/2011 e o prazo para cumprimento era de trźs dias, o que demonstra jį ter havido tempo suficiente para a administraēćo providenciar o necessįrio para o atendimento da ordem.
Ademais, trata-se de crianēa recém-nascida, cuja vida pode ser comprometida caso nćo seja fornecido o alimento especial pleiteado nestes autos.
Intime-se, pessoalmente, o Secretįrio de Estado da Saśde a fim de que tome ciźncia desta decisćo e da circunstāncia de que a multa pessoal imposta continua a incidir.
Intime-se o impetrante para que - no prazo de 24 horas, acaso a autoridade impetrada nćo disponibilize os alimentos especiais

- junte aos autos orēamento de trźs estabelecimentos que disponibilizem o medicamento alimentar, nos quais conste o preēo e a discriminaēćo do produto, haja vista a possibilidade de determinaēćo de sequestro dos valores diretamente da conta do Estado.
Decorridos os prazos acima assinados sem manifestaēćo, ao Ministério Pśblico para parecer.
Providencie-se o necessįrio.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0012910-90.2011.8.22.0000
Impetrante: Israel Vasquez Lopes
Advogado: João Batista Paulino de Lima(OAB/AC 2206)
Impetrada: Secretária de Estado de Assistência Social
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Israel Vasques Lopes contra ato administrativo praticado pela Secretária de Estado de Assistência Social, que o colocou à disposição da Gerência Geral do PROCON, tendo em vista a desnecessidade para o órgão da prestação do seu serviço.
O impetrante, relatou que é funcionário público federal e exerce suas funções no PROCON há mais de 12 anos, com capacitação técnica para a prestação do serviço. Entretanto, esclarece que desde que o novo Gerente Regional do PROCON foi nomeado, tem sido ameaçado de ser colocado em disponibilidade, sob o argumento de que o órgão necessita substituir os funcionários mais antigos por pessoas mais jovens.
Aduz que, no dia 30/9/2011, foi surpreendido com o Memorando n. 109/PROCON/PVH/RO, que colocava o impetrante à disposição da Gerência Geral, com o fim de atender exclusivamente as necessidades do órgão de proteção e defesa do consumidor.
Fundamenta que o ato administrativo é ilegal e deve ser anulado, uma vez que sua finalidade é incompatível com o motivo determinante, o que o torna contrário ao interesse público.
Por fim, requer a concessão da medida liminar para suspender os efeitos da apresentação do impetrante, com o restabelecimento do seu estado funcional, e, no mérito, pretende o reconhecimento do seu direito líquido e certo de continuar lotado no PROCON.
É o relatório.
Decido.
Israel Vasquez Lopes impetra o presente mandado de segurança contra ato praticado pela Secretária de Estado de Assistência Social, que concordou com a atitude tomada pela gerência regional, que o colocou em disponibilidade, por não ter mais interesse público na prestação do seu serviço.
O impetrante alega, que o ato viola seu direito líquido e certo, pois o motivo determinante não é compatível com a finalidade, uma vez que entende que se trata de perseguição no ambiente laboral.
Em cognição sumária, para a concessão da liminar, faz-se necessária a constatação da plausibilidade do direito invocado e a presença do risco da demora.
Pelo que consta nos autos, o Memorando n. 109/PROCON/PVH/RO de fl. 13, consignou que:
“Venho por meio deste, comunicar Vossa Senhoria, que a partir da data de 30 de setembro de 2011 não haverá mais audiências de conciliação no período da manhã, e tendo em vista que as vagas para o período da tarde para a função de Conciliadores estão completamente preenchidas em virtude de remanejamento de pessoal pela secretaria de origem, buscando atender exclusivamente as necessidades deste orgão de proteção e defesa do consumidor, PROCON/SHOPPINGCIDADÃO/PVH/RO, coloco a disposição desta Gerencia Geral a título de conhecimento o servidor ISRAEL VASQUES LOPES portador da Matrícula SIAPE n. 0693477 lotado nesta Gerencia, que a partir desta data passa a não mais exercer suas atividades laborais neste orgão”.
O ato administrativo tido por ilegal, não revela, a princípio, a ausência dos requisitos legais, uma vez que foi devidamente fundamentado pelo interesse público, além de se revestir da presunção de legitimidade. Qualquer ilegalidade deve ser devidamente comprovada por meio de prova preconstituída ou instrução probatória.
Neste entendimento:
AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. FUNÇÃO COMISSIONADA. DISPENSA. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. AVALIAÇÃO FUNCIONAL. REVISÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.
1. Direito líqüido e certo “(...) é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais.” (Hely Lopes Meirelles in Mandado de Segurança, 18ª edição, Malheiros Editores, 1997, págs. 34/35).
2. Agravo regimental improvido.
(AgRg no MS 12.275/DF, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/03/2007, DJ 21/05/2007, p. 542).
Assim, ainda que o impetrante tenha trazido aos autos, o boletim de ocorrência policial registrado em face do gerente geral do PROCON, pela prática do crime de injúria – fl. 8/9, se trata de fatos narrados pelo próprio impetrante perante a autoridade policial, os quais não são suficientes para retirar a legitimidade do motivo lançado pela Administração, no momento da prática do ato administrativo impugnado.
Desta forma, entendo ausente a plausibilidade do direito invocado.
Pelo exposto, denego a liminar.
Intime-se a autoridade apontada como coatora para apresentar as devidas informações no prazo legal.
Ciência ao Estado de Rondônia, nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016/09
À Procuradoria de Justiça para, querendo, emitir parecer.
Após, retornem os autos à conclusão.
Publique-se e intime-se.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013111-82.2011.8.22.0000
Impetrante: Lucio Ruas de Abreu
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Vistos.
Lucio Ruas de Abreu impetra mandado de segurança, com pedido de liminar, contra omissão do Secretário de Saúde do Estado de Rondônia.
Sustenta o impetrante que:
a) sofre de doença crônica pulmonar – CID J45.0, e, em razão disso, necessita fazer uso dos medicamentos FORMOTEROL 12mg e BUDESONIDA 400mg, conforme receituário médico de fl. 9;
b) não dispõe de recursos financeiros suficientes para custear os medicamentos e necessita deles para manutenção de sua saúde;
c) a Constituição Federal de 1988, ao criar o mecanismo do SUS no art. 198, teve como escopo principal dissipar a desigualdade de assistência à saúde da população, de modo a universalizar e torná-lo obrigatório e gratuito a toda e qualquer pessoa.
Posto isso, pede a concessão da liminar para que o impetrado forneça, em caráter de urgência, os medicamentos necessários, conforme receituário de fl. 9.
É o relatório.
Decido.
Inicialmente, defiro o pedido da justiça gratuita.
A liminar no mandado de segurança constitui um direito do impetrante, quando concorrentes os dois indispensáveis pressupostos para a sua concessão.
Entendo presente o primeiro requisito ensejador do pedido de liminar, qual seja, o perigo na demora da decisão final, consistente no risco dos danos que possam advir à saúde do impetrante, pois este, conforme atestado pela médica pneumologista Jacinta Maria Parente Vieira – CRM/RO 1746, sofre de asma persistente e necessita do uso regular referido medicamento.
De igual modo, vejo presente o requisito da plausibilidade do direito invocado, caracterizado pelo dever do Estado, disposto no art. 196, caput, da Constituição Federal, de velar pela inviolabilidade do direito à saúde do cidadão, ainda mais, por não ter, a priori, atendido ao pleito.
Ressalto, ainda, que se trata de pessoa idosa, o que impõe ao Poder Público uma obrigação, ainda maior, de facilitar e promover o atendimento à sua saúde, considerando as limitações que enfrenta, do contrário de nada valeriam os preceitos normativos garantidores previstos no Estatuto do Idoso, senão vejamos:
"Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde — SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos".
Dessa forma, por ser fundamental para o tratamento e a manutenção da saúde do impetrante, deve a liminar ser concedida.
Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada e determino ao Secretário Estadual de Saúde que providencie ao impetrante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, independentemente de prévia licitação, o fornecimento dos medicamentos FORMOTEROL 12mg e BUDESONIDA 400mg, conforme receituário de fl. 9 e até que se analise o mérito do presente writ em decisão definitiva.
Fixo multa diária pessoal de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de descumprimento, independentemente das sanções que possam ser impostas à autoridade impetrada.
Solicitem-se informações da autoridade apontada como impetrada, no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Juntadas as informações, ou certificado o decurso do prazo, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, em atenção ao disposto no art. 12 da lei supracitada.
Servindo-se esta de mandado.
Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 21 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013194-98.2011.8.22.0000
Impetrante: Tereza de Jesus da Conceição
Defensora Pública: Telma Regina de Souza(OAB/RO 298)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos
Vistos.
Tereza de Jesus da Conceição impetra mandado de segurança contra ato do Secretário de Estado de Saúde, atribuindo-lhe omissão.
Afirma ser portadora de doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), (enfisema e bronquite crônica), necessitando fazer uso contínuo dos medicamentos BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5mg, FORMOTEROL 12MCG, BUDESONIDA 200MCG, frasco com 120 doses para inalação, FORMOTEROL 12MCG e BUDESONIDA 200MCG, 120 cápsulas, conforme receituário médico nas fls. 11-4.
Alega ser hipossuficiente, não podendo arcar com os custos do tratamento, razão pela qual impetrou o presente mandado de segurança.
Junta laudo médico e demais documentos (fls. 11-14).
Requer seja deferida liminar, determinando que a autoridade coatora providencie os medicamentos solicitados. No mérito, requer a concessão da segurança.
Examinados, decido.
A relevância do pedido está demonstrada no direito à saúde conferido, indistintamente, a todos, sendo dever do Estado proporcionar o acesso às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, Constituição Federal).
O perigo da demora configura-se na possibilidade de agravamento do quadro clínico da impetrante, que está gestante e poderá, inclusive, sofrer aborto caso não inicie o tratamento.
Isto posto, concedo a liminar determinando que a autoridade coatora providencie o fornecimento dos medicamentos

BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5mg, FORMOTEROL 12MCG, BUDESONIDA 200MCG, frasco com 120 doses para inalação, FORMOTEROL 12MCG e BUDESONIDA 200MCG, 120 cápsulas, conforme receituário médico nas fls. 11-4.
Notifique-se a autoridade coatora, via mandado, solicitando-se também as informações.
Cite-se o Estado de Rondônia.
Após, à Procuradoria de Justiça.
Porto Velho, 21 de dezembro de 2011.
Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Distribuído no plantão
Objeto: Reclamação
Reclamante: Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho
Advogado: Zoil Magalhães Neto (OAB 1619)
Reclamado: Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho
Trata-se de reclamação ajuizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho contra o Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho, objetivando o cumprimento da decisão que determinou o pagamento do quinquênio dos servidores públicos do município calculado sobre a remuneração e não sobre o vencimento básico, conforme vem sendo pago.
Aduz que o Ministério Público do Estado ajuizou ação civil pública, em trâmite sob o n. 0023518-47.2011.8.22.0001, na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho, tendo deferida a liminar, determinando que o pagamento da vantagem denominada quinquênio fosse paga não mais sobre a remuneração do servidor, mas sim sobre o vencimento básico, em contrariedade com o decidido no mandado de segurança n. 0281302-03.2008.8.22.0001.
Informa que, em 8 de abril de 2009, foi editada a LCM 350, dispondo que a citada vantagem seja calculada sobre o vencimento básico, razão pela qual o Ministério Público ajuizou a ação civil pública citada.
Relata que a decisão proferida pelo reclamado vai de encontro à decisão transitada em julgado deste Tribunal de Justiça, no mandado de segurança n. 0281302-03.2008.8.22.0001.
Requer seja concedida a liminar para suspender os efeitos da decisão contida na ação civil pública n. 0023518-47.2011.8.22.0001, especificadamente no item D, quanto ao pagamento do quinquênio dos servidores públicos do Município de Porto Velho.
Ainda que presente a fumaça do bom direito, com decisão determinando o pagamento do quinquênio calculado sobre a remuneração do servidor, porque aplicada aos substituídos, não visualizo o perigo da demora. É que não haverá prejuízo ao aguardo da decisão final.
Ademais, foi editada lei complementar municipal determinando a base de cálculo da vantagem, devendo o pagamento submeter-se àquele regramento.
Com estas considerações, indefiro a liminar.
Solicitem-se as informações ao reclamado.
Após, à Procuradoria de Justiça.
Encaminhem-se à distribuição.
Porto Velho, 20 de dezembro de 2011.
Juiz Convocado Francisco Prestello de Vasconcellos
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR PLANTONISTA
Mandado de Segurança nrº 0013187-09.2011.8.22.0000
Impetrante: Arinaldo de Souza Carvalho
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Arinaldo de Souza Carvalho contra ato do Secretário de Estado da Saúde, com o objetivo de realização de exame médico.
Consta dos autos que o impetrante está com hipótese de tumor na coxa e por isso necessita realizar RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COXA ESQUERDA para elucidação diagnóstica e adequação do tratamento.
Informa que não possui meios de arcar com a realização em rede particular. O objetivo do mandamus é a concessão da segurança no sentido de que a autoridade providencie a realização do exame pleiteado.
É o breve relato.
Decido.
Após detida análise dos autos, verifico a presença dos requisitos ensejadores da liminar.
A jurisprudência pátria já firmou entendimento que é ordem constitucional a responsabilidade do Estado em garantir a saúde do cidadão, proporcionando-lhe inclusive, a realização de exames através da Rede Pública.
Também é de se visualizar a urgência da prestação jurisdicional positiva, sendo imprescindível a realização do referido exame, por ser eficaz no diagnóstico da sua doença e a não realização, prejudicará ainda mais sua saúde.
A hipótese do exame não ser realizado pela Secretaria Estadual de Saúde, não isenta o Poder Público de sua promoção, ante o imperativo constitucional de fornecimento de Saúde à toda população, sendo imprescindível a concessão da liminar para dar efetividade à prestação estatal no que pertine à proteção à saúde do menor acobertado de grave doença.
Nesse sentido, esta Corte:
Mandado de segurança. Saúde. Exame. Custo do tratamento.
Demonstrada a ofensa a direito líquido e certo em face da omissão estatal em não disponibilizar os exames necessários, é dever do Estado o custeamento do exame, ainda que em rede particular, quando a rede pública não oferecer o exame ou tratamento requerido.
(MS, N. 20020076523620098220000, Rel. Des. Eurico Montenegro, J. 02/09/2009)
Deste modo, entendo evidenciado todos os requisitos para a concessão da medida.
Pelo exposto, concedo a liminar para determinar que a autoridade indicada como coatora providencie a realização imediata do exame de RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COXA ESQUERDA necessário ao paciente, seja em rede pública ou particular do Estado de Rondônia, independente de procedimento licitatório, sob pena de multa fixada em R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), além das sanções cíveis que possam advir pelo descumprimento da medida, a ser suportada pessoalmente pela autoridade coatora e destinada à entidade assistencial.
Notifique-se a autoridade impetrada através de mandado, para cumprimento imediato.

Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
À d. Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior
Relator Plantonista

Despacho DO RELATOR PLANTONISTA
Mandado de Segurança nrº 0013198-38.2011.8.22.0000
Impetrante: Nila Rodrigues de Matos
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima(OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Nila Rodrigues de Matos, contra omissão do Secretário de Estado da Saúde, com o objetivo do fornecimento de medicamento para tratamento de saúde.
Consta dos autos que a impetrante é portadora de doença de Parkinson (CID-10: G20), em consequência disso necessita fazer uso contínuo dos medicamentos PRAMIPEXOL 1mg e AMANTADINA 100mg.
Informa a impetrante que vinha adquirindo os medicamentos através da Gerência de Medicamentos do Estado de Rondônia, contudo, há vários meses os medicamentos encontram-se em falta e sem previsão de chegada. Diante da sua condição de hipossuficiente, não possui meios para arcar com a compra dos referidos medicamentos.
Requisitada administrativamente a prestar informações, autoridade indicada como coatora noticia que os medicamentos fazem parte da portaria 2981/2009, de responsabilidade do Estado, porém encontra-se em falta (fls. 18/20)
É o relato.
Decido.
Inicialmente, defiro o pedido de gratuidade de justiça.
Após detida análise dos autos, verifico a presença dos requisitos ensejadores da liminar.
É de se visualizar a urgência da prestação jurisdicional positiva, sendo imprescindível o uso dos medicamentos pleiteados, por serem eficazes no controle da enfermidade e a não utilização dos fármacos, poderá levá-la a piora da sua saúde.
Ademais, a doença a qual a impetrante é portadora não pode esperar a boa vontade do Estado em adquirir medicamentos que são de sua responsabilidade, conforme a Portaria nº 2981/2009.
A jurisprudência pátria já firmou entendimento que é ordem constitucional a responsabilidade do Estado em garantir a saúde da população, proporcionando-lhes o fornecimento de medicamentos através da Rede Pública.
Nesse sentido, cito esta Corte:
MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO À SAÚDE. MOLÉSTIA GRAVE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DEVER DO ESTADO.
Dispõe o art. 196 da Constituição Federal que a saúde é direito de todos e dever do Estado, que deverá garantí-lo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco à doença e outros agravos.
O fato de o medicamento não fazer parte das especialidades disponíveis pela rotina do SUS não exime o Estado de fornecê-lo ao usuário que não dispõe de recursos para custeá-lo e necessita urgentemente do tratamento.
Pacientes regularmente encaminhados para Tratamento Fora do Domicílio, que necessitem de medicamentos de alto custo, podem reclamar o seu fornecimento da unidade federativa de origem.
(Mandado de Segurança, n. 20020102254720098220000, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, J. 19/01/2010)
Deste modo, entendo evidenciado todos os requisitos para a concessão da medida.
Pelo exposto, concedo a liminar para determinar que a autoridade indicada como coatora adquira e forneça, no prazo de 48 horas, independentemente de procedimento licitatório, os medicamentos PRAMIPEXOL 1mg e AMANTADINA 100mg, necessários à paciente, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 até o limite de R$ 10.000,00, a ser suportada pessoalmente pela autoridade coatora.
Notifique-se a autoridade impetrada através de mandado, para cumprimento.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Juntadas as informações, ou certificado o decurso do prazo, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, em atenção ao disposto no art. 12 da lei supracitada.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior
Relator Plantonista

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0011964-21.2011.8.22.0000
Impetrante: Gilmar dos Santos Nascimento
Advogado: Antonio Cloves Leal da Silva(OAB/RO 4331)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Decisão
Gilmar dos Santos Nascimento impetrou mandado de segurança contra ato que entende abusivo e ilegal, praticado pelo Secretário de Estado de Administração, que exclui o impetrante do curso de formação básica de bombeiro militar, por ter sido considerado inapto no teste psicotécnico.
Narra que concluiu o curso de formação de soldado bombeiro militar 2010/2011 (CFBM), obtendo aprovação, mas que até a data da impetração do writ não lhe fora concedida posse no cargo, o que atribui ao fato de ter sido considerado inapto em exame psicotécnico durante a fase anterior ao curso de formação, tendo prosseguido por força de decisão judicial.
Requer, in limine, que a administração pública seja compelida a lhe dar posse, por já ter sido considerado apto ao cargo em diversas oportunidades no decorrer do certame público, bem como que a medida seja confirmada quando do julgamento de mérito.

É o relatório. Decido.
Inicialmente, faculto ao impetrante que proceda a emenda à sua inicial, no prazo de dez dias, no sentido de que efetivamente demonstre qual o ato que visa combater, e quais argumentos e provas pré-constituídas embasam seu direito líquido e certo, uma vez que o edital n. 190/GDRH/SEAD, de 12 de julho de 2011, limita-se a demonstrar o candidato como aprovado no curso de formação, na condição de sub judice, não constando qualquer informação que corrobore com o pouco que pode ser depreendido de suas alegações.
Após, retornem conclusos.
Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Plantonista

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013188-91.2011.8.22.0000
Impetrante: Ezequiel Barroso Nunes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Administração do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Ezequiel Barroso Nunes contra ato do Secretário de Estado da Administração, sob o fundamento de violação de direito líquido e certo, consistente na recusa dos documentos apresentados para a posse ao cargo de técnico em informática.
Esclarece o impetrante que foi aprovado no concurso para provimento de vagas para técnico em informática e, ao ser convocado para tomar posse, apresentou os documentos exigidos, dentre eles, o certificado intermediário de curso superior de tecnologia em redes de computadores com carga horária de 2.200 horas, superando ao exigido no Edital. (fls. 046).
Informa que na forma prevista no edital a documentação exigida para o cargo de Técnico em Informática – nível médio – consisite na apresentação do certificado de técnico em informática com 1.000 horas sem especialidade.
Narra que a Administração do Estado recusou-se em aceitar o certificado intermediário do curso superior de tecnologia em redes de computadores, sob o fundamento de que não atende ao exigido no edital. (fl. 09-10).
Requer a concessão da liminar para que a autoridade coatora receba a documentação apresentada e lhe dê posse.
No mérito, requer a confirmação da liminar.
Relatei
Decido.
O cerne da questão liminar cinge-se na pretensão de o impetrante tomar posse no cargo a que concorreu – Técnico em Informática -, apresentando a documentação de curso intermediário de Informática e não de Técnico em Informática como previsto no edital.
A liminar em mandado de segurança constitui um direito do impetrante, quando concorrentes os dois indispensáveis requisitos para a sua concessão, quais sejam, periculum in mora e fumus boni iuris.
No caso em comento, o impetrante participou de concurso público para preenchimento de vagas de Técnico em Informática e foi aprovado na 8ª colocação. (fl.49).
A fumaça do bom direito se mostra aparente, uma vez que demonstrado que houve aprovação dentro do número de vagas e manifestação administrativa quanto a negativa em receber a documentação apresentada.
No que diz respeito ao periculum in mora, verifico sua presença, uma vez que novos candidatos poderão ser convocados assumindo o lugar do impetrante.
Ante o exposto, defiro em parte o pedido de liminar para garantir a vaga do impetrante no Concurso Público para provimento de vagas ao cargo de técnico em informática, ficando sua posse condicionada a decisão final da presente ação mandamental.
Defiro a gratuidade requerida, nos termos do art. 3º da Lei 1.060/50.
Intime-se o Estado de Rondônia, nos termos do art. 3º, da Lei 4.348/64.
Requisite-se informações da autoridade impetrada, no prazo legal.
Após, dê-se vista à Procuradoria Geral de Justiça.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior
Relator Plantonista

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013190-61.2011.8.22.0000
Impetrante: Jacilvia dos Santos Aguiar
Defensora Pública: Telma Regina de Souza(OAB/RO 298)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
Jacilvia dos Santos Aguiar impetra mandado de segurança, com pedido de liminar, visando correção de ato omisso do Secretário de Saúde do Estado de Rondônia.
Relata ser idosa e que recentemente passou por cirurgia para retirada de tumor cerebral e agora precisa se submeter aos tratamentos quimioterápico e radioterápico.
Para quimioterapia, menciona que o médico prescreveu o fármaco nominado de TEMODAL nas dosagens de 100mg (42 cápsulas) e 20 mg (84 cápsulas), princípio ativo, Temozalamida, que custam aproximadamente R$4.280,00 reais.
Afirma que, na condição de aposentada, não dispõe de recursos financeiros suficientes para custear os medicamentos, por receber mensalmente dois salários mínimos.
Posto isso, pede a concessão da liminar para que o impetrado forneça os medicamentos, em caráter de urgência, conforme receituário médico em anexo.
Decido.
A liminar no mandado de segurança deve ser concedida quando ocorrem os pressupostos periculum in mora e fumus boni iuris.
Nesse cuidado, vislumbro presente o perigo na demora, consistente no risco de irreversibilidade dos danos que possam advir à saúde da impetrante caso seja postergado o fornecimento do medicamento vindicado.
De igual modo, vejo presente o requisito da plausibilidade do direito, em razão do disposto no art. 196, caput, da Constituição Federal, de ser dever do Estado velar pela inviolabilidade do direito à saúde do cidadão.
Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada e determino ao Secretário Estadual de Saúde do Estado de Rondônia que providencie à impetrante, no prazo máximo de 10 (dez) dias,

independentemente de prévia licitação, forneça medicamento cujo princípio ativo é Temozalamida, nas dosagens de 100mg (42 cápsulas) e 20 mg (84 cápsulas), conforme laudo e receituário médico, fls. 10v.
Outrossim, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de descumprimento, independentemente das sanções cíveis que possam ser impostas à autoridade impetrada.
Solicitem-se as informações da autoridade apontada como impetrada, no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Juntadas as informações, ou certificado o decurso do prazo, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, em atenção ao disposto no art. 12 da lei supracitada.
Expeça-se o necessário.
Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Plantonista

Despacho NO PLANTÃO
Mandado de Segurança nrº 0013195-83.2011.8.22.0000
Impetrante: Katia Adriany da Costa Galvão de Lima
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Administração do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Katia Adriany da Costa Galvão de Lima impetra Mandado de Segurança contra ato do Secretário de Estado da Administração, atribuindo violação de seus direitos por desconsiderar a experiência profissional deixando de atribuir a pontuação que entende merecedora no processo de seleção simplificado para contratação de profissionais ambientais.
Narra ter se inscrito no processo de seleção, regido pelo Edital n. 279/GDRH/SEAD/2011, para o cargo de engenheiro florestal, vaga Porto Velho. Alega ter sido incorreta a nota atribuída, em razão de desconsiderar os anos de experiência profissional em análise e vistoria técnica de manejo.
Impetrou o presente Writ,em que pede liminarmente a recontagem dos pontos e reavaliação da documentação entregue pelos demais candidatos.
É o relatório.
Decido.
A concessão da liminar exige a verificação dos pressupostos da relevância do direito invocado e da possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação.
Trata de pedido de recontagem dos pontos atribuídos à candidata e reavaliação dos documentos dos demais aprovados quanto a comprovação da experiência profissional.
O Superior Tribunal de Justiça tem decidido:
RECURSO ORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO.PROMOTORDEJUSTIÇA.BANCAEXAMINADORA. QUESTÕES. REVISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE.
1. A intervenção do Judiciário no controle dos atos de banca examinadora em concurso público está restrita ao exame da legalidade do procedimento, não lhe cabendo substituir-se à referida banca para reexaminar o conteúdo das questões formuladas ou os critérios de correção das provas. Precedentes do STJ e do STF.
2. Recurso ordinário a que se nega provimento. (RMS33108/MA, Rel. Teori Zavaski, j.09/08/2011, DJE09/08/2011).
Assim não pode o Judiciário substituir-se à banca examinadora, ausente, portanto, a relevância do direito justificadora da concessão da liminar.
Portanto, indefiro a liminar por ausência dos requisitos necessários.
Requisitem-se informações da autoridade impetrada, no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Após, dê-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Júnior
Plantonista

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013202-75.2011.8.22.0000
Impetrante: L. C. F. L. Representado por sua mãe E. C. C. S. L.
Advogado: Roberto Araújo Júnior(OAB/RJ 137438)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Renato Martins Mimessi
Vistos.
L C. F. L., menor, por meio da sua genitora impetra mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato omissivo do Secretário de Saúde do Estado de Rondônia.
Relata que vem se submetendo a tratamento contínuo de saúde, com o fármaco Somatropina 12 UI F.A, por estar acometido de doença nominado de Hipopituitarismo, CID E230.
Expõe que é cadastrado no SUS e vinha recebendo o referido medicamento da Administração, contudo, desde de setembro de 2011, o fornecimento fora interrompido
Narra que a Gerência de Medicamento lhe informou que a falta do medicamento se deve pela demora na aquisição.
Aduz que a interrupção é intolerável e irá comprometer o estado de sua saúde, como também está agravando e dificultando a recuperação.
Posto isso, pede a concessão da liminar para que o impetrado forneça, em caráter de urgência, o medicamento, conforme receituário médico em anexo.
Decido.
A liminar no mandado de segurança deve ser concedida quando ocorrem os pressupostos periculum in mora e fumus boni iuris.
Nesse cuidado, vislumbro presente o perigo na demora, consistente no risco de irreversibilidade dos danos que possam advir à saúde da impetrante caso seja postergado o fornecimento do medicamento vindicado.
De igual modo, vejo presente o requisito da plausibilidade do direito, em razão do disposto no art. 196, caput, da Constituição Federal, de ser dever do Estado velar pela inviolabilidade do direito à saúde do cidadão.
Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada e determino ao Secretário Estadual de Saúde do Estado de Rondônia que

providencie à impetrante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, independentemente de prévia licitação, restabelecer o fornecimento do medicamento Somatropina 12 UI F.A, ao impetrante, conforme receituário médico, fls. 12.
Outrossim, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de descumprimento, independentemente das sanções cíveis que possam ser impostas à autoridade impetrada.
Solicitem-se as informações da autoridade apontada como impetrada, no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Juntadas as informações, ou certificado o decurso do prazo, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, em atenção ao disposto no art. 12 da lei supracitada.
Expeça-se o necessário.
Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator Plantonista

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança nrº 0013214-89.2011.8.22.0000
Impetrante: Regina Célia Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Eurico Montenegro
Vistos.
Regina Célia Ferreira impetra mandado de segurança, com pedido de liminar, contra omissão do Secretário de Saúde do Estado de Rondônia.
A impetrante é portadora de enfermidade denominada neurocisticercose (cid F 06.3 + F 33.2), bem como sofre de problemas cardíacos (Hipertensão Essencial - cid I 10) e informa necessitar do uso contínuo dos seguintes medicamentos: DEPAKOTE 500mg – com trinta comprimidos (três caixas por mês), APRAZ 02mg – com 30 comprimidos (três caixas por mês), ALCYTAM 20mg – com 14 comprimidos (três caixas por mês) e ABLOK PLUS 50mg + 12,5mg – com trinta comprimidos (uma caixa por mês).
Relatei. Decido.
É sabido que o nosso sistema constitucional impõe ao Estado a responsabilidade pela saúde do cidadão.
A impetrante comprovou a justa causa por que reclama a assistência, constituída no estado de necessidade, que justifica a excepcionalidade da decisão, e na possibilidade de agravamento da doença, sem o tratamento prescrito.
Com efeito, presentes o fumus boni juris e o periculum in mora, concedo a liminar pleiteada e determino ao Secretário Estadual de Saúde que providencie à impetrante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, independentemente de prévia licitação e enquanto necessitar, os medicamentos reclamados (fls. 33/34).
Fixo multa diária pessoal de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o caso de descumprimento, independentemente das sanções que possam ser impostas à autoridade impetrada.
Solicitem-se informações da autoridade apontada como impetrada, no prazo legal.
Em cumprimento ao art. 7º, II da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.
Juntadas as informações, ou certificado o decurso do prazo, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça, em atenção ao disposto no art. 12 da lei supracitada.
Expeça-se o necessário.
Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargador Walter Waltenberg Júnior
Plantonista

1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013163-78.2011.8.22.0000
Paciente: Jesus da Silva Gabriel
Impetrante(Advogado): José Américo dos Santos(OAB/RO 1049)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos.
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado José Américo dos Santos, em favor do paciente Jesus da Silva Gabriel, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca da Capital.
Relata o impetrante que, no dia 13/10/11, o paciente foi preso em flagrante pela prática do delito de tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33, caput, Lei 11.343/06). Com isso, sustenta:
A peça flagrancial apesar de aparentar estar formalmente em ordem, constata-se que está eivada de vícios quanto ao seu aspecto substancial, pois as testemunhas (todos policiais) inquiridas pela autoridade policial trazem informações que deixam dúvidas quanto à ocorrência do fato na forma como narrado no auto de prisão em flagrante.
Não obstante a monitoramento realizado, em momento nenhum os policiais declinaram em seu depoimento que Jesus foi surpreendido com qualquer tipo de substância entorpecente.
Posto isso, requer, liminarmente, a concessão da liberdade ao paciente, expedindo-se em seu favor o competente alvará de soltura.
É o que há de relevante.
Decido.
O caso dos autos é semelhante àquele decidido pelo Colegiado no habeas corpus 0012229-33.2011.8.22.0000, cuja paciente - Luana Franca Rodrigues - foi presa em flagrante delito juntamente com Jesus (ora paciente - mesmos fatos).
Em sessão realizada pela 1ª Câmara Criminal, em 15/12/2011, no julgamento do habeas corpus 0012229-33.2011.8.22.0000, de minha relatoria, a ordem foi concedida por unanimidade, com a seguinte ementa:

Tráfico de entorpecente. Prisão. Fundamento insuficiente. Concessão. Aplicação de outras medidas cautelares. 1. Inexistindo fundamentos concretos e idôneos justificadores da prisão preventiva, impõe-se a concessão da liberdade ao paciente preso em flagrante delito pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes. 2. Se ausentes ou duvidosos comprovantes de residência e atividade laboral lícita, aplicam-se medidas cautelares.
Assim, consoante o brocardo jurídico já há muito consolidado pelo ordenamento jurídico ("onde existe a mesma razão deve-se aplicar o mesmo direito"), entendo que - por critério de justiça, equilíbrio e a fim de se evitar contradições - deve o paciente ser posto em liberdade, sob as mesmas condições em que a liberdade foi concedida à Luana.
Portanto, defiro a liminar, mediante as seguintes medidas cautelares:
1) comparecimento mensal em juízo para ratificar o endereço e delinear o local onde trabalha;
2) não se ausentar desta comarca, sem comunicação ao juízo processante, nos termos do art. 319, incisos I e IV, do Código de Processo Penal.
3) o recolhimento domiciliar no período noturno (art. 319, V, todos do CPP), às 21h;
4) e outras limitações que poderão ser definidas pelo Juízo processante.
O descumprimento das medidas cautelares ensejará a decretação da prisão preventiva nos termos do art. 282 do CPP.
Esta decisão servirá como mandado.
Solicitem-se informações à autoridade impetrada, as quais deverão ser prestadas no prazo de 48 horas.
Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013189-76.2011.8.22.0000
Paciente: Dione Barbosa Jordão
Impetrante(Advogado): Carlos André da Silva Morong(OAB/RO 2478)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Buritis - RO
Relatora:Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos.
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Carlos André da Silva Morong, em favor do paciente Dione Barbosa Jordão, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Buritis.
Relata o impetrante que o paciente, desde o dia 04/07/11, encontra-se encarcerado, por ter sido preso em flagrante pela prática do delito de receptação (art. 180, caput, do CP). Com isso, sustenta:
O paciente está preso há mais de 05 meses (150 dias). Como é cediço, o prazo legal para o término da instrução de processo com réu preso, independentemente do crime, é de 81 dias. Diante disso, no caso dos autos, resta claro o excesso de prazo, razão pela qual deve a prisão ser relaxada.
Posto isso, requer, liminarmente, o relaxamento da prisão do paciente, em razão do inegável excesso de prazo verificado.
É o que há de relevante.
Decido.
O paciente foi preso em flagrante pela prática do delito de receptação própria (art. 180, caput, do CP), cujo preceito secundário da norma incriminadora prevê uma pena de reclusão de um a quatro anos e multa.
Em primeiro lugar, não há lastro idôneo para a manutenção da prisão em flagrante do paciente (fundamentos da preventiva), principalmente porque o delito em tela não admite a sua ocorrência. Nesse sentido, dispõe o art. 313 do CPP:
Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:
I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;
II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; […]
Logo, como ao delito de receptação simples não foi cominada pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos e tampouco trata-se de paciente reincidente (fl. 59/60), deve ser relaxada a sua prisão cautelar.
Não bastasse, o excesso injustificado de prazo parece mesmo ter ocorrido, pois, não obstante a prisão em flagrante tenha ocorrido em 04/07/11, a audiência de instrução foi designada apenas para o dia 24/01/12 (fl. 69). Dessa forma, terão passados 06 meses desde a sua prisão, sem conclusão da instrução criminal. Assim, considerando que o feito dificilmente será sentenciado nessa data, deve o paciente ser posto em liberdade, principalmente porque não se trata de caso complexo.
Posto isso, ausentes os motivos autorizadores da prisão preventiva e presente o excesso de prazo, defiro a liminar para relaxar a prisão e conceder a liberdade ao paciente Dione Barbosa Jordão, com a condição de comparecer a todos os atos processuais, sob pena de revogação do benefício.
Esta decisão servirá como mandado.
Solicitem-se informações à autoridade impetrada, as quais deverão ser prestadas no prazo de 48 horas.
Após a juntada das informações ou decorrido o prazo para a manifestação, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0012838-06.2011.8.22.0000
Paciente: Janete Rodrigues Fernandes
Impetrante(Advogado): Gilson Vieira Lima(OAB/RO 4216)
Paciente: Sebastião Hodair Balbino Valente
Impetrante(Advogado): Gilson Vieira Lima(OAB/RO 4216)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Costa Marques - RO
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos.
A Lei 9.800/99, que regulamenta a utilização do sistema de transmissão de dados via fac-símile para a prática de atos processuais, estabelece que a responsabilidade pela fidelidade do material transmitido e entrega dos originais ao órgão judiciário é de quem se utiliza desse meio (art. 4º).

Trata-se de incumbência inescusável, que o impetrante, embora alertado sobre o prazo de que dispunha, não deu o devido cumprimento, conforme certificado à fl. 25.
A não bastar, constata-se que a inicial não atende os preceitos do art. 654, § 1º, do CPP, visto não ter o impetrante transmitido cópia integral da petição inicial, o que inviabiliza o exame do pedido.
Em face do exposto, indefiro de plano o pedido inicial, fazendo-o com fundamento no art. 139, III, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora para liminar

Despacho DA RELATORA
Recurso em Sentido Estrito nrº 0087015-85.2009.8.22.0007
Recorrente: Abdiel Afonso Figueira
Advogado: Abdiel Afonso Figueira(OAB/RO 3092)
Advogada: Iris Christina Gurgel do Amaral Pini(OAB/RO 844)
Advogada: Jenifher Cristielly dos Santos Alves(OAB/RO 644E)
Recorrido: Antônio Leão Ramos
Advogado: Charles Baccan Júnior(OAB/RO 2823A)
Recorrida: Dalzira Pereira Ramos
Advogado: Charles Baccan Júnior(OAB/RO 2823A)
Relatora:Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos.
Considerando que o juízo de retratação é essência do recurso em sentido estrito, devendo o julgador sustentar a manutenção da pronúncia no despacho que envia o recurso, sob pena de cerceamento de defesa e nulidade do julgamento da Corte por supressão de instância, retornem os autos à origem para cumprimento do disposto no art. 589 do Código de Processo Penal.
Após, dê-se vista à Procuradoria de Justiça para manifestação.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora

Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus nrº 0013197-53.2011.8.22.0000
Paciente: Luan Crystian Lima dos Santos
Impetrante(Advogado): José Carlos Nolasco(OAB/RO 393B)
Paciente: Douglas Araújo
Impetrante(Advogado): José Carlos Nolasco(OAB/RO 393B)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ji Paraná - RO
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos.
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado José Carlos Nolasco em favor de Luan Crystian Lima dos Santos e Douglas Araújo, apontando como coator o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná.
Resumidamente, alega o impetrante que:
1. os pacientes foram presos em flagrante no dia 11/11/2011, por suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4º, IV c/c art. 29, ambos do Código Penal;
2. o flagrante foi convertido em prisão preventiva e embora tenha requerido a revogação à autoridade impetrada, inclusive auferindo parecer favorável do Ministério Público, teve o pedido indeferido;
3. não estão presentes os requisitos justificadores da excepcional medida privativa de liberdade, que deve ser reduzida à ultima ratio, portanto, aplicável aos casos de incontrastável necessidade, não sendo esse o caso dos pacientes, que são primários e de bons antecedentes, demonstrando que em caso de condenação suas penas serão fixadas no mínimo legal, sendo substituídas por restritivas de direitos;
4. além disso, têm residências fixas na cidade de Ariquemes, são estudantes, residem com os pais, circunstâncias que lhes conferem o direito de responder a acusação em liberdade, mediante a imposição das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.
Assim, alegando estarem presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, pugna pela concessão liminar da ordem, a fim de que seja determinada a imediata soltura, com expedição dos competentes alvarás em favor dos pacientes.
É o relatório. Decido.
Esta Corte firmou o entendimento de que a concessão de liminar exige a ocorrência de manifesta ilegalidade no constrangimento à liberdade.
Consta que os pacientes foram presos em flagrante, este convertido em preventiva nos termos do art. 310, II do CPP. Tiveram o pedido de revogação indeferido em razão de a autoridade impetrada entender pela presença dos requisitos do art. 312 do CPP, especificamente no que tange à garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.
Ocorre que a motivação apresentada não se mostra suficiente para acautelar o Juízo, máxime porque os pacientes demonstram ser radicados na cidade de Ariquemes, onde residem com os pais. Além disso, não ostentam antecedentes criminais (fls. 34 e 41), também não havendo indicativo de que, em liberdade, possam prejudicar a colheita de provas ou que, em caso de eventual condenação, venham a frustrar a aplicação da lei.
Diante desse contexto, denota-se que os fundamentos da decisão censurada não apontam para a necessidade da segregação.
Frise-se que o Ministério Público de 1º grau expressou seu entendimento pela revogação da preventiva, mediante aplicação de medidas cautelares estabelecidas no art. 319 do CPP (fls. 44/47), havendo-se de considerar, ainda, que em caso de eventual condenação, por serem primários e sem antecedentes, em teve, poderão auferir regime menos severo, com possibilidade de substituição da pena por restritivas de direitos, de forma que a manutenção da prisão provisória constitui gravame a ser evitado.
Posto isso, defiro o pedido de liminar para conceder liberdade provisória aos pacientes Luan Crystian Lima dos Santos e Douglas Araújo, qualificados nos autos, em favor de quem determino a expedição de alvará de soltura, se por outro motivo não estiverem presos, mediante o cumprimento das seguintes medidas cautelares alternativas (CPP, art. 319): 1) comparecimento mensal em juízo para informar e justificar suas atividades, bem assim comparecimento a todos os atos processuais; 2) proibição de ausentar-se da comarca sem comunicação e autorização do impetrado; 3) recolhimento domiciliar no período noturno, e outras limitações que poderão ser definidas pelo juízo impetrado.
Esta decisão servirá como mandado.
Anoto que o não cumprimento das medidas cautelares impostas dará ensejo ao decreto de nova prisão preventiva (CPP, art. 282, § 4º).
Comunique-se o teor dessa decisão à autoridade impetrada, requisitando as respectivas informações.

Após, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Intimem-se.
Publique-se.
Cumpram-se.
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora para liminar

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013222-66.2011.8.22.0000
Paciente: Djair Alves
Impetrante(Advogado): José Águia Azul Martinho de Medeiros(OAB/RO 2185)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos,
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por José Águia Azul Martinho de Medeiros, advogado qualificado nos autos, em favor de DJAIR ALVES, em que indica como autoridade impetrada o Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri desta Comarca.
Afirma o impetrante que o paciente encontra-se preso, em regime fechado, em cumprimento à ordem judicial que decreta a prisão preventiva do elemento MARCOS FERREIRA DOS SANTOS, à pedido da autoridade policial. Esclarece que, embora a ordem judicial determine a prisão deste elemento, com qualificação distinta da sua, o oficial de justiça, usurpando a função de juiz, prendeu o paciente, por acreditar tratar-se da mesma pessoa, o que lhe impõe constrangimento ilegal.
É a síntese.
Decido.
Em princípio, não é possível concluir pela presença dos requisitos necessários à concessão da liminar: periculum in mora e fumus boni iuris. Isso porque a decisão que serviu de mandado determina a prisão de Marcos Ferreira dos Santos conforme qualificação nos autos de inquérito policial nº 11E1017000065/DECCV, enquanto que o documento que instrui o presente pedido, a fim de comprovar tratar-se de pessoa diferente do paciente, refere-se aos autos nº 0014309-09.2011.8.22.0501 – inquérito policial nº 161/2011-DECCV (fl. 11).
Por essa razão, indefiro o pedido de liminar.
Requisitem-se informações da autoridade impetrada. Prazo: 48 horas.
Após, encaminhem-se os autos à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus nrº 0013212-22.2011.8.22.0000
Paciente: Walter da Silva
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Relatora:Desª Zelite Andrade Carneiro
Vistos,
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública em favor de Walter da Silva, em que indica como autoridade impetrada o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes.
Aduz a impetrante que o paciente foi condenado à pena de 04 anos e 07 meses de reclusão, em regime semiaberto, pela prática dos delitos descritos no art. 155, IV (oito vezes) c/c art. 71, do CP c/c art. 10 da LF 9.437/97, na forma do art. 69 do CP, restando-lhe cumprir 03 anos, 04 meses e 28 dias de reclusão. Com a progressão para o regime aberto, não compareceu à audiência admonitória, razão pela qual expediu-se mandado de prisão. A ordem foi cumprida e encontra-se recolhido na comarca de Iretama/PR, em regime fechado.
Esclarece, ainda, a que foi requerida a remoção do paciente para a Comarca de origem (Ariquemes), indeferida pelo Juízo impetrado, ao argumento de que inexiste vaga na unidade prisional daquela localidade e, assim, o paciente permanece preso em regime mais gravoso do que o estabelecido na sentença condenatória, o que lhe impõe constrangimento ilegal e afronta princípios constitucionais.
É a síntese.
Decido.
Os fundamentos trazidos aos autos não são suficientes, em princípio, para afastar os fundamentos do decreto prisional, principalmente porque o pedido não se encontra instruído com os documentos necessários à comprovação do alegado, de sorte que não é possível extrair-se
a presença dos requisitos necessários à concessão liminar da ordem, quais sejam: a presença do fumus boni iures e do periculum in mora.
Requisitem-se informações ao Juízo impetrado. Prazo de 48 horas.
Após, encaminhem-se os autos à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora

ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0010301-23.2010.8.22.0501
Apelante: Cláudio Roberto Dalcin Garlet
Advogado: Richardson Cruz da Silva (OAB/RO 2767)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desª. Zelite Andrade Carneiro
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista ao apelante para apresentar as razões ao recurso interposto."
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011
(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do 1DEJUCRI

2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Habeas Corpus nrº 0013150-79.2011.8.22.0000
Origem : 0014168-24.2010.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Paciente : Adair Souza Ramos
Impetrante : Luceno José da Silva (OAB/RO 4640)

Impetrado : Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos de Porto Velho/RO
Relatora : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo Advogado Luceno José da Silva (OAB/RO 4640) em favor de Adair Souza Ramos, condenado, sem trânsito em julgado, pela prática do delito previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos de Porto Velho/RO, que negou o direito de recorrer em liberdade.
Em síntese, sustenta que a decisão que lhe negou o direito de recorrer em liberdade é ausente de fundamentação, esclarecendo, ao mesmo tempo, que se trata de réu primário, sem antecedentes, com atividade laboral definida, não demonstrando periculosidade, além de ser pai de família, reforçando que sua pena, em recurso provido, será convertida em restritiva de direitos, razão pelo que deve permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
Juntou as peças de fls. 11/16.
Examinados, decido.
No que se refere à medida liminar em habeas corpus, conquanto não haja previsão expressa para sua concessão, tendo em vista o próprio direito em debate, qual seja, a restrição à liberdade de locomoção, constato estar presente a excepcionalidade bastante para aplicação analógica do disposto na legislação atinente ao mandado de segurança. Registre-se, ainda, que em se tratando de liberdade, o periculum in mora já resta evidente pela própria natureza do direito, havendo que se demonstrar somente a probabilidade do direito alegado, ou seja, o chamado fumus boni iuris.
Nessa linha, em uma análise perfunctória dos autos, constato que o paciente foi preso em flagrante no dia 24 de novembro de 2010 e assim respondeu ao processo. Ao prolatar sentença (fls. 11/14), o magistrado manteve a prisão preventiva do paciente, pelos mesmos motivadores que o mantiveram segregado durante a instrução penal.
Sobre tal temática, esse é o entendimento de nossos Tribunais Superiores:
PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA. ART. 33, § 4º, DA LEI 11.313/06. NÃO-PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA.IMPOSSIBILIDADE. RÉU PRIMÁRIO E DE BONS ANTECEDENTES QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. VEDAÇÃO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.
1. (omissis)
2. (omissis)
3. A apelação em liberdade prevista no art. 59 da Lei 11.343/2006 pressupõe a cumulação dos pressupostos da primariedade e da inexistência de antecedentes com o fato de ter o réu respondido em liberdade à ação penal, tanto pela inocorrência de prisão oriunda de flagrante delito quanto pela inexistência de decreto de prisão preventiva". (HC-AgR 94.521/SP, Rel Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ de 1º/8/08).
4. Ao paciente que permaneceu preso preventivamente durante toda a instrução criminal não assiste o direito de apelar em liberdade, por se tratar de um dos efeitos da sentença condenatória a conservação do réu na prisão. Precedentes do STJ e do STF.
5. O inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal estabelece que o tráfico ilícito de entorpecentes constitui crime inafiançável.
6. Não sendo possível a concessão de liberdade provisória com fiança, com maior razão é a não-concessão de liberdade provisória sem fiança.
7. A Terceira Seção deste Tribunal firmou o entendimento no sentido de que a vedação imposta pelo art. 2º, II, da Lei 8.072/90 é fundamento suficiente para o indeferimento da liberdade provisória.
8. A Lei 11.343/06, expressamente, fez constar que o delito de tráfico de drogas é insuscetível de liberdade provisória.
9. Ordem denegada. (STJ HC 119.149/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 02/02/2009). g. n.
E ainda: STJ HC 121647/SP, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA, DJe 04/05/2009).
Desta forma, em exame perfunctório dos autos e com vistas ao posicionamento jurisprudencial supra, não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual a INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 437 do RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, remetam-se à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 22 de setembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora em substituição

2ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Relaxamento de Prisão nrº 0013210-52.2011.8.22.0000
Requerente: Rafaela Oliveira da Silva
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino(OAB/AC 3650)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator:Des. Daniel Ribeiro Lagos
Vistos.
Em plantão.
O advogado Eliseu dos Santos Paulino pede a revogação da prisão de Rafaela Oliveira da Silva, relata que a requerente acusada por tráfico de drogas estava respondendo processo em liberdade (autos n. 0012646-59.2010.8.22.0501), porém, em 1º/05/2011, foi presa em flagrante junto com outros indivíduos, sendo acusada novamente por tráfico de drogas (autos n. 0005594-75.2011.8.22.0501).
Alega o patrono que a paciente encontra-se sofrendo constrangimento ilegal, pois cessaram os motivos determinantes da prisão preventiva.
O impetrante, em petição apartada, pleiteia a aplicação do princípio da fungibilidade, para que sejam os autos recebidos como habeas corpus, com pedido de liminar.

Posto isso, decido.
Primeiramente, em respeito ao princípio da fungibilidade, recebo o pedido de revogação da prisão preventiva como habeas corpus.
A concessão de liminar em habeas corpus exige a ocorrência de manifesta ilegalidade no constrangimento à liberdade.
No caso em exame, verifico que a paciente estava respondendo em liberdade aos autos n. 0012646-59.2010.8.22.0501 e no decorrer desta ação penal foi novamente presa em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de droga, que gerou o processo de n. 0005594-75.2011.8.22.0501.
O juízo a quo em 11 de julho de 2011, ao sentenciar a ação penal de n. 0012646-59.8.22.0501, condenou a ora paciente pelo crime de tráfico de droga, constando na sentença que ela havia sido presa em flagrante por novo envolvimento com o tráfico de droga (autos n. 0005594-75.2011.8.22.0501) e determinou a expedição de mandado de prisão.
Ocorre que, em 24 de novembro de 2011, foi sentenciado o processo n. 0005594-75.2011.8.22.0501, tendo sido a paciente Rafaela absolvida da acusação de tráfico de droga, e foi determinada a expedição de alvará de soltura em seu nome, se por outro motivo não estivesse presa. No entanto, permaneceu segregada nos autos anteriormente referidos, cujo fundamento para a segregação é a prática deste novo delito, do qual foi absolvida.
Portanto, se a prisão da paciente decorreu em relação aos autos n. 0005594-75.2011.8.22.0501l, e nestes foi absolvida, e não foi cumprindo o alvará em decorrência do mandado de prisão expedido no processo n. 0012646-59.2010.8.22.0501, nos quais foi condenada, mas recorreu da decisão, entendo não mais haver motivo para manutenção de sua prisão.
Ante o exposto, defiro a liminar para conceder liberdade provisória à paciente Rafaela Oliveira da Silva, a fim de que aguarde o julgamento para recorrer em liberdade a apelação de n. 0012646-59.2010.8.22.0501, se por outro motivo não estiver presa.
Sirva a presente decisão como alvará de soltura.
Ao departamento de distribuição para corrigir a autuação.
Dispenso as informações.
Após, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 22 de dezembro de 2011.
Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Relatora em substituição regimental

2ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0003847-90.2011.8.22.0501
Apelante: Pedro Silva de Melo
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apelante: Solange de Lana Martins Souza
Advogada: Adriana Nobre Belo Vilela (OAB/RO 4408)
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista aos apelantes para apresentarem as razões ao recurso interposto".
Porto Velho, 22 de dezembro de 2011.
(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2º DEJUCRI

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Data: 22/12/2011
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Câmaras Especiais Reunidas

Data de distribuição :08/07/2011
Data do julgamento : 09/12/2011
0007128-05.2011.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem: 0065870-43.2009.8.22.0501 Tribunal de Justiça - Estado deRondônia
Embargante: Carlos Handerson Sales
Advogado: Oscar Luchesi (OAB/RO 109)
Embargante: Delson Torrico Gomes
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4.553)
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433-A)
Embargante: Ademar Ferreira da Silva
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Juíza Duília Sgrott Reis
Revisor: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Decisão :"POR MAIORIA, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS. VENCIDO O JUIZ FRANCISCO PRESTELLO DE VASCONCELLOS.".
Ementa : TRÁFICO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. DELAÇÃO DE CORRÉU COLHIDO NA FASE INVESTIGATIVA. RETRATAÇÃO PARCIAL. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
O depoimento policial de corréu, delatando o agente como traficante, somados aos testemunhos policiais, colhidos livres da mácula da suspeição, são o bastante para manter a condenação por tráfico, não se falando em absolvição.
A delação, pela própria natureza, é elemento contundente à prova de autoria, mormente quando estreitamente relacionada às demais apuradas na instrução criminal.
TRÁFICO DE DROGA. VOLUME DA DROGA APREENDIDA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICiAIS DESFAVORÁVEIS. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE.
A quantidade da droga apreendida e as circunstâncias judiciais desfavoráveis do agente constituem circunstâncias a serem avaliadas na dosimetria da pena-base, podendo esta ser aplicada acima do mínimo legal.

1ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 22/12/2011
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :18/11/2011
Data do julgamento : 15/12/2011
0012128-83.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00048424520118220003 Jaru/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Cleone Oliveira da Conceição

Impetrante: Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3.893)
Impetrante: Dênio Franco Silva (OAB/RO 4.212)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru/RO
Relatora: Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM. ".
Ementa : Roubo qualificado. Indícios de autoria. Prisão preventiva. Garantia da ordem pública.
Inexiste constrangimento ilegal quando se verifica a presença de indícios de autoria e materialidade, bem como os requisitos da prisão preventiva, mormente quando objetiva a garantir a ordem pública, ante a gravidade do delito imputado.

Data de distribuição :07/12/2011
Data do julgamento : 15/12/2011
0012738-51.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00753213720098220002 Ariquemes/RO (2ª Vara Criminal)
Paciente: Cleuci Braga Rocha
Impetrante: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2.433)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Relatora: Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM.".
Ementa : Prisão preventiva. Ausência de elementos concretos. Concessão da ordem.
A ausência de elementos concretos que indiquem a necessidade da prisão, conduz à concessão da ordem.

Data de interposição :03/11/2011
Data do julgamento : 15/12/2011
1100735-91.2003.8.22.0014 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00073500920038220014 Vilhena/RO (1ª Vara Criminal)
Embargante: Luiz Carlos dos Santos
Advogado: Anita de Cácia Notargiácomo Saldanha (OAB/RO 3644) e Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS.".
Ementa : Embargos de declaração. Prazo. Intempestividade.
São intempestivos os embargos de declaração interpostos depois do prazo de dois dias, contados da intimação do acórdão.
(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do 1DEJUCRI
Data: 22/12/2011
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :26/10/2011
Data do julgamento : 15/12/2011
0011425-55.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00127719020118220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: André Alves Pereira
Impetrantes: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4.553) e João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433-A)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Roubo. Prisão preventiva. Manutenção da custódia cautelar. Garantia da ordem pública. Elementos concretos.
Existindo elementos concretos que evidenciem a necessidade da custódia cautelar, com a finalidade de se garantir a ordem pública (probabilidade concreta de reiteração criminosa), não há lugar para a revogação da prisão preventiva.
(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do 1DEJUCRI
Data: 22/12/2011
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :28/11/2011
Data do julgamento : 15/12/2011
0012391-18.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00137955620118220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: João Paulo Neves de Souza
Impetrante: José Luiz Xavier Filho (OAB/RO 2.545)
Advogado: José Luiz Xavier (OAB/RO 739)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho/RO
Relatora: Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM.".
Ementa : Tráfico de entorpecente. Prisão. Fundamento insuficiente. Concessão. Aplicação de outras medidas cautelares.
Inexistindo fundamentos concretos e idôneos justificadores da prisão preventiva, impõe-se a concessão da liberdade ao paciente preso em flagrante delito pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes.
(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do 1DEJUCRI

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Data: 22/12/2011
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Câmaras Criminais Reunidas

Data de distribuição :26/07/2011
Data do julgamento : 16/12/2011
0007825-26.2011.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem: 10054372720078220501 Tribunal de Justiça de Rondônia
Revisionando: Magno César Pires
Advogado: Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4.707)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Zelite Andrade Carneiro
Revisora: Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Decisão :"POR UNANIMIDADE, JULGAR IMPROCEDENTE A REVISÃO CRIMINAL E, DE OFÍCIO, RECONHECER A CONTINUIDADE DELITIVA E DIMINUIR A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. ".
Ementa : Revisão criminal. Reexame de provas. Ausência de fato novo. Improcedência.

A revisão criminal não é sede adequada para a reapreciação do conjunto probatório pela repetição de tese já afastada no recurso de apelação.
Atentado violento ao pudor. Estupro. Continuidade delitiva. Com o advento da nova lei, a conduta de atos libidinosos e conjunção carnal subsumem-se no estupro, de sorte que, por ser crime único de conteúdo múltiplo, não mais se aplica o concurso material, podendo ser reconhecida a continuidade delitiva se os crimes foram praticados nas mesmas condições de tempo, modo, lugar e contra a mesma vítima.

(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do DEJUCRI

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 16/12/2011
Vice-Presidente : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
OABRepresentante da : Marcos Antônio Araújo do Santos (OAB/RO 846)

PRESIDÊNCIA
0013095-31.2011.8.22.0000 Precatório
Origem: 00008812720108220005
Ji-Paraná/5ª Vara Cível
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Requerente: Élio Silveira Aragon
Advogado: Lurival Antônio Ercolin (OAB/RO 64B)
Advogado: Dilermando Cardoso Ercolin (OAB/RO 479E)
Requerido: Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN RO
Procuradora: Ana Gleysa de Oliveira Guedes Carvalho (OAB/RO 1764)
Distribuição por Sorteio

0013097-98.2011.8.22.0000 Precatório
Origem: 01631373120078220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Requerente: Shell Brasil Ltda
Advogado: Cristiano Augusto Ganz Viotti de Azevedo (OAB/PR 52.102-A)
Advogado: Aimberê Almeida Mansur (OAB/MG 80339)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Luiz Cláudio Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 1143)
Distribuição por Sorteio

TRIBUNAL PLENO
0013090-09.2011.8.22.0000 Petição
Relator: Des. Sansão Saldanha
Requerente: Maria Irismar Melo Nogueira
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
Advogada: Elaine de Almeida (OAB/RO 2336)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013122-14.2011.8.22.0000 Petição
Relator: Des. Sansão Saldanha
Requerente: Ronel Camurça da Silva
Advogado: Otávio Cesar Saraiva Leão Viana (OAB/RO 4489)
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013075-40.2011.8.22.0000 Inquérito Policial
Relator: Des. Sansão Saldanha
Indiciante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: Valter Araújo Gonçalves
Indiciado: José Francisco de Araujo
Indiciado: Rafael Santos Costa
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013080-62.2011.8.22.0000 Inquérito Policial
Relator: Des. Sansão Saldanha
Indiciante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: Valter Araújo Gonçalves
Indiciada: Ana Lúcia Dermani de Aguiar
Indiciada: Luciana Dermani de Aguiar
Indiciado: Rafael Santos Costa
Indiciado: Ederson Souza Bonfá
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013094-46.2011.8.22.0000 Inquérito Policial
Relator: Des. Sansão Saldanha
Indiciante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciada: Maria Irismar Melo Nogueira
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013086-69.2011.8.22.0000 Inquérito Policial
Relator: Des. Sansão Saldanha
Indiciante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciada: Vania Brito da Silva
Distribuição por Prevenção de Magistrado

1ª CÂMARA CÍVEL
0013133-43.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00192638020108220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: Laerte Ferreira Pinto
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Agravada: Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogada: Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923)
Advogado: Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562)
Distribuição por Sorteio

0013089-24.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00193822719998220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: Lucimar Sombra de Oliveira
Advogada: Lucimar Sombra de Oliveira (OAB/RO 573A)
Advogado: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Agravado: Carlos de Figueiredo
Advogada: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616)

Advogada: Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641)
Agravada: Marina da Conceição Figueiredo
Advogada: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616)
Advogada: Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641)
Distribuição por Sorteio

0013104-90.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00126604220118220005
Ji-Paraná/1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: Paulo Couto Andrew
Advogado: Antônio Fraccaro (OAB/RO 1941)
Agravada: Clínica de Olhos Iastrenski Ltda
Distribuição por Sorteio

0013131-73.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00120109220118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: R. V. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: O. R. de M.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: A. de J. L. B.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: R. R. de M.
Advogado: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013132-58.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00122767920118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: F. F. dos S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: O. P. do N.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: F. F. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013085-84.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00111408220098220016
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Antonia Cassimiro Gonçalves
Advogado: Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Agravante: Janete Cassimiro Gonçalves
Advogado: Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Agravante: Maria Aparecida Ferreira Gonçalves
Advogado: Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Agravante: José Ferreira Gonçalves
Advogado: Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Agravante: Amarildo Cassimiro Gonçalves
Advogado: Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Agravante: Welliton Cassimiro Gonçalves
Advogado: Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Agravante: Genivaldo Ferreira Gonçalves
Advogado: Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Agravante: Genildo Cassimiro Gonçalves
Advogado: Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Agravado: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762)
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Advogado: Alexandre Cardoso Júnior (OAB/SP 139455)
Distribuição por Sorteio

0013083-17.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00123520620118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: R. F. da S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: Â. M. de L.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013135-13.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00217846120118220001
Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falência e Concordata
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Alzenira da Silva Pantoja
Advogada: Uda de Mello França (OAB/RO 449A)
Advogada: Elaine de Souza (OAB/RO 4255)
Agravado: Tiene Medeiros de Castro
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Distribuição por Sorteio

0013137-80.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00123945520118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Sansão Saldanha
Agravante: J. F. C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: P. R. M.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013119-59.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00072008320118220002
Ariquemes/3ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Agravante: J. F. da C. M.
Advogado: Marcos Rodrigues Cassetari Júnior (OAB/RO 1880)
Agravado: F. A. C. M. Assistido por sua mãe L. A. D.
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Distribuição por Sorteio

0013129-06.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 02265331120098220001
Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Agravante: Antônio Antunes
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)

Agravado: Banco Panamericano S/A
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Advogada: Maria Rosa de Lima Ferreira (OAB/RO 3346)
Advogado: Marília Albernaz (OAB/PB 14976)
Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714)
Advogada: Luciana Bergue (OAB/SP 214207)
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CRIMINAL
0013140-35.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00147693820118220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Edgar Veiga de Matos
Impetrante(Advogada): Sandra Pires Corrêa Araújo (OAB/RO 3164)
Advogado: Flávia Lúcia Pacheco Bezerra (OAB/RO 2093)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Distribuição por Sorteio

0013079-77.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00127874420118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: André Henrique Soares de Freitas
Impetrante(Advogado): Roberto Egmar Ramos (OAB/MS 4679)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0117694-46.2006.8.22.0501 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 01176944620068220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Recorrente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrido: Raimundo Nonato Pensador Neto
Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)
Advogado: José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647)
Advogada: Tuanny Iaponira Pereira Braga (OAB/RO 2820)
Advogado: Luiz Fernando Coutinho da Rocha (OAB/RO 307B)
Advogado: Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700)
Recorrido: Nilson Gonçalo de Almeida
Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)
Advogado: José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647)
Advogada: Tuanny Iaponira Pereira Braga (OAB/RO 2820)
Advogado: Luiz Fernando Coutinho da Rocha (OAB/RO 307B)
Advogado: Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700)
Distribuição por Sorteio

0009401-06.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00094010620118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Pedrinho Pinheiro Lima
Advogada: Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013081-47.2011.8.22.0000 Apelação
Origem: 00323970820098220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Apelante: Sebastião Ramos
Advogado: Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3486)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0012121-43.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00121214320118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Lúcia dos Santos de Oliveira
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Advogada: Lúcia dos Santos Oliveira (OAB/RO 64)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013121-29.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00147023120118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Paciente: Lipeltier de Souza Martins Junior
Impetrante(Advogado): Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0001127-62.2011.8.22.0013 Apelação
Origem: 00011276220118220013
Cerejeiras/1ª Vara
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Atevaldo Machado da Costa
Defensor Público: Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0010301-23.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00103012320108220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Cláudio Roberto Dalcin Garlet
Advogado: Richardson Cruz da Silva (OAB/RO 2767)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0012652-66.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00126526620108220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Robson Alves de Oliveira
Advogada: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Apelante: Edivaldo Januário Maciel
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0004856-87.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00048568720118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Zelite Andrade Carneiro
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Jean Israel Cordeiro
Advogado: Jean Kleber Nascimento Collins (OAB/RO 1617)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA ESPECIAL
0013114-37.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 02643160820078220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos
Agravante: Wilson Oliveira de Souza
Advogado: Luceno José da Silva (OAB/RO 4640)
Advogada: Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)
Agravado: Estado de Rondônia
Procuradora: Lia Torres Dias (OAB/AM 2707)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013117-89.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00020316120118220020
Nova Brasilândia do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos
Agravante: A. E. T. A. C. Alvorada Empreendimentos Técnicos e Assessoria Contabil Ltda ME
Advogado: Rafael Moises de Souza Bussioli (OAB/RO 5032)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Novo Horizonte do Oeste RO
Distribuição por Sorteio

0003295-37.2011.8.22.0013 Reexame Necessário
Origem: 00032953720118220013
Cerejeiras/2ª Vara
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Interessada (Parte Ativa): Eulilia de Souza Pereira
Defensor Público: Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Interessado (Parte Passiva): Município de Cerejeiras - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Cerejeiras RO
Interessado (Parte Passiva): Prefeito do Município de Cerejeiras RO
Interessada (Parte Passiva): Secretário Municipal de Saúde de Cerejeiras - RO
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA ESPECIAL
0013103-08.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00122940320118220005
Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Agravante: Cometa Ji-Paraná Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Antônio Fraccaro (OAB/RO 1941)
Agravado: Município de Ji-Paraná - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Ji-Paraná - RO
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CÍVEL
0013138-65.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00125374420118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: J. A. X. R.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: L. L. R.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013082-32.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00125625720118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: M. das D. da C. S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: N. S. S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013139-50.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00118714320118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Agravante: A. R. M.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: M. M. dos S.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: S. C. F. M.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013134-28.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00129384320118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Agravante: P. J. de O.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: Q. C. R.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013130-88.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00118238420118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma R/4ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Agravante: A. de O. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: L. P. C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravante: V. de O. F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000796-80.2011.8.22.0013 Apelação
Origem: 00007968020118220013
Cerejeiras/1ª Vara
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Apelante: Junara Costa Alecrim
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Redistribuição por Sorteio

0013084-02.2011.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00221717620118220001
Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: Joaquim de Souza Gomes
Advogada: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Agravante: Tereza Eugênio
Advogada: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Agravante: Laís Taiane Neri do Nascimento
Advogada: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Agravante: Laudelino Nascimento da Silva
Advogada: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Agravante: Cristiano Pereira da Silva
Advogada: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Agravante: Jean Silva Colares
Advogada: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Agravante: Valdir Lopes da Silva
Advogada: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Agravada: CCO Construtora Centro Oeste Ltda
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
Advogado: Izidoro Celso Nobre da Costa (OAB/RO 3361)
Distribuição por Sorteio

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
0013113-52.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Impetrante: Érica Villacorte Martins
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013125-66.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Impetrante: Ana Cláudia Pinheiro Souza
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013128-21.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Eurico Montenegro
Impetrante: Márcio Rogério Favaro
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013115-22.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Eurico Montenegro
Impetrante: B. G. E. Representada por sua mãe A. A. C. G. E.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0002321-18.2011.8.22.0007 Apelação
Origem: 00023211820118220007
Cacoal/3ª Vara Cível
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Apelante: Hosney Repiso Nogueira
Advogado: Fabrício Fernandes Andrade (OAB/RO 2621)
Apelante: Fabio Cardoso
Advogado: Fabrício Fernandes Andrade (OAB/RO 2621)
Apelante: Rosiane Ribeiro Rambinski de Sousa
Advogado: Fabrício Fernandes Andrade (OAB/RO 2621)
Apelante: Renata Simões
Advogado: Fabrício Fernandes Andrade (OAB/RO 2621)
Apelado: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - SAAE
Procuradora: Susileine Kusano (OAB/RO 4478)
Procuradora: Daniela de Oliveira Marin (OAB/RO 4395)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013091-91.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Impetrante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Ativa): José Cordeiro de Araújo
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013127-36.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Impetrante: José Roberto Lima da Costa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013111-82.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Impetrante: Lucio Ruas de Abreu
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013126-51.2011.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Impetrante: Francisco Cezario Maciel
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CRIMINAL
0027915-15.2008.8.22.0015 Apelação
Origem: 00279151520088220015
Guajará-Mirim/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: Francisco Mesquita Gomes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006150-14.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00061501420108220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara da Auditoria Militar
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Alberto Souza Barros
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0004381-34.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00043813420118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: Jefferson Eduardo Azevedo Brito
Advogado: Wanderson Modesto de Brito (OAB/RO 4909)
Advogada: Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0013110-97.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00531420420038220008
Espigão do Oeste/2ª Vara
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Paciente: Claudecir Barella
Impetrante(Advogado): Victor Borges (OAB/MT 13975)
Impetrante(Advogado): Rubney Brito (OAB/MT 7820E)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Espigão do Oeste - RO
Distribuição por Sorteio

0004592-52.2011.8.22.0701 Apelação
Origem: 00045925220118220701
Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/1º Juizado da Infância e da Juventude
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Apelante: D. O. J.
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Advogada: Michele Abiorana do Nascimento (OAB/RO 611E)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0004640-29.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00046402920118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Bruno da Silva Rodrigues
Defensor Público: João Luis Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelante: Uilian Ribeiro Almeida
Defensor Público: João Luis Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0008166-04.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00081660420118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Alan Passos do Nascimento
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0003004-28.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00030042820118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Karen Cristina Oliveira
Advogada: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogado: Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
Apelante: Shirleane Batista da Silva
Defensor Público: João Luis Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0015090-65.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00150906520108220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Miguel Monico Neto
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Ricardo Romhel Ramos Maia
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Apelante: Edglei dos Santos Mendes Ferreira
Advogado: Antônio Carlos Mendonça Tavernard (OAB/RO 4206)
Apelante: Bruno Ramos Loiola
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0013112-67.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00112849120118220014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Lindomar da Silva
Impetrante(Advogado): João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072)

Impetrante(Advogado): Paulo Batista Duarte Filho (OAB/RO 4459)
Advogada: Paula Estela Gurgel do Amaral Lima (OAB/RO 3327)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Sorteio

0013078-92.2011.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00157866720118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Geyciele Menezes da Silva
Impetrante(Advogada): Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Impetrante(Advogado): João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0006523-11.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00065231120118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Marcos José Cavalcante Carvalho
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0009555-24.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00095552420118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Alex de Oliveira Quirino
Defensor Público: João Luis Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Distribuição por Sorteio

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

Orgão Julgador / Magistrado	Dist	Red	Tra	Tot
CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS				
Des. Eurico Montenegro	2	0	0	2
Des. Gilberto Barbosa	1	0	0	1
Des. Renato Martins Mimessi	2	0	0	2
Des. Rowilson Teixeira	2	0	0	2
Des. Walter Waltenberg Silva Junior	2	0	0	2
PRESIDÊNCIA				
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	2	0	0	2
TRIBUNAL PLENO				
Des. Sansão Saldanha	6	0	0	6
1ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Moreira Chagas	5	0	0	5
Des. Raduan Miguel Filho	3	0	0	3
Des. Sansão Saldanha	3	0	0	3
1ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Valter de Oliveira	2	0	0	2
Desª Ivanira Feitosa Borges	4	0	0	4
Desª Zelite Andrade Carneiro	5	0	0	5
1ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Rowilson Teixeira	1	0	0	1
Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos	2	0	0	2
2ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Alexandre Miguel	1	1	0	2
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia	2	0	0	2
Des. Roosevelt Queiroz Costa	3	0	0	3
2ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Daniel Ribeiro Lagos	3	0	0	3
Des. Miguel Monico Neto	6	0	0	6
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	4	0	0	4
2ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Walter Waltenberg Silva Junior	1	0	0	1
Total de Distribuições	62	1	0	63

Porto Velho, 16 de dezembro de 2011

Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vice-Presidente do TJ/RO.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

O SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 954/2010-PR, publicada no DJ n. 122 de 08/07/2010, alterada pela Portaria 1.512/2010-PR, publicada no DJ 206, de 10/11/2010.

Portaria N. 2679/2011-SA
Considerando o que consta nos processos com protocolos descritos abaixo,
RESOLVE
Conceder licença prêmio por assiduidade aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, nos termos do art. 123 da LC 068/92:

Nome	Cadastro	Processo n.	Período de Fruição	
			Data Inicial	Data Final
ALMIRO CORRÊA PRATES	002208-0	0000071-62.1992	26/03/2012	24/05/2012
ELIETE LEIDA SEIXAS OLIVEIRA	003818-0	0000026-19.1996	01/03/2012	30/03/2012
FRANCISCO DAS CHAGAS CORREA LIMA	004036-3	0000021-31.1995	15/12/2011	13/01/2012
JOÃO GOMES VIANA	002024-9	0000070-77.1992	01/02/2012	31/03/2012
JOSÉ MARCELO NOGUEIRA DA SILVA	203421-2	0000129-50.2001	01/12/2011	30/12/2011
JUSSARA DIAS LEOPOLDO FERREIRA	002575-5	0000170-56.1997	02/01/2012	01/03/2012
			03/10/2012	01/11/2012
MARIA LUZINETE CORREIA DA MATA	203560-0	0000089-97.2003	06/03/2012	04/04/2012
SEBASTIÃO LECIR ZAPELINI	003759-1	0000086-26.1995	01/03/2012	30/03/2012
VERA LUCIA DE JESUS FARAH	004138-6	0000023-93.1998	02/01/2012	31/01/2012

Portaria N. 2680/2011-SA
Considerando o que consta no processo n. 0027164-33.2011.8.22.1111,
R E S O L V E:
Interromper a Licença Prêmio por Assiduidade concedida através da Portaria n. 1381/2011-SA, publicada no DJE n. 118, de 30/06/2011, ao servidor ANTÔNIO LISBOA DOS SANTOS FILHO, cadastro 205012-9, Técnico Judiciário, padrão 05, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, a partir de 22/07/2011, ficando 19 (dezenove) dias para gozo em período oportuno.

Portaria N. 2681/2011-SA
Considerando o que consta no processo n. 0000034-69.1991.8.22.1111,
R E S O L V E:
Transferir o gozo da Licença Prêmio por Assiduidade programada através da Portaria n. 1621/2010-SA, publicada no DJE n. 177, de 27/09/2010, ao servidor SIDNEI HERCÍLIO VIEIRA, cadastro 002135-0, Analista Judiciário, padrão 08, na especialidade de Oficial de Justiça, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, do período de 01/03/2012 a 30/03/2012, para gozo em período oportuno.

Portaria N. 2682/2011-SA
Considerando o que consta na C.I. n. 235/SET/2011, datada de 28/11/2011, protocolo n. 59563-18.2011,
R E S O L V E:
Retificar os termos da Portaria 2675/2011-SA, publicada no DJE n. 233, de 20/12/2011, que convalida os atos praticados pelo servidor FERNANDO STELIO RODRIGUES BARBOSA, cadastro 003763-0, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente do Poder Judiciário, para onde se lê "no exercício da função de Motorista de Desembargador, FG-2", leia-se "no exercício da função gratificada de Motorista II, FG-2."

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Porto Velho-RO, 22 de dezembro de 2011.
JOSÉ LEONARDO GOMES DONATO
Secretário Administrativo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL
EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº2011NE00805
1 - CONTRATADA: José Roberto Pereira Bueno.
2 - PROCESSO: 0311/1490/2011
3 - OBJETO: Despesas com oficinas sobre psicodrama, nos encontros de preparação para aposentadoria, na cidade de Porto Velho/RO, nos dias 10 e 23/11/2011, para atender a 45 (quarenta e cinco) servidores do Tribunal de Justiça de Rondônia, conforme art. 25 da Lei n. 8.666/93 e proposta da contratada.
4 – VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura (04/11/2011) até o efetivo pagamento.
5 – VALOR: R$ 2.300,00
6 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39
8 - P. TRABALHO: 02.122.1279.2316
DEF: em 22/12/2011
(a.) Márcia Duarte da Silva
Diretora Depto de Economia e Finanças

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Escrivã Judicial: Antônia Lucitânia P. Veras
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvh1toxico@tjro.jus.br

Proc.: 0013481-13.2011.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Elmo Castro Cardoso da Silva
Decisão:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0013481-13.2011.8.22.0501Classe: Inquérito Policial (Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaIndiciado: Elmo Castro Cardoso da SilvaAdv.: Ricardo Douglas de Souza Gentil OAB/RO 1118FINALIDADE: INTIMAR o/a(s) advogado/a(s) do/a(s) indiciado/a(ss), do recebimento da denúncia, bem como da audiência designada.Vistos, Recebo a defesa preliminar de folhas 69/80.Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelo (s) crime (s) imputado (s).Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de janeiro de 2012, às 11:00 horas.Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se.

Proc.: 0013585-05.2011.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Rogério Silva da Costa
Decisão:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0013585-05.2011.8.22.0501Classe: Inquérito Policial (Réu Preso) Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaIndiciado: Rogério Silva da CostaAdv.: Roberto Egmar Ramos OAB/RO 4679FINALIDADE: INTIMAR o/a(s) advogado/a(s) do/a(s) indiciado/a(ss), do recebimento da denúncia, bem como da audiência designada.Vistos, Recebo a defesa preliminar de folhas83/85. Examinando os autos observo que a denúncia preenche os requisitos previstos no artigo 41, do Código de Processo Penal, e vem instruída com inquérito policial, no qual consta lastro probatório suficiente para deflagração de ação penal, pelo (s) crime (s) imputado (s).Não verifico, prima facie, alguma das hipóteses previstas no artigo 395, do Código de Processo Penal.Por isso, recebo a denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11 de janeiro de 2012, às 11:00 horas.Cite (m)-se/Intimem-se MP, defensor/a (s), testemunha (s) e ré/u (s). Requisite (m)-se.

Proc.: 0006620-11.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Leumir Silva de Souza, Euires Vieira Correia, Amilton Chaves dos Santos
Despacho:
Advogado(a): CRISTIANE PATRÍCIA HURTADO MADUENO OAB/RO 1013FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) do seguinte despacho:Vistos.Recebo os apelos de fls. 141 verso. Juntadas as razões e contra-razões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0006867-89.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Joemerson Rufino da Silva, José Francisco Gomes de Souza
Despacho:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0006867-89.2011.8.22.0501Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Joemerson Rufino da Silva; José Francisco Gomes de SouzaAdvogada: Maria Almeida de Jesus OAB/RO 663Finalidade: Intimar a advogada do seguinte despacho: “Vistos. Recebo os apelos de fls. 115 verso. Vistas a advogada para apresentar as razões. Juntadas as razões e contra-razões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza. Juiz de Direito.”

Proc.: 0002721-05.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Wellington Silva Nascimento, Hilda da Silva Félix, Francilene Ferreira de Almeida, Hugo Trivério Neto
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Despacho:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0002721-05.2011.8.22.0501Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Wellington Silva Nascimento; Hilda da Silva Félix; Francilene Ferreira de Almeida; Hugo Trivério NetoAdvogados Isac Neris Ferreira dos Santos OAB/RO 4679; Adriana Nobre Belo Vilela OAB/RO 4408; Marcos Vilela Carvalho OAB/RO 084 e, João de Castro Inácio Sobrinho OAB/RO 433-A.Finalidade: Intimar os advogados do seguinte despacho: “Vistos. Recebo os apelos de fls. 441 e 443 verso, e os recursos de fls. 441, 445, 446, 447 e 449. Vistas ao Ministério Público para apresentar as razões recursais. Após, intime-se os advogados para apresentarem as razões e as contra-razões. Com as mesmas, vistas ao Ministério Público para apresentar as contra-razões. Juntadas as razões e contra-razões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza. Juiz de Direito.”

Proc.: 0008103-76.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Carlos Alberto dos Santos Brasileiro, Ivan Luiz de Sousa Rodrigues
Despacho:
Advogado(a): DENIO MOZART DE ALENCAR GUZMAN OAB Nº 3.211FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) do seguinte despacho:Vistos.Recebo os apelos de fls. 287 verso.Juntadas as razões e contra-razões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0009128-27.2011.8.22.0501
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Tiago Souza Neres
Despacho:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0009128-27.2011.8.22.0501Classe: Inquérito Policial (Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Tiago Souza NeresAdvogadas:Cristiane Patrícia Hurtado Madueno OAB 1013 e, Jucirene Lopes Cardoso OAB 798Finalidade: Intimar as advogadas do seguinte despacho: "Vistos. Recebo os apelos de fls. 93 verso, e de fls. 91. Vistas as advogadas para apresentarem as razões recursais. Juntadas as razões e contra-razões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza. Juiz de Direito."

Proc.: 0006857-79.2010.8.22.0501
Para publicação em: 22.12.2011
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 DIAS
Proc.: 0006857-79.2010.8.22.0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Francisco das Chagas Pereira Lopes.
Finalidade: Intimar o condenado supracitado da sentença proferida nos autos:
"DISPOSITIVO
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia e condeno WILLI NUNES FERREIRA, SIDNEI SILVA TEIXEIRA, FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA LOPES, MADSON MURILO DE SOUZA REIS, LAÉCIO SOUSA ROCHA e LUCIANA FERREIRA DE SOUZA pela prática do crime previsto no art. 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/06.
Absolvo a acusada JAQUELINE ARAÚJO DE AZEVEDO das imputações, com base no art. 386, VII, do CPP.
Passo a dosar as penas.
Para o acusado Francisco das Chagas Pereira Lopes.
O réu é primário e não registra antecedentes (fls. 128)
Considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal, atendendo à culpabilidade (com plena consciência da ilicitude do seu ato); à conduta social (reprovável); aos motivos (ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato); às circunstâncias; personalidade (desvio de personalidade, relegando os bons princípios de convivência e dedicando-se à prática de ilícitos); consequências do crime; comportamento da vítima (a vítima – a sociedade – não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição).
E mais, atento ao disposto no art. 42 da Lei Antidrogas que dispõe que a natureza e a quantidade da substância entorpecente devem influenciar na fixação da pena, fixo-lhe a pena base em 05 anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, no valor dia de 1/30 do salário mínimo, acima do mínimo legal em vista a quantidade de invólucros de droga.
Concedo a causa de redução de pena revista no art. 33, 4º, da Lei 11.343/06, no patamar de 1/6 (um sexto).
Aumento em 1/6 (um sexto), conforme art. 40, VI, da Lei 1.343/06, tornando-a definitiva em 04 (quatro) anos e 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 410 (quatrocentos e dez) dias-multa, a qual, depois de liquidado, perfaz o valor de R$ 6.970,00 (seis mil, novecentos e setenta reias), para pagamento no prazo de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado da condenação, na forma do art. 50,do Código Penal,sob pena de inscrição na dívida ativa.
(...)
Os condenados deverão iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, com a nova redação dada pela Lei 11.464/07, pois cometeu crime assemelhado a hediondo.
Concedo aos réus o direito de aguardar o trânsito em julgado em liberdade, pois assim permaneceram durante a instrução do feito, agraciados com ordem de hc.
Determino a incineração da substância entorpecente.
Decreto, com fundamento art. 243, Parágrafo único da Constituição Federal e art. 63, da Lei nº 11.343/06, a perda dos valores apreendidos (fls.55/56) em favor do Estado, destinando ao CONEN/RO, para leilão aplicação dos frutos em ações de educação e prevenção contra o uso de drogas.
Cumpridas todas as determinações, arquivem-se estes autos.
Revogo o despacho que aplicou a multa a advogada Cristiane Patrícia Hurtado Madueno, conforme pedido de reconsideração de fls. 291/292, pois a intimação não foi explícita ao determinar a apresentação das alegações finais.
P.R.I.C.
Porto Velho, quarta-feira, 30 de Novembro de 2011
Glodner Luiz Pauletto
Juiz de Direito
Antonia Lucitânia P. Veras
Escrivã Judicial
1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Escrivã Judicial: Antônia Lucitânia P. Veras
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvh1toxico@tjro.jus.br

Proc.: 0008301-16.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Carlos Salinas Inuma
Advogada:SILVANA FERNANDES M. PEREIRA OAB/RO 3024;
Finalidade: Intimar a(o)s advogado(a)s para apresentar as ALEGAÇÕES FINAIS do réu por si patrocinado.

Proc.: 0009088-45.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Raiyene Rocha Bernardo
Advogado:RODRIGO FERREIRA BATISTA OAB/RO 2840;
Finalidade: Intimar a(o)s advogado(a)s para apresentar as ALEGAÇÕES FINAIS do réu por si patrocinado.

Proc.: 0008555-86.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Hilmara França Savedra, Adriana de Souza Mesquita, Valdeir Rodrigues da Silva, Leônidas Batista Silva
Advogados: JOSÉ HAROLDO DE LIMA BARBOSA OAB/RO 658-A e APARECIDO DONIZETE RIBEIRO DE ARAÚJO OAB/RO 2853;
Finalidade: Intimar a(o)s advogado(a)s para apresentar as ALEGAÇÕES FINAIS do réu por si patrocinado.

Proc.: 0007564-13.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado:Dionatan Costa da Silva, Eric Linhares Silva, Sérgio Sampaio de Souza
Advogados: AGNALDO MUNIZ OAB/RO 258-B e ANITA DE CÁCIA NOTARGIACOMO SALDANHA OAB/RO 3644;
Finalidade: Intimar a(o)s advogado(a)s para apresentar as ALEGAÇÕES FINAIS do réu por si patrocinado.

Proc.: 0015254-93.2011.8.22.0501
Ação:Relaxamento de Prisão (Criminal)
Requerente:Felipe Souza Melo
Advogado:Alexandre do Carmo Batista (OAB/RO 4860)
Despacho:
ADVOGADO(A): ALEXANDRE DO CARMO BATISTA OAB/RO 4860FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da seguinte decisão:Trata-se de pedido de liberdade provisória formulado em favor de Felipe Souza Melo. Em parecer, o Ministério Público pugna pelo indeferimento do pleito. A Lei de Drogas, em seu artigo 44, veda a liberdade provisória nos crimes de tráfico. Nesse mesmo sentido entende o Supremo Tribunal Federal:¿PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. RELAXAMENTO. CRIME HEDIONDO. LIBERDADE PROVISÓRIA. INADMISSIBILIDADE. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. DELITOS INAFIANÇÁVEIS. ART. 5º, XLIII, DA CF. ESPECIALIDADE DA LEI 11.343/2006. ORDEM DENEGADA. I - Os crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico são de natureza permanente. O agente encontra-se em flagrante delito enquanto não cessar a permanência. II - A vedação à liberdade provisória para o delito de tráfico de drogas advém da própria Constituição, a qual prevê a sua inafiançabilidade (art. 5º, XLIII). III - A Lei 11.343/2006 é especial em relação à Lei dos Crimes Hediondos, não existindo antinomia no sistema jurídico. IV - Ordem denegada. (HC 97463/MG, rel. Min. Ricardo Lewandrowski, 6.10.2009.¿ (grifei) Além da vedação legal, tem-se a necessidade de manutenção da medida pelo preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, prova da materialidade delitiva, indícios suficientes de autoria e o resguardo da ordem pública, considerando a natureza do crime do tráfico de drogas evidenciar alto risco de dano social.Diante do exposto, INDEFIRO o pleito. Intime-se.Transitado em julgado a decisão, arquivem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0015181-24.2011.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Evanildo Bezerra de Oliveira
Advogado:Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796)
Decisão:
ADVOGADO(A): DAISON NOBRE BELO OAB/RO 4796FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da seguinte decisão:Trata-se de pedido de liberdade provisória formulado em favor de Evanildo Bezerra de Oliveira. Em parecer, o Ministério Público pugna pelo indeferimento do pleito. A Lei de Drogas, em seu artigo 44, veda a liberdade provisória nos crimes de tráfico. Nesse mesmo sentido entende o Supremo Tribunal Federal:¿PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. RELAXAMENTO. CRIME HEDIONDO. LIBERDADE PROVISÓRIA. INADMISSIBILIDADE. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. DELITOS INAFIANÇÁVEIS. ART. 5º, XLIII, DA CF. ESPECIALIDADE DA LEI 11.343/2006. ORDEM DENEGADA. I - Os crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico são de natureza permanente. O agente encontra-se em flagrante delito enquanto não cessar a permanência. II - A vedação à liberdade provisória para o delito de tráfico de drogas advém da própria Constituição, a qual prevê a sua inafiançabilidade (art. 5º, XLIII). III - A Lei 11.343/2006 é especial em relação à Lei dos Crimes Hediondos, não existindo antinomia no sistema jurídico. IV - Ordem denegada. (HC 97463/MG, rel. Min. Ricardo Lewandrowski, 6.10.2009.¿ (grifei) Além da vedação legal, tem-se a necessidade de manutenção da medida pelo preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, prova da materialidade delitiva, indícios suficientes de autoria e o resguardo da ordem pública, considerando a natureza do crime do tráfico de drogas evidenciar alto risco de dano social.Diante do exposto, INDEFIRO o pleito. Intime-se.Transitado em julgado a decisão, arquivem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0015269-62.2011.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Maira Martins da Silva
Advogado:Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921)
Decisão:
ADVOGADO(A): INARA REGINA MATOS DOS SANTOS OAB/RO 2921FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da seguinte decisão:Trata-se de pedido de liberdade provisória formulado em favor de Maira Martins da Silva. Em parecer, o Ministério Público pugna pelo indeferimento do pleito. A Lei de Drogas, em seu artigo 44, veda a liberdade provisória nos crimes de tráfico. Nesse mesmo sentido entende o Supremo Tribunal Federal:¿PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. RELAXAMENTO. CRIME HEDIONDO. LIBERDADE PROVISÓRIA. INADMISSIBILIDADE. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. DELITOS INAFIANÇÁVEIS. ART. 5º, XLIII, DA CF. ESPECIALIDADE DA LEI 11.343/2006. ORDEM DENEGADA. I - Os crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico são de natureza permanente. O agente encontra-se em flagrante delito enquanto não cessar a permanência. II - A vedação à

liberdade provisória para o delito de tráfico de drogas advém da própria Constituição, a qual prevê a sua inafiançabilidade (art. 5º, XLIII). III - A Lei 11.343/2006 é especial em relação à Lei dos Crimes Hediondos, não existindo antinomia no sistema jurídico. IV - Ordem denegada. (HC 97463/MG, rel. Min. Ricardo Lewandrowski, 6.10.2009.¿ (grifei) Além da vedação legal, tem-se a necessidade de manutenção da medida pelo preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, prova da materialidade delitiva, indícios suficientes de autoria e o resguardo da ordem pública, considerando a natureza do crime do tráfico de drogas evidenciar alto risco de dano social.Diante do exposto, INDEFIRO o pleito. Intime-se.Transitado em julgado a decisão, arquivem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Arlen José Silva de Souza Juiz de Direito

Proc.: 0006364-68.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Helio Francisco Sabane Pereira, Israel dos Santos Guimaraes
Despacho:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0006364-68.2011.8.22.0501Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Helio Francisco Sabane Pereira; Israel dos Santos GuimaraesAdvogado: MARCOS ROGÉRIO DE CARVALHO - OAB 4102/ROFINALIDADE: Intimar o advogado acima citado, do despacho exarado nos autos, cujo teor é o seguinte: "Vistos, Recebo a manifestação de fls. 109 verso, como recurso de apelação. Intime-se o advogado para apresentar as razões do réu Hélio Francisco Sabane Pereira. Após, vistas à Defensoria Pública para as razões do réu Israel dos Santos Guimarães. Em seguida, ao recorrido para as contrarrazões. Com elas, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as homenagens de estilo, para apreciação do recurso. Porto Velho/RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza. Juiz de Direito."

Proc.: 0006423-56.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Pedro Henrique Fernandes Pimentel
Despacho:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0006423-56.2011.8.22.0501Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Pedro Henrique Fernandes PimentelAdvogado: JANOR FERREIRA DA SILVA - OAB 3081/ROFINALIDADE: Intimar o advogado acima citado, do despacho exarado nos autos, cujo teor é o seguinte: "Vistos, Recebo a manifestação de fls. 87 como recurso de apelação. Intime-se o advogado para que apresente as razões. Após, ao recorrido para as contrarrazões. Com ela, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as homenagens de estilo, para apreciação do recurso. Porto Velho/RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza. Juiz de Direito."

Proc.: 0007644-74.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Madson Nobre Neves
Despacho:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0007644-74.2011.8.22.0501Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Madson Nobre NevesAdvogado: WILSON DIAS DE SOUZA - OAB 1804/ROFINALIDADE: Intimar o advogado acima citado, do despacho exarado nos autos, cujo teor é o seguinte: "Vistos. Recebo o apelo de fls.99. As razões e contra-razões de recurso deverão ser apresentadas na instância superior no momento oportuno. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo. Porto Velho/RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza. Juiz de Direito."

Proc.: 0008842-49.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Bruno Santos de Souza
Despacho:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0008842-49.2011.8.22.0501Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Bruno Santos de SouzaAdvogada: VALDENIRA FREITAS NEVES DE SOUZA - OAB 1983/ROFINALIDADE: Intimar a advogada acima citada, do despacho exarado nos autos, cujo teor é o seguinte: "Vistos, Recebo o recurso de fls. 97, vista para as razões. Após, ao recorrido para as contrarrazões. Com elas, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com as homenagens de estilo, para apreciação do recurso. Porto Velho/RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza. Juiz de Direito."

Proc.: 0008322-89.2011.8.22.0501
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Ediberto Alencar Barbosa
Despacho:
Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0008322-89.2011.8.22.0501Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Ediberto Alencar BarbosaAdvogado: FRANCISCO CARLOS DO PRADO - OAB 2701/ROFINALIDADE: Intimar o advogado acima citado do despacho exarado nos autos, cujo teor é o seguinte: "Vistos. Recebo o apelo de fls 104. As razões e contra-razões de recurso deverão ser apresentadas na instância superior no momento oportuno. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo. Porto Velho/RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Arlen José Silva de Souza. Juiz de Direito."
Antonia Lucitânia P. Veras
Escrivã Judicial

VARA DE ATENDIMENTO A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher

Proc.: 0010760-88.2011.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Aldair José de Souza dos Santos
Advogado: Mirtes Lemos Valverde, OAB/RO 2808
Finalidade: Intimar a advogada acima nominada para a audiência de proposta de suspensão condicional do processo referente aos autos em epígrafe, designada para o dia 10/02/2012 às 11:30 horas.

Proc.: 0009170-76.2011.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Otacílio Teodoro da Silva
Advogado: Lineide Martins de Castro, OAB/RO 1902
Finalidade: Intimar o advogado acima nominado da sentença proferida nos autos em epígrafe, cuja parte dispositiva transcreve-se na íntegra:
(...)
DO DISPOSITIVO
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia, para CONDENAR o réu OTACÍLIO TEODORO DA SILVA, qualificado devidamente nos autos, como incurso no artigo 147 do CP, em continuidade delitiva.
Passo à dosagem das penas, atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal.
Verifico nos autos que as circunstâncias judiciais não são desfavoráveis ao acusado, razão pela qual fixo-lhe a pena base no mínimo legal, em 01 (um) mês de detenção, a qual aumento de 1/6 em face da continuidade delitiva, tornando-a definitiva em 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção à míngua de outras causas capazes de exercer influência na sua quantificação.
DAS DEMAIS DELIBERAÇÕES
Imponho ao réu o regime prisional inicial aberto.
Atento ao disposto no art. 44 do CP, substituo a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direito, qual seja: prestação de serviço a comunidade em entidade ou programa assistencial a ser designado pela VEPEMA, na forma estabelecida pelo art. 46 do CP.
Transitada em julgado, expeça-se Guia de Execução Definitiva e mais o que necessário se fizer ao cumprimento da pena privativa de liberdade, bem como deverá ser lançado o nome do réu no LIVRO DO ROL DOS CULPADOS e feitas as comunicações ao II/RO, INI/DF, TRE/RO, etc.
Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos.
Custas na forma da Lei.
P. R. I.
Porto Velho-RO, terça-feira, 6 de dezembro de 2011.
Fabiano Pegoraro Franco
Juiz de Direito
Gleidson Takahashi Santana
Escrivão Judicial

Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
Proc.: 0006450-39.2011.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Edivaldo Farias Matias
Advogado: Alex Mota Cordeiro, OAB/RO 2258
Finalidade: Intimar o advogado acima nominado da audiência de instrução e julgamento referente aos autos em epígrafe, designada para o dia 27/02/2012 às 9:00 horas.
Gleidson Takahashi Santana
Escrivão Judicial

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro.jus.br
Processo: 0012411-58.2011.8.22.0501
Ação: Ação penal - crime doloso contra vida
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Célio José da Costa Moura
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3.974)
Finalidade: Intimar o advogado do r. Despacho a seguir transcrito: "Vistos etc., Ciência ao Ministério Público e a Defesa do acusado sobre a certidão de fl. 177, que destaca a data de 06 de março de 2012 para oitiva das testemunhas WALESKA e VERA LÚCIA na Comarca de Manaus – AM. Cumpra-se. José Gonçalves da Silva Filho – Juiz de Direito". Porto Velho, 22 de dezembro de 2011. Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos - Escrivã Judicial.
Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos
Escrivã Judicial

1ª VARA CRIMINAL

º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Juíza: Silvestre@tjro.jus.br
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
Processo n.: 0013779-05.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: ANTÔNIO PEREIRA DE SENA FILHO, brasileiro, solteiro, eletricista, nascido aos 27/03/1972, natural de Porto Velho/RO, filho de Antônio Pereira de Sena e Maria Pereira de Souza, residente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o acusado acima qualificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta escrita por intermédio de advogado ou defensor, ocasião em que poderá

argui preliminares e alegar tudo o que for pertinente para a defesa, apresentar documentos e especificar as provas que pretende produzir, inclusive indicando e qualificando eventual rol de testemunhas, declinar o nome de seu advogado ou informar a inexistência e/ou a impossibilidade de constituir patrono, conforme denúncia do Ministério Público, por violação do artigo 306, caput, do Código de Trânsito Brasileiro.
LAUDA DE PUBLICAÇÃO N. 82529
Processo n. 0011704-90.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Arlon Freitas Ferreira
Advogado: Wanderson Modesto Brito (OAB/RO n. 4909)
Réu: Júlio Cesar Lima da Silva
Advogado: Ricardo Furtado da Frota (OAB/RO 3303)
Réu: Carlos Henrique Maciel Gonçalves
Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
Réu: Jhonatas Bento Cordeiro
Advogado: Júlio Cley Monteiro Resende (OAB/RO 1349)
FINALIDADE: INTIMAR os advogados acima mencionados para apresentação das alegações finais no prazo legal.
LAUDA DE PUBLICAÇÃO N. 82529
Processo n.: 0011177-41.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Josicley Queiroz Vieira
Advogado: Aparecido Donizeti Ribeiro de Araújo (OAB/RO 2853)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima mencionado para apresentação das alegações finais no prazo legal.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
Processo n. 0008729-95.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciados: JOCSANDHE DE OLIVEIRA BORGES, brasileiro, solteiro, ajudante de pedreiro, nascido aos 22/01/1991, em Porto Velho/RO, RG n. 2609680-3 SSP/AM, filho de Sandro Graciano Borges e Juciane Braga de Oliveira e DEMISSON DA SILVA ABADIA, vulgo “Sabá”, brasileiro, solteiro, nascido aos 06/04/1991, em Porto Velho/RO, filho de Francisco da Silva Abadia e Luzia André da Silva, ambos residentes em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR os acusados acima qualificados para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta escrita por intermédio de advogado ou defensor, ocasião em que poderão arguir preliminares e alegar tudo o que for pertinente para a defesa, apresentar documentos e especificar as provas que pretendem produzir, inclusive indicando e qualificando eventual rol de testemunhas, declinar o nome de seu advogado ou informar a inexistência e/ou a impossibilidade de constituir patrono, conforme denúncia do Ministério Público, por violação do artigo 157, § 2º, inciso II do Código Penal Brasileiro.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS

Proc.: 0014453-80.2011.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Acusado: KEROLAINE REIS MENEZES, brasileira, solteira, filha de Nilo Pereira Menezes e Das Neves Monteiro Reis, nascido aos 09.09.1993, natural de Porto Velho-RO, residente na Rua Porto União, 9479, Bairro Nacional, nesta Capital, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido.
Finalidade: Citação do réu acima qualificado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta escrita por intermédio de advogado ou defensor, ocasião em que poderá aguir preliminares e alegar tudo o que for pertinente para a sua defesa, devendo desde já apresentar documentos e especificar as provas que pretende produzir, inclusive indicando e qualificando eventual rol de testemunhas, declinar o nome de seu advogado ou informar a inexistência e/ou a impossibilidade de constituir patrono.
Advertência: O acusado citado que não constituir advogado ou àquele que constituir mas não apresentar resposta no prazo legal, o Juiz nomeará Defensor para oferecê-la.
Porto Velho-RO, 21 de dezembro de 2011
Luzia de Lima Secundo
Escrivã Judicial
LAUDA DE PUBLICAÇÃO n. 82529
Processo n.: 0002366-20.2010.8.22.0601
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Meio Ambiente, Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Madeireira Amigão Ltda, Dulcinéia Coelho Botelho - Me (ind. e Com. de Madeiras Dois Amigos Me).
Advogado: Paulo Cezar R. de Araujo (OAB/RO n. 3182); Daniel R. de Araújo (OAB/RO n. 4101).
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado para apresentação de Alegações Finais no prazo legal.

Proc.: 0015974-60.2011.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:André Luiz Ferreira de Lima, Ederson dos Santos Leal, Marcone Nascimento Paz, Gilmar Junior Prado do Nascimento
Advogado:Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Decisão:
Que os requerentes apresentem as procurações em seus originais, bem como as certidões de antecedentes circunstanciadas. Por fim, o pedido carece das custas processuais, as quais devem ser recolhidas. Dou o prazo de cinco dias. Após, ao MP. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Renato Bonifácio de Melo Dias Juiz de Direito
Luzia de Lima Secundo
Escrivã Judicial
1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Juíza: Silvestre@tjro.jus.br
Escrivão: phv1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0029858-30.2009.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Tropical Madeiras Ltda-ME
advogado: Ruy Carlos Freire Filho (OAB/RO 1012)
Despacho:
Vistos.Conforme documentos juntados às fls. 924/925, a empresa Tropical Madeira Ltda, para qual foi concedido o benefício da suspensão condicional do processo, foi vendida (cópia do contrato às fls. 925). O benefício, tendo como uma

das condições o pagamento de 8 (oito) salários mínimos, em 8 parcelas mensais, consecutivas, em favor da Ecoporé, foi interrompido após o pagamento da terceira parcela.A intimação dos novos sócios vê-se dificultada, tendo em vista a ausência dos seus endereços nos autos.Todavia, conforme sentença prolatada nos autos (fls. 856/867), à exceção da pessoa jurídica referida, todos os denunciados foram absolvidos da imputação de infringência ao disposto no art. 69, da Lei 9.605/98, decisão não alcançada por ela, certamente, devido ter firmado os termos do sursis processual.Assim sendo, à vista dessas circunstâncias, submeto os autos à apreciação do Ministério Público para que se manifeste quanto a possibilidade de estender-se os efeitos da sentença absolutória à pessoa jurídica Tropical Madeira Ltda.Com a manifestação, voltem-me os autos conclusos. Diligencie-se. pelo necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 30 de novembro de 2011.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0012275-61.2011.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Augustinho Pastore
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214) e Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 104)
Intimar os advogados, acima mencionados, para manifestar sobre as testemunhas não localizadas

Proc.: 0082210-62.2009.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Marcos Carvalho Costa Junior
Advogado:José Ricardo Costa (OAB/RO 2008)
Despacho:
Vistos.Defiro o pedido de fls. 286.Depreque-se à Comarca de Rio Branco/AC a oitiva da testemunha Júlio Adão, qualificada às fls. 273, a qual poderá ser inquirida na mesma audiência designada para interrogatório do acusado, independentemente de intimação.Intime-se na pessoa do Defensor.Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0003691-39.2010.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Marcos Antônio Aguiar, Mario Fernando Balestieri, Marcos Pereira Mateus
advogados: Moacir Requi (OAB/RO 2355), Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788), Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568), Fernando Fernandes(OAB/RO 4868)
Sentença:
V i s t o s e t c.O Ministério Público deste Estado, através da Promotoria do Meio Ambiente, denunciou Marcos Antônio Aguiar, Mário Fernando Balestieri e Marcos Pereira Mateus, todos qualificados nos autos em epígrafe, por infração ao artigo 299, do Código Penal (Marcos Antônio - sete vezes; Mário - vinte vezes; e Marcos Pereira - duas vezes), na forma do artigo 69, do Código Penal, porque, segundo a inicial, entre os meses de novembro e dezembro de 2007, na Linha 15, Lotes 19 e 19ª, Setor 4, Gleba Jaci-Paraná, Projeto de Assentamento Joana D'Arc, zona rural desta Comarca, o denunciado Marcos Antônio, na qualidade de administrador e representante operacional da Empresa Jaguar Indústria, Comércio e Beneficiamento de Madeiras Ltda., agindo em nome da referida empresa e em benefício próprio, inseriu em documentos públicos (guias florestais) declarações falsas a fim de alterar a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, consistentes em afirmar que as essências descritas nos documentos de fls. 20/26 eram provenientes do Plano de Manejo Florestal do Senhor Geraldo Crispim Ferreira e teriam sido transportadas pelos veículos de placas NCK 1529 (inexistente) e NCK 1020 (motocicleta), este (motocicleta) inadequado e sem capacidade para transportar a volumetria de madeira mencionada nas guias florestais. Consta também, que entre os meses de julho e agosto de 2007, na Rua São Sebastião, Vilarejo do Distrito Jaci-Paraná, pertencente a esta Comarca, o denunciado Mário, na qualidade de representante legal e operacional da Empresa Abunã Indústria, Comércio e Representações Ltda., agindo em nome da referida empresa e em benefício próprio, inseriu em documentos públicos (guias florestais) declarações falsas a fim de alterar a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, consistentes em afirmar que as essências descritas nos documentos de fls. 39/58 eram provenientes do Plano de Manejo Florestal do Senhor Geraldo Crispim Ferreira e que teriam sido transportadas pelos veículos de placas NCK 1529 (inexistente) e NCK 1020 (motocicleta), este (motocicleta) inadequado e sem capacidade para transportar a volumetria de madeira mencionada nas guias florestais. Consta, ainda, que nos dias 27 de junho e 31 de agosto de 2007, na Linha 631, Km 27, Projeto Triunfo, Município de Candeias do Jamari/RO, pertencente a esta Comarca, o denunciado Marcos Pereira, na qualidade de sócio administrador e representante operacional da Empresa Demasbra Indústria e Comércio de Materiais de Construção, Móveis e Eletrodomésticos Ltda., agindo em nome da referida empresa e em benefício próprio, inseriu em documentos públicos (guias florestais) declarações falsas a fim de alterar a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, consistentes em afirmar que as essências descritas nos documentos de fls. 71/72 eram provenientes do Plano de Manejo Florestal do Senhor Geraldo Crispim Ferreira e que teriam sido transportadas pelos veículos de placas NCK 1529 (inexistente) e NCK 1020 (motocicleta), este (moto) inadequado e sem capacidade para transportar a volumetria de madeira mencionada nas guias florestais. E, finalmente, que o Plano de Manejo do Senhor Geraldo Crispim não fora totalmente explorado e as informações constantes no saldo virtual do CEPROF/SEDAM indicavam que o seu saldo estava 'zerado', bem com que os veículos supostamente utilizados eram inadequados e não tinham capacidade para transportar a volumetria descrita nas guias florestais.A denúncia, informada com o respectivo inquérito policial, foi recebida no dia 28/07/2010.Os acusados foram pessoalmente citados (v. fls.228-v, 233-v e 240-v).Respostas à acusação constam às fls. 236/239, 241/242 e 249/252.Foram inquiridas 03 (três) testemunhas e os acusados interrogados (v. fls. 300, 301/303, 614/615 e 626/631).O Ministério Público requereu a condenação dos acusados, nos termos da denúncia (v. fls. 638/652).A Defesa requereu a absolvição, alegando insuficiência de provas (v. fls. 654/667).É o relatório.P A S S O a dirimir as questões de fato e de direito.I ? Questões fáticasRefere a inicial, em síntese, que os acusados, na qualidade de administradores e representantes legais e operacionais das empresas mencionadas na inicial, inseriram declarações falsas nas guias florestais acostadas aos autos, com a finalidade de alterar a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, notadamente 'esquentar' madeira sem origem legal.

Questionados a respeito, Marcos Antônio reconheceu que à época dos fatos era sócio-proprietário, administrador e representante legal e operacional da Empresa (madeireira) Jaguar, alegando, no entanto, que não comercializou a madeira mencionada nas guias de transporte hostilizadas, que sequer conhecia o Senhor Geraldo Crispim e que já foi julgado pelos fatos ora em apuração.O acusado Mário também admitiu ser sócio-proprietário, administrador e representante legal da Empresa (madeireira) Abunã, alegando, no entanto, que à época dos fatos as guias florestais eram preenchidas pelo seu contador Pedro Círio Gomes (já falecido) e que realmente tirou madeira do Plano de Manejo Florestal do Senhor Geraldo Crispim. Arrematou dizendo que forneceu a senha que recebera para acessar o CEPROF/SEDAM ao referido contador.Marcos Pereira, por sua vez, alegou que trabalhava na Empresa Demasbra, cujos proprietário de fato seriam Antenor Guimarães e Elizeu da Costa, e que, conscientemente, forneceu o seu nome para ser incluído no estatuto social da referida pessoa jurídica. Concluiu dizendo que quem administrava e ficava com as senhas da Demasbra era o senhor Antenor e que vez ou outra assinava documentos da referida empresa.Procedem apenas em parte as versões dos acusados. Senão vejamos. Consta nas guias florestais de fls. 27/33, 46/65 e 78/79 que as Empresas Jaguar, Abunã e Demasbra, respectivamente, através de seus responsáveis/acusados Marcos Antônio, Mário e Marcos Pereira, emitiram as aludidas guias florestais, no período compreendido entre os meses de julho e dezembro de 2007, para o transporte de essências florestais, supostamente extraídas do Plano de Manejo Florestal do Senhor Geraldo Crispim. As toras, de acordo com as guias, teriam sido transportadas no veículos de placas NCK 1529, NCK 1020, NCK 1025 e NCK 1030.OCORRE que, pesquisando os números das placas dos veículos indicados nas guias florestais, no Sistema INFOSEG (v. fls. 134, 137/139), descobriu-se que as placas NCK 1020, NCK 1025 e NCK 1030 pertencem a veículos impróprios e inadequados ao transporte de madeira em toras, sobretudo na volumetria indicada nas guias florestais, pois se tratam de motocicleta (Honda CBX 200, Strada), automóvel (Fiat Uno Mille Fire) e caminhonete (GM D-20), respectivamente. A placa NCK 1529 sequer existe. Significa dizer que esses veículos não transportaram as essenciais florestais mencionadas nas guias florestais, sendo as declarações falsas.Segundo a testemunha Christian Zago Cassal, analista ambiental do IBAMA, que integrou uma força tarefa, denominada 'Operação Custódia', composta pelo IBAMA e pelo Batalhão de Polícia Ambiental, a qual esteve examinando 'in loco' o Plano de Manejo Florestal do Senhor Geraldo Crispim, referido plano de manejo não fora efetivamente explorado, embora Geraldo Crispim já o tivesse negociado com empresas madeireiras, incluindo as dos acusados. Consta nos laudos de constatação acostados aos autos (v. fls. 17/24, 36/43 e 68/75) que nas picadas vistoriadas foram encontradas árvores (entenda-se: em pé) que supostamente já teriam sido abatidas e transportadas e que nas guias florestais examinadas constavam placas irregulares, ficando bem evidenciada a ocorrência de fraude, ou seja, que os compradores geraram guias florestais falsas, para 'esquentar' madeira sem origem legal (provavelmente extraída da Floresta Nacional do Bom Futuro, localizada na região das madeireiras dos acusados).A par disso, os acusados não comprovaram a real extração da madeira descrita nas guias florestais, do Plano de Manejo Florestal do Senhor Geraldo Crispim, e nem tampouco o efetivo transporte das essências florestais. Conforme já mencionado, Marcos Antônio disse que não adquiriu madeira do Senhor Geraldo Crispim, pois sequer o conhecia, e que só foi uma vez no barracão da Empresa/Madeireira Jaguar, a qual, segundo ele, encontrava-se desativada. Marcos Pereira alegou ser mero 'laranja' e Mário transferiu a responsabilidade para o finado contador da sua empresa.Nessas condições, pode-se concluir, com total segurança, que as declarações inseridas nas Guias Florestais para Transporte de Madeira em Toras ? GF1, de fls. 27/33, 46/65 e 78/79, especificamente as dos campos destinados aos dados do 'remetente' e a 'identificação do veículo transportador' são falsas e que foram geradas para 'esquentar' madeira sem origem legal, provavelmente extraída de locais não autorizados pelos órgãos ambientais competentes.Tocantemente a autoria, restou satisfatoriamente demonstrado que os acusados concorreram, conscientemente, para a inserção de declarações falsas, na guias florestais hostilizadas.Com efeito, à época dos fatos, de acordo com os documentos de fls. 206/210, o acusado Mário era sócio-proprietário e representante legal e operacional da Empresa/Madeireira Abunã, junto ao Sistema CEPROF/SEDAM; o acusado Marcos Pereira figurava como sócio proprietário e representante legal e operacional da Empresa/Madeireira Demasbra (v. fls. 376/378); e o corréu Marcos Antônio declarou, em Juízo, que, conscientemente, forneceu seu nome, passando a figurar como proprietário de 'direito' da Empresa/Madeireira Jaguar e vez ou outra assinar documentos. No documento de fls. 257 o acusado Marcos Antônio figura como sócio- proprietário da Empresa/Madeireira Jaguar.As versões por eles apresentadas, recheadas de evasivas, revelam-se inverossímeis e não encontraram respaldo probatório. Conforme bem observou o Ministério Público, em suas alegações finais, na qualidade de representantes legais e operacionais de suas respectivas empresas, só os acusados estavam autorizados a preencher e emitir as guias florestais em favor de seus respectivos empreendimentos, pois as senhas recebidas para acesso ao Sistema CEPROF/SEDAM são pessoais e intransferíveis, nos termos do artigo 14, da Portaria 0172/2006/GAB/SEDAM.Também não colhe a imputação/transferência de responsabilidade a terceiros, como o fizeram expressamente os acusados Mário e Marcos Pereira, atitude natural de quem está se defendendo, pois os acusados eram os principais interessados e beneficiados pela fraude. Aliás, essa 'técnica' defensiva também foi utilizada, sem sucesso, pelo acusado Mário, na 3ª Vara Criminal, desta Comarca (autos nº 0007765-73.2009.8.22.0501), onde ele também foi condenado por falsidade ideológica de guias florestais e comércio ilegal de madeira. Marcos Antônio tentou se esquivar na 2ª Vara Criminal, desta Comarca (autos nº 0101845-20.2009.8.22.0601), alegando ser 'laranja', mas sua 'tese' não foi acolhida.Observo, finalmente, que improcede a alegação de coisa julgada, apresentada pelo acusado Marcos Antônio, pois os fatos a que ele se refere foram examinados nos autos 0101845-20.2009.8.22.0601 (IPL 072), da 2ª Vara Criminal, desta Comarca, e são distintos (acessei o SAP/TJRO e verifiquei a sentença prolatada). II ? Questões jurídicas. Enquadramento legal das condutas. As condutas dos acusados amoldam-se perfeitamente ao tipo do artigo 299, caput, do Código Penal, pois restou satisfatoriamente comprovado que eles, devidamente cadastrados no CEPROF/SEDAM, agindo como proprietários e representantes legais e operacionais, respectivamente, das Empresas Indústria, Comércio e Beneficiamento de Madeiras Ltda., Abunã Indústria, Comércio

e Representações Ltda. e Demasbra Indústria e Comércio de Materiais de Construção, Móveis e Eletrodomésticos Ltda., fizeram inserir declarações falsas nas Guias Florestais para Transporte de Madeira em Toras (GF1), de fls. 27/33, 46/65 e 78/79, alterando a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, com o fim de 'esquentar' madeira sem origem legal, provavelmente extraída de locais não autorizados pelos órgãos ambientais competentes. Marcos Antônio infringiu 07 vezes (sete guias falsificadas), Mário 20 vezes (vinte guias falsificadas) e Marcos Pereira 02 vezes (duas guias falsificadas) o tipo penal que lhes foi imputado.Tratando-se de crime de falsidade ideológica, sob a imputação de fazer inserir declaração falsa para alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, não é necessária a realização de prova pericial. O falso ideológico diz respeito ao conteúdo do documento, ao seu teor intelectual, e não à materialidade. Materialmente verdadeiro, o escrito é mentiroso no conteúdo, fato que pode ser demonstrado por testemunhas e outros elementos de prova, como sói acontecer no caso em exame. Eventual tese de que não existe falso ideológico em documento sujeito a verificação também não cola no caso em comento. Isto porque os dados inverídicos/falsos inseridos nas guias florestais não eram de fácil percepção/constatação, ou seja, apuráveis por meio de confronto objetivo e concomitante da autoridade administrativa. Foi necessária verificação/averiguação, complexa e futura, junto a outros órgãos da Administração (INFOSEG), para constatação da fraude. O caso não versa sobre simples requerimento ou petição ideologicamente falsa. A imputação diz respeito a guias florestais ideologicamente falsas.No ponto, confira-se a jurisprudência do E. STJ:"(...) Esta 1ª Turma, ao julgar o HC 62.874 (RTJ 115/166 e ss), entendeu que, ainda quando se admita que o documento sujeito à verificação não é hábil para a configuração de falsidade ideológica, isso só ocorreria quando a verdade que o funcionário está adstrito a verificar é apurável por meio de confronto objetivo e concomitante da autoridade, dispensando indagação complexa e futura" (RT 641/388).E do TJSP:"Falsidade ideológica. Ainda que sujeita à verificação oficial a declaração falsa de domicílio e residência destinada a instruir processo administrativo, a falsidade ideológica só restará descaracterizada por tal circunstância quando a verdade que o funcionário está adstrito a verificar for apurável por meio de confronto objetivo e concomitante da autoridade. Haverá delito quando a verificação demandar investigação complexa e futura" (RT 648/248). No mesmo sentido, TJSP: RJTJESP 163/141). De outro giro, tratando-se de crimes da mesma espécie, cometidos em condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se a regra do artigo 71, caput, do Código Penal, com a exasperação de acordo com o número de delitos concorrentes.Sobre essa quaestio, orienta a jurisprudência:"STJ - Crime continuado e não concurso material. Há de se considerar o crime como continuado, não se caracterizando concurso material, se o réu foi condenado por ter falsificado em curso espaço de tempo, quatro carteiras de identidade, em cada uma delas apondo seu próprio retrato com nomes fictícios, tendo-se que, pelas condições de tempo, lugar e natureza do crime, todas as ações se reuniram em uma mesma conduta criminosa, tendo-se as seguintes como continuação da primeira" (RTJ 108/1.234).III. Conclusão.Desta forma, satisfatoriamente comprovadas as condutas descritas na inicial, concluo que estão presentes os elementos do tipo previsto no artigo 299, caput, do Código Penal, pelo que os fatos são típicos. Nenhuma excludente de ilicitude há a militar em favor dos acusados, pelo que os fatos são antijurídicos. Presentes estão também, os elementos da culpabilidade (estrito senso), a saber: a imputabilidade, o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, pelo que são os acusados culpáveis, impondo-se, via consequencial, a aplicação das sanções co-respectivas.PELO EXPENDIDO e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia e, em consequência, CONDENO Marcos Antônio Aguiar, Mário Fernando Balestieri e Marcos Pereira Mateus, todos qualificados nos autos, por infração ao artigo 299, caput, do Código Penal (Marcos Antônio - sete vezes; Mário - vinte vezes; e Marcos Pereira - duas vezes), na forma do artigo 71, do mesmo Código.Passo a dosar as penas, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68, do Código Penal. 1. Condenado Mário.A culpabilidade (lato senso), entendida agora como o juízo de reprovabilidade social do fato e do seu autor, revela-se acentuada. O condenado, de acordo com a certidão de fls. 212/217 e consulta ao SAP/TJRO, não registra antecedente criminal negativo, entendido este como sentença penal condenatória transitada em julgado, haja vista o princípio constitucional da presunção de inocência. No entanto, tem várias passagens pela Justiça local, por crimes ambientais, e, inclusive, condenação em 1º Grau, por falsidade ideológica de guias florestais e comércio ilegal de madeira. Também já recebeu duas penas antecipadas, através de transações penais, por crimes ambientais. O frequente envolvimento em infração penal, ofendendo os mesmos bens juridicamente tutelados, evidencia personalidade desajustada, ensejando a exasperação da pena base. Mário não deve receber o mesmo tratamento de alguém que nunca se envolvera em infração penal. Sua conduta social, à falta de informações desabonadoras, presume-se boa. As demais circunstâncias judiciais são normais ao crime de falsidade ideológica, constituindo, assim, a própria tipicidade.Desta forma, sopesadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base, de cada crime de falsidade ideológica, em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão + 15 (quinze) dias multa.Não verifico a presença de atenuantes e/ou agravantes. Na forma do artigo 71, caput, do Código Penal, aplico a pena de um só dos crimes (são idênticas), aumentada de 2/3 (dois terços). Aumentei no máximo, levando em consideração o número de crimes concorrentes (20), conforme orientam doutrina e jurisprudência.Veja-se: STF -'A eleição do percentual de acréscimo - de um sexto a dois terços - há de fazer-se considerado o número de delitos. Exsurge inidônea à modificação do percentual máximo de dois terços o fato de, em relação a sete dos quarenta e cinco perpetrados, haver sido reconhecida a prescrição da pretensão punitiva do Estado. Razoabilidade da manutenção dos dois terços'(HC 73.446-4-SP-DJU, de 3-5-96, p. 13.903). Destarte, fica a pena definitiva estabelecida em 02 (dois) anos e 01 (um) mês de reclusão + 25 (vinte e cinco) dias multa, pena esta que reputo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos. Atento à condição financeira do condenado (empresário), fixo o valor do dia multa em 1/5 (um quinto) do valor do salário mínimo mensal, vigente à época dos fatos, devendo ser atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária, nos termos do artigo 49, §2º, do Código Penal. O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade será o aberto (CP, art. 33, § 2º, alínea 'a', c/c §3º). Forte no artigo 44, do Código Penal, e considerando suficiente e socialmente

recomendável, substituo a privação da liberdade por duas penas restritivas de direitos, quais sejam, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade, a ser cumprida nos termos do artigo 46, do Código Penal, e prestação pecuniária, consistente no pagamento, em dinheiro, a entidade pública ou privada com destinação social, da importância de 05 (cinco) salários mínimos, valor vigente à data do efetivo desembolso, nos termos do artigo 45, do Código Penal.2. Condenado Marcos Antônio.A culpabilidade (lato senso), entendida agora como o juízo de reprovabilidade social do fato e do seu autor, está evidenciada. Marcos Antônio, de acordo com a certidão de fls. 218/219 e consulta ao SAP/TJRO, embora seja tecnicamente primário, tem maus antecedentes, pois já foi condenado irrecorrivelmente por crime de falsidade ideológica, na 2ª Vara Criminal, desta Comarca, autos nº 0101845-20.2009.8.22.0601 (o trânsito em jugado ocorreu no dia 4/10/2011). Não há elementos nos autos indicando desvio de personalidade e a conduta social, à falta de informações desabonadoras, presume-se boa. As demais circunstâncias judiciais são normais ao crime de falsidade ideológica, constituindo, assim, a própria tipicidade.Desta forma, sopesadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base, de cada crime de falsidade ideológica, em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão + 15 (quinze) dias multa.Não verifico a presença de atenuantes e/ou agravantes. Na forma do artigo 71, caput, do Código Penal, aplico a pena de um só dos crimes (são idênticas), aumentada de 1/2 (metade). Aumentei no patamar intermediário, levando em consideração o número de crimes concorrentes (07), conforme orientam doutrina e jurisprudência.Destarte, fica a pena definitiva estabelecida em 01 (um) ano, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão + 22,5 (vinte e dois virgula cinco) dias multa, pena esta que reputo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos.Atento à condição financeira do condenado (ele declarou renda mensal de R$ 2.000,00), fixo o valor do dia multa em 1/10 (um décimo) do valor do salário mínimo mensal, vigente à época dos fatos, devendo ser atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária, nos termos do artigo 49, §2º, do Código Penal. O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade será o aberto (CP, art. 33, § 2º, alínea 'a', c/c §3º). Forte no artigo 44, do Código Penal, e considerando suficiente e socialmente recomendável, substituo a privação da liberdade por duas penas restritivas de direitos, quais sejam, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade, a ser cumprida nos termos do artigo 46, do Código Penal, e prestação pecuniária, consistente no pagamento, em dinheiro, a entidade pública ou privada com destinação social, da importância de 02 (dois) salários mínimos, valor vigente à data do efetivo desembolso, nos termos do artigo 45, do Código Penal.3. Condenado Marcos Pereira.A culpabilidade (lato senso), entendida agora como o juízo de reprovabilidade social do fato e do seu autor, está evidenciada. Marcos Pereira, de acordo com a certidão de fls. 220/221 e consulta ao SAP/TJRO, não registra antecedente criminal negativo, entendido este como sentença penal condenatória transitada em julgado, haja vista o princípio constitucional da presunção de inocência. O Termo Circunstanciado mencionado na certidão de antecedentes foi arquivado em razão da prescrição. Não há elementos nos autos indicando desvio de personalidade e a conduta social, à falta de informações desabonadoras, presume-se boa. As demais circunstâncias judiciais são normais ao crime de falsidade ideológica, constituindo, assim, a própria tipicidade.Desta forma, sopesadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base, de cada crime de falsidade ideológica, no mínimo legal, ou seja, em 01 (um) ano de reclusão + 10 (dez) dias multa.Não verifico a presença de atenuantes e/ou agravantes. Na forma do artigo 71, caput, do Código Penal, aplico a pena de um só dos crimes (são idênticas), aumentada de 1/6 (um sexto). Aumentei no patamar mínimo, levando em consideração o número de crimes concorrentes (02), conforme orientam doutrina e jurisprudência.Destarte, fica a pena definitiva estabelecida em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão + 12 (doze) dias multa, pena esta que reputo necessária e suficiente para prevenção e reprovação dos crimes cometidos. Atento à condição financeira do condenado (ele declarou renda mensal de R$ 1.012,00), fixo o valor do dia multa em 1/20 (um vigésimo) do valor do salário mínimo mensal, vigente à época dos fatos, devendo ser atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária, nos termos do artigo 49, §2º, do Código Penal. O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade será o aberto (CP, art. 33, § 2º, alínea 'a', c/c §3º). Forte no artigo 44, do Código Penal, e considerando suficiente e socialmente recomendável, substituo a privação da liberdade por duas penas restritivas de direitos, quais sejam, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade, a ser cumprida nos termos do artigo 46, do Código Penal, e prestação pecuniária, consistente no pagamento, em dinheiro, a entidade pública ou privada com destinação social, da importância de 01 (um) salário mínimo, valor vigente à data do efetivo desembolso, nos termos do artigo 45, do Código Penal.4. Disposições comuns. Faculto aos condenados o apelo em liberdade porque nesta condição vêm sendo processados e não verifico o surgimento de algum fundamento para a decretação da prisão preventiva.Custas pelos condenados, sendo 1/3 (um terço) para cada um.Após o trânsito em julgado os nomes dos réus deverão ser inscritos no rol dos culpados e calculadas as penas de multa e o valor das custas processuais, intimando-se para o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias. Inocorrendo o pagamento e/ou pedido de parcelamento, após os cálculos e homologação, deverá ser cumprido o disposto no artigo 51, do Código Penal. Deverá se proceder também, a expedição de guia, para fins de execução.Anote-se e comunique-se (INI/DF, II/RO, TRE/RO etc.). P.R.I.Porto Velho-RO, terça-feira, 13 de dezembro de 2011.Edvino Preczevski Juiz de Direito

Luzia de Lima Secundo

Escrivã Judicial

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO 90(noventa) DIAS

Proc.: 0008480-47.2011.8.22.0501
Condenado: ÁTILA FELIPE OLIVEIRA BRASIL, vulgo "Negão", brasileiro, solteiro, natural de Porto Velho-RO, nascido aos 22.08.1988, filho de Berlange Brasil Barbosa e de Martinha Oliveira Braga. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
Finalidade: Intimar o réu acima qualificado da sentença condenatória cuja parte final segue:
Sentença: Vistos etc..WEKISLEY SOARES DA SILVA, CLAUDINEI ALVES DA SILVA e ÁTILA FELIPE OLIVEIRA BRASIL foram denunciados por infração ao art. 157, § 2º, inc. II c.c. art. 61, inc. II, alínea ?c?, ambos do Código Penal, [...] Desta

forma, julgo inteiramente procedente a denúncia para condenar WEKISLEY SOARES DA SILVA, CLAUDINEI ALVES DA SILVA e ÁTILA FELIPE OLIVEIRA BRASIL nas penas do art. 157, § 2º, inc. II c.c. art. 61, inc. II, alínea "c", ambos do Código Penal. [...] ÁTILA FELIPE OLIVEIRA BRASIL é primário e não registra qualquer antecedente. Agiu com culpabilidade inerente ao delito praticado. As consequências foram as próprias do delito praticado. Dos autos não constam elementos suficientes para análise da conduta e personalidade do acusado. Desta forma, fixo a pena base no seu mínimo legal, 4 anos de reclusão. Em razão da agravante acima apontada, aumento esta pena para 4 anos e 6 meses de reclusão. Em razão da causa especial de aumento de pena também reconhecida nesta sentença, elevo a pena em 1/3, passando para 6 anos de reclusão. Deixo de aplicar a pena de multa por entender que o acusado não possui condições financeiras para o seu pagamento. Por não haver outras circunstâncias a analisar, torno esta pena em definitivo. Fixo o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena. Restitua a calça apreendida ao acusado Claudinei. Oficie removendo os acusados para o regime prisional fixado nesta sentença.Vista ao Ministério Público para análise da conduta da testemunha Adina, porquanto há indícios da participação desta nos fatos. Com o trânsito em julgado, lance o nome do réu no rol dos culpados, promova as comunicações necessárias, expeça-se guia de execução e arquive-se. Sem custas. P. R. I. Porto Velho-RO, terça-feira, 22 de novembro de 2011.Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito.

Proc.: 0013497-64.2011.8.22.0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Antônio Josias Freitas de Lima
Advogado: Gilvane Veloso Marinho (OAB/RO 2139)
Finalidade: Intimar as partes acima, da audiência de instrução designada para o dia 29.5.2012, às 10:00 horas.

Proc.: 0015997-06.2011.8.22.0501
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Vanderlei Fernandes Salgueiro
Advogado:Maria do Socorro Gadelha dos Santos (OAB/RO 21884)
Despacho:
Vistos etc.Considerando que o requerente pede a liberdade provisória sem o arbitramento de fiança, vista ao Ministério Público para manifestação.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Renato Bonifácio de Melo Dias Juiz de Direito

Proc.: 0014577-63.2011.8.22.0501
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Tiago Laudelino Martins, Enerson Alves Lopes
Advogado:José Águia Azul Martinho de Medeiros (OAB/RO 2185)
Decisão:
Vistos etc.1 - A denúncia já foi recebida.Não vislumbro a presença de qualquer causa extintiva da punibilidade ou de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP).Audiência de instrução para 27/2/2012 às 8h.2 - A defesa dos réus pede, ainda, o relaxamento da prisão em flagrante, vez que teria sido ela ilegal.Ocorre que o auto de prisão em flagrante já foi homologado e a denúncia recebida, não havendo que se falar em ilegalidade do flagrante neste momento processual. Além disso, os requerentes já tiveram a liberdade provisória indeferida por este Juízo, bem como tiveram os Habeas Corpus que impetraram denegados pela 1ª Câmara Criminal do TJRO.Intime-se as testemunhas, acusados e advogado da audiência designada no item 1.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Renato Bonifácio de Melo Dias Juiz de Direito
Kauê Alexsandro Lima
Escrivão Judicial

1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

1º Cartório de Execuções Fiscais
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAVOR ENCAMINHÁ-LOS AOS E-MAILS: pvh1fiscais@tjro.jus.br / ouvidoria@tjro.jus.br, OU PESSOALMENTE NA SEDE DO JUÍZO sito À Rua Gonçalves Dias, nº 192 - Centro, CEP: 76801-076 FONE: (69) 3217-1237. FAX: (69) 3217-1239
Juiz de Direito:João Batista Chagas dos Santos
Diretor de Cartório: José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Proc.: 0019130-77.2006.8.22.0001
Ação:Execução fiscal
Requerente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Requerido:Marluce de Castro Correia
Sentença:
Em face da quitação do débito pelo devedor junto à Fazenda Pública Estadual, conforme a petição de fl. 42 e informações de fls. 43/45 julgo extinta a presente ação, com fulcro no art. 794, I, do Código de Processo Civil.Havendo penhora libere-se. Intime-se para comprovar o pagamento das custas.Após, arquivem -se com baixa.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito
José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório
1º Cartório de Execuções Fiscais
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAVOR ENCAMINHÁ-LOS AOS E-MAILS: pvh1fiscais@tjro.jus.br / ouvidoria@tjro.jus.br, OU PESSOALMENTE NA SEDE DO JUÍZO sito À Rua Gonçalves Dias, nº 192 - Centro, CEP: 76801-076 FONE: (69) 3217-1237. FAX: (69) 3217-1239
Juiz de Direito:João Batista Chagas dos Santos
Diretor de Cartório: José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Proc.: 0024439-06.2011.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Flavia Barbosa Shimizu Mazzini ( )
Requerido:Estado de Rondônia

Despacho:
Cumpra-se, servindo cópia de mandado, pelo oficial plantonista. Após, devolva-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0024440-88.2011.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Flavia Barbosa Shimizu Mazzini ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Despacho:
Cumpra-se, servindo cópia de mandado, pelo oficial plantonista. Após, devolva-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0024448-65.2011.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Alice Barbosa de Holanda
Advogado:Adelino Caetano (RO 150B)
Requerido:Estado de Rondônia, Município de Cacoal - RO
Despacho:
Cumpra-se, servindo cópia de mandado, pelo oficial plantonista. Após, devolva-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0024438-21.2011.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Flavia Barbosa Shimizu Mazzini ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Despacho:
Cumpra-se, servindo cópia de mandado, pelo oficial plantonista. Após, devolva-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0021283-10.2011.8.22.0001
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Ondina Infeld Stédile
Advogado:Paulino Stédile Neto (OAB/PR 45358)
Requerido:Wilfried Almo Tillwitz, Maria Dolores Lopes Tillwitz, Natalino Mioranza, Ivandina Geremias Mioranza

Despacho em Audiência:
Inquirição de Testemunha em 15/12/2011 às 09:00 Iniciados os trabalhos, constatou-se a ausência das testemunhas, que não foram conduzidos vez que não se encontram nesta cidade, conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, ora acostada aos autos. Em seguida, pelo MM. Juiz foi determinado: ¿Redesigno o ato para o dia 07/02/12, às 10 horas, devendo as testemunhas ROQUE CORDEIRO NETO e ARIANE ARNEZ serem conduzidas coercitivamente. Expeça-se novo Mandado de Condução, fazendo-se constar que, se necessário, fica autorizado o uso da força policial para conduzir as testemunhas. Informe-se ao juízo deprecante, transmitindo o expediente por fax, bem instruído com cópia da Certidão mencionada. Publique-se. Presentes saem intimados.¿ Nada mais.
José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

2º Cartório do Juizado Especial Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: pvh2jespcivel@tjro.jus.br
JUIZ: JOSÉ TORRES FERREIRA
DIRETORA DE CARTÓRIO: APARECIDA MARIA DA SILVA FERNANDES

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

Proc.: 1000176-33.2011.8.22.0601
AA:Lidiane Maria das Silva Araujo
ADV: OAB / CADASTRO: 1208-RO Edson Matos da Rocha
OAB / CADASTRO: 3846-RO CARMEN ENEIDA DA SILVA ROCHA
REQ:Mundial Editora e Distribuidora de Livros
ADV:OAB / CADASTRO: 251594-SP Gustavo Henrique Stábile
Despacho: “Considerando que a penhora on line requisitada por este Juízo não foi concretizada em razão de insuficiência de valores na conta bancária da parte ré, intime-se a parte autora para manifestação, em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento”. Porto Velho/RO, 15/12/11. Juiz de Direito Acir Teixeira Grécia .

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

Proc.: 1003342-73.2011.8.22.0601
AA:Sonia Maria Nunes Santana
ADV: OAB / CADASTRO: 1994-RO Mary Terezinha de Souza dos Santos Ramos
REQ:Rondonorte Transportes e Turismo Ltda
ADV: OAB / CADASTRO: 1528-RO Valéria Maria Vieira Pinheiro
OAB / CADASTRO: 1529-RO JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO
Finalidade: Intimar-se a parte requerida a cumprir a sentença de mov. 19/PROJUDI no prazo e sob a pena prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil. Porto Velho/RO, 22/12/11. Sentença: Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para CONDENAR o REQUERIDO ao pagamento do valor de R$ 1.056,00 (um mil e cinquenta e seis reais), a título de danos materiais, conforme documentos juntados pela autora (movimento 1.1, páginas 12 e 13/PROJUDI), devidamente acrescido de correção monetária e juros de mora no importe de 1%, desde o evento danoso (Súmulas 43 e 54 do STJ), em 16/2/2011. Com trânsito em julgado, seja feito o cálculo-liquidação da sentença pelo servidor judicial (LJE, 52, II). Sem custas e honorários (art. 55 da Lei 9099/95). Após o trânsito em julgado desta decisão, intime-se a ré a cumpri -la, no prazo e sob a pena prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil. Dou a presente decisão publicada em audiência e os presentes intimados. Registre-se.” Nada mais. Porto Velho/RO, 05/12/11. Juiz de Direito Acir Teixeira Grécia .

Proc.: 1003334-33.2010.8.22.0601
AA:Nobrelinda Santos Miranda
ADV: OAB / CADASTRO: 1745-RO Alan Rogério Ferreira Riça
OAB / CADASTRO: 28-A-RO Ney Luiz de Freitas Leal
REQ:Nobrelinda Santos Miranda

Finalidade: Intimar-se a parte autora para apresentar planilha de cálculos, com inclusão da multa prevista no art. 475-J do CPC, bem como impulsionar o feito, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do artigo 2º, inciso XI, da Portaria nº 001/2007 – 2º Jeciv Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1001480-67.2011.8.22.0601
AA:Maria de Lourdes de Almada de Sá e Menezes
ADV: OAB / CADASTRO: 1911-RO ERIKA CAMARGO GERHARDT
REQ:B2W - Companhia Global do Varejo - SUBMARINO
ADV: OAB / CADASTRO: 3208-RO Marcelo Estebanez Martins
Finalidade: Intimar-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, retirar o alvará. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1005953-33.2010.8.22.0601
AA:Francisca Silva de Melo
ADV: OAB / CADASTRO: 3858-RO ÉRICA DE NAZARÉ SOUSA COSTA SILVA OAB / CADASTRO: 4169-RO Silvana Felix da Silva Sena
REQ:BANCO ITAUCARD S/A
ADV: OAB / CADASTRO: 3511-RO Manuela Gsellmann da Costa
Finalidade: Intimar-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, retirar o alvará. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1006922-14.2011.8.22.0601
AA:Francisco das Chagas de Sousa
ADV: OAB / CADASTRO: 4588-RO SHEILA CRISTINA BARROS MOREIRA
REQ:Banco Cruzeiro do Sul
Despacho: “O pedido de declaração de inexigibilidade de débito mostra-se incompatível com o de repetição de indébito, razão pela qual, concedo o prazo de 5 (cinco) dias à autora para adequação da causa de pedir e do pedido, sob pena de indeferimento da petição inicial. Intime-se.” Porto Velho/RO, 16/12/11. Juiz de Direito Acir Teixeira Grécia .

Proc.: 1000913-36.2011.8.22.0601
AA:Neylor Luiz Casagrande
ADV: OAB / CADASTRO: 2421-RO GEOVANNI DA SILVA NUNES
REQ:Claro - Americel S/A
ADV:OAB / CADASTRO: 2913-RO Israel Augusto Alves Freitas da Cunha OAB / CADASTRO: 3011-RO Jonathas Coelho Baptista de Mello
Finalidade: Intimar-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, retirar o alvará. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1005065-64.2010.8.22.0601
AA:Tânia Maria Moura dos Santos
ADV: OAB / CADASTRO: 1208-RO Edson Matos da Rocha
OAB / CADASTRO: 3846-RO CARMEN ENEIDA DA SILVA ROCHA
REQ:Eletrobras - Distribuição Rondonia - Centrais Eletricas de Rondonia
ADV:OAB / CADASTRO: 1553-RO Fabio Antonio Moreira
Finalidade: Intimar-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, retirar o alvará. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1005926-50.2010.8.22.0601
AA:Jorge Otavio Moraes Gomes
ADV: OAB / CADASTRO: 378-RO LÚZIA AZZI SANTOS MORAES
REQ:TAM - Linhas Aéreas S/A
ADV: OAB / CADASTRO: 1111-RO Walter Airam Naimaier Duarte Junior
Finalidade: Intimar-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, retirar o alvará. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1003309-83.2011.8.22.0601
AA:MAURICIO SANTANA SEGOBIA
ADV: OAB / CADASTRO: 573-RO MARIA DA C. SOUZA VERA
REQ:Banco Bradesco S.A.
ADV: OAB / CADASTRO: 4370-RO Anne Botelho Cordeiro
OAB / CADASTRO: 4519-RO ILDO DE ASSIS MACEDO
Finalidade: Intimar-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, retirar o alvará. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1001159-32.2011.8.22.0601
AA:Michel Watanabe
ADV: OAB / CADASTRO: 2951-RO ENEMARA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO
OAB / CADASTRO: 962-RO Haroldo Lopes Lacerda
REQ:BW2 Companhia Global do Varejo
ADV: OAB / CADASTRO: 145.521-SP RODRIGO HENRIQUE COLNAGO OAB / CADASTRO: 2980-RO Sally Anne Bowmer Beça Coutinho
OAB / CADASTRO: 2991-RO Bernardo Augusto Galindo Coutinho
Finalidade: Intimar-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, retirar o alvará. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1006178-19.2011.8.22.0601
AA:Eros Bueno Rodrigues Dantas
ADV: OAB / CADASTRO: 802-RO ANTONIO PEREIRA DA SILVA
REQ:R S VAZ
Despacho:“Indefiro, por ora, o requerimento 9.1/PROJUDI. Consta no ar de citação que o réu mudou-se, a parte autora deverá esclarecer, em 10 (dez) dias, o novo endereço. Intime-se.” Porto Velho/RO, 15/12/11. Juiz de Direito Acir Teixeira Grécia .

Proc.: 1001868-04.2010.8.22.0601
AA:Gerson Paes dos Santos
ADV: OAB / CADASTRO: 299b-RO DAVID ALVES MOREIRA
REQ:Viação Rondonia Ltda
ADV: OAB / CADASTRO: 4596-RO Adriana das Graças Haçul
Finalidade: Intimar-se o autor para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao requerimento 30/PROJUDI. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1002618-69.2011.8.22.0601
AA:Carlos Pereira da Silva
ADV: OAB / CADASTRO: 912-RO Josimar Oliveira Muniz
REQ:Ceu Mar Transportes Ltda (PVH TRANSPORTES)
Finalidade: Intimar-se a parte autora para que apresente planilha de cálculos atualizada, em 10 (dez) dias. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1001087-79.2010.8.22.0601
AA:Escola Infantil D. G. S S/C Ltda
ADV: OAB / CADASTRO: 4245-RO Paula Jaqueline de Assis Miranda
REQ:Redecard S/A
ADV: OAB / CADASTRO: 3230-RO Matheus Evaristo Santana
Finalidade:Intimar-se o credor (advogado do réu) para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao requerimento 61.1/PROJUDI. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1005337-24.2011.8.22.0601
AA:Gilmario dos Santos Barbosa
ADV:OAB / CADASTRO: 4528-RO FERNANDO ROBERTO GARLHADO
REQ:Eduardo de Souza Santos
Finalidade: Intimar-se a parte autora quanto à Audiência de Conciliação Designada
(Para 13 de Março de 2012 às 11:30) Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1004700-10.2010.8.22.0601
AA:Deisa Taciana Bacin
ADV: OAB / CADASTRO: 4753-RO PAULO ADRIANO DA SILVA
REQ:Uniron - Faculdade Interamericana de Porto Velho
ADV: OAB / CADASTRO: 618-RO José Ademir Alves
REQ:UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO - UCB (mantenedor CENTRO EDUCACIONAL REALENGO)
ADV:CADASTRO: 113649-RJ DAVID PERRUCHO SILVA
OAB / CADASTRO: 77661-RJ Ricardo Labanca
Finalidade: Intimar-se as rés para se manifestarem sobre o requerimento 96.1/PROJUDI, no prazo de 10 (dez) dias. Porto Velho/RO, 22/12/11.

Proc.: 1004240-86.2011.8.22.0601
AA:Antônia Gomes Ribeiro
ADV: OAB / CADASTRO: 2139-RO GILVANE VELOSO MARINHO
REQ:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
ADV: OAB / CADASTRO: 3.592-AC Alvaro Luiz da Costa Fernades
Sentença: Ante o exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do mérito, com apoio no art. 8º da Lei 9.099/95 e 267, inciso VI do CPC e determino o arquivamento do feito após o trânsito em julgado.Sem custas e honorários.Sentença registrada no sistema.Publique-se. Intimem-se.Porto Velho/RO, 16/12/11. Juiz de Direito Acir Teixeira Grécia .
APARECIDA MARIA DA SILVA FERNANDES
Diretora de Cartório

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0024412-23.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Guta Distribuidora de Bebidas e Produtos Alimentícios Ltda, Hárpia Comércio Genêros Alimentícios Serviços Ltda
Advogado:João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Francisco Ricardo Vieira de Oliveira (OAB/RO 1959)
Requerido:G. P. Comércio e Representação Ltda, Coordenadora Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Velho, Município de Porto Velho RO, H. A. Fernandes Me
Decisão:
DECISÃO Cuidam os autos de Mandado de Segurança com pedido de liminar interposto por Guta Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda, Hárpia Comércio Gêneros Alimentícios Serviços Ltda e, G. P. Comércio e Representação Ltda ME em face da Coordenadora Municipal de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Velho e Município de Porto Velho e H. A Fernandes, objetivando a suspensão do processo licitatório denominado Pregão Presencial n. 074/2011 SRP n. 040.2011 ou, alternativamente, o cancelamento da referida licitação. Narra a inicial que os Impetrantes participaram da licitação na modalidade Pregão Presencial n. 074/2011, do Município de Porto Velho, que tinha por objeto a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para atender a zona urbana, no tipo menor preço, e foram desclassificados ao argumento de que haveria grau de parentesco entre os representantes das referidas empresas, o que poderia configurar fraude à licitação.Aduzem que a empresa habilitada H. A Fernandes – ME, tem como proprietária a mesma das empresas Mendoza & Ikenohuchi e Valys Comércio e Serviços Ltda, ou seja, Sra. Shidue Menonza Ikenohuchi.É o relatório. Decido. Para a concessão de liminar, conforme cediço no âmbito jurisprudencial, impõe-se a ocorrência dos requisitos da fumus boni iuris e do periculum in mora, preconizados no art. 7º, II, da Lei 12.016/2009. O primeiro referindo-se à plausibilidade do direito substancial vindicado e o segundo à possibilidade de tornar-se inócuo, caso não seja acolhida desde logo a pretensão.No caso em tela verificam-se presentes os requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora para a concessão da liminar, haja vista, o fato da eminente contratação de empresa habilitada, em detrimento das Impetrantes que, poderiam até apresentar melhor proposta de menor preço, não fosse a desclassificação sumária das mesmas sob o argumento de que os seus representantes possuem grau de parentesco entre si, o que a legislação pátria não permite, exceto no caso de comprovado conluio entre os participantes com o fim de fraudar o certame, o que não se verifica pela análise dos documentos. A Lei 8666/93, em seu artigo 9º, elenca rol taxativo de quem não pode de licitação ou execução de obras ou serviços e fornecimento de bens a ele necessários, onde a princípio, não se observa contradição com o caso dos autos.Quanto a empresa H. A Fernandes, excluo da lide, haja vista que não se afigura como autoridade coatora, nos termos do artigo 1º da Lei 12.016/2009, e, com base no artigo 267, VI, do CPC julgo extinto o feito sem apreciação do mérito com relação a esta. POSTO ISSO, defiro parcialmente o pedido liminar, somente para determinar a suspender o Pregão Presencial n. 074/2011 SRP n. 040.2011, e consequentemente a contratação das empresas habilitadas, se for o caso, e, ainda, os pagamentos referentes a tais contratos, até decisão final da presente ação, sem prejuízo de ser revista esta decisão após

a vinda das informações. Notifiquem-se a autoridade apontada como coatora para, no prazo de 10 dias, prestar informações. Após, ao Ministério Público para parecer.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito
Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial
1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET..
www.twitter.com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj.ro.gov.br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj.ro.gov.br

Proc.: 0024435-66.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Maria Fernanda Silva de Macedo
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido:Secretaria Municipal de Transito - Semtran
Decisão:
DECISÃOCuidam os autos de Mandado de Segurança impetrado por Maria Fernanda Silva de Macedo em face do Secretário Municipal de Transportes, qualificados nos autos, objetivando liminarmente a concessão e expedição de carteira de passe livre em transportes coletivos municipais à Impetrante, por ser portadora de deficiências físicas decorrentes de acidente com queimadura.Narra a Impetrante que por ser portadora de deficiências físicas, cefaléia e síncopes e amnésia, de quadro irreversível, procurou a SEMTRAN solicitando que lhe fosse concedido o benefício da Carteira do Passe-Livre, para uso livre de transportes coletivos municipais, ante a qualidade de hipossuficiência, porém, tal direito lhe foi negado.É o relatório. Decido.Para a concessão de liminar, conforme cediço no âmbito jurisprudencial, impõe-se a ocorrência dos requisitos da fumus boni iuris e do periculum in mora, preconizados no art. 7º, II, da Lei 12.016/2009. O primeiro referindo-se à plausibilidade do direito substancial vindicado e o segundo à possibilidade de tornar-se inócuo, caso não seja acolhida desde logo a pretensão.No caso em tela a Impetrante informa ter procurado a SEMTRAN para que lhe fosse concedido o benefício do passe livre, e que este foi negado. No entanto, não fez prova disso nos autos, o que é imprescindível para análise da liminar. Portanto, postergo a análise da liminar para após a vinda das informações da autoridade coatora.Notifique-se a autoridade apontada como coatora para, no prazo de 10 dias, prestar informações. Após, conclusos os autos.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0024436-51.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Luiz Pinheiro de Ávila Júnior
Advogado:José Américo dos Santos (OAB/RO 1049)
Requerido:Secretário Municipal de Transportes e Trânsito de Porto Velho - RO
Decisão:
DECISÃOTrata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por LUIZ PINHEIRO DE ÁVLIA JÚNIOR contra ato que entende coator do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO.Diz que participou do processo seletivo simplificado promovido pelo Município para seleção de pessoas físicas para exploração do serviço de Mototáxi, e que cumpriu todas as etapas, obtendo, ao final, pontuação 5, porém, não foi contemplado com a permissão de exploração do serviço de mototáxi. É o necessário para decidir.A controvérsia não é desconhecida deste juízo, como sabe o impetrante, uma vez que se concedeu segurança e deferiu pedido liminar determinando a outorga a outros candidatos.Frise-se contudo, que deve ser feita uma análise de cada caso concreto.Como já afirmado por este juízo nos autos do MS n. 0017259-36.2011.8.22.0001, o que se verifica é que a Comissão, com lastro na Lei Municipal nº. 1.856/2011, dá preferência para o candidato que comprove estar em atividade, utilizando como comprovação os indicados pelas entidades representativas da categoria. Afirmou-se que tal disposição não se sustenta, porquanto incompatível com a cláusula constitucional estatuída no inc. XX do art. 5º.Observa-se que o impetrante fundamenta seu pedido apenas no fato de ter obtido pontuação 5, não demonstrando de plano estar na mesma situação daquele impetrante, ou seja, que tenha ficado fora da lista por falta de comprovação de estar em atividade.À mingua de demais elementos, notadamente porque não demonstrado, também, que realmente preenche todos os requisitos, tem-se, por ora, que não se sustenta o pedido liminar, malgrado tenha obtido pontuação 5. Com efeito, não é possível verificar, por exemplo, se a habilitação não estava/está suspensa, se não respondem a nenhuma infração ao CTB. Sendo assim, faz-se necessário colher informações da autoridade impetrada para melhor análise da pretensão.Ante o exposto, indefere-se o pedido liminar.Notifique-se o Secretário Municipal de Transportes e Trânsito para prestar informações no prazo de 10 dias.Dê-se ciência ao Município de Porto Velho para que, querendo, ingresse, no feito.Após, remetam-se os autos ao Ministério Público para parecer.Int.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0024441-73.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Oswaldo de Souza
Advogado:Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921)
Requerido:Secretário Municipal de Saúde de Porto Velho
Decisão:
DECISÃOCuidam os autos de Mandado de Segurança impetrado por Oswaldo de Souza em face do Secretário de Saúde do Município de Porto Velho, objetivando o fornecimento de oxigênio para oxigenoterapia.Narra o Impetrante que é portador de Câncer de Pulmão em estágio avançado e necessita diariamente da utilização de oxigenoterapia domiciliar por tempo indeterminado, sendo que a falta do uso contínuo agrava o estado de saúde do mesmo.Alega que não tem condições de comprar a medicação e que já procurou a Secretaria Municipal de Saúde, porém não conseguiu o fornecimento do oxigênio. É o relatório. Decido.Para a concessão de liminar, conforme cediço no âmbito jurisprudencial, impõe-se a ocorrência dos requisitos da fumus boni iuris e do periculum in mora, preconizados no art. 7º, II, da Lei 12.016/2009. O primeiro referindo-se à plausibilidade do direito substancial vindicado e

o segundo à possibilidade de tornar-se inócuo, caso não seja acolhida desde logo a pretensão.No caso em tela o Impetrante informa ter procurado a SEMUSA para que lhe fosse fornecido o oxigênio, sem ter obtido êxito. No entanto, não fez prova disso nos autos, o que é imprescindível para análise da liminar. Portanto, postergo a análise da liminar para após a vinda das informações da autoridade coatora.Notifique-se a autoridade apontada como coatora para, no prazo de 10 dias, prestar informações. Após, conclusos os autos.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito
Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2º Cartório de Fazenda Pública
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br
Email :pvh2faz@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0024428-74.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Ambrozio Reis de Oliveira
Advogado:Eliana Soleto Alves Massaro (OAB/RO 1847)
Requerido:Secretário de Administração do Município de Porto Velho/RO
Decisão:
Vistos.O presente feito reclama da decisão do Secretário Municipal de Planejamento que, ao cumprir decisão judicial exarada nos autos da Ação Civil Pública nº 0023518-47.2011.8.22.0001, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública, suspendeu o pagamento de vantagen pessoal de quinto e quinquenio do impetrante, que é servidor municipal.Refere-se ao mesmo objeto e causa de pedir deduzidos no Mandado de Segurança nº 0024423-52.2011.8.22.0001, também em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública, onde já houve despacho.Diante desse quadro, para afastar a possibilidade de decisões contraditórias e viabilizar julgamento simultâneo, por deslocação da competência deste juízo para o juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública, determino o encaminhamento deste autos àquele juízo, após anotações e baixa, o que faço com base no art. 105 do CPC.Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0024455-57.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho -SINDEPROF
Advogado:Antônio Rabelo Pinheiro (OAB/RO 659), Roselane da Costa (OAB/RO 3301)
Requerido:Secretário de Administração do Município de Porto Velho/RO
Decisão:
Vistos.O presente feito reclama da decisão do Secretário Municipal de Planejamento que, ao cumprir decisão judicial exarada nos autos da Ação Civil Pública nº 0023518-47.2011.8.22.0001, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública, suspendeu o pagamento de vantagen pessoal de quinto e quinquenio de servidores municipais.Refere-se ao mesmo objeto e causa de pedir deduzidos no Mandado de Segurança nº 0024423-52.2011.8.22.0001, também em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública, onde já houve despacho.Diante desse quadro, para afastar a possibilidade de decisões contraditórias e viabilizar julgamento simultâneo, por deslocação da competência deste juízo para o juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública, determino o encaminhamento deste autos àquele juízo, após anotações e baixa, o que faço com base no art. 105 do CPC.Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito
Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial
2º Cartório de Fazenda Pública
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj.ro.gov.br
Email :pvh2faz@tj.ro.gov.br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0141761-86.2007.8.22.0001
Ação:Declaratória
Requerente:Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Advogado:Lúcio Afonso da Fonseca Salomão (RO 1063)
Advogado:Glauber Luciano Costa Gahyva (OAB/RO 1768)
Advogado:Aparício Paixão Ribeiro Júnior (OAB/RO 1313)
Requerido:Ajucel Informática Ltda
Advogado:Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Advogado:Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013)
Advogado:Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431)
INTIMAÇÃO:"Ficam as partes intimadas, por via de seus advogados, a se manifestarem sobre a petição do perito de fls. 728/770, no prazo de 10 dias."

Proc.: 0015706-51.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Morio Ikegawa
Advogado:José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
INTIMAÇÃO:"Fica o requerente intimado, por via de seus advogados, a comprovar nos autos o pagamento o depósito dos honorários periciais, no prazo de 10 dias."

Proc.: 0199072-64.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Petrobrás Distribuidora S.A.
Advogada:Marilene Mioto (OAB/RO 499A)
Advogada:Helena Maria Brondani Sadahiro (OAB/RO 942)
Requerido:Estado de Rondônia
Procurador:Ronaldo Furtado (OAB/RO 594-A)
Procurador:Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390)
INTIMAÇÃO:"Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado."

Proc.: 0017576-34.2011.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogado:Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818)
Requerido:Estado de Rondônia
Procurador:Emílio Cesar Abelha Ferraz (RO 234-B)
INTIMAÇÃO:"Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado."

Proc.: 0018584-46.2011.8.22.0001
Ação:Ação Civil Pública
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Pedro Abi.eçab ( )
Requerido:Adriano Mulling
Advogado:Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Advogado:Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
INTIMAÇÃO: "Ficam as partes, por via de seus advogados, no prazo de 10 dias, intimadas a especificarem provas, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento".

Proc.: 0021875-54.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Jader Terceiro dos Santos e outros
Requerido:Estado de Rondonia
Procurador:Valdecir da Silva Maciel
INTIMAÇÃO:"Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado."

Proc.: 0196607-19.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Estado de Rondônia
Procuradora:Jersilene de Souza Moura (OAB/RO 1676)
Executado:Sindicato dos Trabalhadores no Poder Executivo do Estado de Rondônia SINTRAER
Advogado:Franco Omar Herrera Alviz (OAB/RO 1228)
DESPACHO:"Intime-se o executado, por intermédio de seu Advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e penhora imediata, conforme preceitua o artigo 475-J, do Código de Processo Civil.Em não havendo pronto pagamento, realize-se o bloqueio judicial pelo sistema BACEN-JUD, atentando aos princípios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do crédito exequendo. Aguarde-se por 10 (dez) dias respostas das instituições bancárias/financeiras.Com resposta positiva, convolo o bloqueio em penhora, a qual deverá ser reduzida a termo, intimando-se a parte executada na forma do artigo 475-J, § 1º, do CPC.Não havendo impugnação pelo Executado, com oficio da instituição financeira informando a transferência dos valores para Conta Judicial, nº 8386-0, Banco do Brasil, Agencia 2757-X, expeça-se ofício para instituição financeira transferir os valores para conta indicada à fl. 153.Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, intime-se o exequente para dar regular andamento ao feito, sob pena de arquivamento. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 22 de agosto de 2011.Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa - Juiz de Direito."

Proc.: 0021562-30.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Estado de Rondônia
Advogado:Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1637)
Executado:Erika Oliveira Chaquian
Advogado:Dalgoberto Martinez Maciel (RO 1.358)
Despacho:
Despacho:Considerando que houve pagamento do valor em execução conforme comprovante às fls. 35, entendo como satisfeita a obrigação, nos termos do artigo 794, I c/c artigo 795, ambos do Código de Processo Civil e, por via de consequência, julgo resolvida a presente execução. Sem custas. Arquivem-se os autos a seguir.P.R.I.C.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0012613-17.2010.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Estado de Rondônia, Ruth Pereira Santana
Advogado:Renato Condeli (OAB/RO 370), Alexandre Cardoso da Fonseca (OAB/RO 556), Renato Condeli (OAB/RO 370)
Despacho:
Despacho:1. Por ora, intime-se o Estado de Rondônia para se manifestar quanto ao pedido de fls. 76, no prazo de 05 (cinco) dias.2. Após, venham conclusos. Intima-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0141150-36.2007.8.22.0001
Ação:Ação ordinária
Requerente:Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia - SINTERO
Advogado:Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641), Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934), Ludmila Moretto Sbarzi Guedes (OAB/RO 4546), Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Aparício Paixão Ribeiro Júnior (OAB/RO 1313)
Despacho:
Despacho:1. Defiro o requerimento da parte autora de fls. 336, prorrogando o prazo por 30 (trinta) dias para que providencie os dados das fichas financeiras dos servidores.2. Após esse prazo, independente de intimação, deve o autor dar prosseguimento ao feito.Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0021249-06.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondonia - Detran
Advogado:Cleuzemer Sorene Uhlendof (RO 549)
Executado:Marco Antonio dos Santos
Advogado:Leniertan Mariano (OAB/RO 380B)
Despacho:
Despacho:O Exequente foi intimado para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias sob pena de arquivamento (fls. 105).No entanto, até a presente data nada foi requerido, conforme certidão de fls. 105-verso. Sendo assim, arquivem-se os autos.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito
Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial

2ª VARA DE FAMÍLIA

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro.jus.br

Proc.: 0011516-33.2011.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:J. G. N.
Advogado:Valnei Ferreira Gomes (RO 3529)
Requerido:E. B. de A.
Advogado:Fernando Fernandes (OAB/RO 4868)
Decisão:
A escrivania constatou erro material na sentença de fls. 31, conforme certidão de fls. 52, no que se refere ao percentual da pensão alimentícia.Efetivamente, há erro material, sendo que o percentual descrito de forma numérica diverge do valor por extenso.Ante o exposto, determino a desconsideração do valor por extenso, prevalecendo o numeral, permanecendo inalterados os demais dados.Expeça-se ofício para descontos ao empregador no valor de 10% dos vencimentos líquidos do réu.P.R.I.Porto Velho-RO, sexta-feira, 16 de dezembro de 2011.
João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito
Rone da Silva Ramos
Escrivão

4ª VARA DE FAMÍLIA

4ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: 0006886-31.2011.8.22.0102
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:M. L. P. M.
Advogado:Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Requerido:A. G. P. M.
Sentença:
Vistos:Maria Lacy Pereira Mendes, devidamente qualificada, ingressou com ação de divórcio litigioso em face de Antonio Gilardo Pereira Mendes, também qualificado.O requerido foi devidamente citado e não apresentou contestação.É o relatório.Trata-se de ação de divórcio litigioso proposta Maria Lacy Pereira Mendes e Antonio Gilardo Pereira Mendes. Do casamento resultou a concepção de 04 (quatro) filhos, todos maiores. Não constituíram patrimônio comum.Isto posto, julgo procedente o pedido inicial. Decreto o divórcio do casal na forma e condições acima estipuladas. A mulher voltará a usar o nome de solteira, Maria Lacy Pereira da Silva. Sentença com resolução de mérito, na forma do artigo 269, I, do CPC. Após o transito em julgado, expeça-se mandado de averbação.Sem custas face à gratuidade concedida a ambas as partes.P.R.Intime-se via Defensoria Pública e arquive-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 13 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0005186-20.2011.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:J. V. L. M.
Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido:J. L. L. M.
Sentença:
Vistos,J.V. L.M, menor representado pela genitora R.C.A.L, ambos qualificados, propôs ação de alimentos em face de J.L.L.M, também qualificado nos autos. Alega o autor que o réu trabalha como salgadeiro não informando a renda do mesmo, sendo que não vem contribuindo com sua mantença, sua mãe é quem tem suportado todas as despesas com sua manutenção. Pede um salário mínimo a título de alimentos. Citado o requerido não contestou o pedido.O Ministério Público em seu parecer opinou pela procedência do pedido.É o relatório. Tratam os autos de ação de alimentos.O processo comporta julgamento antecipado. Citado o requerido não contestou o pedido.A falta da contestação induz a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, bem como autoriza a presunção de que o réu concorda com o pagamento da pensão pedida e que o valor pedido está de acordo com as suas possibilidades econômicas e financeiras.Isso posto, julgo procedente o pedido e condeno o réu a pagar um salário mínimo mensal a título de alimentos ao autor.Sentença com resolução de mérito na forma do artigo 269, I, do CPC.Sem custas e sem honorários diante da gratuidade já deferida às fls. 11 que ora estendo ao requerido. P.R.I e Cumpra-se.Após, arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de outubro de 2011.Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006601-38.2011.8.22.0102
Ação:Interdição
Interditante:A. S. de O.
Advogado:Telma Regina de Souza (OAB/RO 298)
Interditado:C. L. de O.
Sentença:
Vistos,A.S de O, devidamente qualificado nos autos, propôs ação de interdição e curatela de sua filha, C.L de O, também qualificada.Alega o autor que a interditanda é portadora de esquizofrenia hebefrênica.Laudo médico de fls. 11.Audiência de interrogatório às fls. 20.O Ministério Público opinou pela procedência do pedido, às fls. 21/22.É o relatório. Decido.Trata-se de pedido de interdição e curatela de pessoa portadora de esquizofrenia hebefrênica.Às fls. 11, veio o laudo médico dando conta de que a interditanda é paciente inapta aos atos da vida civil, tendo esquizofrenia hebefrênica. Assim, todo este conjunto probatório enseja o convencimento do Juízo para o deferimento da pretensão inicial.Nos termos do inciso I, do artigo 1.767, do Código Civil, estão sujeitos a curatela aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.Observa-se dos autos que a interditanda não possui bens imóveis, conforme certidão informativa e negativas às fls. 12/13, assim, deve ser observado que:À curatela são aplicáveis as regras da tutela (artigo 1.781 do Código Civil). Desta forma, se a interditanda for possuidora ou proprietária de imóveis ou móveis não poderão ser vendidos pelo curador, nem tampouco poderá ela retirar valores existentes em instituição bancária, a não ser mediante autorização judicial (artigos 1.750 e 1.754 do Código Civil). Não poderá também o curador contrair dívidas em nome da interditanda, inclusive para abatimento direto em seu benefício previdenciário, a não ser por expressa e específica autorização judicial (artigo 1.748, I, do Código Civil).Fica autorizado ao curador receber o benefício previdenciário do interditando, nos termos do artigo 1.747, II, do Código Civil.Julgo procedente o pedido e nomeio curador para todos os atos da vida civil do interdito sua filha, A. S de O. Sentença com resolução de mérito, na forma do inciso I, do artigo 269, do Código de Processo Civil, observando-se as limitações mencionadas nesta decisão. Expeça-se termo de curatela, especificando, EM DESTAQUE,

as limitações e autorização contidas nesta decisão.Na forma do artigo 1.184, combinado com o que dispõe o §2º do artigo 232, ambos do Código de Processo Civil, publique-se esta decisão por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias.Em obediência ao disposto no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6.015/73).Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral. Sem custas e honorários diante da gratuidade já deferida às fls. 16.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. e Arquive-se.Porto Velho-RO, segunda-feira, 24 de outubro de 2011. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0007101-07.2011.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:A. F. A.
Advogado:Manoel Rivaldo de Araujo (315-B)
Requerido:G. M. N. A.
Sentença:
Vistos,A.F.A, devidamente qualificado, propôs ação revisional de alimentos em face de G.M.N.A, menor representado por sua mãe M.A.N, também qualificados.Alega o autor que em 05 de março de 2009, o autor foi condenado a pagar o valor de 01 (um) salário mínimo a título de alimentos ao requerido. Alega que casou-se novamente e que sua atual esposa está prestes a dar à luz. Afirma que vem passando por sérias dificuldades financeiras e tem tido problemas de saúde, sem conta com o pagamento do aluguel. Sustenta que seu padrão de vida mudou, pois está desempregado, e que inclusive está em andamento ação de execução de prestação alimentícia podendo o autor sofrer prisão civil. Requer a redução dos alimentos para 50% do salário mínimo. Regularmente citado o requerido não contestou o pedido, alegando que o menor tem problema de saúde - convulsão febril - além disso, a genitora do menor encontra-se desempregada, pois é portadora de eplepsia, realizando tratamento médico. Não concorda com a redução dos alimentos. Na instrução do processo não foram ouvidas testemunhas. Em debates orais o autor fez remissão aos termos da inicial e a parte autora também reiterou os termos da contestação. O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido.É o relatório.Tratam os autos de ação revisional de alimentos que A.F. A move em face de G.M.N.A. No presente caso, o autor foi condenado no dia 05 de março de 2009 a pagar ao requerido o valor de 01 (um) salário mínimo. Todavia, em que pese a condenação, aduz o autor que tem encontrado dificuldades em cumprir com o estipulado, pois atualmente encontra-se casado, com filho récem nascido, com problemas financeiros e de saúde.Não obstante a alegação do autor de que está desempregado, percebe-se dos autos, que o autor limitou a sua produção de provas aos documentos juntados na inicial, os quais, não comprovam o desemprego do autor.De qualquer maneira, ainda que o autor tivesse comprovado o seu desemprego, este fato por si só não o exime de cumprir com a obrigação alimentar em relação ao requerido, até porque o autor tem condições e está apto ao trabalho, não demonstrando qualquer problema de saúde. Ademais, a obrigação assumida pelo autor em prestar os alimentos são devidos em razão da menoridade do alimentado, ou seja, decorre do poder familiar do autor em relação ao seu filho e esta obrigação alimentar não se altera diante da precariedade da condição econômica do genitor, de forma que a alegação de desemprego, por si só, não constitui motivo de isenção ou de diminuição do dever do pai em contribuir com a manutenção do filho.Nesse sentido a jurisprudência, verbis:?Alimentos- Pensão ? Alimentante desempregado ? Irrelevância. O demandado é pessoa apta para o trabalho, e legalmente obrigado asustentar o filho menor? (TJSP 5ª Câmara Cível, JTJ 168/11)Assim, não houve por parte do autor, comprovação de mudança a autorizar uma revisão do que inicialmente foi fixado como verba alimentar devida mensalmente pelo autor ao requerido em decorrência de sua obrigação paterna de assistência ao seu filho.Nesse sentido a jurisprudência, verbis:?ALIMENTOS ? REVISIONAL-PRESSUPOSTO DE FATO ? AUSÊNCIA ? O pressuposto de fato que autoriza a procedência de uma revisional de alimentos é a mudança na fortuna do interessado, na forma do disposto no art. 401 do CC. Inexistindo prova desta, a improcedência do pedido do autor se impõe.?(TJMG ? AC 000.158.067-9/00 ? 4ª C.Cív. ? Rel. Des. Reynaldo Ximenes Carneiro ? J. 11.11.1999)Isso posto, julgo improcedente o pedido. Sentença com resolução de mérito nos termos do artigo 269, inciso I do CPC.Sem custas e sem honorários em razão da gratuidade judiciária.P.R.I e Cumpra-se.Após, arquive-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0001333-03.2011.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:B. A. G. P. B. C. G. C.
Advogado:Helio Vicente de Matos (OAB/RO 265)
Requerido:G. G. P.
Advogado:Ademar Barbosa Coelho (OAB/MG 27600)
Sentença:
Vistos,B.A.G.P e B.C.G.C, menores representadas pela genitora, M.J. C, propuseram ação de alimentos em face de G.G.P, todos devidamente qualificados.Alega as autoras que são filhas do requerido e que o mesmo não ajuda na sua mantença. O requerido é mestre de obra e percebe aproximadamente R$3.500,00. Pede R$1.020,00, ou seja, dois salários mínimos a título de alimentos. Deferido os alimentos provisórios no importe de 50% do salário mínimo (fls. 10/11).O requerido foi citado via precatória e apresentou contestação de fls. 19/21, alegando que é atualmente pedreiro e percebe R$927,00 na empresa Copil Engenharia S.A. Afirma que tem três filhos, sendo o menor A e também paga pensão. Alega que não tem condições de pagar pensão acima de 30% do salário mínimo, pois não teria condições de arcar. Em audiência de conciliação, a parte requerida não compareceu, mas foi informado à parte autora a proposta do requerido, mas a mesma não concorda. O Ministério Público opinou pela procedência parcial do pedido com a fixação dos alimentos em 30% do salário mínimo. É o relatório.Tratam os autos de ação de alimentos que B.A.G.P e B.C.G.C move em face de seu pai G.G.P. O requerido alega que é atualmente pedreiro e percebe R$927,00 na empresa Copil Engenharia S.A. Afirma que tem três filhos, e que paga pensão ao filho A, que é menor. Alega que não tem condições de pagar pensão acima de 30% do salário mínimo, pois não teria condições de arcar. Prevalece nas ações de alimentos o binômio necessidade versus possibilidade.As necessidades das autoras decorrem de suas idades. Já a possibilidade do requerido decorre de sua comprovada capacidade de trabalho, notadamente considerando que se trata de pessoa jovem e em plena idade laboral, e que trabalha como pedreiro em uma empresa percebendo o importe de R$927,00. Isso posto, julgo parcialmente procedente o pedido e condeno o réu a pagar mensalmente às autoras a quantia de 30% do salário mínimo,

sendo 15% para cada uma das filhas. Sentença com resolução de mérito nos termos do artigo 269, I, do CPC.Sem custas e sem honorários diante da gratuidade deferida. P.R.I.C.Após, arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0002563-80.2011.8.22.0102
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:C. D. B. A.
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido:A. R. A.
Advogado:Marcos Antônio Silva Pereira (OAB/RO 367-A)
Sentença:
Vistos:C.D.B, devidamente qualificada, ingressou com ação de divórcio litigioso em face de A.R.A, também qualificado.O requerido foi devidamente citado e não apresentou contestação.O Ministério Público não vislumbra a necessidade de intervenção do órgão por não haver interesse público.É o relatório.Trata-se de ação de divórcio litigioso proposta C.D.B e A.R.A. Em audiência de conciliação o patrono do requerido concordou com todos os termos do divórcio, nada tendo a opor.Isto posto, julgo procedente o pedido inicial. Decreto o divórcio do casal na forma e condições acima estipuladas. Sentença com resolução de mérito, na forma do artigo 269, I, do CPC. Após o transito em julgado, expeça-se mandado de averbação.Sem custas face à gratuidade concedida a ambas as partes.P.R.Intime-se via Defensoria Pública, publicação no DJ e arquive-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 13 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0012868-26.2011.8.22.0102
Ação:Alvará Judicial
Requerente:M. M. G.
Advogado:Flora Castelo Branco C. Santos (OAB/RO 3888)
Sentença:
Vistos:M.M.G, devidamente qualificada, através de sua procuradora V.G.S (fls.10), pede alvará de levantamento de valores na forma da Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980. Com a inicial vieram documentos.É o relatório.Trata-se de liberação de valores disciplinada pela Lei 6858/80.Comprovado que a requerente é herdeira da de cujus (fls. 12), o pai é falecido, bem como que os valores a serem liberados são provenientes de créditos trabalhistas, é de se liberar tais valores.Assim sendo, nos termos do artigo 1º da Lei 6858/80 c/c o artigo 1037 do CPC, defiro o pedido inicial e autorizo a requerente a levantar o valor de R$ 1.467,83 (hum mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos) com as devidas atualizações, junto ao Consórcio Santo Antonio Civil. Sentença com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Expeça-se o competente alvará.Sem custas em face da gratuidade judiciária, ora deferida. P.R.Intime-se via publicação no DJ e após arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0006496-70.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:C. B. da S.
Advogado:Andréia Alves dos Santos (OAB/SP 292894), ( )
Requerido:B. A. V. S.
Advogado:Ermógenes Jacinto de Souza (SP 85392-A)
Sentença:
Vistos, C.B da S, devidamente qualificado, propôs ação revisional de alimentos em face de B.A.V.S, menor representada por sua mãe F.B.V, ambas qualificadas.Alega o autor, em síntese, que em 26 de outubro de 2010 que determinou o desconto em folha de pagamento no importe de dois salário mínimos mensais. Informa que após a decisão sofreu consideráveis perdas em seu salário, deixando de trabalhar no cargo de professor universitário no mês de dezembro de 2010. Informa que tem mais uma filha, A.L da S.S, paternidade comprovada por exame de DNA. Pede a procedência do pedido com a conseqüente redução do valor da prestação alimentícia para o valor de 01 (um) do salário mínimo.Em audiência de conciliação, instrução e julgamento, proposta a conciliação não aceita pelas partes. Foi realizado o depoimento pessoal do autor que afirmou que foi demitido da faculdade em que lecionava, que reconheceu a paternidade de A.L em março de 2010. Na época recebia na faculdade o valor de R$2.300,00 até o mês de dezembro de 2010.Informa que a filha A.L vive com o mesmo e tem despesas com plano de saúde, babá, alimentação, vestuário. Informa que mora em casa própria e que é advogado há treze anos e indicou que tem renda mensal de R$7.000,00.Na contestação, a requerido argumenta que tem contrato de assessoria jurídica com uma empresa no valor de R$5.000,00 e o contrato junto à Faculdade Pitágora no valor de R$3.000,00, perfazendo um total de R$8.000,00. Informa que o autor deixou de informar um contrato junto à empresa Buffon's Serviços Agroflorestais Ltda. no valor de R$10.000,00, assim não há falar em redução salarial. Informa que tem como despesas do filho o importe de 03 (três) salários mínimos. O Ministério Público em seu parecer opinou pela procedência parcial do pedido com a fixação dos alimentos em um e meio (1 e 1/2) salários mínimos.É o relatório.Tratam os autos de ação revisional de alimentos que C.B da S em face de F.B.V. Sabe-se que é pressuposto nas ações que visam à revisão de alimentos a alteração de um dos vértices do binômio alimentar: a alteração na possibilidade do alimentante de pagar ou a redução da necessidade do alimentando. Desse modo, a sentença que fixa os alimentos transita em julgado somente em relação à situação de fato existente na época em que foi pronunciada, cessando os seus efeitos quando, por eventos supervenientes, possa considerar-se alterado o estado de fato ou de direito, trata-se da chamada cláusula ?rebus sic stantibus?. No caso dos autos, constata-se que realmente o autor da ação teve diminuído o seu salário, mas em seu depoimento afirma ser advogado e perceber R$7.000,00, todavia, restou comprovado, que tem mais uma filha, que houve alteração na sua situação econômica após o reconhecimento da paternidade, em data posterior à audiência em que se comprometeu a pagar a quantia de 02 (dois) salários mínimos.Nesse sentido tem se manifestado a jurisprudência:?Ação revisional ? Alimentos ? Redução do encargo ? Nascimento de mais um filho. A revisão é permitida quando sobrevier mudança na situação de quem fornece a pensão ou alteração na de quem a recebe, justificando-se redução parcial e em proporção à assunção de novo encargo familiar? TJMG, 3ª C.Cív., AC 000.230.905-2/00, rel. Des. Aloysio Nogueira.Por outro lado, essa nova situação não pode acarretar em grande prejuízo para o requerido, uma vez que também é filha do autor e a ação revisional de alimentos não se presta para transferir a obrigação alimentar de um filho para o outro.Analisando-se a disponibilidade atual do alimentante, bem como a necessidade da ré, entendo que a quantia de 01 e 1/2 (um e meio) dos salários mínimos, atende na medida do possível a readequação do valor dos alimentos a serem pagos

para o requerido.Isto posto, julgo parcialmente procedente o pedido revisional de alimentos, para reduzir o valor de 02 (dois) salários mínimos para a quantia de 01 e 1/2 (um e meio) dos salários mínimo a título de alimentos para o requerido. Sentença com resolução de mérito, na forma do artigo 269,I, do CPC. Sem outras custas e sem honorários. P.R.I e Cumpra-se.Após, arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0009098-59.2010.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:J. L. de C.
Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido:G. L. N. de S. C.
Sentença:
Vistos,J.L de C, devidamente qualificado, propôs ação de revisional de alimentos em face de G.L. N de S.C, menor representado pela genitora M.L.N de S, ambos devidamente qualificados. Alega que é policial militar e percebe uma renda de R$2.500,00. Informa que tem várias despesas e descontos, recebendo ao final o importe de R$500,00. Em 2007 foi acordado os alimentos em 20% dos rendimentos líquidos e mais o plano de saúde da ASTIR. Afirma que sofreu um grave acidente automobilístico. Requer a redução do valor pago a títulos de alimentos para o importe de 10% (dez por cento) dos rendimentos líquidos. A parte requerida foi citada e apresentou contestação em audiência afirmando que tem conhecimento de que o autor passa por dificuldades, com problemas emocionais e sofre de dependência química. Não concorda com a redução, pois acredita que esses problemas são temporários e afirma aidna que atualmente está desempregada. É o relatório.Tratam os autos de ação revisional de alimentos que J.L de C move em face de G. L de S.C.Primeiramente, vale salientar que a parte requerida apresentou contestação de forma oral, mas não apresentou instrumento procuratório, embora devidamente intimado para regularização. Ademais, o fato do requerido não ter contestado o pedido, não desobriga o autor em comprovar os fatos constitutivos do seu direito, até por que em ações desta natureza não se opera o efeito da revelia.Em 2007 foi acordado os alimentos em 20% dos rendimentos líquidos e mais o plano de saúde da ASTIR ao filho menor. Todavia, em que pese o acordo celebrado, aduz o autor que tem encontrado dificuldades em cumprir com o estipulado, pois atualmente sofreu uma acidente automobilístico gravíssimo e que por isso tem muitas despesas com remédios, médicos e etc. Devidamente citado, a parte requerida apresentou contestação, mas sem providenciar o instrumento procuratório, sem dado ao mesmo duas oportunidades para regularizar a representação processual, sendo que quedou inerte. Todavia, por se tratar de direito indisponível, não se aplica os efeitos da revelia, no entanto, deve o autor provar o alegado, de acordo com o artigo 333, inciso I, do CPC. No caso dos autos, constata-se que realmente o autor da ação teve uma diminuição em suas condições financeiras, conforme afirmado pela própria parte requerida nos autos. Considerando que houve alteração em sua situação econômica em razão de estar atualmente acidentado e sabendo-se que é pressuposto nas ações que visam à revisão de alimentos a alteração de um dos vértices do binômio alimentar: a alteração na possibilidade do alimentante de pagar ou a redução da necessidade do alimentando e analisando-se a disponibilidade atual do alimentante, os alimentos devem ser reduzidos. Posto isso, julgo procedente o pedido, nos termos da inicial, pelo qual reduzo à título de alimentos o valor de 20% (vinte por cento) dos rendimentos líquidos para 10% (dez por cento) dos rendimentos líquidos. Sentença com resolução de mérito na forma do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários diante da assistência judiciária gratuidade já deferida às fls. 14. P.R.I. e arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0009109-54.2011.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:F. C. de A. R.
Advogado:Washington F.mendonÇa (1946)
Requerido:C. E. S. R.
Sentença:
Vistos,F.C de A.R, devidamente qualificado, propôs ação revisional de alimentos em face de C.E.S.R, menor representado por sua mãe M.M da S, também qualificados.Alega o autor foi condenado em 26 de janeiro de 2010 a pagar 30% (trinta por cento) do valor dos rendimentos líquidos a título de alimentos ao requerido. Alega que houve mudança na fortuna do autor, pois está com dificuldade financeiras sem condições de arcar com a pensão alimentícia fixada. Afirma que paga a mensalidade de sua faculdade, de m,ais dois filhos e o estudo de outra filha, além de sete plenos de saúde, inclusive de sua neta, além de outros gastos básicos. Requer a redução da pensão alimentícia para 10% (dez por cento) dos rendimentos líquidos. Regularmente citado o requerido contestou o pedido, alegando que o menor tem apenas dois anos de idade e tem infinidade de despesas médicas. Não concorda com a redução, pois o próprio autor afirma que entre seus dependentes tem uma neta que custeia o plano de saúde desta. Na audiência de conciliação, a proposta conciliatória não foi aceita pelas partes (fls. 37). Na instrução do processo não foram ouvidas testemunhas. Em debates orais o autor fez remissão aos termos da inicial e o requerido também reiterou os termos da contestação. O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido.É o relatório.Tratam os autos de ação revisional de alimentos que F.C de A.R em face de C.E.S.R. No presente caso, o requerente foi condenado em 26 de janeiro de 2010 a pagar 30% (trinta por cento) do valor dos rendimentos líquidos a título de alimentos ao requerido. Aduz o autor que tem encontrado dificuldades em cumprir com o estipulado, pois atualmente encontra-se com dificuldades financeiras e vem tendo muitas despesas com mensalidades de faculdade e planos de saúde. Não obstante a alegação do autor, percebe-se dos autos, que o autor limitou a sua produção de provas aos documentos juntados na inicial, os quais, não comprovam os gastos.Ademais, a obrigação assumida pelo autor em prestar os alimentos são devidos em razão da menoridade do alimentado, ou seja, decorre do poder familiar do autor em relação ao seu filho e esta obrigação alimentar não se altera diante da precariedade da condição econômica do genitor, de forma que a alegação de desemprego, por si só, não constitui motivo de isenção ou de diminuição do dever do pai em contribuir com a manutenção do filho.Nesse sentido a jurisprudência, verbis:?Alimentos- Pensão ? Alimentante desempregado ? Irrelevância. O demandado é pessoa apta para o trabalho, e legalmente obrigado asustentar o filho menor? (TJSP 5ª Câmara Cível, JTJ 168/11)Assim, não houve por parte do autor, comprovação de mudança a autorizar uma revisão do que inicialmente foi fixado como verba alimentar

devida mensalmente pelo autor ao requerido em decorrência de sua obrigação paterna de assistência ao seu filho.Nesse sentido a jurisprudência, verbis:?ALIMENTOS ? REVISIONAL-PRESSUPOSTO DE FATO ? AUSÊNCIA ? O pressuposto de fato que autoriza a procedência de uma revisional de alimentos é a mudança na fortuna do interessado, na forma do disposto no art. 401 do CC. Inexistindo prova desta, a improcedência do pedido do autor se impõe.?(TJMG ? AC 000.158.067-9/00 ? 4ª C.Cív. ? Rel. Des. Reynaldo Ximenes Carneiro ? J. 11.11.1999)Isso posto, julgo improcedente o pedido. Sentença com resolução de mérito nos termos do artigo 269, inciso I do CPC.Sem custas e sem honorários.P.R.I e Cumpra-se.Após, arquive-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0007705-65.2011.8.22.0102
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:C. H. M.
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (RO 18814), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Requerido:J. R. R. L.
Advogado:Heraldo Fróes Ramos (OAB/RO 977)
Sentença:
Vistos,V., nascitura de C.H.M, devidamente qualificada, opôs os presentes embargos de declaração pelas razões expostas às fls. 73/75, ante a sentença de fls. 70/72, nos autos de ação de alimentos gravídicos c.c. antecipação de tutela em que é demandada contra J.R.R.L, também devidamente qualificado.É o relatório.Conhece-se dos Embargos de Declaração porque tempestivos e regularmente opostos.Todavia, conforme se verá, os presentes embargos não possuem os requisitos necessários para serem providos.Conforme esclarece o art.535 do CPC, os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; ou for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.No caso em tela, alega a embargante que houve omissão na r. sentença sobre o pedido de expedição de ordem em face do Banco do Brasil para que fosse apresentado dados sobre cartão de crédito e uso do cheque especial, a fim de demonstrar a capacidade econômica do embargado. No caso em tela, alegam os embargantes que houve omissão na r.sentença por não haver tido manifestação desse Juízo, contudo, observa-se que o referido pedido não foi pleiteado na inicial e a parte autora reiterou os termos da inicial na audiência de conciliação, instrução e julgamento sem qualquer manifestação quanto à este pedido. Ora, o que se vê desse argumento utilizado pelos embargantes é que os mesmos pretendem utilizar-se dos embargos para alterar a decisão que determinou o valor dos alimetnos gravídicos, o que é incabível em sede de embargos de declaração, uma vez que nos embargos de declaração destinados ao esclarecimento de decisão obscura ou contraditória não se quer que o juízo redecida, mas que reexprima, esclareça o decidido. Ademais, este Juízo tão-somente aplicou a lei.Nesse sentido a jurisprudência, verbis:?São incabíveis embargos de declaração utilizados para apreciar questão nova, não suscitada antes dos embargos? (RSTJ 59/170)?Os embargos de declaração não cabem se interpostos, salvo casos excepcionais, com o objetivo de modificar o julgamento em seu mérito.? (STJ-4ª Turma, RMS 6.487-PB-EDcl.rel. Min. Athos Carneiro)Dessa forma, não há o que ser esclarecido por meio desses embargos de declaração interpostos.Assim, a sentença foi escrita de forma clara e inteligível, não sendo o caso de ser esclarecida por meio de embargos de declaração.Pelo exposto, decido conhecer dos Embargos de Declaração e no mérito, julgá-los IMPROCEDENTES, na forma da fundamentação supra, cujos termos se incorporam a este dispositivo, bem como ao da decisão de fundo. Sem custas. Sem honorários.P.R.I e Arquive-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0008965-17.2010.8.22.0102
Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente:M. P. L. M. S. L. A. F. L. M. Z. L. E. F. L. E. F. L.
Advogado:Vander Carlos Araújo Machado (OAB/RO 2521)
Sentença:
Vistos, M.P.L, M.S.L, A.F.L, M.Z L, E.F. L e E.F.L, todos devidamente qualificados, pedem alvará judicial de valores na forma da Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980. Com a inicial vieram documentos.É o relatório.Trata-se de pedido de alvará judicial.Intimada através de seu patrono via publicação no Diário da Justiça, por duas vezes para cumprir a cota do Ministério Público de fls.30, que era a regularização do pólo ativo de acordo com a certidão previdenciária de fls. 16 e a regularização da representação processual do menor E.O.L, a parte autora manteve-se inerte.Assim sendo, nos termos do inciso III, do artigo 267, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução de mérito.Sem custas e sem honorários face à gratuidade judiciária requerida, que ora concedo. Desentranhe-se a petição de fls. 63/70 e devolva ao subscritor para que proponha a ação competente nas vias próprias.P.R.Intime-se via publicação no Diário da Justiça e arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0007664-98.2011.8.22.0102
Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente:J. G. B. M.
Advogado:Júlio Cley Monteiro Resende (RO 1349), Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)
Requerido:E. de M. de F. A. B. M.
Sentença:
Vistos:J.G.B.M,menor, representado por deu genitor Á.C.M devidamente qualificado, pede alvará de levantamento de valores na forma da Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980. Com a inicial vieram documentos.O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido(fls. 20/21).É o relatório.Trata-se de liberação de valores disciplinada pela Lei 6858/80.Comprovado que o requerente é o único dependente habilitado da de cujus (fls.10), bem como que os valores a serem liberados são provenientes de créditos trabalhistas, é de se liberar tais valores.Assim sendo, nos termos do artigo 1º da Lei 6858/80 c/c o artigo 1037 do CPC, defiro parcialmente o pedido inicial e autorizo o requerente a se habilitar para levantar o valor de R$ 3.079,58 (três mil e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), com as devidas atualizações, junto ao Secretaria Estadual de Administração-SEAD, na forma do art. 1º, §1º da Lei 6.858/80, que deverão ser depositados em conta judicial vinculada a este Juízo, só podendo ser disponíveis após o autor completar 18 (dezoito) anos de idade, na forma do art. 1º, §1º da Lei 6.858/80.Sentença com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Expeça-se o competente alvará.Sem custas em face da gratuidade judiciária deferida. P.R.Intime-se via publicação no DJ e após arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0007665-83.2011.8.22.0102
Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente:J. B. dos S.
Advogado:Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461), Júlio Cley Monteiro Resende (RO 1349)
Requerido:E. de M. de F. A. B. M.
Sentença:
Vistos:J.B dos S, devidamente qualificada, pede alvará de levantamento de valores na forma da Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980. Com a inicial vieram documentos.O Ministério Público não vislumbra a necessidade de intervenção do Órgão face a ausência de interesse público.É o relatório. Trata-se de liberação de valores disciplinada pela Lei 6858/80. Comprovado que a requerente é dependente da de cujus (fls. 08), bem como que os valores a serem liberados são provenientes de créditos trabalhistas, é de se liberar tais valores.Assim sendo, nos termos do artigo 1º da Lei 6858/80 c/c o artigo 1037 do CPC, defiro parcialmente o pedido inicial e autorizo a requerente a se habilitar para levantar o valor de R$ 1.724,93 (hum mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e três centavos), com as devidas atualizações, junto a Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.Sentença com resolução do mérito, na forma do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Expeça-se o competente alvará.Sem custas em face da gratuidade judiciária deferida. P.R.Intime-se via publicação no DJ e após arquive-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail : pvh1civel@tj.ro.gov.br (pvh1civel@tjro.jus.br)
Juiz: Dr. Jorge Luiz dos Santos Leal
Escrivã: Clêuda S. M. de Carvalho
Telefone: (69) 3217-1318

Proc.: 0272516-67.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Auto Posto Carga Pesada Ltda
Advogado:Ana Waléria Mendonça Brasil (OAB/RO 2944)
Requerido:Carlos José de Conto
Sentença:
SENTENÇAVistos, etc...Considerando a informação do Credor, de que sua pretensão foi integralmente satisfeita, pleiteando a extinção do feito (fls. 78), julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 794, I, do CPC.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia.Após, dê-se baixa e arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Clêuda S. M. de Carvalho
ESCRIVÃ JUDICIAL
1ª Vara Cível
1ª Vara Cível
São Francisco do Guaporé
Juíza de Direito: CLÁUDIA VIEIRA MACIEL DE SOUSA
Diretor de Cartório: José Ricardo da Silva Souza
Email do diretor: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
Email da Comarca: sfg@tjro.jus.br

Proc.: 0001397-56.2011.8.22.0023
Ação:Separação Consensual
Requerente:E. P. da C. M. E. C. B.
Advogado:Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4030)
Sentença: "...ANTE O EXPOSTO, com fundamento no artigo 269, inciso I do CPC, DECRETO divórcio dos requerentes, e HOMOLOGO os termos do acordo apresentado, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na petição inicial, com fulcro na nova redação do artigo 226, § 6º da Constituição Federal. A requerente voltará a usar o nome de solteira, sendo Maria Esther Chavez Bruno.Inscreva-se o divórcio e averbe-se no Cartório de Registro Civil onde se realizou a solenidade de matrimônio, conforme certidão de casamento anexa ao feito. Sem custas e honorários advocatícios. Sentença transitada em julgado nesta data, ante a renúncia ao prazo recursal declarado pelas partes. P. R. I., e, arquive-se, com as baixas devidas. São Francisco do Guaporé-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011. Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito."
José Ricardo da Silva Souza
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0002144-72.2011.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Tatiane de Jesus Lopes Castro, Luiz Carlos Bianchi
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:José Afonso Florêncio, Jerusa Silva Florêncio
Despacho:
Vistos,Considerando a certidão do senhor Oficial de Justiça às fls. 41 e a diligência realizada junto ao sistema Infojud, intime-se a parte requerida no endereço que segue em anexo. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001372-12.2011.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Joana Garcia Sevalho
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:José Afonso Florêncio, Jerusa Silva Florêncio
Despacho:
Vistos,Considerando a certidão do senhor Oficial de Justiça às fls. 43 e a diligência realizada junto ao sistema Infojud, intime-se a parte requerida no endereço que segue em anexo. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013519-07.2010.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:E. P. Farias Games Eletrônica Me
Advogado:Erias Tofani Damasceno Júnior (OAB/RO 2845)
Requerido:Antonio Reginaldo Miranda do Rosario
Despacho:
Chamo o feito à ordem.Revogo o despacho de fls. 30, eis que a certidão de fls. 25 não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no artigo 231 do CPC.Cite-se o requerido via ARMP no endereço indicado na inicial.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003694-05.2011.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Onório Luiz de Freitas
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:José Afonso Florêncio, Jerusa Silva Florêncio
Despacho:
Vistos,Considerando a certidão do senhor Oficial de Justiça às fls. 37v e a diligência realizada junto ao sistema Infojud, intime-se a parte requerida no endereço que segue em anexo. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002188-91.2011.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Maria das Graças da Costa, Antonio Roque da Costa
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:José Afonso Florêncio, Jerusa Silva Florêncio
Despacho:
Vistos,Considerando a certidão do senhor Oficial de Justiça às fls. 42v e a diligência realizada junto ao sistema Infojud, intime-se a parte requerida no endereço que segue em anexo. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002159-41.2011.8.22.0001
Ação:Usucapião
Requerente:Siumara de Albuquerque, Jonas Moreira de Aguiar
Advogado:Marcus Edson de Lima ( )
Requerido:José Afonso Florêncio, Jerusa Silva Florêncio
Despacho:
Vistos,Considerando a certidão do senhor Oficial de Justiça às fls. 46v e a diligência realizada junto ao sistema Infojud, intime-se a parte requerida no endereço que segue em anexo. Expeça-se o necessário.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0106368-32.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Raimunda Lima Souza
Advogado:Vinicius Soares Souza (RO 4926)
Requerido:União P F N
Despacho:
Vistos,Considerando a informação de fls. 106/109, intime-se com urgência o INSS para que restabeleça o benefício de auxílio doença por acidente de trabalho espécie 91 até ulterior decisão, conforme já determinado às fls. 75.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0021322-07.2011.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Irineu Carlos Almeida
Advogado:Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946)
Requerido:Habitar Construções e Incorporações Ltda
Decisão:
DECISÃOTrata-se de embargos de declaração aviados por Irineu Carlos de Almeida, qualificado à fl. 3, alegando, em apartada síntese, que houve omissão na decisão de fl. 94 quanto aos pedidos de paralisação da obra e de certificação por parte de oficial de justiça do estado atual da mesma. É a síntese necessária.Os embargos declaratórios devem ser acolhidos, de forma que não pairem dúvidas acerca da liminar concedida.Considerando que, através da emenda apresentada às fls. 88/89, ocorrida em função do início da venda de imóveis localizados dentro da área objeto do litígio, fato este até então desconhecido pelo autor, houve a inclusão do pedido de proibição de aludida venda, contudo, permaneceu o interesse na apreciação dos demais pedidos (acima indicados); considerando que, segundo análise realizada neste feito (fl. 94), encontram-se presentes os requisitos necessários à concessão da medida liminar pleiteada (fumus boni juris e periculum in mora), entendo que a continuidade da obra poderá causar ao autor danos de difícil reparação, razão pela qual deverão ser acolhidos os demais pedidos constantes na inicial. Ante ao exposto, com fundamento no art. 535, do Código de Processo Civil, ACOLHO os embargos de declaração ofertados por Irineu Carlos Almeida e, em consequência, RETIFICO a decisão proferida à fl. 94, passando o terceiro parágrafo da mesma a ter o seguinte texto: ?Diante disso, com fulcro no art. 798 do CPC, defiro a liminar, para determinar que a empresa requerida, Habitar Construções e Incorporações Ltda, se abstenha de vender o imóvel descrito na inicial, até o término da ação declaratória de nulidade de registro imobiliário, sob pena de desfazimento do negócio, devendo ainda providenciar a paralisação da obra imediatamente, certificando o oficial de justiça plantonista de forma detalhada o estado atual da mesma, fazendo inclusive registros fotográficos, desde que o autor disponibilize os meios para tanto. Arbitro multa para o caso de descumprimento da ordem judicial de paralisação, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia, até o limite de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), devendo ser esclarecido ao responsável pela obra que sua continuidade caracterizará crime de desobediência?. Mantenho inalterados os demais termos da decisão.Cite-se e intime-se através do oficial de justiça plantonista. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024119-53.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Egito Construções Ltda
Advogado:Vinicius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Requerido:Gerente Regional da Eletronorte
Despacho:
O valor da causa deve corresponder à expressão econômica do pedido. E isto se aplica também ao mandado de segurança[1]. Pretendendo a autora através da presente demanda ser habilitada em processo licitatório, entendo que o valor a ser atribuído deverá corresponder à sua proposta em aludido processo. Assim, concedo novo prazo de dez dias para adequar o valor atribuído à causa, bem como para comprovar o recolhimento das respectivas custas, sob

pena de extinção.Tornem-me conclusos oportunamente. Int. AGRAVO REGIMENTLA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. VALOR DA CAUSA. CONTEÚDO ECONÔMICO. 1. O valor da causa deve ser fixado de acordo com o o conteúdo econômico, regra aplicável inclusive mandados de segurança. Precedentes: Resp n. 754.899/RS, relator Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJ de 3.10.2005; RESP 436.203/RJ; 3ª Turma, Min. Nancy Andrighi, 17.02.2003; Resp n. 743.595;SP, relator Ministro TERORI ALBONO, Primeira Turma, DJ de 27.6.2005; Resp n 573.134/SC, relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Turma, DJ de 08.02.2007). Agravo regimental desprovido?. (Ag.Rg no AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 939.762 ? PR, STJ, 1ª Turma, Relator Min. Luiz Fux, julgado em 14/10/2008, publicado em 03/11/2008).Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0197371-68.2009.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A
Advogado:Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S), Karinny Miranda Campos (OAB/RO 2413)
Requerido:Aucatur - Agência União Cascavel de Turismo Ltda e outros
Fica a parte Autora intimada a se manifestar sobre resposta de Ofício da Receita Federal, informando o endereço dos requeridos. Prazo de 05 dias.

Proc.: 0024431-29.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Laures da Silva Oliveira
Advogado:José Girão Machado Neto (RO 2664)
Requerido:Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia
Decisão:
DECISÃOVistos,Laurês da Silva Oliveira impetrou mandado de segurança com pedido de liminar contra ato da Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia, objetivando, em síntese, ter acesso ao prontuário médico do seu filho, senhor George Harrison da Silva Oliveira, falecido em 09/11/2011 no Centro de Medicina Tropical de Rondônia ? CEMETRON, para instruir ação de reparação de danos que será interposta em face do Estado, vez que o de cujus encontrava-se preso no Ênio Pinheiro. Informa que solicitou os documentos ao Diretor do Hospital, mas fora informada de que não poderia ter acesso, pois, somente poderia ser entregue para o paciente ou com determinação judicial. Noticia ainda que requereu junto ao CREMERO autorização para a obtenção de cópias do respectivo prontuário médico, entretanto lhe fora negado com fundamento no artigo 89 da Resolução nº 193/2009 do Conselho Federal de Medicina. Requer a concessão da liminar para determinar que a autoridade coatora forneça as cópias dos prontuários médicos de seu filho, senhor George Harrison da Silva Oliveira, e que a mesma seja notificada para prestar as informações que julgar necessárias. Requereu ainda a assistência judiciária gratuita. Junta documentos.É o breve relatório.Conforme preleciona o artigo 1º da Lei Ordinária nº 3.268/1957, os Conselhos Regionais de Medicina são entidades autárquicas, in verbis:Art. 1º - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina, instituídos pelo Decreto-lei nº 7.955, de 13 de setembro de 1945, passam a constituir em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.Logo, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia é uma entidade autárquica criada por lei específica, destinada a zelar pelo cumprimento da legislação que lhe é peculiar ao exercício profissional, tratando-se, portanto, de autarquia corporativa.Sendo assim, com base no artigo 109, I da Constituição Federal, que atribui à Justiça Federal a competência para processar e julgar as causas em que entidade autárquica for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, reconheço de ofício a incompetência do Juízo estadual em razão da pessoa. Neste sentido:CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL INALTERADA PELA EC 45/2004. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 66/STJ. SENTENÇA DE MÉRITO PROFERIDA PELO JUÍZO LABORAL. RECURSO DE APELAÇÃO. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. SÚMULA 225/STJ. CONFLITO CONHECIDO, PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO TRT DA 2ª REGIÃO, PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO.1. Trata-se de conflito de competência suscitado nos autos de mandado de segurança, impetrado em face do Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo - CRMV/SP - com o objetivo de afastar a obrigatoriedade de inscrição das empresas impetrantes no respectivo conselho profissional, bem como de contratação de profissionais veterinários para atuarem em seus estabelecimentos, com a conseqüente suspensão dos autos de infração.2. A atividade fiscalizatória exercida pelos conselhos profissionais, decorrente da delegação do poder de polícia, está inserida no âmbito do direito administrativo, não podendo ser considerada relação de trabalho e, por conseqüência, não está incluída na esfera de competência da Justiça Trabalhista. Portanto, não havendo relação de trabalho entre o conselho fiscalizador e os profissionais e estabelecimentos comerciais fiscalizados, a competência para julgar o mandado de segurança, bem como os recursos a ele atinentes, é da Justiça Federal, nos termos do art. 109, VIII, da Constituição Federal.3. Todavia, no caso em apreço, já foi proferida sentença de mérito pelo Juízo Trabalhista, encontrando-se a demanda em fase de apelação. Essa circunstância impede a alteração da competência para análise da causa, pois, cabe ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar os recursos advindos de decisão regularmente proferida por juiz a ele vinculado, ainda que seja para anular a r. sentença, por incompetência absoluta, e remeter os autos ao juízo competente.5. A Primeira Seção deste Tribunal Superior consagra entendimento no sentido de que “cumpre distinguir a competência para o julgamento da causa da competência para o julgamento do recurso (...). No caso, porém, o que está em questão não é a competência para a causa, mas sim para o julgamento do recurso interposto contra decisão proferida Juiz de Direito a quem a causa foi distribuída. Ora, ainda que incompetente para a causa o prolator da decisão recorrida, é certo que o recurso deve ser julgado pelo Tribunal ao qual se encontra vinculado o juiz que proferiu a decisão. É o sentido da Súmula 55/STJ: ‘Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão de juiz estadual não investido de jurisdição federal’. Assim, cabe ao Tribunal de Justiça, e não ao Tribunal Regional do Trabalho, julgar agravo de instrumento de decisão proferida por Juiz de Direito a ele vinculado, ainda

que seja para anular a decisão recorrida, por incompetência absoluta, e remeter os autos à Justiça competente" (CC 58.029/MS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10.4.2006).6. Desse modo, à hipótese em exame deve ser aplicada a Súmula 225/STJ, segundo a qual "compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência".7. Conflito conhecido, para declarar a competência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o ora suscitante, para o julgamento do recurso de apelação interposto por Sumer Comércio de Piscinas Ltda - microempresa - e Outros.(CC 78.108/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/06/2008, DJe 04/08/2008)Encaminhe-se o feito a uma das varas federais desta capital, na forma do art. 113, §2º do CPC, após as baixas e anotações pertinentes.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0157172-38.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S. A. (Eletrobras)
Advogado:Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Requerido:Ancelmo Rabelo Maia
Advogado:Adriana Leite de Oliveira (OAB/RO 3161)
Despacho:
DECISÃOConsiderando o teor do artigo 475-O, do CPC, inexiste impedimento para expedição de alvará visando levantamento do valor incontroverso depositado pela devedora, em sede de execução provisória, inclusive, com dispensa da caução nos moldes do §2º, inciso I do mesmo artigo, pelo que, expeça-se alvará em favor da parte exequente para levantamento do valor depositado às fls. 235.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Maria Dulcenira Cruz Bentes

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0023216-52.2010.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Banco Volkswagen S/A
Advogado:Cynthia Durante (OAB/RO 4678)
Requerido:Raimundo Irineudo Alves de Azevedo
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Decisão:
DECISÃOCompulsando os autos, percebe-se que o contrato foi realizado para ser cumprido em 60 parcelas de R$ 1.175,74, porém tornou-se inadimplente a partir das parcelas 21/24, gerando o vencimento antecipado das parcelas 25/61.Pois bem. A interpretação literal da disposição do §3º, artigo 2º, do Decreto-Lei n.º 911/69, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 10.931/04, deve ceder lugar a uma interpretação sistemática, tendo em vista a disposição do §2º, do artigo 3º, da mesma norma, como também da disposição do artigo 54 do Código de Defesa do Consumidor. A opção dada ao credor pela rescisão do contrato, considerando-se vencidas todas as obrigações nele previstas (art. 3º, §3º, Decreto-Lei n.º 911/69), está em confronto com a garantia dada ao devedor, no sentido de postular o cumprimento da obrigação e manter o contrato. Por se tratar de um contrato tido como de relação de consumo, de adesão, ao devedor é que deve ser garantida a opção pelo cumprimento da avença, ao invés da resolução do contrato pelo credor. Assim, ainda que a purga de mora não esteja prevista no Decreto-Lei n.º 911/69, pode ser feita à luz das garantias dada ao consumidor, na Lei n. 8.078/90. É cediço que o contrato de arrendamento mercantil, celebrado entre as partes, previu a resolução de pleno direito, no caso de inadimplemento da obrigação. No entanto, cabe ao Juiz analisar se a mora é tolerável, permitindo a sua purgação. No caso dos autos, o autor apenas manifesta interesse em purgar a mora, porém deixa de fazê-lo, limitando-se tão somente a reiterar o pedido de que o veículo não deverá ser vendido até decisão final destes autos ou autorização do juízo, sob pena de multa diária.Entretanto, determino que o veículo permaneça na Comarca de domicílio do Réu durante o prazo de resposta ou purga da mora, já que não se justifica o envio do bem para localidade distinta face à possibilidade de devolução do veículo em curto espaço de tempo. Desta forma, indefiro pleito de fl.89, facultando ao autor a remoção do bem após o decurso do prazo para resposta ou purga da mora, desde que orientado pelo implemento de seu dever de guarda e conservação do bem do qual é depositário. Sobre contestação e documentos, diga a parte autora, no prazo de 05 dias.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0248843-11.2009.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Distribuidora de Autopeças Rondobrás Ltda
Advogado:Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido:Elson Jose de Carvalho Lima
Decisão:
DECISÃOA contestação por negativa geral apresentada pela Curadoria de Ausentes não tem efeito de embargos do Devedor, pois não traz qualquer fundamento capaz de caracterizar constituição, modificação ou extinção do direito do autor, nem tampouco elementos que retirem a força executiva do título que embasa a exordial. Dessa forma, deve ser rejeitado liminarmente.Proceda-se alteração de classe para cumprimento de sentençaPor ser o dinheiro o bem de 1ª ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 655 do CPC e visando menor dispêndio, atendendo ainda aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, determinei a penhora via on line de ativos financeiros eventualmente existentes em nome do devedor, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD, com incidência de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, sobre o valor do crédito.Aguarde-se por 05 (cinco) dias respostas das instituições bancárias/financeiras. Com resposta positiva, intime-se a parte Executada, através de seu advogado, pelo Diário da Justiça , para, querendo, em 15 dias interpor impugnação, nos termos acima.Nada sendo

informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, intime-se a parte exequente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Em caso de inércia, intime-se pessoalmente a impulsionar o feito no mesmo prazo, e sob a mesma penalidade. Se a parte não for localizada, proceda-se por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0250945-06.2009.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:L & M Comércio de Móveis Ltda
Advogado:Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Executado:Adilson de Sena Rosa
Decisão:
DECISÃOPor ser o dinheiro o bem de 1ª ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 655 do CPC e visando menor dispêndio, atendendo ainda aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, determinei a penhora via on line de ativos financeiros eventualmente existentes em nome do devedor, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD, com incidência de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, sobre o valor do crédito.Aguarde-se por 05 (cinco) dias respostas das instituições bancárias/financeiras. Com resposta positiva, intime-se a parte Executada, no endereço abaixo, para, querendo, em 15 dias interpor impugnação, nos termos acima.Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, intime-se a parte exeqüente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Em caso de inércia, intime-se pessoalmente a impulsionar o feito no mesmo prazo, e sob a mesma penalidade. Se a parte não for localizada, proceda-se por edital, com prazo de 20 (vinte) dias.Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005918-47.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luiz Salviano Neto Freires
Advogado:Jonatas de Souza Rondon Júnior (OAB/RO 3749), Valnei Ferreira Gomes (RO 3529)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Decisão:
DECISÃOPor ser o dinheiro o bem de 1ª ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 655 do CPC e visando menor dispêndio, atendendo ainda aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, determinei a penhora via on line de ativos financeiros eventualmente existentes em nome do devedor, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD, com incidência de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, sobre o valor do crédito.Aguarde-se por 05 (cinco) dias respostas das instituições bancárias/financeiras. Com resposta positiva, intime-se a parte Executada, no endereço abaixo, para, querendo, em 15 dias interpor impugnação, nos termos acima.Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, intime-se a parte exeqüente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Em caso de inércia, intime-se pessoalmente a impulsionar o feito no mesmo prazo, e sob a mesma penalidade. Se a parte não for localizada, proceda-se por edital, com prazo de 20 (vinte) dias.Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0058492-18.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Daniele Bergamashi de Araujo
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:Formazon Formaturas Serviços de Fotografias e Vídeos Ltda.
Decisão:
DECISÃO 1) Trata-se de pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa-executada, com fundamento na inexistência de bens a satisfazer o crédito da parte exeqüente. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, criada pela jurisprudência dos tribunais norte-americanos (disregard of legal entity), encontrou guarida em vários diplomas legais integrantes do nosso ordenamento jurídico, culminando com sua consagração pelo Novo Código Civil, em seu artigo 50, de modo a aplicar-se às relações civis. Tem como objetivo, desde sua origem, obstar a utilização da autonomia patrimonial dos entes despersonalizados como expediente para a consecução de fraudes. Por conseguinte, preenchidos os pressupostos legais, admite-se a desconsideração da autonomia patrimonial entre a pessoa jurídica e seus sócios. Na regulação das relações de natureza civil, o Código Civil admitiu a desconsideração da personalidade jurídica do ente em duas hipóteses bem definidas: desvio de finalidade e confusão patrimonial, permitindo que as obrigações contraídas estendam-se para além do patrimônio do ente despersonalizado. Nesse sentido, julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça: RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. SHOPPING CENTER DE OSASCO-SP. EXPLOSÃO. CONSUMIDORES. DANOS MATERIAIS E MORAIS. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. PESSOA JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO. TEORIA MAIOR E TEORIA MENOR. LIMITE DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. REQUISITOS. OBSTÁCULO AO RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES. Art. 28, § 5º. A teoria maior da desconsideração, regra geral no sistema jurídico brasileiro, não pode ser aplicada com a mera demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para o cumprimento de suas obrigações. Exige-se, aqui, para além da prova de insolvência, ou a demonstração de desvio de finalidade (teoria subjetiva da desconsideração), ou a demonstração de confusão patrimonial (teoria objetiva da desconsideração)? (REsp 279.273/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04.12.2003, DJ 29.03.2004 p. 230). Na hipótese sub judice, não foi produzido qualquer elemento de prova apto a comprovar a ocorrência de desvio de finalidade ou confusão patrimonial entre a pessoa jurídica e seus sócios, tampouco a cessação irregular de suas atividades. Portanto, a desconsideração de sua autonomia patrimonial, por ora, não encontra amparo legal. Ante o exposto, indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica formulado. 2) Manifeste-se o exeqüente, em cinco dias, a fim de propiciar o seguimento da marcha processual, indicando bens da parte executada passíveis de penhora, com observância do artigo 655 do Código de Processo Civil, e coligindo

demonstrativo atualizado do débito. No silêncio, ao arquivo. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017185-16.2010.8.22.0001
Ação:Desapropriação
Requerente:Energia Sustentável do Brasil Usina Hidrelétrica de Jirau Enersus
Advogado:Renato da Silva Marques (OAB/MT 11664), Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131), Patrícia Cobian Leoni Sávio (OAB/SC 15228), Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923)
Requerido:Maurison Oliveira Silva
Advogado:Valdecir Martins (RO 1209), Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461), Júlio Cley Monteiro Resende (RO 1349)
Decisão:
DECISÃODo granjear dos autos, descortino ser necessária a perícia judicial do local para apurar o valor justo da indenização a ser paga, isso antes da transferência da posse do imóvel. Logo, não vislumbro a necessidade de concessão de reintegração de posse neste momento, sob pena de prejuízo da quantificação de eventual indenização.Nomeio como perito do juízo o engenheiro civil Luiz Guilherme Lima Ferraz, para proceder a avaliação da área e prejuízos causados aos réus, devendo ser intimado na Av. Guaporé, nº 5934, B2, Apto 302, Bairro Rio Madeira, Porto Velho/RO. Telefones: 8111-4965, 9975-5002, 3222-4768, e-mail: eng. guilhermeferraz@globo.com. Arbitro os honorários periciais em R$ 1.500, 00 (mil e quinhentos reais) e concedo o prazo de 05 dias para que o perito informe se aceita o mister.Em caso positivo, deverá a parte autora ser intimada para efetuar o depósito dos honorários no prazo de 05 (cinco) dias. Efetivado o depósito dos honorários periciais, intime-se o perito para a realização da perícia, cientificando-o que deverá informar ao juízo a data de início dos trabalhos para intimação das partes. As partes poderão apresentar assistentes tecnicos e quesitos no prazo legal. Assinalo o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do laudo pericial. Apresentado o laudo, dê-se vistas as partes.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006854-38.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I
Advogado:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Requerido:Jose Regilmar Ribeiro
Decisão:
DECISÃOInicialmente vale salientar que não há previsão legal para o pedido, porquanto cabe à parte interessada diligenciar em busca da parte devedora. Destarte, para o deferimento de tal pleito, inicialmente tem-se que o postulante, comprovar o esgotamento de todos os meios necessários para a localização de bens do devedor. E somente após isso verifica-se a existência dos outros dois requisitos. Isso se justifica porque tal medida é excepcional e deve ser utilizada com parcimônia, sob pena de ser substituída a parte pelo juiz, vez que não se afigura adequado que o credor, antes de percorrer os caminhos que existem ao seu alcance para localizar bens passíveis de penhora do executado transfira tal ônus para o Judiciário, posto que este não é instrumento de pesquisa da parte. O entendimento jurisprudencial majoritário é nesse sentido, ou seja, o acolhimento somente é plausível quando preenchido os requisitos o que viabiliza a fundamentação de tal decisão. Do contrário, não pode a pretensão ser deferida: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A REPARTIÇÕES PÚBLICAS PARA CONSULTA SOBRE BENS DO DEVEDOR. SIGILO FISCAL. MATÉRIA FÁTICA. SUMULA 07/STJ. (...) É cediço que somente em hipóteses extremas está o juiz autorizado a quebrar o sigilo fiscal e buscar, pelas declarações de renda, junto à receita federal bens do devedor para garantir a execução. Precedentes do STJ. Ademais, a comprovação do exaurimento dos meios para obter informações sobre bens penhoráveis dos executados é matéria fática que esbarra na interdição erigida pela Súmula 07, do STJ. Agravo regimental improvido. Superior Tribunal de Justiça - ACÓRDÃO: AARESP 499373/PR (200300125382) - 513556 AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RESP - DATA DA DECISÃO: 21/10/2003 - RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX - FONTE: DJ DATA: 03/11/2003 PG: 00258 - CD ROM JUIS n. 36, 2º trimestre de 2004). EXECUÇÃO. DEVEDOR EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. MANDADO DE PRISÃO. DEPOSITÁRIO INFIEL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL.Somente se admite a expedição de ofício para a Receita Federal e outros órgãos públicos em casos especiais, no interesse da Justiça, e não no interesse do credor, quando comprovado que este já exauriu todas as medidas para encontrar o devedor. Estando o devedor em lugar incerto e não sabido e já existindo mandado de prisão expedido contra ele, este fato, por si só, já caracteriza ação da Justiça para encontrá-lo. (TJRO - 100.005.2001.008519-5 Agravo de Instrumento, Relator: Des. Gabriel Marques de Carvalho, Data do Julgamento: 7 de junho de 2005). AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À RECEITA FEDERAL - DEVEDORES NÃO LOCALIZADOS - CITAÇÃO POR EDITAL - INTERESSE DA JUSTIÇA - DEFERIMENTO. Não obstante tratar-se de medida excepcional o envio de ofício à Receita Federal visando localizar bens do devedor passíveis de constrição, também deve ser levado em consideração que além do credor, o Estado possui interesse direto na busca concreta da verdade real e, portanto, de assegurar a penhora, e a satisfação do crédito objeto da execução fiscal. No interesse da Justiça, é plenamente possível a requisição de informação à Receita Federal, desde que limitada à averiguação de existência de bens em nome dos executados. (TJMG - AGRAVO N° 1.0398.06.001194-5/001, Relator: Teresa Cristina da Cunha Peixoto, Data do Julgamento: 14/08/2008). PROCESSO CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS. RECEITA FEDERAL E SERASA. LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE RESSALVADA. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. Embora a solução dos litígios seja o fim precípuo da atividade jurisdicional, a localização do devedor é providência da parte interessada, só se admitindo a expedição de ofício a órgãos públicos com tal desiderato, quando demonstrados nos autos que o credor esgotou todas as possibilidades de êxito extrajudicialmente. (TJRO, Câmara Cível, Agravo de Instrumento 03.000517-5, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, julgado em 25.03.2003)Posto isso, inexistentes os requisitos para fundamentar tal decisão, indefiro o pedido de quebra do sigilo fiscal. Promova o credor o regular andamento do feito, no prazo de cinco dias. Em caso de inércia, intime-se, na forma do parágrafo único, do art. 238, do CPC, pessoalmente a parte

autora para impulsionar o feito, no mesmo prazo, sob pena de extinção e arquivamento. Intime-sePorto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022398-66.2011.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020)
Requerido:Marluce Lauriano de Carvalho
Despacho:
Vistos,Ciente da interposição do agravo. Mantenho a decisão agravada, por seus próprios fundamentos. Aguarde-se intimação para prestar as informações nos termos do art. 527, I, do CPC. Intimem-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017927-07.2011.8.22.0001
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:Jodilson José Barboza Lacerda
Advogado:Sérgio Muniz Neves ( )
Consignado:Galvanini e Mello Ltda ME
Despacho:
DESPACHOIndefiro pleito retro, eis que não angularizada relação processual.Cite-se o credor para levantá-lo ou oferecer resposta no prazo de 15 dias (art. 893, II, do CPC), com as advertências da revelia e confissão.Em caso de recebimento e quitação, incidirão honorários de 10% (dez por cento) sobre o valor da quantia, bem como custas e despesas (art. 897, parágrafo único), que deverão ser retidas no ato, descontando-se do montante do pagamento.Caso o credor não receba e não dê quitação, autorizo o depósito das prestações que se forem vencendo sucessivamente, que deverá ser feito até cinco dias, contados da data do vencimento de cada uma (art. 892). Intimem-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005614-48.2010.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Simonete Nogueira Passos
Advogado:Pétria Dantas de Oliveira (OAB/RO 4086), Nilton Pereira Chagas (OAB/AC 2885), Eline Marcelo da Silva Santos (OAB/RO 4058)
Requerido:Edson Freire França
Advogado:Elpídio Rodrigues Caldas Neto (OAB/RO 3634)
Despacho:
DESPACHO Proceda-se na forma do art.267, §1º do CPC. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015337-91.2010.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Executado:Rolf Schossig Junior, Paul Gustav Schossig
Advogado:Antônio Carlos de Almeida Batista (OAB/RO 881)
Sentença:
SENTENÇAHomologo o acordo firmado entre as partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e JULGO EXTINTO o processo, nos termos dos arts. 794,II e 795, do Código de Processo Civil.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do comprovante de recolhimento das custas processuais, mediante a apresentação de cópias.Após, arquive-se. Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0019450-88.2010.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Cooperativa Central de Credito Noroeste Brasileiro Centralcredi
Advogado:Renata Alice Pessôa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Requerido:Aurino Leite Ribeiro
Despacho:
DESPACHO Não se enquadrando o executado, pois, nos requisitos insertos no artigo 231, II e 232, I, do Código de Processo Civil, incabível citação editalícia, razão pela qual indefiro. Promova o autor a citação do requerido, no prazo de 10 dias , sob pena de extinção, independente de nova intimação. Decorrido o prazo assinalado, certifique-se e tornem os autos conclusos.Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0179571-37.2003.8.22.0001
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Ipiranga Asfaltos S.A.
Advogado:Michel Kalil Habr Filho (SP 166590)
Executado:Portovias Construções Ltda., Josiane Beatriz Faustino
Advogado:Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208), Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B), Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Despacho:
DESPACHOIntime-se o Devedor para, no prazo de 05(cinco) indicar bens passíveis de penhora, nos termos do art. 652, §3º, do CPC.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0107610-94.2007.8.22.0001
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Michelly Andrea Lorena de Oliveira
Advogado:Michelly Andrea Lorena de Oliveira (RO 1663)
Executado:Josafa Piauhi Marreiro
Sentença:
SENTENÇAIntimada para promover o andamento do feito, no prazo de 48 horas, com advertência expressa de que sua inércia importaria em extinção do feito, a parte autora deixou transcorrer in albis o prazo para manifestação, conforme evidencia certidão de fl.53-v.Desta forma, nos termos do que estabelece o art. 267, III do CPC, DECLARO extinto o processo sem apreciação do mérito, condenando o autor no pagamento das custas processuais.Transitado em julgado esta decisão, arquive-se.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de custas processuais, mediante a apresentação de cópias.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0211218-40.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Maria Imelda Kunzler
Advogado:Valéria Cristina Aquino dos Anjos (RO 1927), Isabel Silva (OAB/RO 3896)

Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Marcos Araújo (RO 846), Walmar Meira Paes Barreto Neto (OAB/RO 2047), Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723)
Despacho:

Despacho SANEADOR. I - Partes legítimas e bem representadas. II - Defiro unicamente como prova perícia médica, a ser realizada pelo IML, para identificar possível relação de causalidade entre o alegado acidente e as sequelas apontadas pelo autor e identificar grau de invalidez sofrido em percentual. III - Ficam as partes intimadas a apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 05 dias. IV - Após, oficie-se o IML para designar data e hora da perícia, encaminhando-se cópia dos quesitos apresentados pelas partes. V- Com a resposta do ofício, intime-se a parte autora informando o dia e local da perícia. VI - Com a juntada do laudo pelo IML, intime-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 10 dias, tornando os autos conclusos para sentençaCumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0244046-89.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ilka da Silva Vieira
Advogado:Alan Kardec dos Santos Lima (RO 333)
Requerido:Central Única dos Trabalhadores, Paulo Tico Floresta, Elvis Antonio Rocha da Silva, José Pinto do Nascimento, Rosinaldo Oliveira França, Luiz Ferreira Torres, Divino Fernandes da Silva, Evandro Evaristo Montenegro, Francisco das Chagas Freitas, Laudísio José Reche Juarez, Luiz Ferreira da Silva, Ozeias Ribeiro, Edilson Gomes dos Santos, Claudineto Barros de Souza, Enedilson Lobato da Silva, Carlos Matoso Santana, Jaime Soares de Amorim, Rui Magno Medeiros Muniz, Ademar Firmino de Oliveira, Otacilio Ferreira de Araújo, Antonio Dias de Araújo, Antonio Francisco de Souza, Juscelino Lacerda Pereira, Luiz Carlos Ruiz, Lindomar Tico Floresta, Paulo Verinaldo Bezerra Bonfim, Everaldo Marcelino Mercado de Souza, Manoel Guimarães de Menezes, Carlos Alberto da Silva, José Ribamar Silva, Francisco Roberto da Silva Filho, Jasmo Pereira Salvino, Vanderlei Francisco Soares
Sentença:
SENTENÇAÉ dever da parte manter seu endereço atualizado nos autos, conforme regra do art.39 do CPC, sob pena de se reputarem válidas as intimações feitas ao endereço constante dos autos. Portanto, considero válida a intimação efetivada às fls.139-v e 142-v dos autos, e tendo decorrido em branco o prazo para manifestação do autor, julgo EXTINTO o feito, nos termos do art. 267, IV, do CPC. Custas finais pelo autor. Sem honorários.P.R.I.CPorto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0021632-47.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josué Cardoso Fonseca
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Cacique Promotora de Vendas Ltda
Advogado:Michele Marques Rosato (OAB/RO 3645)
Despacho:
DESPACHOIntime-se a parte ré, para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias sobre o pedido de desistência da ação formulado pela autora, devendo ser ressaltado que o seu silêncio será interpretado como aquiescência. Cumpra-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0021675-81.2010.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:BFB Leasing S. A. Arrendamento Mercantil
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Requerido:Marceli Agostinho Sousa
Advogado:Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Despacho:
DESPACHOSobre pedido de fl.68, diga a parte autora.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0007717-91.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Luiza Barbosa da Silva Rodrigues
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Requerido:Banco Bfb Leasing Sa Arrendamento Mercantil
Despacho:
DESPACHOIndefiro pleito retro, eis que não consta depósito vinculado a esses autos.Decorrido prazo legal, sem interposição de recurso, arquivem-se os autos.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008453-12.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sulfer Comércio e Serviço de Ferro e Aço Ltda
Advogado:Wanusa Cazelotto Dias dos Santos (OAB/RO 2326)
Requerido:Pires do Rio Citep Comércio e Indústria de Ferro e Aço Ltda, Banco do Brasil S/A
Advogado:Marilice Duarte Barros (SP 133310), Erika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1.911), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Despacho:
DESPACHODigam as partes as provas que pretendem produzir, no prazo de 05 dias, justificando sua necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-sePorto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006371-76.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rita Souza Lopes
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Requerido:Sony Ericsson Mobile Communications do Brasil Ltda
Advogado:Ventura Alonso Pires (OAB/SP 132321), Ellen Cristina Gonçalves Pires (OAB/SP 131600), Carlos Rodrigo Correia de Vasconcelos (OAB/RO 2918)
Despacho:
DESPACHOIntime-se para pagamento de saldo remanescente no valor de R$ 1.157,13, sob pena de penhora on line.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0049879-72.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Elemilton Costa Garcia
Advogado:Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco Cacique S/A
Advogado:Michele Marques Rosato (OAB/RO 3645)
Despacho:
DESPACHOIntime-se exequente acerca da apresentação do documento postulado.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0180700-04.2008.8.22.0001
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Pemaza S. A.
Advogado:Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Executado:Fernando Fernandes Zeferino
Sentença:
SENTENÇA Homologo o acordo firmado entre as partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e JULGO EXTINTO o processo, nos termos dos arts. 794,II e 795, do Código de Processo Civil.Ante a impossibilidade de acesso aos dados do sistema RENAJUD, visto que o e.TJRO rescindiu convênio, conforme publicação no DJE, n.026/2010, p. 94, de 09/02/2010, requisite-se do Detran local, o imediato desbloqueio na transferência do veículo registrado em nome do executado, sob pena de configuração de crime de desobediência por parte do responsável pelo desbloqueio, conforme art. 330 do CPC. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do comprovante de recolhimento das custas processuais, mediante a apresentação de cópias.Após, arquive-se. Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0087258-47.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Andrio dos Santos Ribeiro
Advogado:Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Requerido:CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S. A. (Eletrobras)
Advogado:Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (RO 1114.)
Despacho:
DESPACHO Apense-se aos autos n.0057553-04.2009.8.22.0001. Em seguida, requeira o exequente o que de direito, no prazo de 05 dias.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022301-42.2006.8.22.0001
Ação:Ação ordinária
Requerente:Ademir Rodrigues Pereira
Advogado:Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882)
Requerido:Apidiá Planejamento Estudos e Projetos Ltda.
Advogado:Odair Martini (OAB/RO 30B)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes as provas que pretendem produzir, no prazo de 05 dias, justificando sua necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-sePorto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0218462-88.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Pemaza S. A.
Advogado:Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Requerido:Fabiano Ricardo Garcia, Jucelio Merlin
Decisão:
DESPACHOIndefiro o pleito de fl.60. O dinheiro é o primeiro na ordem de penhora, entretanto, tendo restado infrutífera a tentativa de constrição via Bacenjud, deverá o exequente promover diligência diversa no sentido de buscar sua pretensão. Requeira a parte autora o que de direito, no prazo de 05 dias. Transcorrido prazo sem manifestação, proceda-se na forma do art.267, §1º do CPC.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010619-17.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcela Caplice Fermino
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Americel S/A
Advogado:Israel Algusto Alves Freitas da Cunha (AOB/RO 2913)
Despacho:
Vistos,Intime-se a parte ré, para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias sobre o pedido de desistência da ação formulado pela autora, devendo ser ressaltado que o seu silêncio será interpretado como aquiescência. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0021437-28.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido:Alvanir Bezerra da Silva Almeida
Advogado:João de Castro Inacio Sobrinho (RO 433-A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Decisão:
Vistos,A autora opôs embargos de declaração contra decisão que determinou a remessa dos autos ao juízo competente para julgamento da revisional, ao argumento de que a decisão teria sido omissa acerca do pedido de suspensão da busca e apreensão.Patente a conexão entre as demandas, competirá ao juízo prevento a análise do pedido, razão pela qual rejeito os embargos.Intimem-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0245343-34.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nilo Corbari
Advogado:José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
Requerido:Três Américas Transportes Ltda
Advogado:Rogério de Avelar (MS 5991)
Despacho:
Vistos,Oficie-se como requerido a fl.69.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0185233-69.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Madeira Energia S.A. MESA
Advogado:Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Luciana Sales Nascimento (OAB/SP 156820)
Requerido:Valdemir Soares Dias Gomes
Advogado:Antonio Rabelo Pinheiro (RO 659)

Despacho:
DESPACHODesigno audiência preliminar (art. 331 do CPC), para o dia 15/02/2012, às 10h30min.Ficam as partes advertidas de que na referida solenidade, caso não ocorra acordo, em atendimento ao que dispõe o parágrafo 2º do art. 331, do CPC., serão fixados os possíveis pontos controvertidos da demanda, bem como serão decididas as questões processuais porventura pendentes; deferidas as provas a serem produzidas; e, se o caso, designada audiência de instrução e julgamento (parágrafo 2º do artigo 331, do CPC.).Intime-se as partes por intermédio de seus patronos.Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0206265-33.2009.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eliezer Liberalino da Silva
Advogado:Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663), Maria Zilmar da Silva Lima (3803)
Requerido:MBM Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Cristiane Vargas Volpon Robles (RO 1401), Erica Vargas Volpon (1960/RO)
Decisão:
DECISÃO Conheço os embargos, na forma do artigo 535, I, do Código de Processo Civil, e rejeito-o pelo seguintes fundamentos.Os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer, tornar clara a sentença, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura encontradas na sentença. Não há a omissão apontada, pois a fundamentação da sentença foi clara. Constata-se, que estes embargos pretendem, na verdade, sob o pretexto de decisão obscura, conferir caráter infringente a presente decisão, o que é vedado. Assim sendo, não vislumbro nenhum indício de omissão que venha a justificar o caráter infringente apontado, uma vez que este só é aceito pela jurisprudência quando encontra eco no primado da excepcionalidade, o que não é o caso em espeque.Ante ao exposto, rejeito os embargos de declaração apresentados.Publique-se, intime-se e procedam-se as anotações necessárias.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002377-06.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raimundo Castro dos Santos
Advogado:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido:Família Bandeirante Previdência Privada
Despacho:
DESPACHO Proceda-se alteração da classe para cumprimento de sentença.Intime-se o exequente, por seu patrono via Diário da Justiça, para no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento das verbas condenatórias, no valor de R$ 17.836,57, sob pena da multa prevista no art. 475-J, CPC. Em não havendo o pagamento espontâneo, expeça-se mandado penhorando-se livremente. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo impugnação. Efetivada a penhora, intime-se a parte devedora na forma do §1º, do art. 475-J, do CPC, para querendo, impugnar à execução. Expeça-se o necessário. Cumpra-sePorto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006621-41.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Deoclecio Fernandes do Prado Filho
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Banco Cacique S/A
Despacho:
DESPACHO Intime-se a parte ré, para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias sobre o pedido de desistência da ação formulado pela autora, devendo ser ressaltado que o seu silêncio será interpretado como aquiescência. Cumpra-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000208-46.2010.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Oficina dos Sonhos Comércio de Colchões Ltda
Advogado:Hugo Wataru Kikuchi Yamura (RO 3613)
Requerido:Michela Pimenta de Lima
Sentença:
SENTENÇA Considerando que a pretensão da exequente foi satisfeita pela executada, DECLARO EXTINTA a execução, nos termos do art. 794, I do Código de Processo Civil.Ante a impossibilidade de acesso aos dados do sistema RENAJUD, visto que o e.TJRO rescindiu convênio, conforme publicação no DJE, n.026/2010, p. 94, de 09/02/2010, requisite-se do Detran local, o imediato desbloqueio na transferência do veículo registrado em nome do executado, sob pena de configuração de crime de desobediência por parte do responsável pelo desbloqueio, conforme art. 330 do CPC. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do comprovante de recolhimento das custas processuais, mediante a apresentação de cópias.Após, arquive-se. Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005409-82.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Igor de Melo Triverio
Advogado:João de Castro Inacio Sobrinho (RO 433-A)
Requerido:Banco Itaú Card S/A
Sentença:
SENTENÇAAnte ao noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III do Código de Processo Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante a apresentação de cópias.Transitado em julgado esta decisão, arquive-se.Custas na forma da lei.P.R.I.CPorto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013945-82.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Fatima Gomes Lopes
Advogado:Manoel Onildo Alves Pinheiro (RO 852)
Requerido:Gama Transporte e Turismo Ltda.
Sentença:
SENTENÇAAnte ao noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução

de mérito, nos termos do art. 269, III do Código de Processo Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante a apresentação de cópias.Transitado em julgado esta decisão, arquive-se.Custas na forma da lei.P.R.I.CPorto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014948-72.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Romário Pires de Santana
Advogado:Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Requerido:Losango Sa Curitiba Paraná
Sentença:
SENTENÇAAnte ao noticiado, homologo o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III do Código de Processo Civil.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante a apresentação de cópias.Transitado em julgado esta decisão, arquive-se.Custas na forma da lei.P.R.I.CPorto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

Proc.: 0000478-36.2011.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Andrei Geronimo Pinto de Souza
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S.A., Banco do Brasil S/A, Banco Bonsucesso S. A.
Advogado:Nelson Wilians Rodrigues (OAB/MG 107878 A)
Despacho:
DESPACHOCertifique a escrivania acerca da citação dos demais requerido, bem como eventual decurso de prazo para apresentação de defesa. E ainda, se o autor ingressou com a ação principal, no prazo legal de 30 dias.Após, venham os autos conclusos.Cumpra-sePorto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0086140-07.2007.8.22.0001
Ação:Reparação de danos
Requerente:Ivo Júnior Cassol
Advogado:Richard Harley Amaral de Souza (OAB/RO 1532), Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010)
Requerido:Www.tudorondonia.com.br., Luciana Oliveira, Www.observador.com.br., Www.robertokuppe.com., Everaldo Alves Fogaça, Rubens Coutinho dos Santos, Roberto Kuppé
Advogado:Caetano Vendimiatti Neto (RO 1853), Caetano Vendimiatti Neto (OAB/RO 1853)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015450-45.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Justino de Souza
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017450-18.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jose Leudimar Correa
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido:CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S. A. (Eletrobras)
Advogado:Douglacir A. E. Sat `Ana (OAB/RO 287)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017717-87.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Eleny Costa Garcia
Advogado:Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924)
Requerido:Serasa Experian S. A.
Advogado:Rosana Benencase (OAB/SP 120552), Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0020229-43.2010.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Tancredo Martins dos Santos
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433-A)
Requerido:Banco Bonsucesso S. A.
Advogado:Celso Henrique dos Santos (OAB/RO 4949), Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022001-41.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elcio Vieira dos Santos Galvão
Advogado:Patrícia Silva dos Santos (OAB/RO 4089)
Requerido:Sul América Cia. Nacional de Seguros

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022471-72.2010.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Manoel Micherlane Costa do Nascimento
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco Schahin S.A.
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022706-39.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fausto Schumaher Ale
Advogado:Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido:TAM - Linhas Aéreas S/A
Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000458-45.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Metalurgica Amazonia Esquadrias de Ferro Ltda EPP
Advogado:Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924)
Requerido:Júnior Pereira Garcia
Sentença:
SENTENÇA Homologo o pedido de desistência para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art.267, VIII, do CPC.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de custas processuais, mediante a apresentação de cópias. Transitado em julgado esta decisão, arquive-se.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001469-12.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Manoel da Ponte Sobrinho
Advogado:Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Requerido:Mercantil Nova Era Ltda
Advogado:Rosana Portela Coelho de Oliveira Camargo (OAB/RO 3469), Mie Tamara Roque Kuroda (OAB/RO 3994)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001641-51.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roberta Arroio
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:FAI Financeira Americanas Itaú S. A. Crédito Financeiro Crédito
Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A), Manuela Gselmann da Costa (RO 3511)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002032-06.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Flávio Miranda Beleza
Advogado:Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)
Requerido:Banco Panamericano S/A, Mastter Moto Comércio de Veículos e Motos Ltda
Advogado:José Cristiano Pinheiro (RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0018293-46.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado:BELLA LUNA C. MÓVEIS LTDA - ME, Alecsander Azevedo das Neves
Despacho:
DESPACHO Requeira a parte autora o que de direito, no prazo de 05 dias.Transcorrido o prazo sem manifestação, proceda-se na forma do art.267, §1º do CPC.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0251818-06.2009.8.22.0001
Ação:Prestação de Contas - Exigidas
Requerente:Fábio Luiz Queiroz da Silva
Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido:Americel S/A
Advogado:Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011)
Decisão:
DECISÃO Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo.Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o

desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens.Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010.Intimem-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000995-75.2010.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Costa Carvalho Advogados Associados
Advogado:José Ricardo Costa (OAB/RO 2008)
Executado:Ivanclei Sarco Rodrigues
Despacho:
DESPACHOIndefiro o pedido de expedição de mandado de reforço de penhora, posto ser ônus da parte credora a indicação de bens do devedor passíveis de penhora.Requeira a parte autora o que de direito, no prazo de 05 dias.Transcorrido prazo sem manifestação, proceda-se na forma do art.267, §1º do CPC.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022711-61.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonardo Ferreira de Melo
Advogado:Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido:TAM - Linhas Aéreas S/A
Advogado:Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022808-61.2010.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Jose Benilde das Neves
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco BMG S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0023252-94.2010.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Waldiney Paes da Silva
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Advogado:Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620), Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94389)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000359-75.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Neir Martins Borges
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco Pine S.A.
Advogado:Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001457-95.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rogério Reis
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Cacique Promotora de Vendas Ltda
Advogado:Michele Marques Rosato (OAB/RO 3645)
Despacho:
Vistos,Intime-se a parte ré, para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias sobre o pedido de desistência da ação formulado pela autora, devendo ser ressaltado que o seu silêncio será interpretado como aquiescência. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003509-64.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Domingos da Silva Ribeiro
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido:Serasa S.A.
Advogado:Rosana Benencase (OAB/SP 120552), Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212), Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003596-20.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Valdemar Carvalho da Silva
Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido:Vivo S.A.
Advogado:Rafaela Ariane Zeni Dauek (OAB/RO 4583)
Despacho:
DESPACHO Digam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0011162-20.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosineide da Silva Araújo Santos
Advogado:Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido:BANCO FINASA S/A e/ou BANCO BRADESCO S/A.

Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0011510-38.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio de Miranda Mulin
Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido:CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S. A. (Eletrobras), Orlando Antunes
Advogado:Pedro Origa (RO 1953)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003785-95.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Americo Humberto Casara Junior
Advogado:Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Advogado:Marly Vieira Tonett Sismero de Oliveira (OAB/RO 1620), Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94389)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005091-02.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ângela Nunes da Silva
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0007463-21.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Zuleika Meireles da Silva
Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido:Banco B M G S. A.
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0007692-78.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Maria Helena da Silva Oliveira
Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido:Banco Schahin S.A
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Algusto Alves Freitas da Cunha (AOB/RO 2913)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008475-70.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geovane Pereira da Silva
Advogado:Wilson Raimundo José (OAB/RO 4625), Felippe Idak Amorim Santos (OAB/RO 4822), Luis Clodoaldo Cavalcante Neto (OAB/RO 529E)
Requerido:EDITORA ABRIL S.A.
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009743-62.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Safra S. A.
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/RO 3700), Gabriel da Costa Alexandre (RO 4986)
Requerido:Águida França Costa
Advogado:João de Castro Inacio Sobrinho (RO 433-A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010100-42.2011.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Santo Antônio Energia S.A.
Advogado:Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
Requerido:Francisco Teixeira dos Santos, Josefa Nova Olinda Cardozo dos Santos
Advogado:Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002881-75.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcio Diogenes do Nascimento
Advogado:Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003), Mayre Núbia N. de Melo (OAB/RO 1162)
Requerido:Banco ABN AMARO REAL S.A
Advogado:Lidiane Mariano (OAB/RO 4067)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003217-79.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Terezinha de Jesus Sá de Souza Novaes
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Banco Pine S.A
Advogado:Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003781-58.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Lucilla Cavezalle Artigas
Advogado:Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Requerido:CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON
Advogado:Fábio Antonio Moreira (OAB/RO 1553)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010849-59.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Maria do Socorro Viana da Silva
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido:Banco BMG S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Algusto Alves Freitas da Cunha (AOB/RO 2913)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005780-46.2011.8.22.0001
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Emanuelle Leandro da Rocha
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Requerido:Associação de Poupança e Empréstimo Poupex, Banco do Brasil S/A
Advogado:Viviana Todero Martinelli Cerqueira (OABDF 32664), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006189-22.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hugo Miranda Brito
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Coimbra & Nobre Ltda
Advogado:Camila Varela Gregorio (OAB/RO 4133), Vitor Martins Noé (OAB/RO 3035), Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008593-46.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Juvenal Sobral Coutinho
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:BANCO DO BRASIL
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008701-75.2011.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Sol Distribuidora de Combustiveis Ltda
Advogado:Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido:Luiz Madeiro Sampaio
Sentença:
SENTENÇAHomologo o acordo firmado entre as partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, e JULGO EXTINTO o pCmcrocesso, nos termos do art. 794, II do Código de Processo Civil.Quanto ao pedido de suspensão do processo, indefiro-o, uma vez que o entendimento do Egrégio Tribunal de justiça do Estado de Rondônia, não é possível a acumulação dos pedidos de homologação e suspensão do processo. Senão vejamos:PROCESSO CIVIL. ACORDO. HOMOLOGAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. Havendo acordo entre as partes, e sendo homologado este, deve haver a extinção do feito com julgamento do mérito, não cabendo a suspensão do feito até o cumprimento do pacto, quando a medida se tornar onerosa e desproporcional à parte. RECURSO NÃO PROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE (TJ/RO, Câmara Especial,

Agravo Regimental em AC n. 100.005.2003.004272-6; Rel. Des. Rowilson Teixeira; DJ n. 213 de 17.11.2004).Determino a entrega dos títulos que instruíram a inicial ao devedor, mediante substituição por cópia.Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do comprovante de recolhimento das custas processuais, mediante a apresentação de cópias.Após, arquive-se.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009678-67.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Eliezer Morais Ferreira
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido:BANCO BMG SA.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Algusto Alves Freitas da Cunha (AOB/RO 2913)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0011836-95.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Domingos Ramos Costa Silva
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Banco Itaú (Cartão de Crédito Itaucard)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002351-71.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geomário Leitão de Sena
Advogado:Tânia Oliveira Sena Pinheiro (OAB/RO 4199), Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005808-14.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Suelen de Oliveira da Silva
Advogado:Vinícius Silva Lemos (RO 2.281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido:Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/A
Advogado:Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212), Rosana Benencase (OAB/SP 120552)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0012349-63.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sara dos Santos Pereira
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido:B. V. Financeira S.A
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002301-45.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Marlucia dos Santos Rodrigues
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido:Banco BMG S.A.
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003507-94.2011.8.22.0001
Ação:Exibição
Requerente:Peterson Alan Ferreira Feitosa
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017947-95.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdinei Passos Monteiro
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0018200-83.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosangela Pires Sevalho
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
Requerido:AVON COSMÉTICOS LTDA
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB/SP 98709)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0018534-20.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Crismair Barbosa da Silva
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:Americel S.A.
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0020074-06.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zoghbi Empreendimentos Ltda
Advogado:Alexandre Camargo (RO 704)
Requerido:Francisca de Edinalva Reis, Erica da Silva Passos, Gilson Fernandes Correia, Mario Sombra dos Sonhos, João da Silveira Soares, Isaias Souza Albuquerque, Jorge Miranda, Manoel Maia da Costa
Sentença:
SENTENÇAHomologo o pedido de desistência para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art.267, VIII, do CPC.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de custas processuais, mediante a apresentação de cópias. Transitado em julgado esta decisão, arquive-se.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intime-se. CumpraséPorto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0075774-94.2007.8.22.0101
Ação:Declaratória
Requerente:Manoel Onofre Filho
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), José Geraldo Scarparti (OAB-RO 533)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017091-34.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joel Lima Evangelista
Advogado:Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017203-03.2011.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Banco Itaú Leasing S.A.
Advogado:Flávia Volpi Otake (OAB/RO 3530)
Requerido:Diogo de Sousa Carvalho
Sentença:
SENTENÇAHomologo o pedido de desistência para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art.267, VIII, do CPC.Expeça-se o necessário.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de custas processuais, mediante a apresentação de cópias. Transitado em julgado esta decisão, arquive-se.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intime-se. CumpraséPorto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017939-21.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josimar Gomes Felipe
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado:Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014987-69.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:MARCONDE MELO LUSTOSA
Advogado:Ely Lourenço Oliveira Cunha (OAB/RO 791)
Requerido:Brasil Telecom S/A
Advogado:Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Despacho:
DESPACHODigam as partes, em cinco dias, as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade, sob pena de indeferimento.Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
pvhcivel4a@tj.ro.gov.br
JUÍZA: EUMA MENDONÇA TOURINHO
ESCRIVÃ: BELª SUELI APARECIDA DA SILVA AZEVEDO

Proc.: 0018265-78.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cemar Soluções Industriais Comércio e Serviços Ltda - ME
Advogado:Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido:Gralajes ServiÇos Metalurgicos Ltda
Fornecer contrafé:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para fornecer cópia(s) da contrafé.

Proc.: 0024205-24.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Jorge Luiz da Cunha
Advogado:Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956), Eduardo Gabriel Santana Robaert (OAB/RS 71241)
Requerido:Artur Paulo Fagundes Rabelo
Decisão:
Trata-se de medida cautelar de busca e apreensão movida por Jorge Luiz da Cunha em desfavor de Artur Paulo Fagundes Rabelo, ambos qualificados na inicial (fl. 3), objetivando a busca e apreensão dos documentos originais (CRV) relacionados ao caminhão M. Benz/L 1620, bem como a transferência da titularidade do bem, perante o Detran/MG, com a restrição de transferência a terceiros. Narra ter celebrado contrato destinado à venda do lote n. 13, da quadra 60, localizado na Rua Bárbara Heliodora n. 31, Bairro Pinlar, nesta e, para tanto, dentro outros bens, recebeu o veículo acima descrito. Ocorre que o requerido não teria cumprido o contrato na íntegra, deixando de pagar o saldo remanescente do financiamento do veículo, tendo o autor, por tal motivo, quitado o financiamento, contudo, o requerido não efetuou a transferência do bem, perante o DETRAN, para o autor.Estando a documentação original do automóvel em poder do requerido, considerando que o autor quitou o financiamento, teme este que o réu, diante do descumprimento contratual, venda ou transfira o caminhão para terceiros. Por tal razão, pugna pela concessão de liminar. Juntou documentos (fls. 12/21). Determinada emenda à inicial (fl. 26), apresentou a petição de fls. 28/31 e os documentos de fls. 32/35.É o relatório. Passo a analisar o pedido de liminar. Os documentos carreados aos autos revelam a princípio, já que o feito se encontra apenas no início, que as partes celebraram contrato de compra e venda e que o caminhão descrito na inicial foi utilizado para pagamento parcial dos valores a que se comprometera quitar o requerido. Segundo documentos de fls. 23/25, o veículo não possui mais gravame algum, contudo a desalienação só será processada após a emissão de um novo CRV. Sendo assim, considerando que o bem se encontra registrado em nome do requerido e, segundo narrado, o documento original encontra-se em seu poder, resta evidente a possibilidade de que o mesmo venha a alienar a terceira pessoa, hipótese esta que contraria o que foi avençado contratualmente, o que geraria prejuízos não só ao autor, mas a demais pessoas por ora não envolvidas neste feito. Assim sendo, por entender que estão presentes os requisitos necessários à concessão de medida liminar (fumaça do bom direito e perigo da demora), o seu deferimento é consequência natural, carecendo, no caso em apreço, que o bem, mesmo que em nome do autor por força da medida a ser concedida, possua restrição quanto à transferência, até ordem judicial em contrário, situação esta que cria equilíbrio entre as partes até que o contraditório se estabeleça. Por tais razões, DEFIRO a liminar pleiteada para o fim de determinar a busca e apreensão dos documentos relacionados ao caminhão M. Benz/L 1620, 2005/2005, placa HBN 5114, que se encontram em poder do requerido, o qual será intimado para efetuar a entrega, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como para determinar, perante o Detran/MG, a transferência da titularidade do automóvel para o autor (Jorge Luiz da Cunha, CPF n. 522.517.487-68), confeccionando novo documento (CRV), fazendo constar bloqueio relacionado à alienação do bem, desde já, até ordem judicial em contrário, isto relacionado a qualquer uma das partes. Cite-se e intime-se o requerido com as advertências dos artigos 285 e 319, ambos do Código de Processo Civil, para, querendo, apresentar contestação, sob pena de decretação de revelia e aplicação da confissão ficta. Expeça-se carta precatória com urgência. Cumprida a medida e efetivada a citação, aguarde-se a apresentação de defesa e o trintídio legal para o manejo da ação principal. Faça-se constar, para fins de publicação através do Diário da Justiça, o nome do advogado Eduardo Gabriel Santana Robaert, OAB/RO 3956. Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0052963-52.2007.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Darlene Vieira Lima Conceição
Advogado:João Marcos de Oliveira Dias (OAB/RO 823)
Litisconsorte Passiv:Maria Fumaça Eventos Ltda, Charles Henrique Ribeiro Matheus
Advogado:Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB-RO 2390), Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712), Leme Bento Leme (RO 308-A), Odailton Knorst Ribeiro (RO 652), Wiliano Alves Correia ( )
Decisão:
Os atos infrutíferos realizados neste feito evidenciam que a empresa executada, apesar de promover diversos eventos, se nega a pagar o débito aqui perseguido. Mais uma vez a parte autora comprova evento a ser realizado nesta cidade, pugnando pela constrição de valores.Pois bem. O documento de fl. 308 evidencia que a executada promove o “Reveillon do Maria Fumaça”, a ser realizado no espaço conhecido como Kabana’s.Tendo em vista a existência de sucumbência experimentada também pela executada Maria Fumaça Eventos Ltda; considerando o descumprimento do acordo homologado através de sentença; tendo a autora indicado os pontos de venda dos ingressos que darão direito à entrada em mencionado festejo, determino a expedição de mandado, a ser cumprido pelo oficial de justiça plantonista, destinado à penhora dos valores relacionados à compra dos ingressos, nas lojas Junior Sun, Discolândia e na loja da executada localizada no Porto Velho Shopping, além de penhora diretamente na boca do caixa do evento (endereços à fl. 307 dos autos), intimando-se as pessoas responsáveis pela venda e os representantes

da executada, para que tomem ciência da presente decisão, bem como para que providenciem, relativamente aos valores apurados através de vendas realizadas com a utilização de cartão de crédito e débito, o depósito judicial dos mesmos, sob pena de restar caracterizado crime de desobediência, além da cominação de multa no caso de descumprimento da presente ordem.Int. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0018331-58.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Celia Maria da Silva
Advogado:Jose Americo dos Santos (RO 1049)
Requerido:Feumam/ro
Decisão:
Considerando os fatos narrados na inicial, entendo que a análise do pedido de liminar deverá ocorrer após os requeridos apresentarem contestação, oportunidade em que serão analisadas as razões que teriam levado a requerida Feumam/RO a convocar eleições, bem como o fundamento legal para tanto. Contudo, utilizando-me do poder geral de cautela, buscando desta forma evitar eventuais prejuízos materiais, já que se encontra em discussão inclusive a legalidade da realização de novas eleições, determino que os bens pertencentes à Associação Comunitária de Moradores do Bairro Nova Esperança não sejam alienados até ordem judicial em contrário. O não atendimento a tal determinação implicará na caracterização de crime de desobediência e aplicação de multa à pessoa responsável pela alienação. Acolho a regularização do pólo passivo apresentada pela autora, razão pela qual determino a inclusão do Sr. Ronaldo de Jesus Barbosa.Citem-se e intimem-se os requeridos, com prioridade, observando-se os endereços indicados à fl. 61. Defiro o pedido de gratuidade processual.Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Sueli A. da S. Azevedo

Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHOS E SENTENÇAS PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO : www.tj.ro.gov.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO :
JUIZ : jjorge@ tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ : olivia@tj.ro.gov.br
VARA : pvh5civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0010562-04.2008.8.22.0001
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Pemaza S. A.
Advogado:Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Executado:Brazilli Locadora de Veículos Ltda
Decisão:
DECISÃOPretende a parte credora, com seu pedido de fls. 99/101 o bloqueio de valores em conta corrente dos sócios da ora devedora, desconsiderando-se a personalidade jurídica.Trazendo conhecimentos esposados pelo ilustre doutrinarista Jacy de Souza Mendonça, temos:... A pessoa jurídica é realidade distinta dos termos que a compõem. Ela não se confunde com os sócios nem com seu estabelecimento, produto, equipamentos, marca, etc. Pessoa jurídica é a relação entre os sócios, tangida pela busca de um objetivo, um bem comum a eles. Numa pessoa jurídica, realmente, tudo pode passar e se transformar, sem que ela perca sua integralidade. Os sócios, o produto, os empregados, os fornecedores etc., mudam e ela continua a mesma.....Recentemente, o novo Código Civil retomou o instituto jurídico da descaracterização da pessoa jurídica, agora em sua formatação original, autorizando-a, bem como a extensão do risco econômico aos sócios, apenas em casos de abuso de direito praticado por algum sócio. Se alguém se aproveita da cobertura de sua empresa, de responsabilidade limitada, para praticar abusos jurídicos contra outrem, responde pessoalmente pelo débito. Formulação absolutamente saudável e elogiável.O Próprio Código de Defesa do Consumidor, em seu Artigo 28, assim se manifesta:Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.Portanto, o que resta absolutamente claro é que é realmente possível a descaracterização da pessoa jurídica, para que seus sócios, individual e pessoalmente possam responder pelas obrigações por ela assumida. Entretanto, não se pode perder de vista que isso somente é possível quando houver administração com abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.Também é de se salientar que não é somente o fato de a empresa possuir contra si ações judiciais que devem ser considerados os seus administradores com administração possível de se permitir a descaracterização da pessoa jurídica.De qualquer forma, penso que tal descaracterização somente pode ocorrer por decisão judicial, onde se permita a produção de provas dentro do contraditório. Não há dúvida de que cabe à parte interessada a busca de decisão judicial, dentro de processo próprio e com contraditório, tal descaracterização.Com essas considerações, indefiro a pretensão da parte credora, a qual deverá ser intimada, mais uma vez, para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção da presente.Em relação ao pedido de inclusão do nome da empresa executada nos cadastros de inadimplentes, prejudicada sua análise, eis que não guarda relação com o objeto dos autos, bem como porque é providência de fácil concretização pela empresa executada. Intimem-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0245071-74.2008.8.22.0001
Ação:Depósito
Requerente:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Luciano Mello de Souza (RO 3519)
Requerido:Solvida Transportes Rodoviários Ltda
Sentença:
sENTENÇAI - RELATÓRIO Trata-se de ação de busca e apreensão movida por BV FINANCEIRA S/A CFI em face de SOLVIDA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, que foi convertida em depósito às fls. 53, sendo que as diligências empreendidas para citação do requerido restaram infrutíferas

(fls. 61/62).Às fls. 64/65 a parte autora requereu a expedição de carta precatória para a Comarca de Fortaleza - CE, o que foi deferido pelo Juízo (fls. 66).Retirado o expediente (fls. 69), decorreu in albis o prazo de comprovação da distribuição (certidão - fls. 69 verso), tendo o requerente pugnado pela sua dilação (fls. 70). Decorrido o prazo, foi enviada carta de intimação para o endereço do autor, informado na inicial, porém, o AR retornou negativo, ante a mudança do destinatário (fls. 72).Manifestação da parte requerente às fls. 73, pugnando pelo desentranhamento do mandado.Às fls. 76/77 a empresa FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA (?FUNDO?) pleiteou a sua inclusão no polo ativo da lide, ao argumento de que é cessionária dos créditos ora cobrados.Inicialmente, cumpre ressaltar que não há que se falar em substituição processual, porquanto não houve a comprovação de que a cessão operou-se de forma regular, como disposto no art. 286 e seguintes do Código Civil.Outrossim, o desentranhamento do mandado mostra-se providência inócua, notadamente pela certidão do senhor oficial de justiça às fls. 61/62, acerca da qual já se manifestou o autor, inclusive requerendo a citação por carta precatória, que foi retirada por ele, sem comprovação da distribuição.Diante disto, o presente feito deve ser extinto por falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular, qual seja, a citação da parte requerida. O feito tramita desde o ano de 2008, a diligência foi determinada em 25 de novembro de 2009 (fls. 53) e, até a presente data, mais de dois anos depois, e apesar de instada, a parte autora não promoveu a citação do requerido. Acerca do tema:"PROCESSO CIVIL - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - NÃO CITAÇÃO DO RÉU - IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO PROCESSO - EXEGESE COMBINADA DOS ARTS . 265 E 219, § § 2º E 3º DO CPC - CONCESSÃO DE PRAZO PARA A VINDA DO ENDEREÇO NÃO ATENDIDA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO MANTIDA. 1- É impossível a suspensão do processo antes do aperfeiçoamento da relação processual, por ausência de previsão expressa no art. 265 do CPC ou em qualquer outra passagem do Código de Processo Civil. 2- Se a primeira tentativa de citação foi frustrada, o procedimento a ser seguido está regulado no art. 219, § 3º, do CPC, onde prevê a concessão, pelo magistrado, de prazo razoável, prorrogável até o máximo de 90 dias, para que o autor promova a citação do réu. 3- Se, contudo, já ultrapassado em muito este prazo máximo para a efetivação da citação, insiste o autor na concessão da suspensão do processo, antes indeferida, impõe-se a manutenção da r. sentença que corretamente extinguiu o feito pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do mesmo - falta de citação. 4- Recurso de apelação conhecido e improvido. Sentença de extinção de feito mantida." (20050110325123APC, Relator BENITO TIEZZI, 3ª Turma Cível, julgado em 02-8-2006, DJ 21-11-2006 p. 437).Ressalte-se, por oportuno, que mesmo sendo dispensável a intimação pessoal da parte autora (§1º do art. 267 do Código de Processo Civil Brasileiro), foi encaminhada correspondência ao endereço indicado na inicial, porém, a parte não indicou providências úteis para a solução do feito. Nesse sentido:"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PROMOÇÃO DA CITAÇÃO, MESMO APÓS A CONCESSÃO DO PRAZO PREVISTO NO § 3º, DO ART. 219, CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA IMPULSIONAR O FEITO. EXTINÇÃO POR FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. 1- O interesse no prosseguimento do feito afirmado por ocasião da Apelação não tem o condão de suprir a ausência de diligências eficazes no sentido de promovê-la durante a tramitação na 1ª instância, sobretudo se concedida ao Apelante a oportunidade prevista no § 3º, do art. 219, do Código de Ritos. 2- A extinção do Feito por ausência de pressuposto de constituição da relação processual não enseja a necessidade de prévia intimação para impulsioná-lo . 3- Apelação Cível improvida." (20000110647772APC, Relator ANGELO PASSARELI, 2ª Turma Cível, julgado em 14-3-2007, DJ 08-5-2007 p. 84). g. n.Ante ao exposto, considerando que o requerente não cumpriu o ônus que lhe cabia, qual seja, providenciar a citação da parte adversa, ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do inciso IV do art. 267 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA, sem resolução de mérito, a ação promovida por BV FINANCEIRA S/A CFI em face de SOLVIDA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, ambos qualificados nos autos e DETERMINO seu arquivamento. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Desentranhe-se a petição e documentos de fls. 76/80, eis que de terceiro estranho à relação processual.Sem custas.Com o trânsito em julgado desta decisão, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010872-05.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. Financeira S/a C.f.i.
Advogado:Lorena Cristina dos S. Melo. (RO 3479)
Requerido:Adalberto Grigorio de Oliveira
Decisão:
DECISÃODefiro o requerimento de conversão que foi manifestado com expressa estimação pecuniária do valor dos bens (R$61.414,74) e, com fundamento no art. 4º do DL 911/69, com redação da Lei n. 6.071/74, converto a ação de busca e apreensão em depósito.Efetuem-se as necessárias anotações, inclusive no Distribuidor, e retifiquem-se a autuação e registros cartorários. Indefiro todos os pedidos de fls. 33/34, eis que o Judiciário não deve ser utilizado como órgão de pesquisa da parte.As informações constantes das declarações de rendimentos revestem-se de caráter sigiloso ? sigilo fiscal garantido no inciso XII do art. 5º da Constituição Federal, o que implica em sobreposição hierárquica a qualquer ordenamento jurídico - que não deve ser afastado senão em situações em que haja relevante interesse da justiça, o que não se configura quando trata-se apenas de localizar o endereço ou bens do executado com objetivo de serem penhorados, o que é rotineiro na prática forense. Promova a parte autora a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0079152-67.2007.8.22.0001
Ação:Declaratória
Requerente:Dourival Domingues dos Santos
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A),

Carlos Henrique Teles de Negreiros (OAB/RO 3185)
Requerido:Aruanda Indústria e Comércio Ltda
Decisão:
DECISÃOIndefiro o pedido de fls. 25. As informações constantes das declarações de rendimentos revestem-se de caráter sigiloso ? sigilo fiscal garantido no inciso XII do art. 5º da Constituição Federal, o que implica em sobreposição hierárquica a qualquer ordenamento jurídico - que não deve ser afastado senão em situações em que haja relevante interesse da justiça, o que não se configura quando trata-se apenas de localizar o endereço ou bens do executado com objetivo de serem penhorados, o que é rotineiro na prática forense. O judiciário não é instrumento de pesquisa da parte. A parte credora não procedeu nenhuma diligência, ou pelo menos não as comprovou. Assim, promova o credor o regular andamento do feito, indicando bens a serem penhorados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Da presente intime-se pessoalmente a parte credora, via carta encaminhada para o endereço constante dos autos, com a ciência de que o feito será extinto, caso não seja dado o regular andamento, independentemente de nova intimação.Sem prejuízo a tais providências, intime-se o advogado indicado às fls. 24 para assinar o substabelecimento, no prazo de 48 horas, sob pena de desentranhamento.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0099892-75.2009.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:BV Financeira S. A. CFI
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido:Marco Antônio da Silva Campos
Decisão:
DECISÃOA regular notificação ao devedor acerca da cessão de crédito é ônus da requerida e da empresa que pretende ingressar no polo ativo da lide, o que deverão comprovar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da substituição processual.Sem prejuízo a tal providência, deverá a parte autora promover o necessário para cumprimento da liminar deferida nestes autos, bem como a citação do requerido, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0146412-69.2004.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Banco do Brasil S/A
Advogado:João Zaniboni (OAB/RO 187A), Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620)
Requerido:Eletrobombas Indústria e Comércio Ltda, Sebastião de Sá Filho, Igor Caixeta de Sá
Decisão:
DECISÃODEFIRO a suspensão até 29 de fevereiro de 2012. Findo o prazo, deve a parte dar andamento no feito em 48 (quarenta e oito) horas, independentemente de nova intimação. Desde já determino seja intimada pessoalmente a parte, por carta encaminhada ao endereço constante dos autos, para que dê andamento no feito, uma vez findo o prazo da suspensão, sob pena de extinção, também independentemente de nova intimação.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0203039-25.2006.8.22.0001
Ação:Declaratória
Requerente:Maria Helena Moura Monteiro de Barros
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), ( )
Requerido:Sudameris Arrendamento Mercantil S.A.
Advogado:Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433)
Decisão:
DECISÃODeferindo o pedido da parte autora, de fls. 195 e, com fundamento no inciso IV do art. 125 do CPC, DESIGNO audiência de conciliação para a data de 09 de fevereiro de 2012 às 08h30min.Intimem-se as partes por meio de seus procuradores.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0197034-16.2008.8.22.0001
Ação:Depósito
Requerente:Bv Financeira S.A. - Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Requerido:Jose Marcos Pereira da Costa
Decisão:
DECISÃOEsclareça a parte autora a pertinência do pedido de fls. 89, eis que já fora expedida carta precatória para citação do requerido, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito, que tramita desde o ano de 2008 sem a citação do requerido.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0054139-95.2009.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Balbina Sanabria Oliva
Advogado:Shirley C. Gurgel do Amaral (RO 705)
Requerido:Banco BMG
Decisão:
DECISÃOIntime-se a exequente para se manifestar acerca da impugnação ofertada às fls. 90/98.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0016118-16.2010.8.22.0001
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:Tiago Torres Ribeiro
Advogado:Regina Célia Santos Terra Cruz (OAB/RO 1100), Túlio Cirióli Alencar (OAB/RO 4050)
Consignado:Supercompras-Eletrodomésticos e Informática Ltda
Decisão:
DECISÃOComprove a parte autora a regular publicação dos editais, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do feito. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005305-90.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Kliven de Araujo Reis
Advogado:Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
Requerido:Banco Daycoval S/A, Banco BMG S.A., Banco Cruzeiro do Sul S.A.
Advogado:Fábio Roberto de Almeida Tavares (OAB/SP 147386), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94389), Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620)

Decisão:
DECISÃOConsiderando que no presente feito há interesse de menor, remetam-se os autos ao Ministério Público para seu necessário parecer.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0322599-87.2008.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Evellyn Maria de Negreiros Chittolina, Douglas Antonio de Negreiros Chittolina
Advogado:Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (AC 2249), Alexandro Ichinoseki Dahas (OAB/RO 2162), Adhemar Alberto Sgrott Reis (OAB/RO 1944), Alexandro Ichinoseki Dahas (OAB/RO 2162)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON, Artesanato de Fogos Nuclear Ltda, Fogos Nuclear, G. Miranda da Silva - ME, Minhagência Propaganda e Marketing Ltda
Advogado:Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553), Wilian Arnaldo de Melo Franco (OAB/MG 53109), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Honório Moraes Rocha Neto (OAB/RO 3736), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( ), Roberto Franco (RO 835)
Decisão:
DESPACHOConsiderando a renúncia de poderes informada às fls. 704/708, intime-se a requerida ARTESANATO DE FOGOS NUCLEAR LTDA, pessoalmente, por carta, para regularizar sua representação processual, constituindo novo patrono nos autos, no prazo de 10 (dez) dias.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005959-77.2011.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Adeval Lima Santos, Amanda Vendramel Garcia, David Antônio Rosella, Edilene Crystina Folador, Flaeste Cruz Beleza, Gilberto Falavigna, João Batista de Ávila, Luzia Pavam Atalla, Octaviano Bispo de Souza
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Requerido:Banco do Brasil S. A.
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Decisão:
DESPACHOOficie-se solicitando informações quanto ao agravo de instrumento interposto. Ciência as partes.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0251802-86.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Walter Gustavo da Silva Lemos, Vinicius Silva Lemos
Advogado:Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Executado:Francileide Pinheiro da Silva Brito
Advogado:Raimundo Jose Jansen Pereira Filho (OAB/RO 176)
Decisão:
DECISÃOIndefiro o pedido de fls. 163. As informações constantes das declarações de rendimentos revestem-se de caráter sigiloso ? sigilo fiscal garantido no inciso XII do art. 5º da Constituição Federal, o que implica em sobreposição hierárquica a qualquer ordenamento jurídico - que não deve ser afastado senão em situações em que haja relevante interesse da justiça, o que não se configura quando trata-se apenas de localizar o endereço ou bens do executado com objetivo de serem penhorados, o que é rotineiro na prática forense. O judiciário não é instrumento de pesquisa da parte. A parte credora não procedeu nenhuma diligência, ou pelo menos não as comprovou. Assim, promova o credor o regular andamento do feito, indicando bens a serem penhorados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Da presente intime-se pessoalmente a parte exequente, via carta encaminhada para o endereço constante dos autos, com a ciência de que o feito será extinto, caso não seja dado o regular andamento, independentemente de nova intimação.Sem prejuízo a tais providências, intime-se o advogado indicado às fls. 162 para assinar o substabelecimento, no prazo de 48 horas, sob pena de desentranhamento.Intimem-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013472-33.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Davi Ferreira Silva
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido:Banco Itaucard S. A.
Decisão:
DECISÃONão há nestes autos comprovação de depósito de valores, pelo que, prejudicada a análise do pedido de fls. 118/119.Tornem os autos ao arquivo em definitivo.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0201945-71.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Maria José Fonseca de Lima
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido:Vesle Móveis e Eletrodomésticos Ltda
Advogado:Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238)
Decisão:
DECISÃOTrata-se de feito em fase de cumprimento de sentença, cujo desarquivamento pode ser feito a qualquer tempo mediante simples requerimento (Art. 475-J, § 5º, CPC). Assim, ao arquivo com as anotações necessárias.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008742-76.2010.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:União das Escolas Superiores de Rondônia UNIRON
Advogado:Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado:Celia Rosani de Oliveira Nascimento
Decisão:
DECISÃOÉ entendimento do nosso Tribunal de Justiça sobre a possibilidade de penhora salarial, vejamos:Salário. Penhora. Percentual. Possibilidade. Capacidade econômica do devedor. Dignidade humana. É possível a penhora de percentual de salário do devedor, quando esta é feita em percentual condizente com a capacidade econômica do mesmo e que não afete a dignidade da pessoa humana (TJ/RO 2ª Câmara Cível, AI n. 100.001.2003.004031-0, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, publicado no DJ n. 100 de 31/05/2007).Dito isto e, levando-se em conta a ordem de preferência de bens (art. 655 do CPC), DEFIRO o pedido de fls. 49/50 para DETERMINAR

a penhora de 30% (trinta por cento) dos rendimentos mensais da executada, até a satisfação do crédito.Com base na planilha apresentada às fls. 51, EXPEÇA-SE mandado a ser cumprido perante a Secretaria de Administração do Estado de Rondônia, devendo haver comprovação nos autos acerca dos descontos. Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Olivia Adna Barata
Escrivã
5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHOS E SENTENÇAS PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO : www.tj.ro.gov.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO :
JUIZ : jjorge@ tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ : olivia@tj.ro.gov.br
VARA : pvh5civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0022980-66.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Fernanda Chaves Melo
Advogado:Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Requerido:Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura
Decisão:
DECISÃOFERNANDA CHAVES MELO ajuizou ação revisional de contrato pelo rito sumário em face de SOCIEDADE MANTENEDORA DE PESQUISA, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA, COMUNICAÇÃO E CULTURA MARIA COELHO AGUIAR, na qual a objetiva sejam fixados judicialmente o preço de mensalidade de contrato de prestação de serviços educacionais, com a declaração de que os pagamentos realizados se deram a maior, a condenação da requerida a restituir os valores pagos indevidamente, e ainda a concessão de antecipação de tutela para fixar o preço da mensalidade e ainda, proibir a ré de impedir sua rematrícula ou aplicar-lhe qualquer penalidade.É o relatório. Decido.FUNDAMENTOS DA DECISÃOInicialmente, defiro os benefícios da justiça gratuita, com a ressalva do art. 12, da Lei n. 1060/50, in verbis: Art. 12. A parte beneficiada pelo isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.De outro passo para a concessão de liminar, conforme cediço no âmbito jurisprudencial e doutrinário impõe-se a ocorrência dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora. O primeiro referindo-se à plausibilidade do direito substancial vindicado e o segundo à possibilidade de tornar-se inócuo, caso não seja acolhida desde logo a pretensão. Estes pressupostos, entretanto, devem ser evidenciados conjuntamente, pelo que, em via oblíqua, tornar-se-á defesa a concessão da liminar.No caso dos autos, a prima facie não vislumbro a presença dos requisitos supracitados, notadamente notadamente o fumus boni iuris, eis que a própria autora afirma estar inadimplente com o pagamento das mensalidades desde fevereiro do ano em curso, ou seja, há mais de 10 meses. Ou seja, não pagou sequer os valores que entende devidos, tampouco pretendeu consigná-los em Juízo.Outrossim, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 08 de fevereiro, às 10h30min. Expeça-se o necessário, com a urgência que o caso requer.Cite-se o requerido para comparecer à audiência, oportunidade em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que todos os atos instrutórios serão praticados na audiência designada e, caso pretenda ouvir testemunhas, deverá apresentar o seu rol em cartório com antecedência de 20 (vinte) dias.Advertências dos arts. 285 e 319 do CPC para o requerido. Intime-se o autor a comparecer à solenidade, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024426-07.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Requerente:Adriana Dias dos Santos
Advogado:Ademir Dias dos Santos (OAB/RO 3774)
Requerido:Diretor da Faculdade Interamericana de Porto Velho-
Decisão:
DECISÃOADRIANA DIAS DOS SANTOS impetra o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato comissivo supostamente praticado pelo DIRETOR DA FACULDADE INTERAMERICANA DE PORTO VELHO, por entendê-lo ilegal e abusivo. Aduz que o impetrado negou a emissão de seu diploma de graduação. Informa que a negativa se deu em razão da não inscrição da autora no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, ato de responsabilidade do impetrado. Asseverou que o documento é indispensável para ingresso em cargo de provimento por concurso público no qual foi aprovada. Finaliza requerendo a concessão de liminar a fim de que o impetrado seja compelido a emitir, com urgência, o diploma de conclusão de curso.É o relatório. Decido. Inicialmente, cumpre ressaltar que a autoridade coatora apontada nos autos é diretor de instituição particular de ensino superior. Em casos análogos, o Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado no sentido de que, em se tratando de mandado de segurança destinado a impugnar seus atos, será competente para processar e julgar o mandamus a Justiça Federal. Vejamos:PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR. ATO DE FACULDADE PRIVADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.1. A Primeira Seção do STJ, no CC n. 108.466/RS, de Relatoria do Exmo. Ministro Castro Meira, julgado em 10 de fevereiro de 2010, nos processos que envolvem o ensino superior, fixou regras de competência em razão da natureza do instrumento processual utilizado.2. Em se tratando de mandado de segurança, a competência será federal, quando a impetração voltar-se contra ato de dirigente de universidade pública federal ou de universidade particular; ao revés, será estadual quando o mandamus for impetrado contra dirigentes de universidades públicas estaduais e municipais, componentes do sistema estadual de ensino.3. Se forem ajuizadas ações de conhecimento, cautelares ou quaisquer outras de rito especial, que não o mandado de segurança, a competência será federal quando a ação indicar no pólo passivo a União ou quaisquer de suas autarquias (art. 109, I, da CF/88); será de competência estadual, entretanto, quando o ajuizamento voltar-se contra entidade estadual, municipal ou contra instituição particular de ensino.4. In casu, trata-se de ação cautelar inominada ajuizada contra instituição particular de ensino, o que fixa a competência da Justiça Estadual.5. Recurso especial provido.(REsp

1195580/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/08/2010, DJe 10/09/2010) PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE DIRETOR DE FACULDADE PRIVADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.1. Cinge-se a controvérsia em definir o juízo competente para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato de Diretor de faculdade privada, que impediu a re-matrícula do impetrante em seu curso de graduação.2. O Juízo de Direito declinou da competência ao argumento de que "tratando-se de mandado de segurança impetrado contra ato de Diretor de faculdade particular de ensino, que atua por delegação do Poder Público Federal, a competência para o julgamento do writ é da Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso VIII, da Constituição Federal".3. O Juízo Federal suscitou o presente conflito aduzindo que o artigo 2º, da Lei nº 12.016/09 "restringe a atuação da autoridade apontada como coatora para que seja considerada como 'federal' aquela autoridade de que emanem atos que tenham consequência patrimonial a ser suportada pela União Federal ou por entidade por ela controlada".4. A alteração trazida pela Lei nº 12.016/09 com relação ao conceito de autoridade federal em nada altera o entendimento há muito sedimentado nesta Corte acerca da competência para julgamento de mandado de segurança, já que não houve modificação substancial na mens legis.5. O mero confronto dos textos é suficiente para corroborar a assertiva. O artigo 2º da nova lei define "autoridade federal" para fins de impetração do mandamus, nos seguintes termos: "Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada".6. Já o artigo 2º da Lei nº 1.533/51 dispunha: "Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União Federal ou pelas entidades autárquicas federais".7. Permanece inalterado o critério definidor da competência para o julgamento de mandado de segurança, em que se leva em conta a natureza das pessoas envolvidas na relação processual, ratione personae, sendo irrelevante, para esse efeito e ressalvadas as exceções mencionadas no texto constitucional, a natureza da controvérsia sob o ponto de vista do direito material ou do pedido formulado na demanda.8. Nos processos em que envolvem o ensino superior, são possíveis as seguintes conclusões: a) mandado de segurança - a competência será federal quando a impetração voltar-se contra ato de dirigente de universidade pública federal ou de universidade particular; ao revés, a competência será estadual quando o mandamus for impetrado contra dirigentes de universidades públicas estaduais e municipais, componentes do sistema estadual de ensino; b) ações de conhecimento, cautelares ou quaisquer outras de rito especial que não o mandado de segurança - a competência será federal quando a ação indicar no pólo passivo a União Federal ou quaisquer de suas autarquias (art. 109, I, da Constituição da República); será de competência estadual, entretanto, quando o ajuizamento voltar-se contra entidade estadual, municipal ou contra instituição particular de ensino.9. Na hipótese, cuida-se de mandado se segurança impetrado por aluno com o fim de efetivar sua re-matrícula na Faculdade de Administração da FAGEP/UNOPAR ? entidade particular de ensino superior ? o que evidencia a competência da Justiça Federal.10. Conflito negativo de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Federal, o suscitante.(CC 108.466/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/02/2010, DJe 01/03/2010)CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR. COLAÇÃO DE GRAU. DELEGAÇÃO FEDERAL.1. Hipótese em que a Justiça Federal e a Justiça Estadual discutem a competência para processamento e julgamento de Mandado de Segurança impetrado contra ato de dirigente da Faculdade de Direito de Joinville - Associação Catarinense de Ensino, que impediu colação de grau da impetrante.2. A partir do julgamento do Conflito de Competência 35.972/SP, a Primeira Seção decidiu que o critério definidor da competência da Justiça Federal é, em regra, ratione personae, isto é, leva em consideração a natureza das pessoas envolvidas na relação processual.3. Excetuam-se os casos de Mandado de Segurança impetrados contra atos de dirigente de instituição privada de ensino superior, que age por delegação federal (art. 16, inciso II, da Lei 9.394/96).4. "Mandado de segurança - a competência será federal quando a impetração voltar-se contra ato de dirigente de universidade pública federal ou de universidade particular; ao revés, a competência será estadual quando o mandamus for impetrado contra dirigentes de universidades públicas estaduais e municipais, componentes do sistema estadual de ensino" (REsp 373.904/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 09.05.2005).5. Conflito de Competência conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 4ª Vara de Joinville SJ/SC, o suscitado.(CC 52.324/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2006, DJ 01/10/2007, p. 199)Assim, considerando que figura no polo passivo desta demanda diretor de instituição privada de ensino, bem como a recente e reiterada jurisprudência do STJ, inclusive em sede de julgamento de conflito de competência, declaro-me incompetente para processar o presente feito, devendo os autos ser remetidos a uma das Varas Federais desta Seção Judiciária, após as baixas e anotações de estilo.Intime-se.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003645-18.1998.8.22.0001
Ação:Ação popular
Autor:Domingos Borges da Silva
Advogado:Antônio Vieira Ramos (OAB/RO 1892), Roberto Egmar Ramos (OAB/MS 4679)
Réu:Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON, ETEL - Instalações, Comércio e Representações Ltda, FUNDIBRAS - Ind. e Com. de Metais e Ligas Ltda., Antônio Carlos Mendonça Rodrigues, José Luiz Lenzi, José Ademir Alves
Advogado:Vitor Aguillar da Silva (OAB-RJ 131.565-RJ), Ney Luiz de Freitas Leal (OAB/RO 28), Edmundo Santiago Chagas Júnior (OAB/RO 905), Edmundo Santiago Chagas (OAB/RO 491A), Lincoln José Piccoli Duarte (OAB/RO 731), José Luiz Lenzi (OAB/RO 112B), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Decisão:
DESPACHOConsiderando a renúncia de poderes informada às fls. 810/813, intime-se as requeridas ETEL - Instalações, Comércio e Representações Ltda e FUNDIBRAS - Ind. e Com. de Metais e Ligas Ltda, pessoalmente, para regularizar sua representação processual, constituindo novo patrono nos autos, no prazo de 10 (dez) dias.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0018603-86.2010.8.22.0001
Ação:Interdito Proibitório (Cível)
Requerente:Francisco Sérgio Cordeiro da Cunha
Advogado:Anisio Feliciano da Silva (RO 36A)
Requerido:Alcimar das Neves da Silva, Elias Passos Ribeiro, Francisco Alves dos Santos, José Carlos Santana de Lima, Marilene Gino Montenegro, Jurandir Manoel Campos Pinheiro, Ednalva Pereira dos Santos, Maria de Fatima Gino, Olimpio Teixeira dos Santos, Nagila Maria Paula de Oliveira, Nelson Araújo da Silva, Maria Ivanilde Rodrigues Neves, Francilene Machado dos Santos
Advogado:Anisio Feliciano da Silva (RO 36A)
Decisão:
DECISÃORetifique-se a autuação, nos termos da decisão de fls. 74/75.Expeça a escrivania o necessário para citação dos requeridos.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0004712-95.2010.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fenix Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248)
Executado:T. L. Comercio de Granitos Ltda Me, Denilson da Silva, Tainara Lenara da Silva
Decisão:
DECISÃOAos atos de arrematação, pelo preço da avaliação de fls. 40, eis que maia atual.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008112-20.2010.8.22.0001
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Autovema Veículos Ltda
Advogado:Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924), Arquilau de Paula (OAB/RO 1B), Franciany de Paula Dandolini (OAB/RO 349B), José Francisco Silva de Queiroz (OAB 565 E)
Executado:Doris Silva Pinto
Decisão:
DECISÃODefiro o pedido de fls. 37. Expeça-se mandado de penhora, podendo ser objeto de constrição os bens pessoais e os que guarnecem a residência da parte devedora, com exceção dos legalmente impenhoráveis. Autorizo desde já o senhor oficial de justiça proceder na forma do §2º do art. 172 do CPC. Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008263-83.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Paulo da Silva
Advogado:Eliana Soleto Alves Massaro (OAB/RO 1847)
Requerido:Oi Brasil Telecom Celular S.A.
Advogado:Rochilmer Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB-RO 2390)
Sentença:
SENTENÇAO termo de acordo apresentado às fls. 161/162 não contem as assinaturas dos advogados da empresa executada, todavia, no documento seguinte acostado aos autos, (fls. 163/164), eles informam que implementaram o pagamento mencionado no acordo, o que a meu ver, supre a irregularidade processual, já que evidencia a manifestação de vontade da empresa, do contrário não teria implementado o depósito judicial no valor do acordo entabulado.Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no inciso II do art. 794 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo movido por JOSÉ PAULO DA SILVA em face de BRASIL TELECOM S/A, ambos qualificados nos autos e ordeno seu arquivamento. EXPEÇA-SE alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia depositada às fls. 164, devendo ser comunico o requerente quanto a esse fato, através dos correios.HOMOLOGO a renúncia ao prazo recursal.Custas pela executada.Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante cópias.Certificado o trânsito em julgado desta decisão e, pagas as custas ou inscritas em dívida ativa, o que deverá ser certificado, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0004708-24.2011.8.22.0001
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Marlana Tenara das Neves Alves
Advogado:Celia Regina Mendonça Alexandre (OAB/RO 889)
Impetrado:Faculdade Interamericana de Porto Velho - Uniron
Decisão:
DECISÃO Assim, considerando que figura no polo passivo desta demanda diretor de instituição privada de ensino, bem como a recente e reiterada jurisprudência do STJ, inclusive em sede de julgamento de conflito de competência, declaro-me incompetente para processar o presente feito, devendo os autos ser remetidos a uma das Varas Federais desta Seção Judiciária, após as baixas e anotações de estilo.Intime-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009070-69.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. Financeira S.A C.F.I
Advogado:Lorena Cristina dos Santos Melo (OAB/RO 3479)
Requerido:Mariley Mara Brandão Rocha Leal
Decisão:
DECISÃO Acolho a emenda da petição a inicial.Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, defiro a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato.Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas.Em caso de purgação da mora, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Avenida Carlos Gomes 1345, Bairro São Cristóvão, CEP: 76804-021, Porto Velho/RO, podendo ser localizado na Rua Getúlio Vargas 0254, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 76804-114, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0020262-96.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado:Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30.264),

Ellen Laura Leite Mungo (OAB/MT 10604)
Requerido:Claudete Rocha Machado
Decisão:
DECISÃOAcolho a emenda da petição a inicial.Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, defiro a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato.Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas.Em caso de purgação da mora, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Brasília, 03062, Bairro São Cristóvão, CEP: 76804-070, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022806-57.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado:João Carlos de Almeida Zanini (OAB/SP 270476)
Requerido:Kelsom Amorim Camara
Decisão:
DECISÃODemonstrada a relação jurídica existente entre as partes e a constituição em mora da parte devedora, defiro a busca e apreensão liminar do bem indicado no contrato.Determino que o Sr. Oficial de Justiça que, por ocasião do cumprimento do mandado, proceda a inspeção e avaliação do bem.Cite-se a parte requerida a seguir, para pagar a integralidade do débito ou contestar no prazo legal. Cientifiquem-se os eventuais avalistas. Em caso de purgação da mora, fixo honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço:Rua S José 9135, S Francisco, CEP: 76813-316, Porto Velho/RO.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Olivia Adna Barata
Escrivã

6ª VARA CÍVEL

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Escrivão Judicial em Substituição: Adriano Gonçalves Leite

Proc.: 0022979-81.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Iolanda Freitas Pinheiro
Advogado:Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Requerido:Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura
Decisão:
DECISÃO/CARTA/MANDADO Nessa seara, indefiro o pedido de antecipação de tutela.No mais, cite-se com as advertências constantes nos artigos 285, 297 e 319 do CPC (não sendo contestada a ação, no prazo de 15 dias, serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial. Vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à Autora para réplica.Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas, se pretendem produzir provas, justificando a sua necessidade/utilidade.Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.Aplica-se ao caso o CDC, mormente porque reconhecendo a hipossuficiência da parte Autora diante do fato ocorrido e levando-se ainda em consideração a situação social e econômica das partes, decreto a inversão do ônus da prova.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO. Endereço: Rua Araras, n. 241, bairro Jardim Eldorado - Porto Velho - ROPorto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022693-06.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Raymundo Fagner Farias Novais dos Santos
Advogado:Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Requerido:Sociedade Mantenedora Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar
Decisão:
Não vislumbro com os documentos apresentados pela parte autora, a presença dos requisitos para a concessão da antecipação de tutela.Ademais, a parte autora procedeu a rematrícula para o semestre 2011/2 em junho ou julho deste ano nos valores noticiados nos autos, sendo que até esta data teve condição econômica para arcar com este ônus, portanto, ausente o perigo da demora.Neste contexto, indefiro o pedido de antecipação de tutela.No mais, cite-se com as advertências constantes nos artigos 285, 297 e 319 do CPC (não sendo contestada a ação, no prazo de 15 dias, serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial. Vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à Autora para réplica.Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas, se pretendem produzir provas, justificando a sua necessidade/utilidade.Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.Aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor, mormente porque reconhecendo a hipossuficiência da parte Autora diante do fato ocorrido e levando-se ainda em consideração a situação social e econômica das partes, decreto a inversão do ônus da prova.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO.Endereço: Rua Araras, n. 241, bairro Jardim Eldorado - Porto Velho - ROPorto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0022695-73.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Auro Renan de Assis Brito
Advogado:Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Requerido:Sociedade Mantenedora Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar

Decisão:
DECISÃO/CARTA/MANDADO.Não vislumbro com os documentos apresentados pela parte autora, a presença dos requisitos para a concessão da antecipação de tutela.Ademais, a parte autora procedeu a rematrícula para o semestre 2011/2 em junho ou julho deste ano nos valores noticiados nos autos, sendo que até esta data teve condição econômica para arcar com este ônus, portanto, ausente o perigo da demora.Nessa seara, indefiro o pedido de antecipação de tutela.No mais, cite-se com as advertências constantes nos artigos 285, 297 e 319 do CPC (não sendo contestada a ação, no prazo de 15 dias, serão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial. Vindo ou não a contestação certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à Autora para réplica.Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas, se pretendem produzir provas, justificando a sua necessidade/utilidade.Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos.Aplica-se ao caso o CDC, mormente porque reconhecendo a hipossuficiência da parte Autora diante do fato ocorrido e levando-se ainda em consideração a situação social e econômica das partes, decreto a inversão do ônus da prova.VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO. Endereço: Rua Araras, n. 241, bairro Jardim Eldorado - Porto Velho - ROPorto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Escrivão Judicial em Substituição: Adriano Gonçalves Leite
Escrivão Judicial

7ª VARA CÍVEL

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial : Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0022991-95.2011.8.22.0001
Ação:Monitória
Requerente:Pedro Adelmo Korilo
Advogado:Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido:Curua Cia Construtora Ltda
Sentença:
I ? RELATÓRIOPEDRO ADELMO KURILO, ajuizou ação cautelar de arresto contra CURUÁ CIA CONSTRUTORA LTDA, ambos qualificados às fls. 03, alegando ser credor desta na importância de R$ 28.859,45, que se recusa a pagar a dívida. Requereu a concessão de liminar e, ao final, o reconhecimento do seu direito. Apresentou os documentos de fls. 15/84.É o relatório.II ? FUNDAMENTAÇÃO Nos termos da legislação processual vigente, a inicial deve ser indeferida, eis que não atende aos requisitos de admissibilidade.Para concessão do arresto é essencial que a parte requerente comprove, com a inicial, além da existência da dívida líquida e certa (inciso I do art. 814 do CPC), os requisitos do art. 813 do Código de Processo Civil e, no presente caso, não há comprovação de nenhum deles, mas, apenas título sem eficácia executiva (fls. 17).O requerente não demonstrou que o devedor está em insolvência ou na iminência desta, alienando ou tentando alienar bens que possui, contraindo ou tentando contrair dívidas extraordinárias, pondo ou tentando pôr os seus bens em nome de terceiros, ou cometendo outro qualquer artifício fraudulento, a fim de frustrar a execução, ainda não proposta, ou lesar credores, de forma que não há como se deferir a medida. Tudo não passa de mera alegação sem nenhuma verossimilhança.Segundo ensina Humberto Theodoro Júnior, o direito de obter o arresto não nasce para o credor de sua simples posição de titular de uma obrigação de dinheiro. Hão de ser atendidos requisitos gerais das medidas cautelares e, ainda, requisitos particulares referentes ao arresto.A exigência dos requisitos a que alude o art. 813 do CPC se refere à necessidade de demonstrar o interesse processual da parte autora na cautela de um provável processo de execução por quantia certa. Corresponde à prova do que a doutrina costuma chamar de ?periculum in mora?. No caso em tela, os elementos constantes nos autos não autorizam a medida, portanto, a pretensão de arresto não encontra amparo na legislação.III ? CONCLUSÃOAnte o exposto, com fundamento no inciso I do art. 295 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial da ação de arresto movida por PEDRO ADELMO KURILO contra CURUÁ CIA CONSTRUTORA LTDA, ambos qualificados às fls. 03 e, em consequência, com fundamento nos incisos I e VI, do art. 267, do mesmo Código, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito.Custas pela parte autora.Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Porto Velho-RO, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024424-37.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:B V da Silva & Cia Ltda Me
Advogado:Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700)
Requerido:Lacerda & Comercio Ltda, Edmar Bezerra da Costa
Decisão:
Não há conexão entre os processos, uma vez que os autos indicados (n. 0012634-90.2010.8.22.0001) já foram julgados, inclusive, encontram-se arquivados desde 15/02/2011.Assim, aplicável ao caso a Súmula 235 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em que dispõe que não há reunião de processos conexos, se um deles já foi julgado.Remetam-se os autos ao distribuidor para distribuição por sorteio, ante a inexistência de conexão, com as baixas de estilo. Intime-se.Porto Velho-RO, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0204815-55.2009.8.22.0001
Ação:Despejo (Cível)
Requerente:Luis Antônio Soares da Silva
Advogado:Maria Idalina Monteiro Rezende Costa Queiroz (ORDEM DOS 3194), José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Requerido:Edmilson Pereira Xavier, Antônio Carlos Bastos Calegário
Advogado:Juacy dos Santos Loura Junior (OAB/RO 656A)
Despacho:
Torno sem efeito o despacho de fls. 116.Recebo o recurso, em ambos os efeitos.Subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.Porto Velho-RO, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010139-39.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Patrícia Silva de Moura Freitas
Advogado:Luiz de França Passos (OAB/RO 2936)
Requerido:B. V. Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Despacho:
Face as razões de fls. 142/143, redesigno a audiência preliminar (fls. 137) para o dia 19/03/2012 às 08:00 horas.Intimem-se as partes por meio de seus procuradores.Porto Velho-RO, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Elza Elena Gomes Silva
Escrivã Judicial
6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro.jus.br
Escrivão Judicial em Substituição: Adriano Gonçalves Leite

Proc.: 0002506-74.2011.8.22.0001
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Itaucard S. A.
Advogado:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173), Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido:Diene Cristina Araújo Rodrigues
Despacho:
Determino a consulta via sistema on line da Receita Federal das últimas declarações de imposto de renda da Requerida, inscrita no CPF sob o nº. 802.491.752-15.Defiro a restrição judicial via on-line, perante o Detran do veículo objeto da presente busca e apreensão.Indefiro o pleito de expedição de ofício a Policia Rodoviária Federal e militar nos modos pleiteados pela Autora por não se tratar de diligência que integro as atribuições das referidas polícias.Indefiro a expedição de ofício ao TRE diante da vedação legal de coleta de informações nos moldes pretendidos pela Autora.Vindo as respostas deverá a parte Autora ser intimada para dar regular andamento ao feito. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0207829-23.2004.8.22.0001
Ação:Execução de título judicial
Exequente:Colégio Pitágoras Porto Velho Ltda
Advogado:Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Executado:William Batista de Deus
Advogado:( ), Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003), Clara Regina Góes Orlando (OAB/RO 653), Mayre Núbia Neves de Melo (OAB/RO 1162)
Despacho:
Ante os argumentos da parte credora, atentado-se aos princ?ios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do critério exequendo e, visando menor dispêndio, determino consulta via INFOJUD, para localização do novo endereço do Executado, CPF n. 325.923.882-49.Deverá a parte Exequente manifestar da resposta coletada, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013588-10.2008.8.22.0001
Ação:Execução de título judicial
Requerente:LF Distribuidora de Automóveis Ltda
Advogado:Graziela Fortes (RO 2208), Edmundo Santiago Chagas (RO 491-A), Edmundo Santiago Chagas Júnior (OAB/RO 905), Rejane Saruhashi (OAB/RO 1824)
Requerido:Kleber Ricardo Ribeiro Mateus
Despacho:
DESPACHO/MANDADODefiro pleito de fls.52/53.Determino que seja efetuada a penhora de bens, tantos quanto bastem para garantir a satisfação da dívida de R$3508,92, atualizado em 22/12/2011. Efetivada a penhora e avaliação intimar o Executado da presente, bem como para cientificar-se que, querendo, poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do mandado.VIAS DESTA SERVIRÃO DE CARTA MANDADOExecutado: Kleber Ricardo Ribeiro MateusEndereço: Rua Particular, n. 1594, bairro Olaria, Porto Velho - RO.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013504-38.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Reformadora de Onibus Genari Ltda Me
Advogado:Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Executado:Amazon Suspensão e Freios Ltda - ME
Despacho:
Ante os argumentos da parte credora, atentado-se aos princípios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do crédito exequendo e, visando menor disp?dio, determinei o bloqueio judicial do ve?ulo existente em nome da parte Executada pelo sistema RENAJUD WEB (penhora de ve?ulos automotores), conforme demonstrativo em anexo. Deverá a parte Exequente manifestar da resposta coletada, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0016660-34.2010.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Brasil Telecom S/A
Advogado:Rochilmer Rocha Filho (RO 635), Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Junior (OAB-RO 2390), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928)
Executado:Walterson Guimaraes Barbosa -me
Advogado:Giuliano Toledo Viecili (OAB/RO 2396)
Despacho:
Defiro pleito de fls.76/81.Atente-se a escrivania em modificar no SAP e na autuação os presentes autos para cumprimento de sentença.Por ser o dinheiro o bem de 1ª ordem preferencial em sede de execução, com espeque no art. 655 do CPC e visando menor dispêndio, atendendo ainda aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, determinei a penhora via on line de ativos financeiros eventualmente existentes em nome do devedor, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD, com incidência de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, além das custas e despesas processuais, sobre o valor do crédito.Aguarde-se por 05 (cinco) dias respostas das instituições bancárias/financeiras. Com resposta positiva, intime-se a parte Executada, para, querendo, interpor impugnação.Nada sendo informado, ou havendo bloqueio de quantia irrisória, intime-se a

parte exeqüente para indicar outros bens passíveis de penhora, ou requerer o que entender de direito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Em caso de inércia, intime-se pessoalmente a impulsionar o feito no mesmo prazo, e sob a mesma penalidade. Se a parte não for localizada, proceda-se por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000310-34.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eliezer Ferreira da Silva
Advogado:Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido:Banco Itaú S/A
Advogado:Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Adam Miranda Sá Stehling (OAB/SP 252075A)
Sentença:
DISPOSITIVO Ante o expostoIsso posto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais confirmando a tutela antecipada concedida e declarando a inexigibilidade de cobrança de dívida, reconhecendo sua inexistência.Julgo extinto o presente feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.Determino ainda que a parte Requerida efetue o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$1.000,00, na forma do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, considerando a natureza da causa, o tempo de tramitação e o serviço prestado. Após o transito em julgado, a parte Requerida deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC. Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário.Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, remetam-se os autos à contadoria judicial para os cálculos das custas e posterior intimação da parte sucumbente ao pagamento, com a advertência de inscrição em dívida ativa para a hipótese de descumprimento, arquivando-se oportunamente os autos.P.R.I. e Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0086610-72.2006.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Centrais Elétricas de Rondônia S.A. CERON
Advogado:Olívia Alves Moreira (OAB/RO 2212), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Executado:Francisco José da Silva Ribeiro
Advogado:Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170)
Despacho:
Ante os argumentos da parte credora, atentado-se aos princ?ios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfação do critério exequendo e, visando menor dispêndio, determinei o bloqueio judicial do ve?ulo existente em nome da parte Executada pelo sistema RENAJUD WEB (penhora de veículos automotores), conforme demonstrativo em anexo. Deverá a parte Exequente manifestar da resposta coletada, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0150610-81.2006.8.22.0001
Ação:Execução de título judicial
Requerente:CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S. A. (Eletrobras)
Advogado:Olivia Alves Moreira (OAB/RO 2212), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Requerido:Domingos Savio Lima Pereira
Advogado:Maria Lucia Pretto (OAB/RO 248-B)
Despacho:
Ante os argumentos da parte credora, atentado-se aos princípios da celeridade, da efetividade da tutela jurisdicional, da economia processual e da satisfa?o do cr?ito exequendo e, visando menor disp?dio, determinei o bloqueio judicial do ve?ulo existente em nome da parte Executada pelo sistema RENAJUD WEB (penhora de veículos automotores), conforme demonstrativo em anexo. Deverá a parte Exequente manifestar da resposta coletada, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Intime-se e cumpra-se.Porto Velho-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0020061-12.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Ivaneide dos Santos Pereira
Advogado:Patricia Daniela Lopez (OAB/RO 3464)
Executado:Luzinete Xavier de Souza, Aleomar Santana da Silva
Advogado:Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525), Juliano Junqueira Ignácio (OAB/RO 3552)
Despacho:
Defiro pleito de fls. 138/139

Proc.: 0178960-11.2008.8.22.0001
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Porto Velho Empresa de Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Paulino Palmério Queiroz (OAB/RO 208A)
Executado:Fernandes & Chaves Cia Ltda, Augusto Fernandes Melo, Lindamar Nogueira Chaves Melo
Despacho:
Defiro pleito de fls.109/110.

Proc.: 0180433-32.2008.8.22.0001
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S. A. (Eletrobras)
Advogado:Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Pedro Origa Neto (RO 2-A)
Requerido:Ricardo dos Santos Coutinho
Advogado:Domingos Neves Prado (OAB/RO 2004), Wagner Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 3244)
Despacho:
Defiro pleito de fls. 81.
Escrivão Judicial em Substituição: Adriano Gonçalves Leite
Escrivão Judicial

Proc.: 0016246-02.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosana Lídia Penga
Advogado:João de Castro Inacio Sobrinho (RO 433-A)
Requerido:Banco Santander S/A
Despacho:
Manifeste-se a parte autora acerca da contestação e documentos de fls. 102/159.Porto Velho-RO, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0020205-78.2011.8.22.0001
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Advogado:João Carlos de Almeida Zanini (OAB/SP 270476)
Requerido:Rosana Lídia Penga
Despacho:
Apensem-se aos autos indicados às fls. 106. Sem prejuízo de tal providência, intime-se a parte autora para se manifestar acerca da petição e documentos de fls. 99/105.Porto Velho-RO, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0004250-46.2007.8.22.0001
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Geraldo Assis Construções Ltda
Advogado:Carlos Alberto Cantanhêde de Lima (OAB/RO 3206)
Executado:Salatiel Lemos Valverde
Advogado:Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Decisão:
Face a certidão de fls. 109 verso, desentranhe-se a petição e documento de fls. 94/99, entregando-se ao advogado nela indicado.INDEFIRO a penhora do salário do executado, por expressa vedação legal (art. 649 inciso IV do CPC).Indique o exequente bens suscetíveis de penhora em 10 (dez) dias. Findo o prazo, se nada for requerido, intime-se, na forma do parágrafo único do art. 238 do CPC, pessoalmente a parte exequente para impulsionar o feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e arquivamento. Intime-se. Porto Velho-RO, 22 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Elza Elena Gomes Silva
Escrivã Judicial

8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE A JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro.jus.br
JUÍZA DE DIREITO: ÚRSULA GONÇALVES THEODORO DE FARIA SOUZA
ESCRIVÃ EM SUBSTITUIÇÃO: KELI CRISTINA DIAS MONTEIRO FLORES

Proc.: 0017683-15.2010.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nelson Ferreira Filho
Advogado:Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Sandro Pissini EspÍndola (SSP/SP 198040-A), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Decisão:
SENTENÇANELSON FERREIRA FILHO, qualificado às fls. 03 ingressou em juízo com ação declaratoria de inexistência de relação jurídica cumulada com compensação por danos morais, em face do BANCO DO BRASIL.Foi proferida sentença às fls. 123/128 julgando procedendo o pedido formulado na petição inicial.Não houve o pagamento espontâneo, sendo formulado pedido de bloqueio on line(fls. 129), sendo deferido(fls. 131) e frutífero, sendo determinada a transferência dos valores para a agência da Caixa Econômica Federal, à disposição do juízo, sendo concedido prazo para embargos, pelo executado(fls. 134).Em 16.06.2011, foi determinada a expedição de alvará dos valores bloqueados.Petição de fls. 137/138, informando que a conta bancária não tinha fundos, vindicando providências, tendo o requerido informando que quando da publicação do ato judicial nao constava o nome de seus advogados, motivo pelo qual, foi renovada a concessão de prazo recursal(fls. 147). Pedido de novo bloqueio on line formulado ás fls. 148.Despacho de fls. 168, reconhecendo deserto o recurso do Requerido, por falta de preparo e determinando a instituição financeira a transferência do valor anteriormente determinada(fls. 168), sendo atendido às fls. 175.Petição de fls. 176/177, vindicando a expedição do alvará, do valor depositado.É o relatório. Decido. FUNDAMENTOS DO JULGADOAnte a transferência do valor do crédito devido ao exequente pelo executado, conforme se verifica às fls. 175, nos termos artigo 794, inciso I do Código de Processo Civil considero extinta a presente execução de título judicial.Expeça-se alvará de levantamento em favor do exeqüente no valor do depósito de fls. 175.Após expedição do alvará remeta os autos a contadoria para apuração do valor das custas finais, e recolhendo-as arquive-se os autos.Cumpra-se com urgência.Publique-se. Registre-se. Com o trânsito em julgado da sentença, arquivem-se os autos com baixa.Porto Velho-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Duília Sgrott Reis Juíza de Direito
Keli Cristina Dias Monteiro Flores
Escrivã Judicial Substituição

10ª VARA CÍVEL

10ª Vara Cível

Proc.: 0024324-82.2011.8.22.0001
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elza Elena Gomes Silva
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido:HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo
Decisão:
Vistos, etc.DEFIRO a antecipação de tutela pleiteada nos autos, uma vez que presentes os requisitos do art. 273 do Caderno Processual Civil, destacadamente a verossimilhança das alegações, cuja prova se faz pelas certidões de incrição nos cadastros de negativação de consumidores acostadas aos autos. Ademais, o receio de dano irreparável, é visível. Destaca-se, ainda, que a concessão da tutela jurisdicional, neste momento, além de reversível, não causa prejuízo à parte contrária.Infere-se dos autos que o feito tramita pelo Rito Sumário. Assim sendo, designo audiência de conciliação para 1/2/2012 às 12 horas.Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer acompanhada de advogado à audiência designada, alertando que, infrutífera a proposta conciliatória, deverá, no ato, responder, de forma escrita ou oral, à ação, juntando documentos, formulando quesitos e arrolando testemunhas, sob pena de preclusão.Advirta-se, ainda, que o não comparecimento ou a ausência de defesa, implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial. Intime-se o autor, advertindo que sua ausência injustificada

importará em extinção do processo.Oficie-se aos órgãos de proteção ao crédito (SERASA e SPC) para que excluam as anotações procedidas pelo requerido.Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Porto Velho-RO, sexta-feira, 16 de dezembro de 2011.Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

COMARCA DE JI-PARANÁ

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Juíza de Direito: Drª. Sandra Martins Lopes
Diretor de Cartório: Bel. Davi Gonçalves Ferreira Sobrinho

Proc.: 0003532-32.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Kelma Vilela de Oliveira
Advogado:Décio da Silva Bueno (OAB/RO 2765)
Requerido:Tim Celular S. A.
Advogado:Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238)
Decisão:
Vistos.Determinada a penhora em dinheiro por meio eletrônico (convênio Bacen-Jud) do valor principal atualizado, multa 10%, honorários do processo de conhecimeto e execução, reembolso das custas iniciais, custas finais do processo de conhecimento e execução, conforme cálculo à fl. 70/71, foi constatada a efetivação da penhora cumprida integralmente no valor de R$16.445,44, ordenado neste ato a transferência para conta vinculada ao processo, determinado o desbloqueio dos demais valores, conforme documento, anexo.Fica intimada a executada para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 dias (art. 475-J, §1º, do CPC).Decorrido o prazo in albis, expeça-se o necessário para recolhimento do valor referente a custas finais do processo de conhecimento e execução, liberando-se em favor da parte credora o restante do saldo da conta de depósito, mediante alvará ou tansferência para conta bancária indicada. Feito isso, conclusos para sentença. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0041327-09.2009.8.22.0005
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:G. B. S. C. H. Y. S. C.
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Executado:D. C. da S.
Advogado:Agnes Fernandes Rodrigues de Souza (OAB/RO 4447), Ândrea Maia Ribeiro (OAB/RO 4554)
Sentença:
Vistos.Tentativa de penhora em dinheiro, sem êxito, conforme documento anexo.Diante do estado do feito, não tendo a parte credora comparecido a Defensoria Pública quando intimada, DECRETO A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 267, IV, do CPC, ordenando os atos decorrentes, e, cumpridos, arquive-se.Sem ônus.P.R.I.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0240466-39.2009.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz
Executado:ExcelÊncia Magazine GÊneros AlimentÍcios Ltda Me
Advogado:Genivaldo Pereira de Freitas (OAB/RO 2939)
Despacho:
Vistos.CONFORME DECISÃO À FL. 35, GENIVALDO PEREIRA DA SILVA FOI RETIRADO DO POLO PASSIVO.Sem êxito a tentativa de penhora em dinheiro (Bacenjud) em face da executada ExcelÊncia Magazine GÊneros AlimentÍcios Ltda Me, conforme documentos anexos.Manifeste-se a parte credora em 30 dias.I. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0033952-54.2009.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:D. M. da S.
Advogado:Irian Medianeira Braga (3654-RO)
Requerido:C. A. da S. S. A. da S. R. P. A. L. P. A. E. P. A. M. P. A. M. C. A. I. P. A. F. P. A. F. P. A. L. P. A.
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Sentença:
Diante da desistência pelo prosseguimento do feito-, DECRETO A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 267, VIII, do CPC, dispensado o prazo recursal. Autorizado o desentranhamento dos documentos originais que instruíram a inicial em favor da parte autora, mediante cópia, e lançamento no documento desentranhado do número do processo, o tipo de ação e o cartório respectivo (Diretrizes Gerais Judiciais, Capítulo II, Seção XII, art. 100, §2º). Sem ônus (Regimento de custas - Lei n. 301, 21/12/1990, art. 6º, §7º).Cumpridos os atos decorrentes, arquive-se.P.R.I. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0006284-40.2011.8.22.0005
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Cleide Pereira Cristal
Advogado:Izabel Cristina Pereira Gonçalves dos Santos (OAB/RO 4498)
Impetrado:Prefeito Municipal de Jiparaná Ro
Sentença:
CLEIDE PEREIRA CRISTAL, qualificada nos autos, impetrou MANDADO DE SEGURANÇA em desfavor do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, objetivando internação na UTI, com pedido liminar, conforme inicial às fls. 03/08, instruída com documentos às fls. 09/10.Ato judicial à fl.11/12 , deferindo a liminar pleiteada. Parecer do Ministério Público às fls. 19, propugnando pela concessão do mandado de segurança. É o relatório. DECIDO, e de forma mais concisa, diante do excesso de serviço forense, apreciando o considerado relevante para o deslinde da ação. Trata-se de mandado de segurança objetivando internação em UTI, liminarmente deferida a tutela postulada, a seguir transcrita: “DECISÃO Tratam os autos de Mandado de Segurança com pedido liminar, impetrado por CLEIDE PEREIRA CRISTAL, contra ato que reputa abusivo e ilegal praticado pelo Sr. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, alegando em sintese, que sofreu um acidente vascular celebral (derrame) e necessita de encaminhamento com urgência à Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, o que não foi possível ante as alegações do Município de Ji-Paraná

de que não há disponibilidade de vaga.São requisitos para o deferimento do pedido liminar: 1 - Presunção da existência do direito pleiteado; 3- fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.Para a concessão de Mandado de Segurança deve-se comprovar a existência de direito líquido e certo, bem como a violação deste direito.No caso em tela, não se pode discutir a existência de direito liquido e certo, visto que trata-se do direito à vida, não se tratando, portanto, de presunção de direito, ou fumaça do bom direito, mas sim de um direito cristalino, de plano comprovado e à vista de todos.Quanto ao perigo da demora, verifica-se por meio do laudo médico à fl. 10, que realmente existe a necessidade de encaminhamento da impetrante à UTI em carater de urgência, o que por si só é suficiente para comprovar os riscos em caso de uma demora na prestação jurisdicional.Assim, defiro o pedido liminar e determino ao MUNICÍPIO DE JIPARANÁ que providencie de imediato a internação da Impetrante em uma Unidade de Tratamento Intensivo pelo tempo que se fizer necessário. Não havendo vaga dentro das disponibilizadas pelo Hospital Cândido Rondon - HCR ao atendimento do SUS, deve o Município providenciar seu encaminhamento para Município mais próximo que tenha o serviço, após indicação médica quanto a possibilidade de deslocamento da paciente, em veículo devidamente equipado.Não podendo ser removida, deve o Município arcar com as despesas em vaga PARTICULAR. Intime-se o Sr. Prefeito Municipal e o Sr. Secretário Municipal de Saúde para cumprimento imediato da liminar.Notifique-se a autoridade coatora, para que se manifeste no prazo legal. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos. Defiro AJG. Intime-se.Cópias da presente, servirão de mandado ao Oficial Plantonista.#Ji-Paraná#-RO, sexta-feira, 10 de junho de 2011. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro# Juíza de Direito" Sem oposição ao pleito.A saúde é um direito social assegurado a todos os cidadãos de forma indistinta (art. 196, CF). Posto isso, CONCEDO A SEGURANÇA postulada, confirmando a liminar concedida, para garantir a internação em UTI, medida necessária enquanto indicada pelo médico, DECRETANDO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 269, I, do CPC. Sem condenação em honorários advocatícios nos termos da Súmula 105 do STJ. Custas processuais pelo impetrado, conforme entendimento jurisprudencial (RT 673/71). Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 1.533/51. P.R.I. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito

Proc.: 0240069-77.2009.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Unicred Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde de Jiparaná e Região Ltda
Advogado:Solange Aparecida da Silva (RO 1153)
Requerido:Helaynne Oliveira Freitas
Advogado:Lurival Antonio Ercolin (RO 64-B)
Despacho:
Reclassifique-se para execução de título judicial (fl. 83/84), Fixo honorários advocatícios para o procedimento de execução em 10% sobre o valor executado (art. 20, §4º do CPC), salvo impugnação. Ao contador.A penhora poderá incidir sobre o bem indicado.DEPREQUE-SE.Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 15 de dezembro de 2011.Sandra Martins Lopes Juíza de Direito
Bel. Davi Gonçalves Ferreira Sobrinho
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro - Juíza de Direito
Belª Marlene Alves Apolinário - Escrivã Judicial
Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente, ou contate-nos, via internet, pelo seguinte endereço: jip2cível@tj.ro.gov.br.

Proc.: 0004075-98.2011.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Q. I. L.
Advogado:Maurício Joel Gatto (27.109), Mariana Nunes I. Carneiro (28.898)
Executado:J. W. C. B. C. M. J. W. da C. B.
Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0008791-71.2011.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito dos Empresários de Ji Paraná SICOOB EMPRECRED
Advogado:Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Executado:Campos e Carvalho Ltda, Enok Vieira de Carvalho, Lucimar da Silva Campos Carvalho
Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0238888-41.2009.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gideão Gonçalves Apolinário
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373), Gleise Horn (OAB/RO 3732)
Requerido:Estado de Rondônia (Secretaria de Estado da Segurança Pública, Def. e Cidadania
Advogado:Henry Anderson Corso Henrique (RO 922)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar sobre a petição do Requerido que informa que não tem interesse em opor embargos a execução.

Proc.: 0007207-66.2011.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fabiola Gomes de Figueiredo Dantas
Advogado:Edilson Stutz (OAB/RO 309B)
Requerido:Município de Ji Paraná RO
Certidão da Escrivania:
Certifico e dou fé que conforme comprova a consulta processual destes (espelho em anexo) a contestação apresentada veio aos autos tempestivamente, abro vistas a parte autora para manifestação. Ji Paraná, 08/12/2011.

Proc.: 0007983-71.2008.8.22.0005
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Lurival Antonio Ercolin
Advogado:Pericles Xavier Gama (OAB/RO 2512)
Executado:Lazaro Lopes Lima
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0009801-53.2011.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jácio Welson Gomes Ferreira
Advogado:Bassem de Moura Mestou (OAB/RO 3680)
Requerido:Jaru Eletrodiesel Ltda - Me
Certidão da Escrivania:
CERTIFICO E DOU FÉ que decorreu o prazo da citação de fls. 34 sem que viesse aos autos contestação. Abro vista a parte autora para manifestação. Ji paraná, 07/12/2011.

Proc.: 0061866-35.2005.8.22.0005
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (OAB/RO 2027)
Executado:Nostra Casa Madeiras Ltda.
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para recolher a taxa para expedição da certidão de credito.

Proc.: 0000119-74.2011.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:S. T. L. M.
Advogado:Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido:S. C. da S. M.
Certidão da Escrivania:
Certifico que, decorreu o prazo da suspensão deferidas às fls. 31, abro vista a parte autora para manifestação. Ji Paraná, 08/12/2011

Proc.: 0001381-64.2008.8.22.0005
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:C. C. dos E. de J. P. R. O.
Advogado:Jefferson Freitas Vaz (RO 1611)
Executado:A. P. T. P.
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para recolher a taxa para expedição da certidão de credito.

Proc.: 0011042-62.2011.8.22.0005
Ação:Embargos à Arrematação
Embargante:Paulo Afonso Fonseca da Fonseca
Advogado:Jovem Vilela Filho (OAB/RO 2397)
Embargado:Alcino Fermino Moreira
Certidão da Escrivania:
Certifico que, decorreu o prazo da intimação de fls. 19v, sem que o embargado se manifestasse. Abro vista ao embargante para manifestação. Ji Paraná, 16/12/2011.

Proc.: 0099116-73.2003.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:E. -. E. B. de C. C. L.
Advogado:Cristiane Vargas Volpon Robles (OAB/RO 1401), Érica Vargas Volpon (OAB/RO 1960)
Executado:J. C. da C.
Advogado:Fabio Jose Reato (RO. 2061.)
Certidão da Escrivania:
Certifico que decorreu “in albis” o prazo para a parte executada oferecer impugnação. Abro vista a parte exequente para manfiestação. Ji Paraná, 14/12/2011.

Proc.: 0004979-55.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Imobiliaria Vila Rica Ltda
Advogado:José Rodrigo Nass (OAB/RO 4254), Verônica Andréa Guareschi (OAB/RO 4009)
Requerido:Aroldo Gonçalves da Costa, Lirio Goedert
Despacho:
Diga o requerente o que pretende, bem como apresente o cálculo atualizado do débito. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 25 de novembro de 2011.Edson Yukishigue Sassamoto Juiz de Direito

Proc.: 0241298-72.2009.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:J. M. L.
Advogado:Maria Eunice de Oliveira (OAB/RO 2956), Bruna Carla Alves Pereira (OAB/RO 4034)
Requerido:D. D. de M. e E. L. L. P. de V. L. S. P.
Advogado:Augusto Cesar de Carvalho Barcelos (OAB/MT 11652), Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Wanderlan da Costa Monteiro (OAB/RO 3991)
Certidão da Escrivania:
Certifico que decorreu “in albis” o prazo para a parte executada oferecer impugnação. Abro vista a parte exequente para manifestação. Ji Parana, 15/12/2011.

Proc.: 0144700-90.2008.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:P. J. Equipamentos de Som Ind. e Com. Ltda
Advogado:Jean Fernando de Souza Ferreira. (RO. 3116.)
Executado:Project Music Indústria Eletrônica Ltda ME
Advogado:Alexandra Silva Segaspini (OAB/RO 2739)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003524-21.2011.8.22.0005
Ação:Homologação de Transação Extrajudicial (Cível)
Requerente:J. O. de S. R. S. B.
Advogado:Jaedson Rezende dos Santos (OAB/AC 2198)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comparecer em cartorio para assinar e retirar o termo de guarda.

Proc.: 0009132-34.2010.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudionor Brazeque
Advogado:Marco Antonio de Oliveira Lopes (OAB/RO- 1706)
Requerido:Detran, EMTU - Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Ji-Paraná, Estado de Rondônia
Advogado:Marcos Liba de Almeida (RO 1.047), Edimar Ferreira Soares (OAB/RO 613A)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar sobre o oficio do DETRAN de fls. 116/118.

Proc.: 0036929-24.2006.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Companhia de Seguros Aliança do Brasil
Advogado:Marcelo Rayes (OAB/SP 141541); Angelo Luiz Ataide Moroni OAB/RO 3380
Requerido:Paulo Roberto Garcia Maioli
Advogado:Alessandra Cristiane Ribeiro (RO 2204), Mariangela de Lacerda (RO 2734)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar quanto ao desarquivamento dos autos.

Proc.: 0003184-14.2010.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. M. C.
Advogado:Jean Fernando de Souza Ferreira (OAB/RO 3116)
Requerido:M. C. de S.
Advogado:Eurianne de Souza Passos Barrionuevo Alves (OAB/RO 3894)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para comprovar em cartorio o levantamento dos valores e eventual saldo remanescente.

Proc.: 0019577-48.2009.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Passatur Viagens e Turismo Ltda
Advogado:Regina Lúcia Ribeiro (OAB/MG 106.703)
Executado:Benjamim Manoel de Souza
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 53/54: (teor)... deixei de proceder a penhora, uma vez que não localizei bens passiveis e suficientes para constrição, passo assim a descrever os que guarnecem a residência: Aparelho de TV, fogão, máquina de lavar roupas, mesa, cama, guarda roupa, freezer, geladeira em pessimo estado de conservação, armário, balcão de cozinha fixo, utensilios de cozinha. Ji Paraná, 17/10/2011. Lilian Oliveira da Silva - Oficiala de Justiça.

Proc.: 0144428-82.1997.8.22.0005
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Aracy Alfini Luiz Souza, Eleny Rizzon do Nascimento, Maria do Carmo Inhesta Pardim, Ilda Maria Reis, Maria Marta Nunes Moraes, Maria Coelho Justino, Maria Núbia dos Santos, Andrelina Garcia dos Santos
Advogado:Maria Luíza de Almeida (OAB/RO 200B)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Marlene Alves Apolinário
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
Juiz de Direito: Marcos Alberto Oldakowski
Escrivã Judicial

Proc.: 0008013-04.2011.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Anderson Gomes
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consócios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Finalidade: Intimar os advogados das partes supracitadas da juntada de comunicado, às fls. 54, referente à perícia médica que ficou designada para o dia 26/12/2011, (terça-feira) às 17:30, horas, devendo o requerente comparecer na 1ª Delegacia de Polícia Civil Setor IML e se apresentar ao Dr. João Igor Marques Campos - Médico Legista, munido de exames e todos os documentos médico-legais, bem como intimar o advogado da parte autora para apresentar o seu cliente no local da perícia.

Proc.: 0001170-57.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Leonirto Rodrigues dos Santos
Advogado:Leonirto Rodrigues dos Santos (OAB/RO 851)
Requerido:Prefeitura Municipal de Ji- Paraná - RO
Advogado:Michele da Silva Albuquerque Cavalcante Côco (OAB/RO 1327)
Finalidade: intimar advogado da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se recebeu o de RPV ante certidão de fls. 122v.

Proc.: 0001168-87.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Leonirto Rodrigues dos Santos
Advogado:Leonirto Rodrigues dos Santos (OAB/RO 851)
Requerido:Prefeitura Municipal de Ji- Paraná - RO
Advogado:Michele da Silva Albuquerque Cavalcante Côco (OAB/RO 1327)
Finalidade: intimar advogado da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se recebeu o de RPV ante juntada de fls. 121/124.

Proc.: 0002370-02.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Leonirto Rodrigues dos Santos
Advogado:Leonirto Rodrigues dos Santos (OAB/RO 851)
Requerido:Prefeitura Municipal de Ji- Paraná - RO
Advogado:Michele da Silva Albuquerque Cavalcante Côco (OAB/RO 1327)
Finalidade: intimar advogado da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se recebeu o de RPV ante certidão de fls. 140v.

Proc.: 0004986-13.2011.8.22.0005
Ação:Carta de Ordem (Cível)
Requerente:CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado:Karoline Costa Monteiro (OAB/RO 3905), Melissa dos Santos Pinheiro Vassoler Silva (OAB/RO 2251), Jean Fernando de Souza Ferreira (OAB/RO 3116)
Requerido:Valmir Gonçalves da Silva
Advogado:Joao Carlos Veris (OAB/RO 906)
Finalidade: intimar advogado das partes Supracitadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se nos autos ante juntada Relatório de Conta Judicial de fls. 225.

Proc.: 0001163-65.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Leonirto Rodrigues dos Santos
Advogado:Leonirto Rodrigues dos Santos (OAB/RO 851)
Requerido:Prefeitura Municipal de Ji- Paraná - RO
Advogado:Michele da Silva Albuquerque Cavalcante Côco (OAB/RO 1327)
Finalidade: intimar advogado da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se houve o pagamento RPV ante certidão de fls. 114v.

Proc.: 0001173-12.2010.8.22.0005
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Leonirto Rodrigues dos Santos
Advogado:Leonirto Rodrigues dos Santos (OAB/RO 851)
Requerido:Prefeitura Municipal de Ji- Paraná - RO

Advogado:Michele da Silva Albuquerque Cavalcante Côco (OAB/RO 1327)
Finalidade: intimar advogado da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se houve o pagamento RPV ante certidão de fls. 121v.

Proc.: 0010616-50.2011.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Daniel Nascimento da Silva
Advogado:Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
Finalidade: Intimar os advogados das partes supracitadas da juntada de comunicado, às fls. 42, referente à perícia médica que ficou designada para o dia 18/11/2012, (quarta-feira) às 11:30, horas, devendo o requerente comparecer na 1ª Delegacia de Polícia Civil Setor IML e se apresentar ao Dr. Manoel Lopes Lamego - Médico Legista, munido de exames e todos os documentos médico-legais, bem como intimar o advogado da parte autora para apresentar o seu cliente no local da perícia.

Proc.: 0010618-20.2011.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Andrea de Freitas Pereira dos Santos
Advogado:Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido:Seguradora Líder dos Consócios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017), Estela Maris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Finalidade: Intimar advogado das partes supracitadas da juntada de laudo de fls. 64/66, E BEM COMO para apresentarem as alegações finais no prazo sucessivos de 05 (cinco) dias, conforme determinação de fls. 19 em audiência realizada no dia 23/11/2011.

Proc.: 0010596-59.2011.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Renan Santos Pereira
Advogado:Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
Advogado:Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Finalidade: Intimar advogado das partes supracitadas da juntada de laudo de fls. 50/52, E BEM COMO para apresentarem as alegações finais no prazo sucessivos de 05 (cinco) dias, conforme determinação de fls. 19 em audiência realizada no dia 25/11/2011.

Proc.: 0009265-42.2011.8.22.0005
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Fiat S. A.
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/AC 3266A)
Requerido:Wagner Aparecido Dias
Finalidade: intimar advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer que de direito ante transito em julgado da sentença.

Proc.: 0009105-17.2011.8.22.0005
Ação:Conversão de Separação Judicial em Divórcio
Requerente:V. F. M.
Advogado:Darcia Laurentino Nobre (OAB/RO 4443)
Requerido:J. F. A. S.
Finalidade: intimar advogado da parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer em cartório para retirar o Mandado de Inscrição para as providências.

Proc.: 0001336-55.2011.8.22.0005
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ademir Arenhardt
Advogado:Neide Skalecki de Jesus Gonçalves (OAB/RO 283-B)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Willame Soares Lima (OAB/RO 949), Henry Anderson Corso Henrique (OAB-RO 922)
Finalidade: Intimar advogado das partes supracitadas da juntada de laudo de fls. 92/133, E BEM COMO para apresentarem as alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias.

Proc.: 0010237-12.2011.8.22.0005
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Edna Soares Alvarenga
Advogado:Evelyn Morais Alvarenga (OAB RO 4913)
Requerido:BANCO PANAMERICANO S.A.
Advogado:Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714), Mônica de Araújo Maia Oliveira (OAB/RO 4301), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Finalidade: Intimar o advogado da parte requerente do despacho: de fls. 90, que segue transcrita: "...Vistos. Recebo a apelação nos seus regulares efeitos. A parte para contrarrazões. Após, subam ao Egrégio Tribunal, com as homenagens deste Juízo...".
Beatriz Regina Sartor
Diretora de Cartório
5º Cartório Cível
Juiz de Direito: Marcos Alberto Oldakowski
Escrivã Judicial

Proc.: 0007897-95.2011.8.22.0005
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Supermercado Taí Ltda Me
Advogado:Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338)
Executado:Manoel Rodrigues da Conceição
Finalidade: intimar advogado da parte Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar edital expedido, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias comprovar sua publicação.
Beatriz Regina Sartor
Diretora de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 0033326-40.2006.8.22.0005
Ação:Execução penal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido:Geraldo Gonçalves de Araújo
FINALIDADE: Intimar o Dr. Ananias Pinheiro da Silva (OAB/RO 1382) do r. despacho prolatado nos autos supracitados.
Despacho:"Vistos.Acolho a manifestação do Ministério Público (fl. 128/v).Aguarde-se o prazo de 1 (um) ano para nova avaliação do Paciente, nos moldes da decisão de fl. 74/75. Ciência ao MP.Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 16 de dezembro de 2011.Edewaldo Fantini Júnior Juiz de Direito"
Ji-Paraná, 22 de Dezembro de 2011.
Veranice Sanick Leal
Escrivão(ã) Judicial assina
Autorizada pela Portaria nº 02/01

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0003387-82.2010.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Juarez Onofre
Advogado:Advogado Não Informado (418)
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
DE: JUAREZ ONOFRE brasileiro, convivente, solteiro, caminhoneiro, filho de Agostinho Adolfo Onofre e Lídia Blasius Onofre , nascido aos 23/01/1969 em Enéas Marques-PR RG 540569 SSP/RO, residente à Rua Uirapuru, nº 1080, Setor04 em Cujubim-RO. .Atualmente e lugar incerto e não sabido
Finalidade: Citar o acusado acima qualificado, para no Prazo de 10 dias, apresentar Defesa Preliminar, podendo argüir preliminares, invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, arrolar testemunhas, por infração no Art. 180, "caput", do Código Penal.
Ariquemes, 21 de dezembro de 2011.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Escrivã Judicial
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0003387.82.2010.822.0002
Classe: Ação penal
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluísio S.Sá Peixoto, Av. Tancredo Neves, 2606 Ariquemes-RO, 78932000.
Fax: - 3535-2493 - Fone : 3535-2493
Aleksandra Aparecida Gaienski
Escrivã Judicial

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Juiz Titular: Drª Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Escrivã pro tempore: Cintia Vecchi de C. Ferreira
E.mail: aqs1jecivel@tj.ro.gov.br

Proc: 1002782-85.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Nilza Mendes da Silva Araújo(Requerente)
Advogado(s): José Assis dos Santos(OAB 2591 RO)
Edemilson Ferreira(Requerido)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da sentença a seguir.
SENTENÇA: Trata-se de Pretensão de Execução de Título Extrajudicial. Entretanto, recebida a inicial, foram constatadas algumas irregularidades na petição inicial, razão pela qual foi determinada a emenda, precisamente quanto ao título executivo extrajudicial apresentado, o qual estava nominal à outrem. Assim este juízo determinou que a exordial fosse emendada para que o referido cheque fosse devidamente endossado pela empresa Pemaza S.A., ou para que o feito fosse adequado ao rito da ação de cobrança. Ocorre que decorreu o prazo sem que as referidas retificações fossem feitas tal qual determinado, de modo que o feito deve ser extinto, tendo em vista que o autor NÃO ATENDEU a determinação judicial, vez que não estando o cheque devidamente endossado(carimbo e assinatura da Pemaza S.A.), a exequente não poderia promover a execução. De acordo com a Lei nº 7357/85 as pessoas que podem ser partes na execução são: Art. 47. Pode o portador promover a execução do cheque: I - contra o emitente e seu avalista; II - contra os endossantes e seus avalistas, se o cheque é apresentado em tempo hábil e a recusa do pagamento é comprovada pelo protesto ou por declaração do sacado, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de apresentação, ou, ainda, por declaração escrita e datada por câmara de compensação. Posto isto, INDEFIRO A INICIAL, determinando a sua extinção sem julgamento do mérito, conforme determina o art. 267, I do CPC. P. R. I. Transitada em julgado, arquive-se os autos. Ariquemes - RO; 9 de Dezembro de 2011. Márcia Cristina Rodrigues Masioli - Juíza de Direito

Proc: 1001860-44.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Reginaldo Mendes Martins(Requerente)
Advogado(s): José Assis dos Santos(OAB 2591 RO)
Banco Bradesco de Investimento S/A(Requerido)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Intimar as partes na pessoa de seus advogados da sentença a seguir.
SENTENÇA: Relatório dispensado na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.Inicialmente analiso as preliminares arguidas na contestação. A requerida pede a retificação do polo passivo para que conste o nome do Banco Bradesco S.A. conforme consta na inicial, alegando ainda se tratar de erro na distribuição no sistema PROJUDI. O Banco requerido alegou ainda a ilegitimidade passiva pois a parte correta para figurar no pólo passivo seria o Banco Bradesco S.A. por se tratar de pessoa jurídica diversa do Banco Bradesco Capitalização, e por fim, alegou que a pretensão estaria prescrita por força do art. 206, § 3º, V do Código Civil vez que já teria transcorrido prazo superior a 3 anos a contar do fato (03/2002). Quanto à retificação do polo passivo, trata-se de mero equívoco na distribuição do processo pelo Sistema PROJUDI, ademais, na própria inicial consta o nome do requerido Banco Bradesco S.A. e não Banco Bradesco Capitalização S.A., desse modo deve o nome do requerido ser retificado para que conste o nome fornecido na inicial. Quanto à suposta ilegitimidade passiva do banco requerido, nada há que reconhecer, vez que a referida instituição financeira é do mesmo grupo do Banco Bradesco S.A., e conforme extrai-se dos documentos acostados aos autos, especificamente do título objeto da presente cobrança, há uma declaração onde o Banco Bradesco S.A. ficou responsável por debitar o valor do título junto à conta do requerente. Dessa forma, afasto a preliminar arguida.Por outro lado, quanto à arguição de prescrição, assiste razão à requerida. De acordo com o art. 206, § 3º, IV e V do Código Civil, a prescrição para requerer ressarcimento por enriquecimento ilícito e reparação civil ocorre em 3 ANOS, contados do fato gerador. Ainda se este não fosse o caso, se considerássemos o título de capitalização como título de crédito, ainda assim estaria prescrito, por força

art. 206, § 3.º, VIII, do Código Civil. Por fim, por se tratar de ação de cobrança, há de se reconhecer a prescrição, pois o prazo prescricional para o propositura de ação de cobrança é de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 206, § 5º, do Código Civil. Como o título de capitalização não foi resgatado dentro do prazo legal permitido e como o autor alega que o banco não devolveu voluntariamente o valor, conclui-se facilmente que o fato gerador (não resgate ou não devolução do título) ocorreu em MARÇO DE 2002.Ocorre que desde então decorreram mais de 09 ANOS, o que importa dizer que a pretensão da parte autora para cobrar o título de capitalização de fato está PRESCRITA. Especificamente no caso em tela, há que se verificar que os fatos ocorreram em 2000 e 2002, ou seja, antes da vigência do novo Código Civil. Desse modo, é preciso observar ainda o disposto no art. 2.028 que prevê uma regra especial para os casos de transição: serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada. De acordo com Theotonio Negrão in Código Civil e Legislação Civil em vigor (São Paulo: Saraiva, 25. ed., 2006), o texto estabelece dois requisitos para que continue sendo aplicável ao prazo a lei velha: a) que ele tenha sido reduzido pela lei nova; b) que, contado pela lei velha, haja decorrido mais de metade do prazo. Não observados esses requisitos, aplica-se o atual Código Civil. Portanto, os requisitos devem ocorrer simultaneamente, ou seja, é preciso que a lei tenha reduzido o prazo prescricional E na data de entrada em vigor do novo código, tenha transcorrido mais da metade do prazo prescricional anterior. No caso em tela, houve evidente redução do prazo prescricional de 20 para 5 anos, mas na data de entrada em vigor do novo Código Civil (10 de janeiro de 2003), ainda não havia decorrido mais da metade do prazo prescricional anterior (10 anos). Portanto, neste caso, aplica-se o disposto na lei nova. Assim, a prescrição dá-se em 5 anos. Logo, a pretensão já se encontra prescrita. Posto isto, reconheço estar prescrita a pretensão do autor e por isso, JULGO EXTINTO O FEITO com resolução do mérito na forma do art. 269, IV do CPC. P. R. I. Retifique-se o polo passivo junto ao Sistema PROJUDI, para que conste apenas Banco Bradesco S.A., extraindo-se as demais informações da inicial. Transitada em julgado, arquive-se os autos. Ariquemes - RO; 13 de dezembro de 2011. Márcia Cristina Rodrigues Masioli - Juíza de Direito

Proc: 1002851-20.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Freitas & Santos ltda ME(Exequente)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
Valdirene de Abreu Mendes da Silva(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 8 de Fevereiro de 2012 às 08:30 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002843-43.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Judicial
Carvalho e Campos Comércio de Confecções Ltda Me(Exequente)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
Ireni dos Santos Silva de Azevedo(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 14 de Fevereiro de 2012 às 10:00 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002850-35.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Freitas & Santos ltda ME(Exequente)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
Valéria Vilas Boas(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 9 de Fevereiro de 2012 às 09:30 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002849-50.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Freitas & Santos ltda ME(Exequente)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
Sueli souza Fernandes(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 9 de Fevereiro de 2012 às 10:30 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002869-41.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Maria Salete de Carvalho Costa(Exequente)
Advogado(s): Cristian Rodrigo Fim(OAB 4434 RO)
André Luiz Ferreira de Almeida(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 16 de Fevereiro de 2012 às 11:30 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002847-80.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Freitas & Santos ltda ME(Exequente)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
Naira Regina(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 9 de Fevereiro de 2012 às 11:30 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002835-66.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Lap Top Informática Tecnologia Ltda(Exequente)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
Apro Campo Produção Agropecuária Ltda(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 16 de Fevereiro de 2012 às 09:00 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002852-05.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Freitas & Santos ltda ME(Exequente)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
Viviane Aparecida da Silva(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 9 de Fevereiro de 2012 às 08:30 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002871-11.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Maria Salete de Carvalho Costa(Exequente)
Advogado(s): Cristian Rodrigo Fim(OAB 4434 RO)
Breno ALves Vilafranca(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 16 de Fevereiro de 2012 às 11:00 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002894-54.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
MARQUES & DOURADO LTDA - ME(Exequente)
Advogado(s): Jaime Ferreira(OAB 2172 RO)
FÁBIO DE ABREU AMORIM(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 1 de Março de 2012 às 10:00 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

Proc: 1002846-95.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Freitas & Santos ltda ME(Exequente)
Advogado(s): Levi Gustavo Alves de Freitas(OAB 4634 RO)
Tereza Cristina de Sá Lima(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 14 de Fevereiro de 2012 às 09:30 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas

Proc: 1002880-70.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Maria Salete de Carvalho Costa(Exequente)
Advogado(s): Cristian Rodrigo Fim(OAB 4434 RO)
Sirlei Almeida da Silva(Executado)
Intimar o requerente na pessoa de seu advogado da audiência designada para o dia 21 de Fevereiro de 2012 às 10:30 horas, advertindo de que o não comparecimento acarretará na extinção do feito e em condenação de custas.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou Reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet-endereço Eletrônico:
e-mail: aqs1civel@tj.ro.gov.br
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juíza de Direito
Márcia Kanazawa
Escrivã pro tempore

Proc.: 0005308-76.2010.8.22.0002
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Maria Cristina Barros da Silva
Advogado:Nelson Barbosa. (OAB/RO 2529)
Executado:Ana Rosa Pires Lourenço
Advogado:Alex Souza de Moraes Sarkis. (OAB/RO 1423), Rafael Burg. (OAB/RO 4304)
Despacho:
Previamente à homologação do acordo, intime-se o patrono da autora para apresentar em juízo a anuência da parte exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, mediante a assinatura desta também no termo de acordo realizado entre as partes. Cumpra-se.Ariquemes-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Proc.: 0016491-83.2006.8.22.0002
Ação:Execução de título judicial
Exequente:M. C. B. da S.
Advogado:Nelson Barbosa. (OAB/RO 2529)
Executado:A. A.
Advogado:Rafael Burg. (OAB/RO 4304), Alex Souza de Moraes Sarkis. (OAB/RO 1423)
Despacho:
Previamente à homologação do acordo (fls.323/324), intime-se o patrono da autora para apresentar em juízo a anuência da parte exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, mediante a assinatura desta também no termo de acordo realizado entre as partes.Cumpra-se.Ariquemes-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta
Márcia Kanazawa
Escrivã

2ª VARA CÍVEL

2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Juiz de Direito Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
e-mail: danilo@tjro.jus.br
Escrivã Judicial: Constância Verônica Mazzonetto
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0014267-02.2011.8.22.0002
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Municipio de Torres
Advogado: Patrícia Farias dos Santos (OAB-RS/41901); Antônio Regis da Silva Rosa (OAB-RS/41929)
Requerido:Evandro Gerson Carniel
Advogado: Júlio César Coitinho (OAB-RS/7486), Ricardo Cunha Martins (OAB-RS/19387) e Flávio Raupp Lipert (OAB-RS 43488)
Despacho:Cumpra-se a carta precatória.Designo audiência para o dia 13 de fevereiro de 2012, às 10 horas para a oitiva da testemunha ZILMAR DE OLIVEIRA PEREIRA. Oficie-se ao Juízo deprecante para ciência e intimação dos interessados (partes e procuradores).Intimem-se igualmente via diário da justiça. O não comparecimento da testemunha implicará em crime de desobediência e condução coercitiva, ficando responsável pelas custas do adiamento (art. 412 do CPC).Expeça-se o necessário. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA/OFÍCIO. Ariquemes-RO, sexta-feira, 25 de novembro de 2011. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito
Constância Verônica Mazzonetto
Escrivã Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Proc.: 0008937-24.2011.8.22.0002
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Jean Carlos Rodrigo Bonassi
Advogado:Rafael Burg. (OAB/RO 4304)
Embargado:Valter Moreira
Advogado:Amélio Chiaratto Neto. (OAB/RO 3714), Gustavo Henrique Machado Mendes (RO 4636)
Despacho:
Defiro parcialmente o pedido de fls.96/98, no sentido de que seja substituída a restrição do veículo de "circulação" para "transferência", podendo o embargante efetuar o pagamento do IPVA, licenciamento anual e do seguro obrigatório, a fim de atualizar o certificado de registro e licenciamento do veículo FORD/F1000 SSS, de placa NBB7690, porém, ficando mantida a restrição para transferência do veículo. Considerando a indisponibilidade do sistema RENAJUD, conforme espelho anexo, oficie-se ao DETRAN para as providências pertinentes. Intime-se.Ariquemes-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Delvi Andrade de Oliveira Ferrando
Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE ARIQUEMES
4ª Vara Cível
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial : Maria Apª Góis Dib
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0015608-63.2011.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Mercedes Benz do Brasil S. A.
Advogado:Gustavo de Sousa Lopes (CE 18.095)
Requerido:Olívio Ramos Machado
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Despacho:
DESPACHO/MANDADOR. e A.1. O requerente pretende a busca e apreensão liminar do veículo objeto do contrato de alienação fiduciária.A verossimilhança da pretensão encontra respaldo legal no Decreto-Lei n. 911/69, no contrato de financiamento com alienação fiduciária firmado entre as partes, bem como na mora do devedor, comprovada através da notificação extrajudicial, referente à(s) parcela(s) vencida(s) e não paga(s).O periculum in mora também se encontra presente já que o(a) requerido(a) encontra-se inadimplente com a(s) parcela(s) do contrato, usufruindo do bem, o que pode acarretar sua desvalorização, ante o decurso do tempo, além de eventual dano.Assim, defiro, liminarmente, a busca e apreensão do veículo SCANIA P-124, CB 6 6X4, VERMELHA, CHASSI 9BSP6X4B043555077, MODELO 2004, ANO 2004, PLACA NBF 4237, diligenciando junto ao endereço do requerido, ou outro indicado pela parte autora, DEPOSITANDO em mãos de representante legal do autor ou quem este vier a indicar, que deverá providenciar os meios necessários para o cumprimento do presente mandado.2. Executada a liminar, cite-se o(a) requerido(a) de todo o teor da petição inicial, cientificando-o(a) de que terá o prazo de 5 (cinco) dias, da execução da liminar, para pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus, bem como terá o prazo de 15 dias, da execução da liminar, para responder à pretensão, ainda que tenha efetuado o pagamento, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição (Decreto-Lei n. 911/69, art. 3º e parágrafos, com a redação dada pela Lei n. 10.931, de 2/08/2004). 3.Se necessário for, defiro ao oficial de justiça a aplicação do disposto no artigo 172, § 2º, do CPC, bem como reforço policial.4. Cópias deste despacho servirão como Mandado de Busca e Apreensão. REQUERIDO: OLIVIO RAMOS MACHADO, com endereço na Rua Amazonas, 3115, Centro, Alto Paraíso/RO.Ariquemes-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Elisângela Frota Araújo Juíza Substituta

Maria Apª Góis Dib
Escrivã

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0080620-14.2008.8.22.0007
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (Doc. Não Informado)
Condenado:Paulo Alexandre Pastrolin Leite, Rafael Martins Feitosa, Cleiton de Souza Marques, Enerson Júnior Máximo
Advogado:Eriseu Petry (RO 2791), Luiz Mario Luigi Junior (OAB/RO 3721), Jose Otacilio de Souza (DF 2134-A), Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175), Luis Henrique Corrêa Rolim (OAB/RO 3693), Zilio Cesar Politano (RO 489-A)
Decisão:
1 – Réus Rafael, Cleiton e Paulo - Manifestaram o desejo de recorrer (fl. 1199). Recebo o recurso de apelação no duplo grau de jurisdição, pois tempestivo e próprio. Abra-se vista ao recorrente (defesa) para que apresente as razões do recurso, em 8 dias. Em seguida, ao recorrido (MP) para as contrarrazões, em igual prazo. Após, remetam-se os autos ao TJRO, sem necessidade de nova conclusão. Anote-se. 2 – Arquive-se os autos em relação aos réus Ricardo e Enerson. Cacoal-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

1º Cartório Criminal
Proc.: 0009334-68.2011.8.22.0007
Ação:Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Cacoal
Advogado:Delegado de Polícia ( )
Infrator:José Carlos dos Santos
Decisão:
Vistos etc.. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, qualificado nos autos, através de advogada ingressou com pedido de revogação de prisão preventiva com base no artigo 316, CPP.

Com o pedido junta documentos.O Ministério Público opinou pelo indeferimento.É o relato. Decido.O código de rito prevê a revogação da prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista (CPP, art. 316). Consoante se extrai dos autos, o acusado foi preso em flagrante delito. Fora decretada sua prisão preventiva em razão da presença dos pressupostos cautelares. Entendo que o reexame dos autos, motivado pelo pedido de revogação da preventiva, assinala a possibilidade de se substituir a constrição cautelar pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.Extrai-se do art. 282, § 6º do CPP que a prisão preventiva somente será decretada quando não for cabível a sua substituição por medida cautelar. Compulsando os autos criteriosamente, verifico que não assinala a necessidade da imposição da prisão preventiva, pois não existe qualquer prova nos autos de que o acusado possa causar intempéries à marcha processual. Não obstante, é de suma importância deixar bem frisado que, até o presente momento, salvo melhor juízo, a vítima não ingressou em juízo com pedidos de medidas protetivas, o que, ao meu sentir, revela que, por hora, não parece, ela, temer o possível infrator.O acusado não não é reincidente e em caso de eventual condenação não cumprirá a pena em regime fechado. Ademais, cumpre-se mencionar que ausente quaisquer dos fundamento dos art. 312 do CPP, a legislação determina ao Juiz que conceda liberdade provisória, impondo as medidas cautelares diversas da prisão. Dentre desse contexto, entendo cabível as medidas cautelares diversas da prisão. ISTO POSTO, revogo a prisão preventiva de JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, já qualificado, E A SUBSTITUTO pela aplicação das medidas cautelares elencadas no art. 319 incisos, quais sejam: I - Afastamento do infrator do lar, da residência ou local de convivência com a vítima Kátia da Silva Barnabé, localizada na Rua José Américo, nº 1125, Bairro Vista Alegre, neste Município, podendo ele retirar os pertences de uso pessoal (roupas, documentos pessoais etc.) ou por terceira pessoa designada, mediante acompanhamento da autoridade policial, a fim de que as vítimas não sofra nova agressão;II – Proibição de aproximar-se do ofendida Kátia da Silva Barnabé e de seus familiares, mantendo-se a uma distância de 200 metros, em especial da residência anteriormente citada; III – Proibição de manter contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação.Entendo que a aplicação de tais medidas, por sua vez, guardam relação com o fato em si, ou seja, com a gravidade do crime, com as circunstâncias do fato e com as condições pessoais do indiciado, sendo suficientes à reprovabilidade da conduta e necessária a se evitar a reiteração criminosa.SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E ALVARÁ DE SOLTURA. O preso deverá ser colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. O descumprimento, pelo flaganteado, de alguma condição imposta nesta decisão importará na revogação de sua liberdade provisória.Antes de cumprir o alvará, intime-se à vitima Kátia da Silva (residente a Rua José Américo, nº 1125, Bairro Vista, telefone 9316-0048). Ciência ao MP. Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.

Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

1ª VARA CÍVEL
EDITAL CITAÇÃO
Prazo 20 dias
CITAÇÃO DE: 01) SUELI DA ROCHA BRANDÃO GUARDA, brasileira, inscrita no CPF 836.950.879-00, RG 4.360.483-0 SSP/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação do executado, acima mencionado, para pagar, no prazo de 3 dias, o principal e cominações legais. Ciente ainda o devedor, de que no prazo de embargos, caso reconheça o crédito do exeqüente, deposite 30% do valor da dívida, mais custas processuais e honorários advocatícios, poderá requerer parcelamento do valor restante em até 06 (seis) parcelas mensais, com correção monetária e juros de 1% ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará o vencimento imediato das demais parcelas e prosseguimento da execução, com aplicação da multa de 10% sobre saldo remanescente. Em caso de integral pagamento no prazo de 3 dias, o valor dos honorários será reduzido a metade.
PRAZO PARA RESPOSTA: 15 (quinze) dias para opor embargos, contados do término do prazo deste edital.
Processo : 0005098-73.2011.822.0007
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Procedimento: Processo de Execução (Cível)
Parte Autora: Vera Lucia Conceição da Silva
Advogado: Dirceu Henker OAB 4592
Executado : Sueli da Rocha Brandão Guarda
Valor da Dívida: R$3.806,29 (três mil, oitocentos e seis reais e vinte e nove centavos), em 01.07.2011.
Sede do Juízo: Fórum Min. José Américo de Almeida. Rua dos Pioneiros, 2425 - Centro. Cacoal RO. Cep: 76.963-726. Fone/Fax (069) 3441-4145.
Cacoal-RO, 27 de outubro de 2011. (a) Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
DE: 01) EMILSON SANTANA GOMES, brasileiro, separado, filho de Valdemar Soares Gomes e Maria Conceição Batista Santanta, atualmente em lugar incerto e não sabido;
FINALIDADE: CITAR a Requerida para ciência de todos os termos da presente ação, respondendo-a caso queira no prazo mencionado a seguir, a Ação identificada. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias, contados do término do prazo deste edital.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.
Processo: 0002505-71.2011.8.22.0007
Classe: Conversão de Separação Judicial em Divórcio
Procedimento: Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis
Parte Autora: Lucilda Kloss
Advogado: Defensoria Pública
Parte requerida : Emilson Santana Gomes
Valor da Ação : R$545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais). Em 07.04.2011.

Sede do Juízo: Fórum Min. José Américo de Almeida. Rua dos Pioneiros, 2425 - Centro. Cacoal/RO. Cep: 76.963−726. Fone/ Fax: (069) 3441-4145.
Cacoal/RO, 21 de dezembro de 2011. (a) Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
DE: 01) JOELSON ANTONIO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, autônomo, filho de Valdevino Antonio e de Maria Auxiliadora dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: 01) CITAR a pessoa supra, para ciência de todos os termos da presente ação, contestando caso queira no prazo mencionado a seguir, a Ação identificada. Não havendo manifestação, será nomeado Curador para, querendo, ofertar resposta.
PRAZO PARA RESPOSTA: 15 (quinze) dias.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.
Processo: 0006238-45.2011.8.22.0007
Classe: Alimentos – Lei Especial n. 5.478/68
Procedimento: Procedimento Regidos por Outros Códigos e Leis
Parte Autora: R E S S e outros
Advogado: Defensoria Pública
Parte Ré: Joelson Antonio dos Santos
Sede do Juízo: Fórum Min. José Américo de Almeida. Rua dos Pioneiros, 2425 - Centro. Cacoal/RO. Cep: 76.963−726. Fone: Fax: (069) 3441-4145.
Cacoal/RO, 21 de dezembro de 2011. (a) Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0009889-85.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Dalvani Pereira da Silva
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (OAB/RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado
Finalidade: Intimação dos advogados das partes do seguinte despacho: "(...) Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita enquanto perdurar a incapacidade econômica do autor. Indefiro, por ora, o pedido de antecipação da tutela jurisdicional pretendida, uma vez não presentes, nesta fase processual, os elementos necessários à sua concessão. Esclareço, por oportuno, que poderá o autor, a qualquer tempo, trazer aos autos laudo médico recente que ateste sobre sua incapacidade para o trabalho a fim de viabilizar nova análise acerca da medida antecipatória. Cite-se e intimem-se com as advertências legais. Decorrido o prazo para resposta (arts. 297 c/c 188, ambos do CPC) e de eventual réplica, intimem-se as partes para, querendo, especificarem as provas que pretendam produzir, em 05 dias. P.I. Cacoal-RO, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito"

Proc.: 0003574-41.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jane Mendes de Oliveira
Advogado:Darci José Rockenbach (OAB/RO 3054)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Decisão:
DECISÃOTrata-se de ação de cobrança de DPVAT na qual se alega a invalidez permanente.O réu suscitou como preliminar em contestação a satisfação da indenização pela esfera administrativa, alegando que o autor carece do direito de ação pela falta de interesse de agir. Rejeito a preliminar ventilada, pois é entendimento sedimentado pelo TJRO e perfilhado por este Juízo que a quitação parcial do débito não implica em renúncia ao pagamento integral nem em falta de interesse processual da parte autora (TJRO - AC nº. 0000920-33.2010.8.22.0002, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, j. 29/09/2010).Não há outras preliminares a serem analisadas, motivo por que declaro o feito saneado. O autor não pediu a produção de outras provas (fls. 111). O réu, por sua vez, pleiteia a realização de perícia médica (fls. 112/113).Nesse passo, entendo necessária e pertinente a realização da perícia, sobretudo para se aferir o grau de invalidez do autor, razão por que defiro sua produção. Por outro lado, indefiro a produção da prova oral, uma vez que reputo manifesta sua impertinência com os fatos a serem provados.Assim, nos termos do artigo 421 do Código de Processo Civil, nomeio o Dr. Júlio Cesar da Rocha, médico que atende na Policlínica Monte Cristo Saúde, Rua Anisio Serrão, n. 1712, Centro, nesta cidade, telefone 3441-3093, como perito, que deverá responder aos quesitos do Juízo, que desde já ficam descritos, bem como os que porventura forem formulados pelas partes.São quesitos do Juízo: 1. O autor é acometido de invalidez permanente, com incapacidade para o trabalho e cuidados pessoais? 2. Tal invalidez foi ocasionada pelo acidente? 3. Qual é o grau (em percentual) de invalidez de que está acometido o autor?Considerando que a perícia foi requerida pelo réu, arbitro honorários em favor do perito judicial no valor de R$800,00 (oitocentos reais), atenta à relevância e complexidade da demanda a impor perícia de verificação em matéria que exige conhecimentos técnicos.Deposite o réu os honorários periciais em 10 (dez) dias, a fim de que o feito possa prosseguir, sob pena de, em não o fazendo, presumir-se que desistiu da prova pericial e ter-se por demonstrada a invalidez, nos moldes alegados na inicial (art. 33, parágrafo único, do CPC).Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo. Intimem-se as partes para, querendo, em 5 dias, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos (artigo 421, §1º, incisos I e II, do CPC).Os assistentes deverão diligenciar para o acompanhamento dos exames junto ao perito judicial, pois não serão intimados para tanto. Efetuado o depósito dos honorários periciais e apresentados ou não os quesitos pelas partes, intime-se o perito sobre a nomeação bem como para informar a este Juízo a data e horário para realização dos exames, para fins do artigo 431-A, Código de Processo Civil.Com tais informações, intimem-se as partes, fornecendo-lhes os dados.Após a vinda do laudo pericial, dê-se vistas às partes para manifestação.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0005549-98.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Gonçalves da Silva
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder de Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Paulo Vinicio Porto de Aquino (RO 2723)
Decisão:
DECISÃOTrata-se de ação de cobrança de DPVAT na qual se alega a invalidez permanente.O réu suscitou como preliminar

em contestação a satisfação da indenização pela esfera administrativa, alegando que o autor carece do direito de ação pela falta de interesse de agir. Rejeito a preliminar ventilada, pois é entendimento sedimentado pelo TJRO e perfilhado por este Juízo que a quitação parcial do débito não implica em renúncia ao pagamento integral nem em falta de interesse processual da parte autora (TJRO - AC nº. 0000920-33.2010.8.22.0002, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, j. 29/09/2010).Não há outras preliminares a serem analisadas, motivo por que declaro o feito saneado. O autor não pediu a produção de outras provas (fls. 61 v.). O réu, por sua vez, pleiteia a realização de perícia médica (fls. 63/65).Nesse passo, entendo necessária e pertinente a realização da perícia, sobretudo para se aferir o grau de invalidez do autor, razão por que defiro sua produção. Por outro lado, indefiro a produção da prova oral, uma vez que reputo manifesta sua impertinência com os fatos a serem provados. Assim, nos termos do artigo 421 do Código de Processo Civil, nomeio o Dr. Júlio Cesar da Rocha, médico que atende na Policlínica Monte Cristo Saúde, Rua Anisio Serrão, n. 1712, Centro, nesta cidade, telefone 3441-3093, como perito, que deverá responder aos quesitos do Juízo, que desde já ficam descritos, bem como os que porventura forem formulados pelas partes.São quesitos do Juízo: 1. O autor é acometido de invalidez permanente, com incapacidade para o trabalho e cuidados pessoais? 2. Tal invalidez foi ocasionada pelo acidente? 3. Qual é o grau (em percentual) de invalidez de que está acometido o autor?Considerando que a perícia foi requerida pelo réu, arbitro honorários em favor do perito judicial no valor de R$800,00 (oitocentos reais), atenta à relevância e complexidade da demanda a impor perícia de verificação em matéria que exige conhecimentos técnicos.Deposite o réu os honorários periciais em 10 (dez) dias, a fim de que o feito possa prosseguir, sob pena de, em não o fazendo, presumir-se que desistiu da prova pericial e ter-se por demonstrada a invalidez, nos moldes alegados na inicial (art. 33, parágrafo único, do CPC).Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo. Intimem-se as partes para, querendo, em 5 dias, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos (artigo 421, §1º, incisos I e II, do CPC).Os assistentes deverão diligenciar para o acompanhamento dos exames junto ao perito judicial, pois não serão intimados para tanto. Efetuado o depósito dos honorários periciais e apresentados ou não os quesitos pelas partes, intime-se o perito sobre a nomeação bem como para informar a este Juízo a data e horário para realização dos exames, para fins do artigo 431-A, Código de Processo Civil.Com tais informações, intimem-se as partes, fornecendo-lhes os dados.Após a vinda do laudo pericial, dê-se vistas às partes para manifestação.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0010364-41.2011.8.22.0007
Ação:Ação Civil Pública
Requerente:Sara Macedo Stuani
Advogado:Anelise Justino (RO 197)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Decisão:
DECISÃO COM FORÇA DE MANDADOTrata-se de ação, patrocinada pela Defensoria Pública, na qual se alega dano a direito individual indisponível, à saúde e à vida de menor absolutamente incapaz, consistente na negativa do fornecimento dos medicamentos e pagamento de passagens e diárias para tratamento da referida menor. Assim, o pedido cinge-se ao fornecimento dos medicamentos INSULINA NPH REFIL (01 frasco por mês), NOVORAPID REFIL E GLUCAGON 1G (01 ampola), enquanto perdurar o tratamento e a necessidade da menor, bem como o pagamento das consultas, o fornecimento de passagens aéreas e diárias para que a autora se desloque à cidade de Belo Horizonte-MG para realizar tratamento com seu médico especialista. Com a inicial, juntou documentos às fls.15/28.É o que há de relevante. Decido.Para a concessão da liminar vindicada é imperativo se verificar no caso concreto a existência da relevância do fundamento contido no pedido (fumus boni juris) e a possibilidade de ineficácia da decisão judicial se a ordem for deferida somente ao final (periculum in mora).No caso vertente, considerando o quadro de saúde da menor, o pedido liminar merece ser deferido, vez que a menor é usuária do Sistema Único de Saúde que não fornece os medicamentos necessários ao tratamento de sua enfermidade. Destaque-se que a falta dos referidos medicamentos prejudicam sobremaneira a saúde da menor, que necessita da medicação para uso contínuo e por tempo indeterminado, a fim de controlar seu quadro de saúde e evitar complicações.A situação que demonstra lesão ao direito da menor encontra-se inserto na Constituição Federal, pois o art. 196 dessa Carta dispõe que “a saúde é um direito de todos e dever do Estado garantido mediante políticas sociais e econômicos que visem a redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Essas ações e serviços públicos de saúde devem ser desenvolvidos de forma integrada, mas regionalizada e descentralizada, através de um sistema único do qual fazem parte a União, os Estados e os Municípios (art. 198, I e 198, §1º, ambos da CF).A saúde é um direito social (art. 6º da CF) que figura entre os direitos e garantias fundamentais. E o conjunto de normas constitucionais que regulam a matéria faz nascer o direito reclamado, por meio de norma auto-aplicável, porque se trata de uma garantia constitucional.Nesse contexto, imprescindível a medida judicial para garantir, em sua plenitude, a satisfação efetiva do direito ao fornecimento dos medicamentos prescritos à menor.Por outro lado, no tocante ao pedido liminar de pagamento da consulta e das despesas de viagens, não vislumbro a presença do perigo na demora, uma vez que não há qualquer relato acerca da necessidade urgente de que a menor compareça a consulta agendada com seu médico especialista, razão pela qual indefiro o pleito liminar nesse particular, ressalvando que nada obsta seja o pedido renovado e eventualmente deferido, desde que presentes os pressupostos necessários à sua concessão.Posto isso, concedo em parte a medida liminar, para que o réu forneça imediatamente à parte autora, em prazo não superior a 72 horas, a contar da ciência desta decisão, os medicamentos INSULINA NPH REFIL (01 frasco por mês), NOVORAPID REFIL E GLUCAGON 1G (01 ampola), enquanto perdurar o tratamento e a necessidade da menor, conforme relatórios e receituários médicos coligidos à inicial.Para o caso de descumprimento injustificado, arbitro multa diária de R$100,00, sem prejuízo do sequestro em contas do Município para obtenção dos valores necessários à aquisição dos medicamentos em favor da autora, visando ao cumprimento integral da medida liminar. Cite-se com as advertências legais. Concedo a gratuidade jurídica à parte autora.Sirva a presente decisão de mandado.P. I. C.Endereço da diligência: Rua Anísio Serrão, n. 2168, nesta cidade.Cacoal-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0002354-08.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Mazonila Alves de Oliveira do Nascimento
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Decisão:
DECISÃOTrata-se de ação de cobrança de DPVAT na qual se alega a invalidez permanente.O réu suscitou como preliminar em contestação a satisfação da indenização pela esfera administrativa, alegando que o autor carece do direito de ação pela falta de interesse de agir. Rejeito a preliminar ventilada, pois é entendimento sedimentado pelo TJRO e perfilhado por este Juízo que a quitação parcial do débito não implica em renúncia ao pagamento integral nem em falta de interesse processual da parte autora (TJRO - AC nº. 0000920-33.2010.8.22.0002, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, j. 29/09/2010).Não há outras preliminares a serem analisadas, motivo por que declaro o feito saneado. A autora não pediu a produção de outras provas (fls. 61 v.). O réu, por sua vez, pleiteia a realização de perícia médica (fls. 63/64).Nesse passo, entendo necessária e pertinente a realização da perícia, sobretudo para se aferir o grau de invalidez da autora, razão por que defiro sua produção. Assim, nos termos do artigo 421 do Código de Processo Civil, nomeio o Dr. Júlio Cesar da Rocha, médico que atende na Policlínica Monte Cristo Saúde, Rua Anisio Serrão, n. 1712, Centro, nesta cidade, telefone 3441-3093, como perito, que deverá responder aos quesitos do Juízo, que desde já ficam descritos, bem como os que porventura forem formulados pelas partes.São quesitos do Juízo: 1. A autora é acometida de invalidez permanente, com incapacidade para o trabalho e cuidados pessoais? 2. Tal invalidez foi ocasionada pelo acidente? 3. Qual é o grau (em percentual) de invalidez de que está acometido a autora?Considerando que a perícia foi requerida pelo réu, arbitro honorários em favor do perito judicial no valor de R$800,00 (oitocentos reais), atenta à relevância e complexidade da demanda a impor perícia de verificação em matéria que exige conhecimentos técnicos.Deposite o réu os honorários periciais em 10 (dez) dias, a fim de que o feito possa prosseguir, sob pena de, em não o fazendo, presumir-se que desistiu da prova pericial e ter-se por demonstrada a invalidez, nos moldes alegados na inicial (art. 33, parágrafo único, do CPC).Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo. Intimem-se as partes para, querendo, em 5 dias, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos (artigo 421, §1º, incisos I e II, do CPC).Os assistentes deverão diligenciar para o acompanhamento dos exames junto ao perito judicial, pois não serão intimados para tanto. Efetuado o depósito dos honorários periciais e apresentados ou não os quesitos pelas partes, intime-se o perito sobre a nomeação bem como para informar a este Juízo a data e horário para realização dos exames, para fins do artigo 431-A, Código de Processo Civil.Com tais informações, intimem-se as partes, fornecendo-lhes os dados.Após a vinda do laudo pericial, dê-se vistas às partes para manifestação.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0005544-76.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião da Silva Lima
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder de Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Paulo Vinicio Porto de Aquino (RO 2723)
Decisão:
DECISÃOTrata-se de ação de cobrança de DPVAT na qual se alega a invalidez permanente.O réu suscitou como preliminar em contestação a satisfação da indenização pela esfera administrativa, alegando que o autor carece do direito de ação pela falta de interesse de agir. Rejeito a preliminar ventilada, pois é entendimento sedimentado pelo TJRO e perfilhado por este Juízo que a quitação parcial do débito não implica em renúncia ao pagamento integral nem em falta de interesse processual da parte autora (TJRO - AC nº. 0000920-33.2010.8.22.0002, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, j. 29/09/2010).Não há outras preliminares a serem analisadas, motivo por que declaro o feito saneado. O autor não pediu a produção de outras provas (fls. 127 v.). O réu, por sua vez, pleiteia a realização de perícia médica (fls. 129/131).Nesse passo, entendo necessária e pertinente a realização da perícia, sobretudo para se aferir o grau de invalidez do autor, razão por que defiro sua produção. Por outro lado, indefiro a produção da prova oral, uma vez que reputo manifesta sua impertinência com os fatos a serem provados. Assim, nos termos do artigo 421 do Código de Processo Civil, nomeio o Dr. Júlio Cesar da Rocha, médico que atende na Policlínica Monte Cristo Saúde, Rua Anisio Serrão, n. 1712, Centro, nesta cidade, telefone 3441-3093, como perito, que deverá responder aos quesitos do Juízo, que desde já ficam descritos, bem como os que porventura forem formulados pelas partes.São quesitos do Juízo: 1. O autor é acometido de invalidez permanente, com incapacidade para o trabalho e cuidados pessoais? 2. Tal invalidez foi ocasionada pelo acidente? 3. Qual é o grau (em percentual) de invalidez de que está acometido o autor?Considerando que a perícia foi requerida pelo réu, arbitro honorários em favor do perito judicial no valor de R$800,00 (oitocentos reais), atenta à relevância e complexidade da demanda a impor perícia de verificação em matéria que exige conhecimentos técnicos.Deposite o réu os honorários periciais em 10 (dez) dias, a fim de que o feito possa prosseguir, sob pena de, em não o fazendo, presumir-se que desistiu da prova pericial e ter-se por demonstrada a invalidez, nos moldes alegados na inicial (art. 33, parágrafo único, do CPC).Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo. Intimem-se as partes para, querendo, em 5 dias, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos (artigo 421, §1º, incisos I e II, do CPC).Os assistentes deverão diligenciar para o acompanhamento dos exames junto ao perito judicial, pois não serão intimados para tanto. Efetuado o depósito dos honorários periciais e apresentados ou não os quesitos pelas partes, intime-se o perito sobre a nomeação bem como para informar a este Juízo a data e horário para realização dos exames, para fins do artigo 431-A, Código de Processo Civil.Com tais informações, intimem-se as partes, fornecendo-lhes os dados.Após a vinda do laudo pericial, dê-se vistas às partes para manifestação.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0093351-47.2005.8.22.0007
Ação:Arresto
Arrestante:Choperia e Churrascaria Dallas Ltda
Advogado:Zilio Cesar Politano (OAB/RO 489A)
Arrestado:Luart Promoções e Produções Artísticas Ltda
Advogado:Advogado não informado (não informado)
Despacho:
DESPACHOCumpra-se a sentença de fls. 74, na integra. Cacoal-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0097926-98.2005.8.22.0007
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Choperia e Churrascaria Dallas Ltda
Advogado:Jorge Luiz Remboski (RO 4263)
Executado:Luart Promoções e Produções Artísticas Ltda
Advogado:Advogado não informado (não informado)
Sentença:
SENTENÇAConsiderando que a parte exequente noticia a satisfação integral do crédito objeto desta execução, julgo extinto o feito com fundamento no art. 794, inciso I do CPC. Custas na forma da lei. Sem honorários.Expeça-se alvará em favor da exequente para levantamento da penhora de fl. 42.Faculto o desentranhamento do(s) título(s) que instruiu(íram) a inicial, desde que sustituído(s) por cópia(s) às expensas da parte executada. Independentemente do trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.Cacoal-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0086597-50.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Edeliza Maria Luzia dos Santos
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (RO 1293)
Executado:Ana Cristina Freitas de Santana do Carmo
Sentença:
SENTENÇAConsiderando que a parte exequente noticia a satisfação integral do crédito objeto desta execução, julgo extinto o feito com fundamento no art. 794, inciso I do CPC.Custas na forma da lei. Sem honorários.Liberei a penhora Renajud, cujo relatório segue anexo.Faculto o desentranhamento do(s) título(s) que instruiu(íram) a inicial, desde que sustituído(s) por cópia(s) às expensas da parte executada. Independentemente do trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.Cacoal-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0087090-27.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Associação Educacional de Cacoal
Advogado:Vera Lucia Nunes de Almeida (RO 1833), Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado:Cristiane de França Ferreira
Sentença:
SENTENÇAA parte exequente noticia composição, requerendo a suspensão do feito.Uma vez homologado o acordo, em eventual não cumprimento, a execução será da sentença homologatória, e não mais do título extrajudicial (art. 475-N do Código de Processo Civil).Faculto à parte exequente o desarquivamento do feito nos termos do artigo 475-J, par. 5º do Código de Processo Civil, independentemente do pagamento de taxa. Diante do exposto, homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO o feito nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil, com julgamento do mérito.Liberei as penhoras Bacenjud de fls. 46/47, 61/62 e Renajud de fl. 51, cuijo relatórios segem anexo. Sem custas finais nos termos do parágrafo 7º, art. 6º, da Lei 301/90.Independemente do trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.P.R.I.Cacoal-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0008467-75.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:J. C. S. Confecções Ltda.
Advogado:Zilio Cesar Politano (OAB-RO 489-A), Cristiane Ribeiro da Silva Politano Excluir (OAB/RO 3499)
Executado:Érika da Silva Arcanjo
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Sentença:
SENTENÇAA parte exequente noticia composição, requerendo a suspensão do feito.Uma vez homologado o acordo, em eventual não cumprimento, a execução será da sentença homologatória, e não mais do título extrajudicial (art. 475-N do Código de Processo Civil).Faculto à parte exequente o desarquivamento do feito nos termos do artigo 475-J, par. 5º do Código de Processo Civil, independentemente do pagamento de taxa. Diante do exposto, homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO o feito nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil, com julgamento do mérito.Sem custas finais nos termos do parágrafo 7º, art. 6º, da Lei 301/90.Independemente do trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.P.R.I.Cacoal-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0088477-14.2008.8.22.0007
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Zilda Maria da Silva
Advogado:José Jovino de Carvalho (OAB/RO 385A)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:
DESPACHONão assiste razão a nehuma das partes. A decisão homologatória de fl. 57 pôs fim a lide, eis que as partes renunciaram o prazo recursal. Portanto, não há em se falar em saldo remanescente. Ademais, a autarquia federal cumpriu o ali acordado, inclusive com correção de juros. Assim, ARQUIVE-SE o feito, após as formalidades legais.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

1º Cartório Cível

Proc.: 0006452-36.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Janete Miranda Cardoso
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (OABRO 4815)
Requerido:Seguradora LÍder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (AC 800)
Decisão:
DECISÃOTrata-se de ação de cobrança de DPVAT na qual se alega a invalidez permanente.O réu suscitou como preliminar em contestação a ausência de laudo pericial para comprovar a invalidez. Rejeito a preliminar ventilada, uma vez que a matéria deduzida não é apta a ser analisada como preliminar, sendo afeta ao mérito da lide.Não há outras preliminares a serem analisadas, motivo por que declaro o feito saneado. A autora não pediu a produção de outras provas (fls. 52). O réu, por sua vez, pleiteia a realização de perícia médica.Nesse passo, entendo necessária e pertinente a realização da perícia, sobretudo para se aferir o grau de invalidez do autor, razão por que defiro

sua produção. Assim, nos termos do artigo 421 do Código de Processo Civil, nomeio o Dr. Júlio Cesar da Rocha, médico que atende na Policlínica Monte Cristo Saúde, Rua Anisio Serrão, n. 1712, Centro, nesta cidade, telefone 3441-3093, como perito, que deverá responder aos quesitos do Juízo, que desde já ficam descritos, bem como os que porventura forem formulados pelas partes.São quesitos do Juízo: 1. A autora é acometida de invalidez permanente, com incapacidade para o trabalho e cuidados pessoais? 2. Tal invalidez foi ocasionada pelo acidente? 3. Qual é o grau (em percentual) de invalidez de que está acometida a autora?Considerando que a perícia foi requerida pelo réu, arbitro honorários em favor do perito judicial no valor de R$800,00 (oitocentos reais), atenta à relevância e complexidade da demanda a impor perícia de verificação em matéria que exige conhecimentos técnicos.Deposite o réu os honorários periciais em 10 (dez) dias, a fim de que o feito possa prosseguir, sob pena de, em não o fazendo, presumir-se que desistiu da prova pericial e ter-se por demonstrada a invalidez, nos moldes alegados na inicial (art. 33, parágrafo único, do CPC).Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo. Intimem-se as partes para, querendo, em 5 dias, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos (artigo 421, §1º, incisos I e II, do CPC).Os assistentes deverão diligenciar para o acompanhamento dos exames junto ao perito judicial, pois não serão intimados para tanto. Efetuado o depósito dos honorários periciais e apresentados ou não os quesitos pelas partes, intime-se o perito sobre a nomeação bem como para informar a este Juízo a data e horário para realização dos exames, para fins do artigo 431-A, Código de Processo Civil.Com tais informações, intimem-se as partes, fornecendo-lhes os dados.Após a vinda do laudo pericial, dê-se vistas às partes para manifestação.Junte-se a petição que se encontra na contracapa dos autos.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0009863-87.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vera Lúcia Conceição Gomes Barros
Advogado:Dirceu Henker (OAB/RO 4592)
Requerido:Rubia Cabral
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Decisão:
À emenda no prazo de 10 dias sob pena de indeferimento, devendo a parte autora adequar o polo ativo, vez que o contrato foi firmado com a empresa ABEC. Providenciar cópia autenticada da razão social da empresa.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0009865-57.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Vera Lucia Conceição da Silva
Advogado:Dirceu Henker (OAB/RO 4592)
Requerido:Leila de Souza Cardenas
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:
À emenda no prazo de 10 dias sob pena de indeferimento, devendo a parte autora adequar o polo ativo, vez que o contrato foi firmado com a empresa ABEC. Providenciar cópia autenticada da razão social da empresa.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0010066-49.2011.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616), Marcelo Vagner Pena Carvalho (RO 1171), Walter Matheus Bernardino Silva (3716), Késia Mábia Campana (OAB/RO 2269)
Executado:Adiva Quadro Mariano
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Despacho:
À emenda no prazo de 10 dias sob pena de indeferimento, devendo a parte autora informar a numeração do endereço. Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0010196-39.2011.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Alexsandra França dos Santos
Advogado:Dirceu Henker (OAB/RO 4592)
Requerido:José Nilton dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:
À emenda no prazo de 10 dias sob pena de indeferimento, devendo a parte autora complementar o endereço do requerido, bem como o domiciliar e do local de trabalho.Cacoal-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.
Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS
ESCRIVÃO: NEIDE SALGADO DE MELO
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0087039-16.2009.8.22.0007
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Telma Molocny Borean
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Impetrado:Prefeito do Município de Cacoal - RO, Secretário Municipal de Administração de Cacoal Ro, Município de Cacoal - RO
INTIMAÇÃO:
Finalidade: Face o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, fica a parte autora, através de seu(a) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada, para se manifestar sobre a decisão em grau de Recurso

Proc.: 0086856-45.2009.8.22.0007
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Cheila Dorian Basso Pariz
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Impetrado:Prefeito do Município de Cacoal - RO, Secretário Municipal de Administração de Cacoal Ro, Município de Cacoal - RO
Intimação:
Finalidade: Face o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, fica a parte autora, através de seu(a) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada, para se manifestar sobre a decisão em grau de Recurso

Proc.: 0087046-08.2009.8.22.0007
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Rosimeire da Silva
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Impetrado:Prefeito do Município de Cacoal - RO, Secretário Municipal de Administração de Cacoal Ro, Município de Cacoal - RO
INTIMAÇÃO:
Finalidade: Face o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, fica a parte autora, através de seu(a) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada, para se manifestar sobre a decisão em grau de Recurso

Proc.: 0086953-45.2009.8.22.0007
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Rosilene Rodrigues de Lacerda
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Impetrado:Prefeito do Município de Cacoal - RO, Secretário Municipal de Administração de Cacoal Ro, Município de Cacoal - RO
INTIMAÇÃO:
Finalidade: Face o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, fica a parte autora, através de seu(a) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada, para se manifestar sobre a decisão em grau de Recurso

Proc.: 0087037-46.2009.8.22.0007
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Joaquim Bruno
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Impetrado:Prefeito do Município de Cacoal - RO, Secretário Municipal de Administração de Cacoal Ro, Município de Cacoal - RO
INTIMAÇÃO:
Finalidade: Face o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, fica a parte autora, através de seu(a) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada, para se manifestar sobre a decisão em grau de Recurso

Proc.: 0087050-45.2009.8.22.0007
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:Ethel Carneiro Silva
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Impetrado:Prefeito do Município de Cacoal - RO, Secretário Municipal de Administração de Cacoal Ro, Município de Cacoal - RO
INTIMAÇÃO:
Finalidade: Face o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, fica a parte autora, através de seu(a) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada, para se manifestar sobre a decisão em grau de Recurso

Proc.: 0094582-07.2008.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda Sorec
Advogado:Marli Teresa Munarini de Quevedo (OAB/RO 2297)
Executado:Fabiana Balem
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Autora, através de seu(s) advogado(s), intimada para se manifestar nos autos sobre a juntada de ofício da Secretaria de Estado da Administração e requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Proc.: 0003994-46.2011.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Ramires & Ramirez Ltda Me
Advogado:Flávio Kloos (OAB/RO 4537), Abdiel Afonso Figueira (RO 3092)
Requerido:Francisco Gabriel Benites
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada a se manifestar nos autos, sobre a juntada de mandado com diligência negativa e requerer o que de direito, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0003072-05.2011.8.22.0007
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco S. A. Ag. de Osasco Sp
Advogado:Melanie Galindo Martinho. (RO 3793), Ana Paula dos Santos de Camargo (RO 4794), Suzane de Paula Roessler (RO 4800)
Requerido:Rodrigo Moreno Rodrigues
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Autora, através de seu advogado, intimada a se manifestar nos autos, sobre a juntada de mandado com diligência negativa e requerer o que de direito, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0009985-37.2010.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hospital e Maternidade São Paulo Ltda
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Executado:Consinger Comércio de Máquinas Ltda Me
INTIMAÇÃO:
Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para, querendo, apresentar impugnação à contestação, no prazo legal.
Neide Salgado de Melo
Escrivã Judicial

Proc.: 0002733-46.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Leonice Aparecida Molina Tosti
Advogado:Flávio Kloos (OAB/RO 4537), Abdiel Afonso Figueira (RO 3092)
Executado:Albino Cesar de Oliveira Notário
INTIMAÇÃO:
Fica a parte autora, através de seu advogado, intimada para, querendo, apresentar impugnação à contestação, no prazo legal.

Proc.: 0005928-39.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:V. da C.
Advogado:Líbio Gomes Medeiros (OAB/RO 41B)
Executado:D. M.
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Autora, através de seu(s) advogado(s), intimada para se manifestar nos autos sobre a justificativa apresentada pelo executado e requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Proc.: 0006225-46.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedroso & Silva Ltda Me
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)

Requerido:Tok Interiores Com. de Móveis e Artigos de Decorações Ltda Me, Todescredi S.a. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Advogado Não Informado (000), Hiram Souza Marques ( ), Carl Teske Junior. (RO 3.297), José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
INTIMAÇÃO:
Finalidade: Fica a parte autora, por via de seu(s) advogado(s), intimada a se manifestar nos autos sobre a juntada de AR referente carta de citação enviada para o requerido Tok Interiores Com. de Móveis e Artigos de Decorações Ltda Me, com resultado negativo. Prazo de 05 dias.

Proc.: 0000726-81.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Candida de Almeida
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder de Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 289)
INTIMAÇÃO:
Finalidade: Fica a parte Autora, através de sua advogada, intimada, para comparecer no edifício do hospital São Paulo, no dia 04/01/2012, às 14:00 horas, a fim de ser submetida a exame pericial a ser realizado pelo médico Dr. Alexandre rezende, perito nomeado.

Neide Salgado de Melo
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: MARIO JOSÉ MILANI E SILVA
ESCRIVÃ: IVALDETE C. G. BRANDANI
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl4civel@tj.ro.gov.br
TELEFONE/FAX: 069-3443-1668
ENDEREÇO: AV. PORTO VELHO, Nº. 2728, CENTRO.

Proc.: 0004864-28.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dayene Valentim da Silva
Advogado:Marcus Aurelio Carvalho de Sousa (RO 2940)
Requerido:Nobre Seguradora do Brasil S/A
Advogado:Paulo Vinício Porto de Aquino (RO 2.723), Lucimar Cristina Gimenez (5017)
Sentença:
Isto posto, homologo o acordo entabulado entre as partes (fls 170/172) nos termos do art. 269 III do Código de Processo Civil e, via de consequência, julgo extinto o presente feito.Expeça-se alvará em favor da representante da autora e/ou seu advogado para levantamento da quantia depositada às fls 175.Após, face a renuncia ao prazo recursal, ARQUIVEM-SE estes autos, com as baixas e anotações de estilo, sem custas adicionais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Proc.: 0005789-24.2010.8.22.0007
Ação:Inventário
Inventariante:M. D. de A.
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Despacho:
DespachoIntime-se o inventariante para providências, objetivando por fim ao inventário, vez que constatei as seguintes pendências nos autos:1- Inexiste comprovação do período de união estável entre a inventariante e o de cujus, o que deve ser provado por documentos, que verifico insuficiente nos autos, devendo ser providenciado.2 ? Foi noticiado nos autos a existência de outro imóvel situado na Comarca de Alta Floresta, Linha 156, Km 30, Lote 52A da Gleba 01, contudo não trouxe ao processo o documento do referido bem, razão pela qual determino a juntada em 05 dias.3 ? A autorização para venda do gado foi condicionada a deposito em conta poupança, conforme despacho de fls 30, não havendo permissão para o procedimento de fls 44, devendo vir aos autos, em 5 dias, a prestação de contas, com deposito dos valores em conta judicial. 4 - Em razão da existência de menores, necessária a avaliação dos bens, pelo que, determino a expedição de MANDADO objetivando a avaliação do imóvel rural nº 28C, com área de 12.1000 há, subdivisão do Lote 28, da Gleba 07, Setor Prosperidade do Projeto de Colonização Gy Parana e CARTA PRECATÓRIA para avaliação do imóvel noticiado às fls 47, localizado na Comarca de Alta Floresta, Lote 52A, com área de 21,38 há, subdivisão do Lote original 52, da Gleba 01, Setor Rio Branco V, com Matricula 10997.5 - Após as providências acima, remetam-se os autos ao Ministério PublicoCacoal-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito
Ivaldete C. G. Brandani
Escrivã Judicial

Proc.: 0004864-28.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dayene Valentim da Silva
Advogado:Marcus Aurelio Carvalho de Sousa (RO 2940)
Requerido:Nobre Seguradora do Brasil S/A
Advogado:Paulo Vinício Porto de Aquino (RO 2.723), Lucimar Cristina Gimenez (5017)
Sentença:
Isto posto, homologo o acordo entabulado entre as partes (fls 170/172) nos termos do art. 269 III do Código de Processo Civil e, via de consequência, julgo extinto o presente feito.Expeça-se alvará em favor da representante da autora e/ou seu advogado para levantamento da quantia depositada às fls 175.Após, face a renuncia ao prazo recursal, ARQUIVEM-SE estes autos, com as baixas e anotações de estilo, sem custas adicionais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Proc.: 0005789-24.2010.8.22.0007
Ação:Inventário
Inventariante:M. D. de A.
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Despacho:
DespachoIntime-se o inventariante para providências, objetivando por fim ao inventário, vez que constatei as seguintes pendências nos autos:1- Inexiste comprovação do período de união estável entre a inventariante e o de cujus, o que deve ser provado por documentos, que verifico insuficiente nos autos, devendo ser providenciado.2 ? Foi noticiado nos

autos a existência de outro imóvel situado na Comarca de Alta Floresta, Linha 156, Km 30, Lote 52A da Gleba 01, contudo não trouxe ao processo o documento do referido bem, razão pela qual determino a juntada em 05 dias.3 ? A autorização para venda do gado foi condicionada a deposito em conta poupança, conforme despacho de fls 30, não havendo permissão para o procedimento de fls 44, devendo vir aos autos, em 5 dias, a prestação de contas, com deposito dos valores em conta judicial. 4 - Em razão da existência de menores, necessária a avaliação dos bens, pelo que, determino a expedição de MANDADO objetivando a avaliação do imóvel rural nº 28C, com área de 12.1000 há, subdivisão do Lote 28, da Gleba 07, Setor Prosperidade do Projeto de Colonização Gy Parana e CARTA PRECATÓRIA para avaliação do imóvel noticiado às fls 47, localizado na Comarca de Alta Floresta, Lote 52A, com área de 21,38 há, subdivisão do Lote original 52, da Gleba 01, Setor Rio Branco V, com Matricula 10997.5 - Após as providências acima, remetam-se os autos ao Ministério PublicoCacoal-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Ivaldete C. G. Brandani

Escrivã Judicial

COMARCA DE CEREJEIRAS

1º CARTÓRIO

1º Cartório
COMARCA DE CEREJEIRAS
1ª VARA
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs1civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Elisangela Nogueira
ESCRIVÃO: Carlos Vidal de Brito

Proc.: 0022356-49.2009.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
Executado:Vicente Campagnolli, Oldemar Cézar Tavares, Zuleica Rech Odorcik Tavares
Advogado:Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755), Não Informado (xx)
48 horas:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL N. 214/2011
PARA PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 687, § 3º DO CPC.
O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica da Comarca de Cerejeiras/RO, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Processo : 0022356-49.2009.8.22.0013
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Cezar Benedito Volpi – OAB/RO 533; Anely de Moraes Pereira Merlin – OAB/PR 40339
Executado(s): Vicente Campagnolli e outros
Valor da Execução: R$ 115.222,12, atualizado em 04-12-2009. fl. 04
DESCRIÇÃO DOS BENS: 01 (um) imóvel, chácara, com área de 25.250m² (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), denominado chácara nº 87, Setor 3, situado à Rua Campo Grande, nº 1.646, registrado sob o nº R-1-1392, Registro Geral, ficha nº 1, toda cercada, com uma edificação para fins residenciais em alvenaria, com aproximadamente 350 m² e uma construção de alvenaria de aproximadamente 27 m² para escritório, avaliado o bem em R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em 17-02-2010.
1ª VENDA: 11-01-2012, às 8:20horas
2ª VENDA: 25-01-2012, às 8:20horas
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio, bem como sua esposa, se casado for.
Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - CEP: 76.997-000 - (Fax) Fone: (0xx69) 3342-2283 e 3342-2235. fb
Cerejeiras-RO, 21 de dezembro de 2011.
(a) Roberta Cristina Garcia Macedo
Juíza de Direito

Proc.: 0016442-43.2005.8.22.0013
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Bunge Fertilizantes S/a
Advogado:Arivaldo Moreira da Silva (SP 61.067), José Antonio Moreira (SP 62.724), Luís Fernando Decanini (MT 6.865-A), Afonso Decanini Neto (MT 9.123)
Executado:Toyoji Kamiya
Advogado:Maria Aparecida Peres Gigliotti (RO 645-A)
48 horas:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL N. 215/2011
PARA PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 687, § 3º DO CPC.
O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Genérica da Comarca de Cerejeiras/RO, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Processo : 0016442-43.2005.8.22.0013
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Bunge Fertilizantes S/A
Advogado: Afonso Decanini Neto – OAB/MT 9.123 40339
Executado(s): Toyoji Kamiya
Valor da Execução: R$ 110.148,83, atualizado em 20-09-2010. fl. 127
DESCRIÇÃO DOS BENS: a) - 01 (um) Trator CBT, modelo 8240, série 001275, motor perquins, modelo A4-248, série 231.115-N, em razoável estado de conservação; avaliado em R$ 20.000,00 (vinte mil reais); b) – 01 (uma) plaina agrícola dianteira, marca Tatu (já sem marca aparente) com 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) de largura; avaliada em R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais); c) – 01 (uma) grade aradora com remoto 14x24, em bom estado de conservação, avaliada em R$ 6.000,00 (seis mil reais), d) – 01 (uma) grade niveladora, marca Baldan, 32 discos, com mancal a óleo, avaliada em R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais); e) – 01 (uma) concha basculante, marca Tatu, com acionamento hidráulico, avaliada em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais),

f) – 01 (um) subsolador, marca Baldan (o subsolador existente é marca Baldan e não Tatu) de 05 (cinco) astes, avaliada em R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais); g) – 01 (um) batedor de cereais, marca Jumil, com esteira de alimentação automática, roda, cardan de acionamento e plataforma de ensaque, em vom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), perfazendo o total de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), em 13-05-2011.
1ª VENDA: 27-01-2012, às 8:20horas
2ª VENDA: 10-02-2012, às 8:20horas
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio, bem como sua esposa, se casado for.
Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - CEP: 76.997-000 - (Fax) Fone: (0xx69) 3342-2283 e 3342-2235.
Cerejeiras-RO, 21 de dezembro de 2011.
(a) Roberta Cristina Garcia Macedo
Juíza de Direito

Proc.: 0016442-43.2005.8.22.0013
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Bunge Fertilizantes S/a
Advogado:Arivaldo Moreira da Silva (SP 61.067), José Antonio Moreira (SP 62.724), Luís Fernando Decanini (MT 6.865-A), Afonso Decanini Neto (MT 9.123)
Executado:Toyoji Kamiya
Advogado:Maria Aparecida Peres Gigliotti (RO 645-A)
48 horas:
Processo:0016442-43.2005.8.22.0013
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Bunge Fertilizantes S/A
Advogado(a): Afonso Decanini Neto – OAB/MT 9.123
Executado(a):Toyoji Kamiya
Advogado : Maria Aparecida Peres Gigliotti – OAB/RO 645-A
FINALIDADE: Intimação do(s) patrono(s) da(s) parte(s) do r. Despacho de fl.150 e da certidão de fl. 151, respectivamente abaixo transcritos, e unicamente do(s) patrono(s) da parte exequente para retirar(em) dos autos o Edital de Venda Judicial nº 214/2011 e providenciar(em) a publicação, juntando posteriormente nos autos
DESPACHO: "Vistos etc. À escrivania, para que designe hasta pública dos bens penhorados. Intimem-se. Expeça-se o necessário. , 23 de novembro de 2011. (a) Elisangela Nogueira – Juíza de Direito."
CERTIDÃO: Certifico que, por determinação judicial (fl. 150), designei hasta pública para os dias 27/01/2012, às 8:20 e 10/02/2012 , às 8:20, respectivamente em primeira e segunda praça. O referido é verdade. Dou fé. Cerejeiras-RO., 30-11-2011. (a) Carlos Vidal de Brito – Diretor de Cartório.

Proc.: 0022356-49.2009.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
Executado:Vicente Campagnolli, Oldemar Cézar Tavares, Zuleica Rech Odorcik Tavares
Advogado:Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755), Não Informado (xx)
Despacho:
Processo:0022356-49.2009.8.22.0013
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto:Cédula de Produto Rural
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado(a): Cézar Benedito Volpi - OAB/RO 533; Anely de Moraes Pereira Merlin – OAB/PR 40339
Executado(a):Vicente Campagnolli e outros
Advogado : Trumam Gomer de Souza Corcino – OAB/RO 3755
Finalidade: Intimação do(s) patrono(s) da(s) parte(s) do r. Despacho de fl.73 e da certidão de fl. 74, respectivamente abaixo transcritos, e unicamente do(s) patrono(s) da parte exequente para retirar(em) dos autos o Edital de Venda Judicial nº 214/2011 e providenciar(em) a publicação, juntando posteriormente nos autos
DESPACHO: "Defiro a realização de hasta pública, com o escopo de venda judicial do bem. Sendo a venda judicial infrutífera ou não havendo licitante, manifeste-se o credor se tem interesse na adjudicação do bem. Em caso negativo, o exeqüente deverá indicar outros bens do devedor passíveis de penhora (JTJ 190/203). À escrivania, para que designe datas para venda judicial do bem. Expeça-se o necessário. Intimem-se. , 17 de outubro de 2011. (a) Elisangela Nogueira – Juíza de Direito."
CERTIDÃO: Certifico que, por determinação judicial (fl. 73), designei hasta pública para os dias 11/01/2012, às 8:20 e 25/01/2012 , às 8:20, respectivamente em primeira e segunda praça. O referido é verdade. Dou fé. Cerejeiras-RO., 08-11-2011. (a) Carlos Vidal de Brito – Diretor de Cartório.
Carlos Vidal de Brito
Escrivão Judicial

2º CARTÓRIO

2º Cartório
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs2vara@tjro.jus.br
JUÍZA: Roberta Cristina Garcia Macedo
Escrivão: Osmar Guarnieri - Escrivão Judicial

Proc.: 0026987-75.2005.8.22.0013
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Giuliano Geraldo Reis (doc. não informado)
Executado:José Ambrósio de Paiva - ME, José Ambrósio de Paiva
Advogado:Advogado não Informado (Doc. Não Informado)
Despacho:
As execuções judiciais, inclusive as fiscais, têm natureza real, incidindo, portanto, sobre o patrimônio do devedor, o qual deve concorrer, em sua integralidade (CPC, artigo 591), para a

satisfação do direito do credor, materializado no título executivo - no caso sob análise a Certidão de Dívida Ativa, a qual goza de presunção de certeza e liquidez (artigo 3º, da Lei 6.830/80). Com o intuito de assegurar a efetividade da tutela jurisdicional executiva, fez o legislador complementar acrescentar, ao CTN, o artigo 185-A, possibilitando ao juiz o decreto de indisponibilidade de bens e direitos do sujeito passivo da execução fiscal, atento, contudo, ao limite imposto pelo parágrafo 1º, qual seja, o valor total da dívida exigível, de sorte que, aquilo que sobejar a esse limite, não deverá ser alvo da indisponibilidade.O decreto de indisponibilidade, por outro lado, prende-se ao preenchimento de três pressupostos, a saber: que o devedor tenha sido regularmente citado nos autos do executivo fiscal, e que não tenha havido nomeação de bens à penhora, não tendo sido encontrados, ademais, bens penhoráveis.In casu, presentes os requisitos, DECRETO a indisponibilidade dos bens de José Ambrósio de Paiva e José Ambrósio Paiva - ME, até o limite do valor da dívida.Oficie-se aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao Registro Público de Imóveis, à CIRETRAN e ao Central, e à Comissão de Valores Mobiliários CVM a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial, com a observação de que deverão enviar imediatamente a este juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido. Intimem-se. Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0004419-55.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Marcos de Oliveira
Advogado:Ameur Hudson Amâncio Pinto (RO 1807)
Requerido:Negresco Sa Crédito e Financiamento
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Trata-se de ação processada perante o Juizado Especial Cível desta Comarca, onde alega o requerente, em síntese, que nunca firmou qualquer contrato no Estado de Santa Catarina, inclusive com a empresa requerida, todavia seu nome foi inscrito em cadastro restritivo de crédito (fl. 12) e, por este motivo, requer seja declarado inexistente o débito, condenando-se a empresa requerida ao pagamento de danos morais, requerendo, ainda, que lhe seja deferida tutela antecipada para excluir seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.Primeiramente, compulsando os autos, restou patente que o nome do autor foi inserido no Cadastro do SPC (fl. 12). Dito isto, com relação ao pedido de antecipação de tutela, o Enunciado nº 26 do FONAJE, dispõe que: São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis. A antecipação dos efeitos da tutela serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a sentença a ser proferida no final. Dispõe o art. 273 do CPC:“Art. 273. o juiz, a requerimento da parte, pode antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; (...)”.No presente caso, apesar do requerente pleitear pela concessão de tutela antecipada para determinar que a requerida retire seu nome dos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA e congêneres), o requerente juntou nestes autos apenas informações de que a requerida teria inscrito seu nome no SPC (fl. 12), deixando de preencher o requisito de prova prova inequívoca para se convencer que ouve inscrição do nome do requerente junto ao SERASA ou outros órgão de proteção ao crédito que não o SPC, restando demonstrada apenas a inscrição do nome do requerente no cadastro restritivos referente ao SPC (fl. 12).Portanto, verifico que há demonstração de que houve a inclusão do nome do requerente junto ao SPC por débito que este afirma não ter dado causa, havendo fundado receio de dano de difícil reparação em relação a este débito, pois a inscrição do nome em cadastros restritivos, avilta os direitos da dignidade e da inviolabilidade da imagem das pessoas garantidos constitucionalmente e as medidas protetivas ao consumidor (artigo 5º, inciso X, XXXII c/c 170, V, ambos da CF/88). De outro norte, a medida poderá ser revista a qualquer tempo.Pelo exposto, com fulcro no artigo 273, I, e 461 do Código de Processo Civil, ANTECIPO PARCIALMENTE OS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA e determino que a empresa requerida NEGRESCO SA CRÉDITO E FINANCIAMENTO promova exclusão do registro negativo que realizou em nome do requerente MARCOS DE OLIVEIRA no cadastro do SPC, no prazo de 48 horas, sob pena de multa no valor de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) por dia de descumprimento, com fulcro no art. 461, § 4º do CPC, aplicável à espécie (art. 273, § 3º do CPC).Outrossim, designo audiência de conciliação para o dia 29/02/2012, às 10 horas. Cite-se e intime-se a parte ré para a audiência de conciliação designada, devendo constar no mandado as advertências legais, intimando-se, ainda, a requerida da presente decisão, servindo a presente decisão como mandado.Cientifique a parte autora, aguarde-se a solenidade.Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0004420-40.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Marcos de Oliveira
Advogado:Ameur Hudson Amâncio Pinto (RO 1807)
Requerido:Comercial Salfer Ltda.
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Trata-se de ação processada perante o Juizado Especial Cível desta Comarca, onde alega o requerente, em síntese, que nunca firmou qualquer contrato no Estado de Santa Catarina, inclusive com a empresa requerida, todavia seu nome foi inscrito em cadastro restritivo de crédito (fl. 12) e, por este motivo, requer seja declarado inexistente o débito, condenando-se a empresa requerida ao pagamento de danos morais, requerendo, ainda, que lhe seja deferida tutela antecipada para excluir seu nome dos órgãos de proteção ao crédito.Primeiramente, compulsando os autos, restou patente que o nome do autor foi inserido no Cadastro do SPC (fl. 12). Dito isto, com relação ao pedido de antecipação de tutela, o Enunciado nº 26 do FONAJE, dispõe que: São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis. A antecipação dos efeitos da tutela serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a sentença a ser proferida no final. Dispõe o art. 273 do CPC:“Art. 273. o juiz, a requerimento da parte, pode antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; (...)”.No presente caso, apesar do requerente pleitear pela concessão de tutela antecipada para determinar

que a requerida retire seu nome dos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA e congêneres), o requerente juntou nestes autos apenas informações de que a requerida teria inscrito seu nome no SPC (fl. 12), deixando de preencher o requisito de prova prova inequívoca para se convencer que ouve inscrição do nome do requerente junto ao SERASA ou outros órgão de proteção ao crédito que não o SPC, restando demonstrada apenas a inscrição do nome do requerente no cadastro restritivos referente ao SPC (fl. 12).Portanto, verifico que há demonstração de que houve a inclusão do nome do requerente junto ao SPC por débito que este afirma não ter dado causa, havendo fundado receio de dano de difícil reparação em relação a este débito, pois a inscrição do nome em cadastros restritivos, avilta os direitos da dignidade e da inviolabilidade da imagem das pessoas garantidos constitucionalmente e as medidas protetivas ao consumidor (artigo 5º, inciso X, XXXII c/c 170, V, ambos da CF/88). De outro norte, a medida poderá ser revista a qualquer tempo.Pelo exposto, com fulcro no artigo 273, I, e 461 do Código de Processo Civil, ANTECIPO PARCIALMENTE OS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA e determino que a empresa requerida COMERCIAL SALFER LTDA promova exclusão do registro negativo que realizou em nome do requerente MARCOS DE OLIVEIRA no cadastro do SPC, no prazo de 48 horas, sob pena de multa no valor de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) por dia de descumprimento, com fulcro no art. 461, § 4º do CPC, aplicável à espécie (art. 273, § 3º do CPC).Outrossim, designo audiência de conciliação para o dia 29/02/2012, às 9:30 horas. Cite-se e intime-se a parte ré para a audiência de conciliação designada, devendo constar no mandado as advertências legais, intimando-se, ainda, a requerida da presente decisão, servindo a presente decisão como mandado.Cientifique a parte autora, aguarde-se a solenidade.Expeça-se o necessário. Intimem-se.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0000066-69.2011.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Centrais Elétricas de Rondônia S.a.
Advogado:Matheus Evaristo Santana (RO. 3230)
Executado:Fernandes Godoi
Advogado:Não Informado (OAB/RO 112-A)
Despacho:
A tentativa de bloqueio eletrônico de valores restou infrutífera, assim como a tentativa de localização de registros de veículos automotores, conforme extratos em anexo.Assim, manifeste-se a parte exequente, em cinco dias, renovando-se a conclusão em seguida.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0000676-71.2010.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cerejeiras - RO
Advogado:Roberto Silva Lessa Feitosa (RO 2372)
Executado:Jeanes Terezinha da Silva Ferreira
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Defiro o requerido à fl. 43.Proceda-se à penhora e avaliação de bens da parte executada, tantos quantos necessários à garantia da execução. Realizada a penhora intime-se o executado para querendo opor embargos no prazo legal. Recaindo a penhora sobre bens imóveis, proceda-se averbação junto ao CRI, independentemente do pagamento de custas e/ou outras despesas, observando o disposto no artigo 14 Lei n. 6.830/80, e intime-se o(s)/a(s) esposo/a(s), se casado/a(s) for(em).Fica consignado que o prazo para oferecimento de embargos é de trinta dias, nos termos do artigo 16 e incisos da Lei n. 6.830/80. Serve a presente decisão como mandado ou expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0000247-46.2006.8.22.0013
Ação:Inventário
Requerente:Oliva Colla de Souza, Dorli Valdir de Souza, Vercy José de Souza, Rosmari Terezinha de Souza Pinto, Cleuni Carlos de Souza, Maristela Inez de Souza, Marinez Salete de Souza, Rosmar Pedro de Souza, Sadi Luiz de Souza, Osni Antonio de Souza, Auria Simoni de Souza, Marta Ana de Souza, Cleunice Maria de Souza Coutinho
Advogado:Fernando Milani e Silva (RO 186), Ameur Hudson Amâncio Pinto (RO 1807)
Inventariado:Espólio de Adão de Souza
Advogado:Ameur Hudson Amâncio Pinto (RO 1807)
Despacho:
Considerando a certidão de fl. 173, determino nova intimação pessoal do inventariante Cleuni Carlos de Souza para cumprir o determinado à fl. 167 dos autos, sob pena de remoção. Intimem-se. Expeça-se carta precatória à comarca de Vilhena.. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0021131-62.2007.8.22.0013
Ação:Inventário
Requerente:Júnior Márcio de Almeida, Janira Duquini Ferreira, Maria José Barbosa Alves
Advogado:Ameur Hudson Amâncio Pinto (RO 1807), Fernando Milani e Silva (RO 186), Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046), Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089), Paulo Sérgio Galtério (SP 134.685)
Requerido:Espólio de José Almeida Batista
Advogado:Advogado não Informado (XXXXXX Doc. Não Informado), Fernando Milani e Silva (RO 186)
Despacho:
Considerando a certidão de fl. 941, determino a intimação pessoal do inventariante Júnior Márcio de Almeida, com endereço na linha 3, da 3ª para 4ª Eixo, para cumprir o determinado à fl. 938 dos autos, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de remoção.Intimem-se. Serve a presente decisão como mandado ou carta ou ainda, expeça-se o necessário. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0012758-08.2008.8.22.0013
Ação:Inventário
Requerente:Nelzira Rodrigues da Silva Senturion, Juliana Romero Senturion, Honório Senturion Júnior, Pedro Henrique Silva Senturion, Adriani Pimenta Senturion, Milena Aparecida Romero Senturion
Advogado:Oscar Leonel de Menezes (OAB/MT 3709), Maurício de Carvalho (MT 10-052-A), Ladario Silva Borges Filho (MT 8104), Oscar Leonel de Menezes (OAB/MT 3709), Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208), Maurício de Carvalho (MT 10-052-A), Ladario Silva Borges Filho (MT 8104)
Inventariado:Espólio de Honório Senturion

Advogado:Oscar Leonel de Menezes (OAB/MT 3709)
Despacho:
Defiro o requerido às fls. 441/442.Expeça-se ofício à Delegacia da Receita Federal em Vilhena/RO, para que informe o númerto de inscrição de Adriani Pimenta Senturion no Cadastro de Pessoas Físicas.Com as informações, intime-se o inventariante para apresentar balanço final feito por contador e comprovar o pagamento do ITCD, no prazo de 10 (dez) dias.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0022883-79.2001.8.22.0013
Ação:Cumprimento de sentença
Litisconsorte Ativo:Ministério Público do Estado de Rondônia, Município de Cerejeiras RO
Advogado:Promotor de Justiça (Doc. Não Informado)
Executado:Onézio Florêncio Chaves, Construtora Caroline Ltda, Alencar Comércio, Construção e Representação Ltda., Alicerce Engenharia Ltda, Agro Mecanização S/A, Antônio Carlos Duran
Advogado:Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208), Fábio José Gobbi Duran (OAB-RO 632), Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208), Fábio José Gobbi Duran (OAB-RO 632), Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208), Fábio José Gobbi Duran (OAB-RO 632), Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A), Valdir dos Santos (RO 260), Fábio José Gobbi Duran (OAB-RO 632), Valdete Minski (RO 3595)
Despacho:
Considerando o teor da certidão de fl. 3325, bem ainda que o executado Israel Pereira de Alencar não foi encontrado, determino sua intimação por edital.Decorrido o prazo para pagamento das custas processuais, o que deverá ser certificado nos autos, expeça-se o necessário para fins de inscrição dos executados em dívida ativa.Oficie-se à Comarca de Vilhena/RO, solicitando a devolução da carta precatória.Certifique-se a escrivania o decurso do prazo para manifestação dos executados acerca dos cálculos de fls. 2294/3313.Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0000263-24.2011.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cerejeiras - RO
Advogado:Roberto Silva Lessa Feitosa (OAB/RO 2372)
Executado:Ivone dos Santos Santana da Luz
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Defiro o pedido de suspensão do processo, pelo prazo de 01(um) ano, requerido à fl. 32.Decorrido o prazo, intime-se o exequente para que se manifeste requerendo o que de direito para o prosseguimento do feito.Expeça-se o necessário. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0001893-18.2011.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Theodorico Gomes Portela Nejo (11499)
Executado:Agro Indústria 3 Corações Importação e Exportação Ltda - EPP.
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Intime-se a parte exequente para que se manifeste, requerendo o que de direito para prosseguimento do feito.Expeça-se o necesário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0002997-79.2010.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pemaza - Pereira Martins da Amazônia Ltda
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Executado:Josue Souza Ribeiro
Advogado:Mário César Torres Mendes (OAB/RO 2305), Watson Mueller (OAB-RO 2835)
Despacho:
Defiro a suspensão pelo prazo requerido (fls.130), findo o qual, intime-se a parte exequente para que se manifeste, requerendo o que de direito para o prosseguimento do feito.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0000546-81.2010.8.22.0013
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cerejeiras - RO
Advogado:Roberto Silva Lessa Feitosa (RO 2372)
Executado:Adelson Novais Ribeiro
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Defiro o requerido à fl. 29.Expeça-se mandado de penhora e avaliação de bens da parte executada, tantos quantos necessários à garantia da execução. Realizada a penhora intime-se o executado para querendo opor embargos no prazo legal. Recaindo a penhora sobre bens imóveis, proceda-se averbação junto ao CRI, independentemente do pagamento de custas e/ou outras despesas, observando o disposto no artigo 14 Lei n. 6.830/80, e intime-se o(s)/a(s) esposo/a(s), se casado/a(s) for(em).Consigne-se no mandado que o prazo para oferecimento de embargos é de trinta dias, nos termos do artigo 16 e incisos da Lei n. 6.830/80.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0001559-18.2010.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Denunciado:Fátima Maria da Silva, Gilson Costa Lourenço
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Designo audiência para oitiva da testemunha Neusa Encarnação Alves para o dia 10/04/2012, às 11h45m.Deixo de designar audiência para oitiva da testemunha Abdo, atualmente em lugar incerto, uma vez que a Defesa não informou seu novo endereço.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0003234-79.2011.8.22.0013
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça
Denunciado:A. P. dos S.

Advogado:Dejamir Ferreira da Costa.. (RO 1724)
Despacho:
Considerando a inércia da parte, expeça-se carta precatória para a intimação das testemunhas, nos termos de fl. 76. Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0004407-41.2011.8.22.0013
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Euclydes Adamiski
Advogado:José Roberto Migliorança (SP 201.041)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Para fins de cumprimento do ato deprecado, designo dia 01/03/2011, às 11h30m.Intimem-se. Comunique-se ao Juízo deprecante.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0004408-26.2011.8.22.0013
Ação:Carta precatória (Área Família)
Exequente:D. A. da S. L. A. B.
Advogado:Simoni Rocha (RO 2966)
Executado:A. A. da S.
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
À escravania para a designação de data para a realização do ato deprecado.Cumpra-se a presente, servindo de mandado ou expedindo-se o necessário.Devidamente cumprida, devolva-se à origem, com as homenagens de estilo.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0003970-97.2011.8.22.0013
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Cooperativa de Crédito Rural do Sul de Rondônia Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654-A)
Executado:Corrêa & Corrêa Ltda.
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Determino a suspensão da realização de hasta pública do bem penhorado designada à fl. 28, tendo em vista a necessidade de aguardar a nomeação do inventariante nos autos do espólio de Maurício Carlos Corrêa, para o prosseguimento do feito. Intimem-se. Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0001080-88.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Reni da Rosa
Advogado:Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Não Informado (xx)
Sentença:
Trata-se a presente de Ação de Concessão de Benefício Previdenciário proposta por Reni da Rosa em face do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.Compulsando os autos, verifico que o requerido apresentou proposta de acordo, às fls. 65/66, com a qual concordou a parte requerente, pugnando pela homologação (fl. 67).Ante o exposto, homologo o acordo de fls. 65/66, para que surta seus legais e jurídicos efeitos e declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Intime-se a parte requerida para o cumprimento dos termos do acordo ora homologado.Custas finais dispensadas com supedâneo no artigo 6º, §7º, da Lei Estadual n. 301/90. Honorários advocatícios nos termos do acordo homologado.P. R. I. Cumpra-se.Aguarde-se notícias do cumprimento do ajuste no prazo de 30 (trinta) dias.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0018782-23.2006.8.22.0013
Ação:Ação Penal - crime doloso contra a vida (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (Doc. Não Informado)
Denunciado (Pronunci:Gevanilson Silva Barros, Gilmar Cavalcante Paula
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
Despacho:
Com o retorno dos autos, aguarde-se a designação de nova sessão de julgamento, na qual será incluído o presente feito. Cerejeiras-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito
Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial

Proc.: 0004340-76.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carlos Roberto de Souza
Advogado:Thais Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922), Aristides Gonçalves Junior (RO 4303)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Defiro a gratuidade processual, nos termos do art. 4º da Lei n. 1.060/50.Cite-se o requerido para os termos da ação, com as advertências legais.Com a resposta, vistas ao requerente para impugnação.Após, retornem os autos conclusos.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0002803-45.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Laércio Alves de Almeida
Advogado:Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046)
Requerido:César Alves Silva
Advogado:Ameur Hudson Amâncio Pinto (RO 1807), Fernando Milani e Silva (RO 186)
Despacho:
Sem prejuízo do julgamento imediato do pedido (art. 330, CPC), manifestem-se a partes acerca das provas que pretendem produzir, indicando a necessidade e a pertinência, sob pena de indeferimento.Após, retornem os autos conclusos.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0004348-53.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lúcia Miranda dos Santos
Advogado:Thais Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922), Aristides Gonçalves Junior (RO 4303)

Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Defiro a gratuidade processual, nos termos do art. 4º da Lei n. 1.060/50.Cite-se o requerido para os termos da ação, com as advertências legais.Com a resposta, vistas ao requerente para impugnação.Após, retornem os autos conclusos.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0004341-61.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Andressa Soares da Silva
Advogado:Thais Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922), Aristides Gonçalves Junior (RO 4303)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Defiro a gratuidade processual, nos termos do art. 4º da Lei n. 1.060/50.Cite-se o requerido para os termos da ação, com as advertências legais.Com a resposta, vistas ao requerente para impugnação.Após, retornem os autos conclusos.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0000426-04.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Interligação Elétrica do Madeira S. A.
Advogado:Bernardo Rosário Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 7669), Ronaldo Bovo (SP 300.707), Edson Bovo (OAB/SP 136468)
Requerido:Eduardo Louzada Neves, Janes Maria Castaman Neves
Advogado:Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747)
Despacho:
Intime-se o perito para que realize nova perícia, tendo em vista que o laudo apresentado às fls. 153/154, diverge da área mencionada na inicial.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0001374-77.2010.8.22.0013
Ação:Monitória
Requerente:José Carlos Miranda
Advogado:Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046)
Requerido:Maria Rozinete Soares da Silva
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Considerando o valor ínfimo, deixei de convalidar o bloqueio. Por isso, manifeste-se a parte autora em 05(cinco) dias. Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0002517-04.2010.8.22.0013
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Monamares Gomes Grossi (903)
Executado:Tarcísio Alceu de Medeiros
Advogado:Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046)
Despacho:
Considerando o decurso do prazo sem a manifestação do executado, nos termos do despacho de fl. 112, defiro o pedido de venda dos bens penhorados.Designe a escrivania data para a realização de hasta pública dos bens, conforme requerido à fl. 130 dos autos.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0002824-21.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sidnei Lourenço do Carmo
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Requerido:Roserlei Estevam de Lima, Maria da Penha de Oliveira, Marcos Roberto de Oliveira, Reginaldo Gervásio Beltrame, Ary da Silveira, Adilson Gonçalves de Oliveira, Maria Antunes Castanho, Wérica Silva de Melo Sexas, Maria das Graças Silva Coelho
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (OAB/RO 1)
Despacho:
Defiro o pedido para produção de prova testemunhal requerida à fl. 177. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11/04/2012, às 10 horas.Intimem-se. Expeça-se o necessárioCerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0004339-91.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Benedita de Souza Silva
Advogado:Thais Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922), Aristides Gonçalves Junior (RO 4303)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat
Advogado:Não Informado (xx)
Despacho:
Defiro a gratuidade processual, nos termos do art. 4º da Lei n. 1.060/50.Cite-se o requerido para os termos da ação, com as advertências legais.Com a resposta, vistas ao requerente para impugnação.Após, retornem os autos conclusos.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0001133-06.2010.8.22.0013
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça, Não Informado (xx)
Réu:Rudimar Sérgio Ebert, Kleber Calisto de Souza, Osny Blanco Dutra, Joás Dedé de Souza, Rosemeire Cordeiro Ceciliano
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089), Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
Despacho:
Defiro o requerido à fl. 611.Expeça-se carta precatória à Comarca de Vilhena/RO, para oitiva da testemunha Caio de Melo Xavier.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0019892-86.2008.8.22.0013
Ação:Embargos a Execução Fiscal
Embargante:Benedito Vicente - Me
Advogado:José Lotfi Corrêa (MS 3630a), Rita Campos Filles Lotfi (MS 11.755)
Embargado:Conselho Regional de Farmácia dos Estados de Rondônia e Acre - CRF-AC/RO.

Advogado:Breno Azevedo Lima (RO 2039), Hélida Marques Abreu Silva (SSP/MG 107272), Bárbara Vieira da Silveira (OAB/MG 106776), Daniela Miranda Duarte (OAB/MG 97402), Dilson Araújo de Souza (OAB/MG 45475)
Despacho:
Intimem-se as partes, nos termos de fl. 203, para que se manifestem acerca do que de direito para prosseguimento do feito.Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Primeiro Juizado Especial Cível de Colorado do Oeste, RO
Email: jecivelcol@tjro.jus.br
Proc: 1000552-40.2011.8.22.0012
Ação:Petição (Juizado Cível)
Valdir Prudente dos Santos(Requerente)
Advogado(s): Andréa Melo Romão Comim(OAB 3960 RO)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.(Requerido)
Advogado(s): PAULO VINICIUS PORTO DE AQUINO(OAB 2723 RO), Rubia Andréa Brambila(OAB 43677 PR)
FINALIDADE: "Finalidade: Intimar a parte recorrida, por via de seu advogado, de todo o teor do R. Despacho proferido nos autos e que segue transcrito, bem como para que apresente contrarrazões no prazo de 10 dias. "Vistos etc... O recurso é próprio e tempestivo, bem como foram recolhidas as custas processuais. Recebo o recurso apenas no seu efeito evolutivo (art. 43, da Lei n.9.099/95). Abra-se vista à parte contrária para que, caso queira, apresente contrarrazões, no prazo legal. Após, com ou sem ontrarrazões, remetam-se os autos a Turma Recursal, com as nossas homenagens."

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
email: colcivel@tjro.jus.br
Fórum: Joel Quaresma de Moura
Juiz de Direito da Vara Cível: Cristiano Gomes Mazzini
Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, n. 3879

Proc.: 0038191-85.2006.8.22.0012
Ação:Conversão Litigiosa de separação em divórcio
Requerente:J. de S. E. P. M.
Advogado:Dr. Valmir Burdz - OAB-2086
FINALIDADE: Intimar parte requerente por seu procurador, para no prazo de cinco dias, retirar os autos em car´torio, diante do seu desarquivamento.

Proc.: 0001101-04.2010.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudomiro da Cruz Oliveira
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Requerido:Daniel Pereira dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE: Intimar parte requerente por sua procuradora, para dar andamento ao feito, diante da devolução do AR sem localizar requerido para sua citação.

Proc.: 0001021-06.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sivaldo Mariano Dias
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE: Intimar parte requerente, para requerer o que entender necessário, diante da manifestação do INSS, implantando o beneficio em favor da parte requerente.

Proc.: 0017009-43.2006.8.22.0012
Ação:Ação ordinária
Requerente:Vicente Cordeiro Barbosa
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE: Intimar parte requerente por seu procurador, par amanifestar no prazo de cinco dias, diante da implantação do benefício em favor da parte interessada.

Proc.: 0002051-76.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elza Teixeira da Silva
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE: Intimar parte requerente para manifestar no prazo de cinco dias, diante do intervenção do INSS em sua petição de fls. 17/23.

Robertson Oliveira Lourenço
escrivão Judicial - Substituto

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0051343-47.2008.8.22.0008
Ação:Crimes Ambientais (Juizado Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Infrator:Ricardo de Aguiar Custódio, Orion Madeiras Indústria e Comércio de Madeiras Ltda Me
Advogado:Zilio Cesar Politano (OAB-RO 489-A)
Despacho:
Vistos, etc....Ao MP.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003481-12.2010.8.22.0008
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Departamento de Policia Federal
Infrator:João Edson Alves da Silva, Antonio Marcos de Oliveira Silva, R. S. Bordinhão Me Sobreira Móveis, José Lúcio Lourenço de Oliveira, Alexandre Krause, Márcio José da Silva e Freitas, Evandro Gerke, João Batista de Oliveira Silva
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Sentença:
Vistos etc. Os autores de fato: João Edson Alves da Silva, Antonio Marcos de Oliveira Silva, R.S.Bordinhão ME Sobreira Móveis, José Lúcio Lourenço de Oliveira, Alexandre Krause e João Batista de Oliveira Silva aceitaram acordo no Juizado Especial e teve a medida aplicada na forma do artigo 76 da Lei 9.099/95, conforme ata às fls. 209/213 e247/249, as quais cumpriram integralmente, conforme certidão de fls. 342.POSTO ISTO, dou por cumprida a medida e, em conseqüência, JULGO EXTINTO o feito nos termos do artigo 76 da Lei 9.099/95, pelo cumprimento.P. R. I.Com relação ao réus Evandro Gerke e Márcio da Silva e Freitas, solicite-se informações quanto ao cumprimento das cartas precatória de fls. 337/338.Com o retorno das cartas precatórias, vista às partes para alegações finais.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004625-84.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Poliana da Silva Gonçalves
Despacho:
Despacho COM FORÇA DE MANDADODesigno audiência de conciliação para o dia 14 de fevereiro de 2012, às 11 horas. A parte autora fica intimada na pessoa de sua advogada. FINALIDADE: CITAÇÃO do (s) requerido (a) (s) acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O (S) para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível da 1ª Vara desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO. Neste ato ficará Vossa Senhoria, cientificado (a) que a defesa poderá ser feita oral ou escrita a deverá ser apresentada até a audiência de conciliação. O não comparecimento à audiência de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais (Art. 20 da Lei 9.099/95). Para a audiência de Instrução e Julgamento, poderá ser apresentada até 03 (três) testemunhas, independente de intimação ou requerer-lhe a intimação até 05 (cinco) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º da Lei 9.099/95).FICA AUTORIZADO PELO MM. JUIZ DESTA COMARCA AO OFICIAL DE JUSTIÇA PROCEDER DE ACORDO COM O PARÁGRAFO 2º DO ART. 172 DO CPC, QUANDO NECESSÁRIO.Cumpra-se na forma da LeiAnexo cópia da inicialEspigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001974-79.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Cleomar Franch Rosa
Requerido:Banco Bradesco Cartões S.A
Despacho:
Vistos, etc...Intime-se a parte Executada acerca do bloqueio efetivado nos autos através do sistema bacenjud, para que, querendo, possa requerer o que lhe for de direito. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, nada sendo requerido, expeça-se alvará de levantamento em favor do Requerente e venham os autos concluso para extinção.I. C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004519-59.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lucas Vendrusculo
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Requerido:Estado de Rondônia
Despacho:
Trata-se de execução contra a fazenda pública segue o rito do art. 730 do CPC.Assim, cite-se para o cumprimento do julgado, podendo opor embargos no prazo de 10 (dez) dias (CPC, art. 730). Certificado o não oferecimento de embargos, requisite-se o pagamento, através do RPV (Requisição de Pequeno Valor), devendo a advogada providenciar os documentos necessários. Expeça-se o necessário.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004608-48.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Quanz e Geremia Ltda Me
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Executado:Dayane Cristina de Oliveira Sechini
Despacho:
Vistos, etc...O CPF apresentado como sendo da executada pertence a terceira pessoa. Assim, indique o n. do CPF correto da executada para fins de prosseguimento. I. C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004566-96.2011.8.22.0008
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:Jovanete Penha de Oliveira
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Otávio Manoel Arruda
Despacho:
Vistos, etc...Fls. 16. Corrija o nome do Requerido, fazendo-se constar Antônio Severino de Arruda. Quanto ao pedido de fls. 17, na certidão de fls. 14-vº consta que o Requerido retirou seus pertences pessoais da residência.Vista ao M.P., nada sendo requerido, ao arquivo. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003516-35.2011.8.22.0008
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Departamento de Polícia Federal de Espigão do Oeste
Infrator:Marcos Antonio Krauser Inácio
Sentença:
Vistos etc.O autor do fato aceitou acordo no Juizado Especial e teve a medida aplicada na forma do artigo 76 da Lei 9.099/95, conforme ata às fls. 47, a qual cumpriu integralmente, conforme comprovante de depósito juntado aos autos às fls. 49.POSTO ISTO, dou por cumprida a medida e, em conseqüência, JULGO EXTINTO o feito nos termos do artigo 76 da Lei 9.099/95, pelo cumprimento.P. R. IApós as anotações necessárias, ARQUIVE-SE.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004626-69.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Fabiana Soares da Silva Gonçalves
Despacho:
Despacho COM FORÇA DE MANDADODesigno audiência de conciliação para o dia 14 de fevereiro de 2012, às 10h30min. A parte autora fica intimada na pessoa de sua advogada. FINALIDADE: CITAÇÃO do (s) requerido (a) (s) acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O (S) para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível da 1ª Vara desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO.Neste ato ficará Vossa Senhoria, cientificado (a) que a defesa poderá ser feita oral ou escrita a deverá ser apresentada até a audiência de conciliação. O não comparecimento à audiência de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais (Art. 20 da Lei 9.099/95). Para a audiência de Instrução e Julgamento, poderá ser apresentada até 03 (três) testemunhas, independente de intimação ou requerer-lhe a intimação até 05 (cinco) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º da Lei 9.099/95).FICA AUTORIZADO PELO MM. JUIZ DESTA COMARCA AO OFICIAL DE JUSTIÇA PROCEDER DE ACORDO COM O PARÁGRAFO 2º DO ART. 172 DO CPC, QUANDO NECESSÁRIO.Cumpra-se na forma da LeiAnexo cópia da inicialEspigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004469-33.2010.8.22.0008
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Delegacia de Polícia Federal de Vilhena-RO
Infrator:Rodrigo Canizares Assunção
Despacho:
Vistos, etc...Cumpra-se o determinado às fls. 58.Nada mais pendente, arquive-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000933-14.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:M. G. Hoffmann e Cia Ltda Me (comercial Eldorado)
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Valdelice Rodrigues Martins
Despacho:
Vistos, etc...A pesquisa através do bacenjud restou negativa, assim, indique bens passíveis de penhora em 05 dias, sob pena de arquivamento do feito. I. C. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004624-02.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Moda Em Estilo Ltda Epp Americana Modas
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:Janete Dias Pimentel
Despacho:
Despacho COM FORÇA DE MANDADODesigno audiência de conciliação para o dia 14 de fevereiro de 2012, às 10h15min. A parte autora fica intimada na pessoa de sua advogada. FINALIDADE: CITAÇÃO do (s) requerido (a) (s) acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O (S) para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível da 1ª Vara desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO. Neste ato ficará Vossa Senhoria, cientificado (a) que a defesa poderá ser feita oral ou escrita a deverá ser apresentada até a audiência de conciliação. O não comparecimento à audiência de conciliação, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais (Art. 20 da Lei 9.099/95). Para a audiência de Instrução e Julgamento, poderá ser apresentada até 03 (três) testemunhas, independente de intimação ou requerer-lhe a intimação até 05 (cinco) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º da Lei 9.099/95).FICA AUTORIZADO PELO MM. JUIZ DESTA COMARCA AO OFICIAL DE JUSTIÇA PROCEDER DE ACORDO COM O PARÁGRAFO 2º DO ART. 172 DO CPC, QUANDO NECESSÁRIO.Cumpra-se na forma da LeiAnexo cópia da inicialEspigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001914-09.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Espólio de Raimundo dos Reis Rodrigues
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Aristides Inácio
Sentença:
Vistos, etc...Espólio de Raimundo dos Reis Rodrigues, devidamente qualificado nos autos, ingressou com a presente ação de cobrança em desfavor de Aristides Inácio, também qualificado nos autos, pretendendo o recebimento do valor de R$ 3.961,00 (três mil, novecentos e sessenta e um reais), alegando, em síntese, que é credor do requerido em referida importância, pois na data de julho de 2003 cedeu ao Requerido 22 sacas de café conilon. Que ficou acertado que até junho de 2005 o Requerido devolveria ao Requerente 22 (vinte e duas) sacas de café. Diz que o Requerido nunca cumpriu com a obrigação da entrega do café conforme convencionado. Diz ainda que o valor da saca do café da data do vencimento da obrigação era de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) e que na data de hoje a saca custa R$ 180,00 (cento e oitenta reais). Citado, o requerido contestou o pedido, dizendo que já havia cumprido parte da obrigação para com o de cujus Raimundo dos Reis Rodrigues, antes de seu falecimento, que se deu após do vencimento do contrato, sendo que lhe entregou 12 sacas de café e lhe repassou alguns valores em moeda corrente, tendo cumprido mais de 50% da obrigação. Reconheceu estar inadimplente com apenas 07 (sete) sacas de café. Impugnação do autor às fls. 43/44, onde este não reconheceu o alegado pagamento parcial mencionado pelo Requerido.Na audiência de instrução e julgamento foi dispensado as testemunhas e as partes apresentaram alegações finais com argumentos remissivos.É o breve relatório.Decido.Trata-se de ação de cobrança lastreada em contrato particular de empréstimo de café, onde o espólio do Requerente pretende o recebimento das 22 sacas de café conforme discriminado no contrato de empréstimo, fls. 12, sob o argumento de que o Requerido não cumpriu com a obrigação da entrega das sacas no prazo ajustado, nem posteriormente. Como é cediço, o documento de fls. 12 perdeu sua capacidade executória, contudo, o mesmo serve de indício de provas quanto a alegada obrigação de entrega de 22 sacas de café canilon.Contudo, a parte

requerida, em sua peça contestatória (fls. 31/33), admitiu que realmente tomou a título de empréstimo do de cujus Raimundo a quantidade de sacas descrita naquele documento, bem como, que deveria entregar as 22 sacas de café conforme convencionado, tornando, assim, os fatos incontroversos, na forma do artigo 334, inciso III, do Código de Processo Civil.É bem verdade que o requerido, em sua contestação (fls. 31/33), aventou fato impeditivo do direito da requerente (que parte do valor cobrado já foi pago), contudo, não diligenciou o Requerido carrear aos autos provas das suas alegações (CPC, art. 333, inciso II).Não comprovou o requerido que pagou parte do débito cobrado porque não juntou nenhum documento que pudesse comprovar que realmente houve o pagamento parcial das sacas que tomou emprestada, através da entrega de 12 sacas de café e de dinheiro ao de cujus Raimundo, antes de sua morte. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar o requerido a pagar ao requerente o valor de 22 sacas de café, sendo que o cálculo deve considerar o valor atual da saca de café conilon, de 60 Kg cada.Condeno o requerido nas custas processuais e honorários de Advogado, que fixo em R$ 400,00 (quatrocentos reais).P. R.I. C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001137-58.2010.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Adão Bernardes de Sena, Roseli Aparecida da Silva
Advogado:Silvio Pinto Caldeira Junior (OAB/RO 3933), Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Decisão:
Vistos, etc...Em sede de defesa preliminar a acusada Roseli Aparecida da Silva alega a inépcia da denúncia, dizendo que aquela peça processual é genérica, vaga, imprecisa e não individualizou pormenorizadamente a condutas da ré. No mérito, nega a prática delitiva.O réu Adão Bernardes de Sena, não arguiu nenhuma preliminar. É o relatório. decido. Não há que se falar em inepta da inicial, vez que, embora não descreva pormenorizadamente a conduta da acusada, estabelece o vínculo mínimo da conduta.Ademais, como é cediço, nos termos da jurisprudência do Egrégio STJ, eventual inépcia da denúncia só pode ser acolhida quando demonstrada inequívoca deficiência a impedir a compreensão da acusação, em flagrante prejuízo à defesa, ou na ocorrência de qualquer das falhas apontadas no art. 43 do CPP, o que não se vislumbra no presente caso. (nesse sentido: STJ - HC 44.135/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ 19/03/2007 p. 365).Quanto ao mérito, razão também não assiste aos réus, posto que, a negativa de autoria, aventada pelos acusados, é matéria afeta ao ?meritun causae? e será analisada no momento processual oportuno.Assim, estando o processo em ordem designo audiência de instrução e julgamento para o dia 1º de março de 2012, às 9h40min. Intimem-se as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, bem como os acusados, inclusive para que a acusada Roseli Aparecida da Silva traga seus documentos pessoais na audiência, tendo em vista a divergência do nome constante na denúncia, com o nome na peça inquisitiva.Cientifiquem-se o Ministério Público e a defesa. Cumpra-se expedindo-se o necessário.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004613-70.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:K. K. da S.
Executado:E. C. da S.
Despacho:
Vistos, etc...Autos em segredo de Justiça.Defiro a gratuidade processual.1- Considerando que existem 03 (três) prestações de alimentos em atraso, intime-se o (a) devedor (a) para, em três (03) dias, a contar da intimação,efetuar o pagamento da dívida R$ 817,50 (oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, SOB PENA DE PRISÃO.2 - Conste ainda no mandado que o mesmo deverá efetuar também o pagamento das parcelas que vencerem, sem pagamento, durante o curso da execução, de acordo com a súmula 309 do STJ.3 - SIRVA-SE A PRESENTE COMO MANDADO, o endereço declinado na cópia da petição inicial em anexo.4 - Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.5 - Caso o Executado não efetue ou comprove o pagamento ou justifique a impossibilidade de fazê-lo, desde já, decreto a prisão civil do devedor pelo prazo de 60(sessenta) dias, nos termos do artigo 733, § 1º, do Código de Processo Civil, devendo a escrivania certificar e expedir o mandado de prisão sem outra determinação.Cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000284-15.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sebastião Cândido Neto
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1.826)
Executado:Elcir Luiz Cousseau
Despacho:
Vistos, etc...Se no prazo legal, o que deverá ser certificado, recebo a impugnação ofertado como embargos à execução para discussão, sem contudo, emprestar-lhe efeito suspensivo por não vislumbrar a presença dos requisitos legais.Desentranhe-se os documentos acostados as autos (fls. 28/39) e distribua por dependência, autuando em apartado.No processo de embargos, ouça-se o embargado, no prazo de 15(quinze) dias. Neste processo manifeste-se o exequente. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004575-58.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. D. P. C.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:A. A. C. J.
Despacho:
1.A ação é de revisão de valor de pensão alimentícia. Rege-se pelo rito especial da Lei nº 5.478, de 25.07.68, em razão do disposto em seu art. 13.2. Processe-se em segredo de justiça (CPC, art. 155, II). Cite-se o réu e intime-se à autora, a fim de que compareçam à audiência de conciliação, que designo para o dia 14 de fevereiro de 2012, às 10 horas, acompanhados de seus Advogados, importando a ausência desta em arquivamento do pedido e a daquele em confissão e revelia (Lei nº 5.478/68, art. 7º).3.Na audiência, se não houver acordo, iniciar-se-á o prazo para contestação, o que deverá ser feito através de advogado, no prazo de 15 dias.4. Expeça-se o necessário.Intimem-se. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004580-80.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marlene Ribeiro de Moraes
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos,etc...Antesdeapreciaropedidoliminarderestabelecimento do auxilio que era percebido pela requerente é mister a realização de perícia médica, já que os atestados médicos juntados pela requerente foram produzidos unilateralmente, sem judicialização.Em sendo assim, na forma do art. 421, CPC, para realização da prova pericial nomeio um dos Médicos Psiquiátrico que atendem nesta cidade, independentemente de compromisso.Nos termos do art, 433 do CPC, fixo o prazo de trinta (30) dias para apresentação do laudo pericial, contados a partir da intimação do perito.Como quesito do Juízo, o Senhor experto deverá responder se a requerente está incapacitada permanentemente para o trabalho ou para a atividade habitual. Intimem-se as partes para os fins do artigo 421,§1º, do CPC. Intime a Senhora Secretária Municipal de Saúde para indicar o Médico que realizará a perícia.Após, entregue os autos ao Experto para a realização dos trabalhos.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004595-49.2011.8.22.0008
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Josué do Vale
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Embargado:Joel Luiz da Fonseca
Decisão:
Vistos, etc...Indefiro a liminar pleiteada, uma vez que é necessário auferir a data da citação do devedor para fins de analisar possível fraude à execução. Recebo os embargos de terceiros para discussão, suspendendo o processo principal (artigo 1052 do CPC).Certifique nos autos principais, apensando-se. Cite-se o embargado para, querendo, contestar no prazo de 10 (dez) dias (artigo 1053 do CPC).Intime-se. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0062485-48.2008.8.22.0008
Ação:Depósito
Requerente:Tradição Administradora de Consórcio Ltda
Advogado:Edemilson Koji Motoda (SP 231747)
Requerido:Fernando Veras Ramos
Despacho:
Vistos, etc...Pedido de fls. 106. Já decorreu o prazo de suspensão requerida.Assim, manifeste-se o exequente, no prazo legal, informando o endereço ou bens passíveis de penhora do executado, sob pena de extinção do processo. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002200-84.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Drogacenter Farmácia Ltda - ME
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Julia Dias de França Campos
Sentença:
Vistos, etc...Com fundamento no art. 794, II, do Código Processo Civil, HOMOLOGO, por sentença, o acordo noticiado às fls. 31/32 dos autos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Nos termos do artigo 792 do CPC defiro a suspensão requerida até 15 de março de 2012. Decorrido tal prazo, manifeste-se a Exequente.Sem custas.P.R.I.C. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0015331-97.2009.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Osmar Diniz da Silva
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Despacho:
Vistos, etc...Tendo em vista que a guia de execução já foi emitida as fls. 83 e entregues ao juízo da execução (fls. 83v). Remeta-se ao arquivo.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001061-97.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Atual Comercio de Ferragens Ltda Me
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Requerido:Celso Ireno de Souza
Despacho:
Vistos, etc...Nesta data retirei a restrição que pesava sobre o veículo MMC/L200 SPORT 4X4 HPE, placa KAH 2829 MT, registrada em nome de Celso Ireno de Souza, referente a este processo. Oficie à CIRETRAN comunicando a baixa do gravame, e que o bem pode ser restituído a quem for de direito, caso não haja outros bloqueios ou pendências administrativas. Nesta data efetivei a tentativa de bloqueio de valores via bacen jud. O resultado foi negativo. Expeça-se mandado de penhora para recair sobre os bens indicados às fls. 43, item 01, inclusive para registro de eventual penhora junto ao DETRAN.Serve este despacho como ofício à CIRETRAN. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004565-14.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Serafina Schulz de Oliveira
Advogado:Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos, etc...Antes de apreciar o pedido liminar de restabelecimento do auxílio que era percebido pela requerente é mister a realização de perícia médica.Em sendo assim, na forma do art. 421, CPC, para realização da prova pericial nomeio um dos Médicos Ortopedista que atendem nesta cidade, independentemente de compromisso.Nos termos do art, 433 do CPC, fixo o prazo de trinta (30) dias para apresentação do laudo pericial, contados a partir da intimação do perito.Como quesito do Juízo, o Senhor experto deverá responder se o autor está incapacitado total ou parcialmente, permanente ou temporariamente para atividade habitual e/ou para o trabalho. Intimem-se as partes para os fins do artigo 421,§1º, do CPC. Junte-se cópia dos quesitos depositados em cartório pelo requerido.Intime a Senhora Secretária Municipal de Saúde para indicar o Médico que realizará a perícia, bem como a

data da realização da perícia, ocasião em que a autora será intimada pelo advogado.Após, entregue os autos ao Experto para a realização dos trabalhos.CITE-SE com as advertências legais.Intimem-se.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO/CARTA.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000904-27.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Terezinha de Jesus
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Elisângela Aparecida do Rosário
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Sentença:
Vistos, etc...Houve pagamento (fls. 67). Considerando a satisfação da obrigação, face o pagamento integral do débito, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em conseqüência, os necessários levantamentos.P.R.I.C.Transita da em julgado, arquive-se.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.

Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

2º CARTÓRIO

2º Cartório

Proc.: 0004573-88.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Daniel do Prado
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (SP 267910), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Requerido:Claro S.a.
Decisão:
DANIEL DO PRADO ajuizou AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE LIMINAR em face de CLARO S/A requerendo que seja concedida a liminar visando a exclusão imediata do seu nome dos registros de inadimplência junto ao Banco de Dados SPC/SERASA. Alega que a inclusão do nome nos referidos cadastros ocorreu de forma abusiva, pois não foi notificado, nunca manteve qualquer tipo de relação contratual com a empresa requerida.
Passo a apreciar o pedido de liminar
A documentação que acompanhou a petição inicial, comprova satisfatoriamente pelo menos para esta fase, os fatos alegados, o que confere plausibilidade ao direito invocado.
O perigo da demora é patente em casos desta natureza. Ocorre uma ostensiva e imediata restrição de crédito ao negativado, com danos irreversíveis. A medida se for concedida somente a final do processo, será inócua.
Ante o exposto, conforme o pedido inicial, concedo a liminar para ordenar a ré que, retire no prazo de 05 dias, o registro do nome do autor dos bancos de dados do SPC e SERASA, relativamente aos débitos constantes nos autos, sob pena de incorrer em multa diária, sem prejuízos de outras medidas coercitivas tendentes a dar eficácia a esta decisão.
Expeça-se mandado para cumprimento da liminar.
Designo audiência de conciliação para o dia 05/03/2010 às 08 horas 30min.
Intime-se o autor através de seu advogado.

Proc.: 0004593-79.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Adriana de Souza Neto
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Requerido:Telemar Norte Leste S. A.
Decisão:
ADRIANA DE SOUZA NETO ajuizou AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE LIMINAR em face de TELEMAR NORTE LESTE S/A requerendo que seja concedida a liminar visando a exclusão imediata do seu nome dos registros de inadimplência junto ao Banco de Dados SPC/SERASA. Alega que a inclusão do nome nos referidos cadastros ocorreu de forma abusiva, pois não foi notificada, nunca manteve qualquer tipo de relação contratual com a empresa requerida.
Passo a apreciar o pedido de liminar
A documentação que acompanhou a petição inicial, comprova satisfatoriamente pelo menos para esta fase, os fatos alegados, o que confere plausibilidade ao direito invocado.
O perigo da demora é patente em casos desta natureza. Ocorre uma ostensiva e imediata restrição de crédito ao negativado, com danos irreversíveis. A medida se for concedida somente a final do processo, será inócua.
Ante o exposto, conforme o pedido inicial, concedo a liminar para ordenar a ré que, retire no prazo de 05 dias, o registro do nome da autora dos bancos de dados do SPC e SERASA, relativamente aos débitos constantes nos autos, sob pena de incorrer em multa diária, sem prejuízos de outras medidas coercitivas tendentes a dar eficácia a esta decisão.
Expeça-se mandado para cumprimento da liminar.
Designo audiência de conciliação para o dia 05/03/2010 às 09 horas 30min.
Intime-se o autor através de seu advogado.
Serve cópia desta decisão como MANDADO. O endereço do Fórum: Rua Vale Formoso, 1954, Fórum, Bairro Vista Alegre, Espigão do Oeste-RO, CEP 76.974-000 fone (069) 3481-2279.

Proc.: 0004594-64.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Marcos Jochem
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Requerido:Roziran Com. de Mat. p/ Const. Ltda (Chico Mat. p/ Constr.)
Decisão:
Marcos Jochem ajuizou AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE LIMINAR em face do Roziran Com. de Mat. p/ Const. Ltda (Chico Mat. p/ Constr.), requerendo que seja concedida a tutela antecipada visando a exclusão imediata do seu nome dos registros de inadimplência junto ao Banco de Dados SPC/SERASA.
Relata que a inclusão do nome no referido cadastro ocorreu de forma abusiva, uma vez que o requerido não comunicou ao requerente sobre referida inclusão, e, o valor que originou a dívida foi pago corretamente, não constando nenhum débito pendente, conforme fls.14.
Passo a apreciar o pedido de LIMINAR.
A documentação que acompanhou a petição inicial em fls.14/18, comprova satisfatoriamente pelo menos para esta fase, os fatos alegados, o que confere plausibilidade ao direito invocado.
O perigo da demora é patente em casos desta natureza. Ocorre

uma ostensiva e imediata restrição de crédito ao negativado, com danos irreversíveis. A medida se for concedida somente a final do processo, será inócua.
Ante o exposto, conforme o pedido inicial, defiro o pedido de LIMINAR, para ordenar ao requerido que exclua, no prazo de 05 dias, o nome e o CPF do requerente dos registros do SPC/SERASA, relativamente aos débitos constantes nos autos, sob pena de incorrer em multa diária, sem prejuízos de outras medidas coercitivas tendentes a dar eficácia a esta decisão.
Expeça-se mandado para cumprimento da liminar.
Designo audiência de Conciliação para o dia 05/03/2012, às 09horas.
Proceda a CITAÇÃO do requerido acima, de todos os termos constantes na petição inicial, cuja cópia segue anexa, e após INTIME-O para que compareça na data acima, na Rua Vale Formoso nº 1954, na Sala de Audiências do Juizado Especial Cível desta Comarca, para audiência de CONCILIAÇÃO;
ADVERTÊNCIA:
a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita ora oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento,caso seja rejeitada a conciliação;
b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95);
c) Para a audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação ou requerer-lhes a intimação até 05 (cinco) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).
Intime-se a requerente através de sua advogado via DJE, para comparecer no dia hora e local acima, para audiência de conciliação sob pena de extinção do processo por ausência do autor.
SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E CARTA DE CITAÇÃO E DE INTIMAÇÃO (PARA AS PARTES), conforme o caso, observando o (s) endereço (s)acima.
Intime-se o autor através de seu advogado via DJE.
Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos
Intimem-se.

Proc.: 0002751-64.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Transportadora P.I. Guzon Ltda
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Junior (3765)
Requerido:Construtora Stroll Ltda
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0001116-82.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Papelaria e Casa Sport Brasil Ltda
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Veronice da Costa Santos, Dailton Alves dos Santos
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará nº 252/2011.

Proc.: 0004496-79.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Luciano Gomes de Souza
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Executado:Sidnei Herculano
Despacho:
Realizada tentativa de penhora on line, restou infrutífera. Designo audiência de Conciliação para o dia 09 de março de 2012 às 08h30min.Intime-se o requerente para comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita ora oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento,caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Para a audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação ou requerer-lhes a intimação até 05 (cinco) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, conforme o caso, observando os endereços acima declinados. Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.IC.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0022303-83.2009.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Vicente Gonçalves Lara
Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Despacho:
Expeçam-se as RPVs dos valores de fl. 94/95.Cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0050800-44.2008.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvia Ferreira da Silva
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Prossiga em execução. Proceda a reclassificação dos autos. Cite-se à autarquia para cumprimento do julgado, podendo opor embargos no prazo de 30(trinta) dias. Certificado o não oferecimento de embargos, e o não pagamento, expeça-se Requisição de pequeno valor já requerido pelo autor fls. 134. Com relação ao pedido de fl. 135, o pagamento dos honorários periciais correrá por conta da Justiça Federal, uma vez que a parte autora é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita (art. 1º, da Resolução n. 541/2007, do CJF). Considerando que já houve a entrega do laudo pericial (fl. 93/94), encaminhe-se ofício requisitório ao Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Rondônia, com endereço à Avenida Presidente Dutra, 2203, Centro, em Porto Velho ? RO, para realização do pagamento, nos termos do artigo 4º e §§ da Resolução n. 541/2007, do CJF.Expeça-se o necessário.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004324-40.2011.8.22.0008
Ação:Inventário
Inventariante:Jandira Romualdo de Pontes
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660)
Inventariado:Espólio de Orcalino Correa de Pontes
Despacho:
Vistos e Examinados.Defiro os pedidos ministeriais de fl. 39.Oficie-se o Idaron, e expeça-se mandado de avaliação do bem. Com a juntada do mnadado, dê-se vista a Fazenda Estadual a fim de que se manifeste sobre o valor atribuído aos bens e realizar o cálculo de ITCD.Cumpridas as determinações acima, dê-se nova vista ao MP.C.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0046169-91.2007.8.22.0008
Ação:Execução fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia/RO
Advogado:Antônio das Graças Souza (RO 10-B)
Executado:Futura Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda Me, Adriano Rosalem, Giovane Terezinha Balbinot Rosalem
Decisão:
A Fazenda Pública ajuizou a presente ação de execução fiscal contra Futura Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios LTDA ME, Adriano Rosalem e Giovane Terezinha Balbinot Rosalem. Os executados Adriano Rosalem e Giovane Terezinha Balbinot Rosalem ofereceram exceção de pré-executividade alegando ilegitimidade passiva pois se retiraram da sociedade ora executada e que existe a ausência de ato que autorize a responsabilidade pessoal do sócio.A exceção de pré-executividade foi rejeitada por entender que todas as matérias ali arguidas deveriam ter sido discutidas em embargos, determinando o prosseguimento do feito.Inconformado, os excipientes interpuseram recurso de apelação às fls. 67/119, requerendo a reforma da sentença É o relatório.Não há o que se discutir quanto ao fato de que o recurso cabível é o Agravo de Instrumento, pois a decisão que não acolhe a exceção de pré-executividade não é terminativa e muito menos definitiva; apenas resolve um incidente processual.Nesse sentido há precedentes do Superior Tribunal de Justiça:PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NÃO ACOLHIDA - NATUREZA DE INCIDENTE PROCESSUAL - RECURSO CABÍVEL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.A decisão monocrática que julgou a pretensão na referida exceção de pré-executividade, em verdade, pôs fim a um incidente processual e não a um processo incidental, isto é, deixou de apreciar a alegação acerca da legitimidade do peticionário de figurar na execução fiscal. Esse pronunciamento judicial desafia o recurso de agravo de instrumento, uma vez que o curso da execução fiscal terá normal prosseguimento. Precedentes deste Sodalício. Recurso Especial conhecido e provido". (REsp n. 493.818 - MG, Min. Franciulli Netto).Inquestionável a natureza interlocutória da decisão que não acolhe exceção de pré-executividade. Sendo assim, por erro grosseiro do N. Advogado, deve ser rejeitado o recuso. Assim, resta analisar se o caso em tela se adequa aos requisitos legais para aplicação do princípio da fungibilidade.A jurisprudência pátria vem se manifestando cada vez mais veementemente sobre esta questão, cristalizando o entendimento de que a interposição de apelação, na hipótese do recurso cabível ser o agravo de instrumento, caracteriza erro grosseiro, tornando inaplicável o princípio da fungibilidade processual.Nesse sentido, destacam-se os seguintes entendimentos jurisprudenciais:EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO. ERRO GROSSEIRO. A decisão que rejeita exceção de pré-executividade tem natureza interlocutória, porquanto não extingue o processo de execução, mas, tão-somente, resolve um incidente ali havido. Sendo cabível recurso de agravo de instrumento. Recurso não conhecido. (35363520078260370 SP 0003536-35.2007.8.26.0370, Relator: Vera Angrisani, Data de Julgamento: 26/07/2011, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 29/07/2011). PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - RECURSO CABÍVEL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE – INAPLICABILIDADE. A interposição de apelação para atacar decisão interlocutória que desacolhe exceção de pré-executividade se traduz em equívoco inadmissível, o que obsta a aplicação do princípio da fungibilidade e o recebimento do reclamo como se fosse agravo de instrumento. (240764 SC 2003.024076-4, Relator: Luiz Cézar Medeiros, Data de Julgamento: 30/03/2004, Segunda Câmara de Direito Público, Data de Publicação: Apelação Cível n. 2003.024076-4, de Concórdia.).O princípio da fungibilidade, para ser adotado, requer a observância dos seguintes requisitos: a) dúvida objetiva sobre qual o recurso a ser interposto; b) inexistência de erro grosseiro, que se dá quando se interpõe recurso errado, quando o correto encontre-se expressamente indicado na lei e sobre o qual não se opõe nenhuma dúvida; c) que o recurso erroneamente interposto tenha sido agitado no prazo do que se pretende transformá-lo.Vejo no caso em tela, que somente o requisito da tempestividade está preenchido, entretanto, não há qualquer dúvida que dá decisão de rejeita a exceção de pré-executividade é cabível agravo de instrumento e vejo claramente a gravidade do erro na interposição do recurso. Ademais, considerando que o processamento do recurso de apelação do agravo de instrumento se diferem substancialmente, tornou-se difícil, senão impossível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal neste caso. Ante o exposto, rejeito o recurso de apelação por ser incabível para a decisão atacada.Intimem-se os executados da presente decisão e dê-se vista ao exequente para prosseguimento do feito.Desentranhe-se às fls. 120/133 pois se tratam de contrafé. IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001077-51.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Edson Barbosa Galindo
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Requerido:Estado de Rondônia
Despacho:
Defiro fls.55, último parágrafo.Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001330-39.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Liversina da Silva Oliveira
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469), Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Despacho:
Ante o noticiado às fl. 53, oficie-se a Secretária Municipal de Saúde solicitando novo agendamento para realização de perícia.Com a resposta, intimem-se as partes.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0015985-55.2007.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Requerido:Madbel Beneficiamento de Madeiras Especiais Ind. Com. e Exportação Ltda, Valdinei Correa Pereira, Odivio Sebastião Santiago, Olita Justina Santiago Correa
Advogado:Advogado não Informado (00000)
Despacho:
Intime-se o exequente do insucesso do Bacenjud, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 10 dias.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002022-38.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Indústria e Comércio de Madeiras Absoluta Ltda
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Requerido:Lipold Comércio de Madeiras Ltda Me
Sentença:
Tendo em vista que a requerida não se fez presente na audiência conciliatória, apesar de estar devidamente citada e intimada, através da precatória (fls. 21/22), JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com fundamento no art. 20 da Lei 9.099/95, condenando a requerida a pagar a importância de R$ 18.500,00(dezoito mil e quinhentos reais)a requerente, corrigida a partir do ajuizamento da ação. P.R.I.C.Transitada em julgado, inicie-se a execução.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000512-87.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vanderlei Silveira
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403), Milton Ricardo Ferretto (RO 571-A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Os novos documentos apresentados pelo autor não são suficientes para comprovar de forma inequívoca a permanência da incapacidade alegada.Aguarde-se a realização da perícia médica designada.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001079-21.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hélio Fernandes Baleeiro
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Vinicius de Paula Vieira (OAB/RS 60913)
Requerido:Moben Comércio de Veículos Ltda, Ford Motor Company Brasil Ltda
Advogado:Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (RO 644)
Despacho:
Diante da já manifestação do requerente em não produzir novas provas(fls.124), dê-se vista a parte requerida para especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e a finalidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto o deposito do respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002942-12.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edinaldo Fernandes de Menezes
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Ante o noticiado às fls. 66. desconstituo a nomeação de fl. 61.Nomeio um dos Médicos especialista na patologia apresentada pelo requerente (ortopedia/traumatologia) que atende no sistema regional de saúde, independentemente de compromisso, atentando-se para o impedimento dos médicos Marcos Eduardo Fernades, Raymundo Nonato Almeida, Marcos Coelho Azevedo.Intime a Senhora Secretária Municipal de Saúde para indicar o Médico que realizará a perícia, bem como a data e local. No mais, permanece inalterado o despacho de fl. 61.Intimem-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000824-63.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Comercial de Peças e Acessórios Decar Ltda
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B), Vinicius de Paula Vieira (OAB/RS 60913)
Despacho:
Trata-se de cumprimento de sentença. Reclassifique os autos. Diante do insucesso do Bacenjud, foi indicado o bem abaixo á penhora.Proceda-se a penhora, avaliação e remoção do bem indicado abaixo, para garantir a satisfação do crédito e acessórios. Efetuada a penhora, deve-se observar o art. 666 e seus parágrafos do Código de Processo Civil, devendo o bem eventualmente penhorado ser entregue ao credor ou seu advogado. Cabe ao exequente informar a localização do bem, sendo que para cumprimento do mandado de penhora, avaliação e remoção, deve o Oficial de Justiça entrar em contato com o exequente através de seu advogado, para que o mesmo acompanhe-o para que o bem seja localizado.Bem indicado: um veículo MG/Montana, cor preta, ano e modelo 2011, placa NOT-2345 de Manaus/AM.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando o endereço acima declinado acima, sendo que o valor da causa é R$ 22.899,03 (vinte e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e três centavos). Deve o valor remanescente ser depositado judicialmente, pena de revogação desta decisão. Autorizo o uso das prerrogativas do artigo 172 do Código de Processo Civil e respectivos parágrafos.I.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0038030-82.2009.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Laudiceia Buge
Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Despacho:
Considerando que a data da perícia já decorreu, intime-se a parte autora, através de sua advogada, para informar se o exame pericial foi realizado ou não. Em caso negativo, oficie-se a Secretária Municipal de Saúde solicitando novo agendamento pericial.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0017423-48.2009.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edivaldo Pereira
Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Almejando evitar a extinção do presente feito, intime-se mais uma vez o requerente, por meio de seu procuradora, para no prazo de 5 dias, dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção por abandono da causa.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0015870-34.2007.8.22.0008
Ação:Cobrança (Rito ordinário)
Requerente:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Requerido:Madbel Beneficiamento de Madeiras Especiais Ind. Com. e Exportação Ltda, Valdinei Correa Pereira, Odivio Sebastião Santiago, Olita Justina Santiago Correa
Advogado:Advogado não Informado (00000)
Despacho:
Intime-se o exequente do insucesso do Bacenjud, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 10 dias.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004473-36.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jessé Fernando Morais Bonassi
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:Elessandro Correa da Silva
Despacho:
Diante do sucesso parcial do Bacenjud, converto este em penhora.Intime-se o executado para, querendo, apresentar impugnação á penhoa no prazo de 15 dias, conforme art. 475-J, §1º do CPC. Após, diga o credor, que deverá ser intimado por seu advogado.Designo audiência de Conciliação para o dia 05 de março de 2012 às 10h.Intime-se o requerente através de sua advogada para comparecer na audiência designada, sendo que o não comparecimento acarretará extinção e arquivamento do feito e condenação ao pagamento de custas. ADVERTÊNCIA:a) Fica Vossa Senhoria cientificado que a defesa poderá ser feita ora oral ou escrita e deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento,caso seja rejeitada a conciliação; b) O não comparecimento à audiência de conciliação serão considerados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora na peça inicial (Art. 20 da Lei 9.099/95); c) Para a audiência de instrução e julgamento, poderão ser apresentadas até 03 (três) testemunhas independente de intimação ou requerer-lhes a intimação até 05 (cinco) dias antes da data marcada (Art. 34, § 1º, da Lei 9.099/95).SERVE A PRESENTE COMO MANDADO, observando os endereços acima.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002894-53.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Abimarina Lima dos Santos Santana
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos em saneador.Trata-se de ação de concessão de salário maternidade, onde o requerido foi citado e não apresentou contestação. A antecipação de tutela, se for o caso, será concedida na sentença.O feito está em ordem. Junte a requerente, caso possua, declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.Designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia __07__/_03__/__2012__ as _13:00__horas, a fim de que o requerente comprove o exercício de atividade rural para efeito do benefício.Intimem-se as partes também sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, será o prazo de 05 dias a contar da intimação. Pela parte autora observe o rol nas fls. 10. Expeça-se o necessário. I. C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002599-16.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Revisionando:Evandro Cruz
Advogado:Murillo Espinola de Oliveira Lima (RO 4742), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Junior (3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB 4871)
Revisionado:Banco Rural S A
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
Despacho:
Diante da já manifestação do requerente em não produzir novas provas(fls.86), intime-se a parte requerida para especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e a finalidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto o deposito do respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001978-19.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Clara Berger Loose
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos em saneador,Trata-se de ação reivindicatória de pensão por morte, na qual o requerido foi citado e intimado acerca da antecipação dos efeitos da tutela, não apresentou contestação e nem comprovou a implantação do benefício. Designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia __28__/_03__/__2012__ as _12:00__horas, a fim de que o requerente comprove o exercício de atividade rural do seu esposo para efeito da pensão por morte.Intimem-se as partes também sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, será o prazo de 05 dias a contar

da intimação. Pela parte autora observe o rol nas fls. 14. Intime-se ainda a parte requerida para implantar o benefício concedido em sede de antecipação de tutela no prazo de 48 horas, fixo multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) para cada dia de atraso, e de responsabilização penal por desobediência ou prevaricação.Depreque-se via fax. Ato a ser cumprido por Oficial de Justiça, o qual deverá certificar o nome do servidor do INSS ou Procurador responsável pela implantação de benefício, para fins de responsabilização criminal. Envie cópias dos documentos pessoais da autora, para implantação.Expeça-se o necessário. I. C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001606-70.2011.8.22.0008
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:E. P. M.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:J. V. M. M.
Despacho:
Vejo que às fls. 18, na audiência de conciliação o requerido além de contestar, fez pedido contraposto, assim, dê-se vista à Defensoria para manifestar-se sobre o pedido contraposto, bem como, para especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e a finalidade, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto o deposito do respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.Com a chegada intime-se o requerido através de sua advogada (fls.19.)Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000588-48.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Judith Ferreira Machado Westphal
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Trata-se de Ação Previdenciária para restabeleciemnto de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez pormovida por Judith Ferreira Nachado Westphal em face do INSS.Realizada perícia médica na área da ortopedia foi apontado pelo perito que a requerente apresenta sintomas de ordem psiquiátrica. Ante o constatado, as partes pugnaram pela realização de perícia a ser realizado por profissional da área psiquiátrica. Defiro o requerido pelas partes.Nomeio um dos Médicos especialista na área psiquiátrica que atende no sistema regional de saúde, independentemente de compromisso.Nos termos do art, 433 do CPC, fixo o prazo de trinta (30) dias para apresentação do laudo pericial, contados a partir da intimação do perito.Como quesito do Juízo, o Senhor experto deverá responder se a requerente está incapacitada permanentemente para o trabalho ou para a atividade habitual.Intimem-se as partes para, caso queiram, apresentar novo rol de quesitos, ou complementar os já apresentados. Não sendo apresentados, encaminhem-se ao perito os quesitos já apresentados. Intime a Senhora Secretária Municipal de Saúde para indicar o Médico que realizara a perícia, bem como local e data.Após, entregue os autos ao Experto para a realização dos trabalhos. Intimem-se. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001439-53.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Teresa Pereira Tomaz Costa
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Ante o noticiado às fl. 45 e seguintes, determino nova designação de perícia médica.Intime a Senhora Secretária Municipal de Saúde para indicar o Médico que realizará a perícia, bem como local e data, e se possível que a perícia seja realizada em localidade próxima a nossa comarca.Conste no ofício que o médico responsável pelo exame pericial está dispensado de prestar compromisso.Com a resposta, intimem-se as partes.C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000555-24.2011.8.22.0008
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Joana Pereira da Silva
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Juízo de Direito Vara Cível da Com. de Espigão do Oeste
Despacho:
Dê-se vista ao MP.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002720-44.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Constantino Souza dos Santos
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos em saneador.Trata-se de ação reivindicatória de pensão por morte, onde o requerido foi citado e não apresentou contestação. O feito está em ordem.Junte o requerente, caso possua, declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Designo desde já audiência de instrução e julgamento para o dia __28__/_03__/__2012__ as _11:00__horas, a fim de que o requerente comprove o exercício de atividade rural para efeito do benefício.Intimem-se as partes também sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, será o prazo de 05 dias a contar da intimação. Pela parte autora observe o rol nas fls. 12. Expeça-se o necessário. I. C. Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003646-59.2010.8.22.0008
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Eduardo Bezerra da Cruz
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB 4871)
Requerido:Banco Itaucard Sa
Despacho:
Trata-se de cumprimento de sentença. Proceda a reclassificação dos autos.Defiro o pedido de fl. 44. Intime-se o executado via AR-MP para cumprir a determinação da sentença, ou seja, exibir os documentos descritos no §2º das fls. 44. Após, intime-se o autor para informar o cumprimento da determinação. Caso não seja cumprida a obrigação, expeça-se o necessário mandado de busca e apreensãoDiante do sucesso do Bacenjud, converto este em penhora.Intime-se o executado para, querendo, apresentar impugnação á penhoa no prazo de

15 dias, conforme art. 475-J, §1º do CPC. Após, diga o credor, que deverá ser intimado por seu advogado.IC.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001550-71.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Eustáquio Gonçalves Lara
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Requerido:Eudiânio Vasconcelos Porto
Despacho:
Intime-se o requerente para especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e a finalidade, sob pena de indeferimento. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto o deposito do respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001674-20.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Almiro de Mendonça
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos e examinados.Razão assiste ao autor, eis que já houve realização de prova perícia. No entanto, verifico que a o requerido não foi intimado de sua realização. Assim, com o fim de evitar futura arguição de nulidade, dê-se vista ao INSS a fim de que o mesmo se manifeste sobre a desnecessidade de nova designação de prova pericial, considerando que não foi intimado da perícia de fl. 57/60.Por ora, cancelo a perícia designada para o dia 24/02/2011 (fl. 67). Oficie-se a Policlínica Oswaldo Cruz informando do cancelamento.Expeça-se o necessário.C.Espigão do Oeste-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004611-03.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rondo Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Executado:Marcelo Monteiro Marinho, Marcos Francisco Prochnow
Despacho:
Vistos, etc...Cite-se o (s) executado (s) ACIMA para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida (R$13.213,91). Não efetuado o pagamento, munido da cópia da presente decisão QUE SERVE COMO MANDADO, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s), advertindo-o que o prazo para, querendo, embargar será de 15 dias a contar da juntada do mandado.Os bens eventualmente penhorado deverão ser entregues ao credor ou seu advogado com fundamento no art. 666 do CPC, e só na impossibilidade fundada a qual deve ser certificada pelo oficial, poderá ser depositado com o devedor.Na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.Intime-se o executado que no prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento)do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá (ão) a (s) parte (s) executada (s) requererem seja (m) admitido (s) a pagar (em) o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.Fixo honorários em 10%, salvo embargos (artigo 652-A e art. 20, § 4º do Código de Processo Civil), ressalto que, no caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 652-A, parágrafo único). Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos. Não sendo encontrados bens penhoráveis, voltem conclusos.SERVE CÓPIA COMO MANDADO. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003857-61.2011.8.22.0008
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:C. C. I. - Comércio de Combustíveis Itaporanga Ltda
Advogado:Fabiana Ribeiro Gonçalves (SSP/RO 2800)
Executado:Robisson Sérgio Maneira Quiuqui
Despacho:
Vistos, etc.Cancelo os leilões anteriormente designados. Designo o dia _01__/_02__/__2012_, às __09___ horas, e, se necessário for, o dia _15__/_02__/_2012__, às __09____ horas, para a venda judicial do bem abaixo descrito: 01 motocicleta marca/modelo HONDA/CG 150TI, placa NEB-1203, renavam 989708039, ano 2008, chassi 9CKC08208R057658, avalido em R$4.500,00.Dispenso a publicação de edital nos termos do art. 686, § 3º. Expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO de intimação da parte executada. Intime-o ainda que o prazo para oferecimento de EMBARGOS será de 05 dias contados da arrematação (artigo 746 do CPC).Cominique o juízo deprecante.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004128-70.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:A. da S. B.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:O. A. B.
Sentença:
Diante da informação de fl. 23, JULGO EXTINTO o feito, com fulcro no art. 794, I do CPC.Autorizo eventuais levantamentos de documentos.Sem custas e honorários.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002239-18.2010.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público Federal
Indiciado:César Cinta Larga, Nilson Cinta Larga
Despacho:
Designo audiência para oitiva da testemunha ARIOMILSON BISPO DA SILVA e interrogatório dos réus para o dia 06 de março de 2012, às 08 horas.Endereço testemunha acima: rua Pinheiro, nº 2331, Bairro Jorge Teixeira, nesta cidade, fone 9953-9440.Intime-se os acusados acima através da FUNAI de Cacoal. Depreque-se. Ciência ao Ministério Público. Serve cópia desta decisão como MANDADO. O endereço do Fórum: Rua Vale Formoso, 1954, Fórum, Bairro Vista Alegre, Espigão do Oeste-RO, CEP 76.974-000 fone (069) 3481-2279.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003142-53.2010.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Solinei Natalina da Silva Kampim
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Vistos em saneador,Trata-se de ação declaratória de reconhecimento de tempo de serviço para efeitos de salário maternidade, onde o requerido foi citado e não contestou o pedido.O feito está em ordem.Junte a requerente, caso possua, declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2012 as 11 horas 40min, a fim de que a requerente comprove o exercício de atividade rural nos dez meses anteriores à data do requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua. Intimem-se as partes também sobre a apresentação do rol, e, caso ainda não apresentado adequadamente, será o prazo de 05 dias a contar da intimação, pela parte autora observe o rol de fls.32.Expeça-se o necessário. I. C. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000592-51.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Simone Letícia Mundel Fantin
Advogado:Jaqueline Coelho da Rocha (RO 1251)
Executado:Reinaldo Pereira Souza
Decisão:
Indefiro o pedido liminar de arresto de fls. 34/39, certamente porque à hipótese legal não está perfeitamente amoldada, inexistindo elementos fáticos para comprovar a alegação apontada, como exige o art. 814, inciso II do CPC, bem como, não haver requesitos do arresto ex officio ou de causa presumida, disciplinado nos artigos 653 e 654 do CPC.Defiro a penhora dos bens indicados abaixo descrito. Devendo os bens eventualmente penhorados serem entregues ao credor ou seu advogado, com fundamento no artigo 666 do CPC, e só na impossibilidade fundada a qual deve ser certificada pelo oficial, poderá ser depositado com o devedor.BEM INDICADO: 01(um) veículo Corolla na cor preta, placa DIN 7675.Expeça-se o necessário. Intimem-se. C. Após, diga o autor.SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE PENHORA/AVALIAÇÃO/REMOÇÃO E INTIMAÇÃO.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004588-57.2011.8.22.0008
Ação:Carta Precatória (Juizado Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Infrator:Jonathan Pacheco, Dario Adilar Kolas, Sidimar Klipel
Despacho:
Vistos, etc..Designo audiência preliminar para o dia 03 de fevereiro de 2012, às 10h40min.Intime-se o infrator DARIO ADILAR KOLAS no endereço acima mencionado, a fim de compareça à audiência designada acompanhado de advogado, sob pena de ser-lhe nomeado defensor dativo.Expeça-se o necessário. Ciência ao Ministério Público. Serve cópia desta decisão como MANDADO.O endereço do Fórum: Rua Vale Formoso, 1954, Fórum, Bairro Vista Alegre, Espigão do Oeste-RO, CEP 76.974-000 fone (069) 3481-2279.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0030761-26.2008.8.22.0008
Ação:Execução de prestação alimentícia
Exequente:A. C. de S. F. de S.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:C. dos S. F. de S.
Despacho:
Tendo em vista que foi informado novo endereço do executado e que não há informação de pagamento, cumpra-se o mandado de prisão, observando o endereço de fls. 46.IC.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002674-55.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Madeireira São Paulo Bailke& Ferreira Madeiras Ltda Me
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Sentença:
Vistos,etc...Trata-se de execução de título judicial, proposta por MADEIREIRA SÃO PAULO em face de NORBERTO GIACOMOLLI .Em petição nos autos as partes informam a realização de acordo. Por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes (fls. 33/34), para que se cumpra e guarde o que ali se contém e declara, ficando de ora em diante, EXTINTO o processo, com fundamento no art. 794, inciso II, do Código de Processo Civil. Fica autorizado os necessários levantamentos.Procedi o desbloqueio do veículo no RENAJUD. Indefiro o pedido de restrição sobre a motocicleta informada. Em caso de descumprimento, caberá ao exequente requerer o desarquivamento dos autos e a penhora do bem dado em garantida. P.R.I.C.Nada pendente, arquivem-se.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004564-29.2011.8.22.0008
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Edson Zacarias Marques
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660)
Embargado:Banco da Amazônia S. A.
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221)
Despacho:
Não se trata de embargos à execução fiscal conforme fundamentou o embargante na inicial.Se no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação no processo de execução, devendo ser certificado, recebo os embargos para discussão, sem emprestar-lhe efeito suspensivo por não vislumbrar a presença dos requisitos legais.O presente foi distribuído por dependência, autuado em apartado, e vejo que fora instruído com cópias das peças processuais relevantes.(artigo 736 § único).Ouça-se o embargado(exequente da execução) no prazo de 15 (quinze) dias.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004576-43.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:J. V. M. M.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:E. P. M.

Despacho:
Intime-se o requerente através de sua advogada para complete a inicial juntando a comprovação da data em que o executado foi citado na ação de alimentos, pois trata-se de alimentos provisórios.Intime-se.Cumpra-se.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001942-11.2010.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:A. M. G. O.
Advogado:Ana Rita Côgo (OAB/RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:R. P. de O.
Despacho:
Intime-se a autora para atualizar o débito do executado, para informar quais as três últimas pensões alimentícias devidas e as que venceram no curso da execução, apresentando o memorial de cálculos.Prazo de 10 dias.IC.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000324-94.2011.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Jaime Alves do Nascimento
Despacho:
A denúncia já foi recebida à fls. 34.Troque a etiqueta da capa do processo.Não vislumbro a presença de qualquer causa de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP).Designo audiência de instrução para 13/03/2012 às 08 horas.Intimem-se, inclusive as testemunhas arroladas pelas partes. Ciência ao MP e Defesa.Expeça-se o necessário.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003001-97.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:F. S.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:V. S.
Despacho:
Excepcionalmente e diante das circunstâncias do processo, concedo prazo até o dia 20 de março de 2012, para o requerente comunicar o cumprimento da obrigação ou requerer o que ententer de direito para o prosseguimento. Nada sendo peticionado até a data acima, intime-se pessoalmente à parte para dar andamento sob pena extinção, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, independente de novo despacho nos autos. IC.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0021672-47.2006.8.22.0008
Ação:Revisional de contrato
Autor:Camila Rocha Leite
Advogado:Maria Emilia Cazelli Gonçalves (RO 2735)
Requerido:Banco do Brasil S/A - Agência de Espigão do Oeste-RO
Advogado:Advogado não Informado (00000), Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Despacho:
Trata-se de cumprimento de sentença. Reclassifique os autos. Vejo que a presente ação tem como pendência apenas os honorários do advogado do Banco do Brasil, que os executa nos próprios autos.Assim sendo, troque a etiqueta do processo e cadastre como exequente o advogado Marcelo Cavalho e como executada Camila Rocha Leite.Intime-se o exequente (Marcelo Carvalho) para se manifestar sobre a certidão de fls. 152/v, no prazo de 10 dias.IC.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0033208-50.2009.8.22.0008
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (RO 00)
Denunciado:Wagner Dias Turati
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Despacho:
A denúncia já foi recebida à fls. 80. Junte-se a certidão de antecedentes do I.I.C.C/RO do denunciado.Não vislumbro a presença de qualquer causa de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP).Designo audiência de instrução para 13/03/2012 às 09 horas.Intimem-se, inclusive as testemunhas arroladas pelas partes. Ciência ao MP e Defesa.Expeça-se o necessário. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0038427-44.2009.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Erlei Nunes Ferraz
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Despacho:
Defiro o pedido de fls. 96, oficie-se à Secretaria Municipal de Saúde para providenciar nova data e local para realização da perícia com o requerente.Expeça-se o necessário. C. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003673-08.2011.8.22.0008
Ação:Inventário
Inventariante:Maria da Penha Nunes Inério
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Inventariado:Espólio de Antônio Marli de Lima
Despacho:
Defiro fl. 29.Apresente cópias no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento sem desentranhar os documentos da exordial. IC.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003858-46.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Gilson Ferreira Cristo, Gabriel Borges Cristo, Nelcirene Borges Ribeiro
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959)
Requerido:Helton Peixer Baleeiro
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
Despacho:
Intime-se o requerido para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir, ou justificar o porque deixou de cumprir a decisão que antecipou os efeitos da tutela proferida às fls. 81/82, determinando o pagamento mensal da fisioterapia do menor G.B.C, representada por Nelcirene Borges Ribeiro , no valor de R$ 400,00(quatrocentos reais), sob pena de incorrer em multa diária que fixo em R$ 300,00 (trezentos reais).Decorrido o prazo acima, certifique-se, abrindo vista à parte exequente. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO. Int. Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004058-53.2011.8.22.0008
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Departamento de Polícia Federal de Espigão do Oeste
Infrator:Marcos Leandro Schimidt, Ralf Rodrigues dos Santos
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Despacho:
R. A. Cite-se, consignando no mandado as advertências do art. 68 da Lei 9.099/95 e § 1º do art.78 do mesmo diploma legal. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 07/03/2012, às 11horas.Intime-se o infrator Ralf Rodrigues dos Santos, rua Goiás, nº. 2551, Bairro Liberdade , nesta cidade, para comparecer na audiência acompanhado de advogado, sob pena de ser-lhe nomeado defensor dativo. Intime-se as testemunhas arroladas pelo MP na denúncia, sendo necessário depreque-se.Ciência ao MP. Junte-se cópia da manifestação Ministerial que se encontra na contracapa no processo em apenso.SERVE A PRESENTE COMO CARTA ou MANDADO DE CITAÇÃO E DE INTIMAÇÃO (PARA AS PARTES) devendo as partes comparecerem para audiência no endereço Rua Vale Formoso, 1954, Fórum, Bairro Vista Alegre, Espigão do Oeste-RO, CEP 76.974-000 / fone (069) 3481-2279.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004138-17.2011.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:B. A. dos S.
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:D. F. dos S. F.
Sentença:
Diante da informação de fl. 11 JULGO EXTINTO o feito, com fulcro no art. 794, I do CPC.Autorizo eventuais levantamentos de documentos.Sem custas e honorários.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 20 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0021214-30.2006.8.22.0008
Ação:Execução penal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Advogado:Promotor de Justiça (0000)
Réu:Rubens Rebolças Soares
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OAB/RO 4959)
Decisão:
Diante da notícia de prática de crime doloso imputado ao reeducando fls. 234 seguintes, suspendo o trabalho externo; determino a exclusão do apenado acima do convênio APAC/ Prefeitura, bem como, suspendo qualquer benefício a qual teria direito, até a audiência de justificação, a qual designo para o dia 11/01/2012 às 09 horas, mantenho o apenado no regime atual (semiaberto) até posterior decisão na audiência. Intime-se o apenado mencionado no endereço acima. Ciência ao Ministério Público. Oficie-se a PM para condução do apenado no dia e horário acima. Comunique-se o Diretor do Presídio e representantes da APAC. Serve cópia desta decisão como MANDADO/OFÍCIO. O endereço do Fórum: Rua Vale Formoso, 1954, Fórum, Bairro Vista Alegre, Espigão do Oeste-RO, CEP 76.974-000 fone (069) 3481-2279.Espigão do Oeste-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011
Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br
gum2civel@tjro.jus.br
Telefones: (69)3 541 2438, 2389
Ramal: 230
Fax: (69) 3 541 2013

Proc.: 0006445-20.2011.8.22.0015
Ação:Providência
Requerente:Cristiane Vonilha dos Santos
Advogado:Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -)
Sentença:
Vistos etc.,Trata-se de pedido de autorização judicial para viagem ao exterior da criança KAIUS EMANUEL VONILHA DE SOUZA, considerando a ausência do genitor que se encontra em cumprimento de pena na cadeia pública de Cáceres/MT.O pedido inicial foi instruído com os documentos necessários.O genitor do menor se encontra recolhido na cadeia pública de Cáceres, razão pela qual se faz necessário o presente pedido de autorização judicial, considerando que a criança viajará na companhia apenas da mãe, sem a autorização do genitor.Em razão do exposto, presentes os requisitos legais, defiro o pedido inicial, determinando a expedição da respectiva autorização de viagem. Expeça-se o necessário.P.R.I. Após, arquive-se. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito
Juserina Fátima Flores
Escrivã Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br
gum2civel@tjro.jus.br
telefones: 3541-2438, 2389
ramal: 230
fax: 3541-2013

Proc.: 0006599-38.2011.8.22.0015
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Rádio TV do Amazonas Ltda
Advogado:Antonio Coriolano Camboim de Oliveira (OAB/RO 288-A)
Requerido:Gilberto de Tal, Fatima de Tal
Despacho:
DESPACHO.As partes, em audiência, aventaram a possibilidade de acordo extrajudicial. Assim, redesigno audiência para o dia 06 de fevereiro de 2012, às 9h00. Desnecessária nova intimação das partes,eis que foram cientificadas da nova data em audiência. Aguarde-se. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Juserina Fátima Flôres
Escrivã Judicial

COMARCA DE JARU

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)

Proc.: 0003112-96.2011.8.22.0003
Ação:Guarda
Requerente:Nilton Cezar Veríssimo, Maria Regina Nunes da Silva
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido:Marcia Felix Torres
Advogado:Defensor Público (RO 00)
Laudo Pericial:
Fica as parte Autora, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, a se manifestar quanto ao relatório psicologico de fls. 116/119.

Proc.: 0005555-20.2011.8.22.0003
Ação:Autorização judicial
Requerente:Greyciane Villar de Souza
Advogado:Nelma Pereira Guedes (OAB/RO 1218)
Requerido:Jânio Oldenburg Velas
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Despacho:
Recebo a emenda de fl. 26 e determino a inclusão do sr. Jânio Oldenburg Vellas no pólo passivo da demanda, devendo proceder as reautuações necessárias.Após, cumpra-se com o despacho de fl. 23.Jaru-RO, sexta-feira, 9 de dezembro de 2011.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0005776-03.2011.8.22.0003
Ação:Regulamentação de Visitas
Requerente:C. C. de O. R. S. O.
Advogado:Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A), Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A), Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541)
Requerido:M. D. P. S.
Advogado:Advogado Não Informado
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação tempestiva, querendo, apresentar Réplica.

Eder Abidoral Fonseca de Araújo
Escrivão Judicial

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO
Gabarito

Proc.: 0005994-31.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Linha Verde Transmissora de Energia S.a.
Advogado:Washington Rodrigues Dias (OAB/MS 12.363)
Requerido:João Caciano Filho, Ernestina Pavão de Oliveira
Decisão:
DECISÃO Trata-se de pedido de liminar em ação de constituição de servidão administrativa ajuizada por Linha Verde Transmissora de Energia S/A em face de João Caciano Filho e outros, visando ser imediatamente imitido na posse de parte do imóvel dos requeridos, onde pretende constituir servidão administrativa para passagem de cabos de transmissão de energia elétrica, conforme contrato de concessão firmado com a ANEEL.O art. 15 do Decreto-lei 3.365/41 – que trata da desapropriação por utilidade pública – autoriza a imissão provisória na posse dos bens expropriados mediante prévio depósito da quantia arbitrada pelo juízo. Tais disposições também se aplicam às servidões administrativas, por conta do disposto no art. 40 do mesmo diploma legal.Com a juntada do documento de fls. 43, demonstrando que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL já expediu resolução declarando a utilidade pública dos imóveis por onde passarão as linhas de transmissão, para fins de instituição de servidão administrativa, a concessão da liminar é medida que se impõe.Até que sejam colhidos outros elementos e diante da afirmação da autora de que a área a ser ocupada será a descrita na inicial, assim sendo, DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR.1 - Expeça-se o devido mandado de imissão.2- Expeça-se mandado para a citação dos requeridos nos endereços declinados nos autos.3- Apresentada contestação com preliminares ou documentos, dê-se vistas ao autor para réplica, exceto em caso de revelia.4- Dê-se ciência ao Ministério Público.Cumpra-se.Jaru-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara Juíza de Direito

Proc.: 0005974-40.2011.8.22.0003
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:P. F. da S.
Advogado:Everton Campos de Queiroz (RO 2982)
Requerido:O. V. da S.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:
DESPACHOProcesse-se em segredo de justiça.Recebo a inicial, deferindo a gratuidade nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50 e arbitrando, por ora, os alimentos provisórios, eis que se vislumbram os requisitos ensejadores da tutela de urgência (art. 273 do CPC), em 50% do salário mínimo vigente. Desde já designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 25/01/2012, às 08:00 horas.Cite-se e intime-se o requerido. Ciência ao MP. Intime-se a parte autora, via seu advogado. DEVERÁ CONSTAR DA FINALIDADE DO MANDADO QUE A RESPOSTA DEVERÁ SER APRESENTADA ATÉ A DATA DA AUDIÊNCIA.Ressalta-se que é dever do autor sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil. Lembre-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações (dados pessoais das partes ou de testemunhas) consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.Cumpra-se.Jaru-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara
Juíza de Direito
Fábio da Silva Amaral
Escrivão Judicial
1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO
Gabarito

Proc.: 0043869-06.2009.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Maria Divina da Silva Santos
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor da volta dos autos do TRF em 05 dias.

Proc.: 0000019-28.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Márcia Cristina Silote de Oliveira, Marcos Henrique Silote de Oliveira
Advogado:Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172)
Litisconsorte Passiv:Carlito Hipólito da Silva, Valdecir Teodoro, José Otávio da Silva
Advogado:Nailson Nando Oliveira de Santana (OAB/RO 2634), Geraldo Pereira de Araújo (OAB/RO 1483), José Zeferino da Silva. (RO 286-RO), Karine Reis e Silva (RO 3942), Geraldo Pereira de Araújo (OAB/RO 1483), Nailson Nando Oliveira de Santana (RO 2634)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 10 dias apresentar impugnação a contestação.

Proc.: 0023853-80.1999.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Delço Pereira de Souza
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Marleide Barbosa Diniz (PB 2841)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias requerer que de direito.

Proc.: 0002915-44.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Pedro Bruno de Sá Cruz
Advogado:Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristela de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135.132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Nelson da Costa Araujo Filho (OAB/MS 3512), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611), Izabel Cristina Delmondes Ocampos (MS 7.394), Luciana Verissimo Gonçalves (MS 8.270), Matheus Evaristo Sant Ana (RO 3230), Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723), Estela Maris Anselmo Savoldi.. (RO 1755)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do laudo pericial de fls 178/179.

Proc.: 0057041-54.2005.8.22.0003
Ação:Concessão de benefícios previdenciários
Requerente:Jomar Moreira Mozer
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias requerer que de direito.

Proc.: 0004727-58.2010.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Elson Miranda
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do laudo pericial de fls 86/89.

Proc.: 0005730-14.2011.8.22.0003
Ação:Homologação de Transação Extrajudicial (Cível)
Requerente:Valcir Frighuetto, Dilva Frighetto, Andreia Ferreira Melo, Leonardo Frighetto
Advogado:Everton Campos de Queiros (OAB/RO 2982)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias comparecer em cartório junto com a parte para retirar o termo de compromisso de guarda definitiva.

Proc.: 0005712-90.2011.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Daiane Dias (OAB/RO 2156), Mario Roberto Pereira de Souza (RO 1765), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Everton Campos de Queiros (OAB/RO 2982)
Executado:V. A. da Silva Moto Peças
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da cert. do oficial de justiça que deixou de citar e proceder o demais atos por não localizar n endereço mencionado.

Proc.: 0002828-88.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Felicio da Silva
Advogado:Corina Fernandes Pereira (RO 2074)

Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Maristela de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135.132), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143370), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 289), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Intimar os proc. das partes para no prazo de 05 dias se manifestarem acerca do laudo pericial de fls 167/168.

Proc.: 0004318-48.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adivaldo da Silva Virgilio
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Helder Braga Arruda Junior
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do laudo pericial de fls 63/64.

Proc.: 0001416-25.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Maria das Graças
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do pagamento do RPV no valor de R$ 31.027,77.

Proc.: 0003260-10.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leone Pereira da Silva
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva. (OAB/RO 133)
Requerido:Hsbc Investiment Bank Brasil S.a., HSBC- Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Advogado:Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Maick Felisberto Dias (OAB/PR 37555), Jonas Roberto Justi Waszak (OAB/PR 17.447), Walter Bernardo de Araújo Silva (OAB 74-B), Walter Gustavo da Silva Lemos (RO 18814.)
Intimar o proc. do requerido para no prazo de 05 dias assinar a apelação sob pena de ser considerada deserta.

Proc.: 0038748-36.2005.8.22.0003
Ação:Concessão de benefícios previdenciários
Requerente:José Batista da Silva
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Intimar o proc. do autor do teor da petição do INSS que implementou benefício NB 1552667275, espécie 21(pensão por morte) .

Proc.: 0036435-34.2007.8.22.0003
Ação:Execução de título judicial
Exequente:Luciano Mello de Souza
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Executado:Genivaldo de Souza Beling
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias recolher a taxa do desarquivamento.

Proc.: 0000327-98.2010.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Pemar Supermercado Ltda Supermercado Denardi
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
Requerido:Edneia Alves da Silva
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do desarquivamento

Proc.: 0020183-19.2008.8.22.0003
Ação:Busca e apreensão (área cível)
Requerente:Banco Itaú S/A
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OABRO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (RO 4986)
Requerido:Valciney Gasparini Nascimento
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias recolher ataxa do desarquivamento.

Proc.: 0076256-79.2006.8.22.0003
Ação:Execução de título extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (RO 1096), Gilberto Silva Bonfim (RO 1.127)
Executado:Paulo Roberto Carati
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias retirar a CP

Proc.: 0004850-22.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleonice Moreira da Rocha, Lucas Domingos da Rocha, Luan Domingos da Rocha
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952), Joaquim José Gonçalves Filho (OAB/MG 50.562)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Helder Braga Arruda Junior
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da cert. do oficial de justiça que intimou Adão e deixou de citar a Cleonice por não localizar no endereço e por informações a mesma se encontra na casa de sua mãe e que vai informar da data da audiência.

Proc.: 0002577-07.2010.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleiton de Melo Neto
Advogado:Sidnei da Silva (RO 3187), Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Felipe Cardoso da Freiria (PR 49161)
Requerido:Ediney Rios Vieira Me
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias recolher as custas no valor de R$ 97,82 mais seus acréscimos legais sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0004782-72.2011.8.22.0003
Ação:Suprimento de Idade e/ou Consentimento
Requerente:Atila Thais Silva Correia, Simone Aparecida da Silva
Advogado:Everton Campos de Queiros (OAB/RO 2982)
Requerido:José Carlos Alves Correia
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Intimar o proc. do autor retirar alvará no prazo de 05 dias.

Proc.: 0004642-38.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sílvio Guimarães Xavier
Advogado:Wudson Siqueira de Andrade (RO 1658)
Requerido:Sabemi Seguradora S/A
Advogado:Eduardo Gomes Plastina (RS 48506), Rodrigo Rosa

de Souza (RS 49336), Renato Simões da Cunha (RS 41734), Pablo Berger (RS 61011), Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca do teor do ofício 387/Delegacia da Policia Civil solicitando o contrato original do Empréstimo

Proc.: 0003306-33.2010.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Franciele Barreto Santana, Josineide Barreto
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da cert. do oficial de justiça que intimou Rosana e deixou de intimar Lourival, Gilson e Josineide.

Proc.: 0005259-95.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. F. D. D. T. L.
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva (RO 133)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias recolher as custas no valor de R$ 1.125,00 mais seus acréscimos legais sob pena de inscrição em dívida ativa.

Proc.: 0001686-49.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Interligação Eletrica do Madeira S. A. Ie Madeira
Advogado:Vinicius Vecchi de Cavalho Ferreira (RO 4466), Edson Bovo (OAB/SP 136468), Ronaldo Bovo (SP 300707)
Requerido:Felipe Sólcia Correia
Advogado:Delmário Santana Souza (RO 1531), Tomas Guilherme Correia (OAB 125-A)
Intimar o proc. do autor para no prazo de 05 dias se manifestar acerca da cert. do oficial de justiça que deixou de proceder a imissão de posse sendo que o representante da parte autora não estava presente.

Proc.: 0004421-55.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Comunidade Kolping de Jaru
Advogado:Francisco César Trindade Rego (RO 75-A), Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541)
Executado:Lúcia Maria Moreira Célia de Lima
Intimar o proc. do autor requerer o que de direito conforme parte final da sentença de fls 38.

Proc.: 0004224-03.2011.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:M. de J. -. R.
Advogado:Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Gilson Soares Raslan (OAB/RO 648A), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Everton Campos de Queiroz (RO 2982)
Executado:G. F. dos S.
Intimar o proc. do autor dar andamento ao feito em 48.

Fábio da Silva Amaral
Escrivão Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: mailto:elsi@tj.govElsi Antônio Dalla Riva
Para Contatos e-mail: veraalves@tj.gov.br

Proc.: 0005595-02.2011.8.22.0003
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:M. L. de A. I. B. de A.
Advogado:Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A), Fernanda Ferreira Brito Rego (OAB/BA 28496), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a providenciar cópias para mandado de averbação expedido.

Proc.: 0005962-26.2011.8.22.0003
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
A Juíza de Direito em Substituição na 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO, torna público a citação da parte a seguir descrita e referente a Ação, que se menciona.
Processo: 0005962-26.2011.8.22.0003
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
Requerente: Daniel Ribeiro da Silva
Advogado: Ilizandra Sumeck Carminatti
Requerido: Sílvia Graciana Menezes da Silva
Advogado: não informado
Responsável pelas Despesas e Custas: Justiça Gratuita
Finalidade: Proceder a Citação da parte requerida SILVIA GRACIANA MENEZES DA SILVA, brasileira, demais qualificações ignoradas, atualmente em lugar incerto, para os termos da presente ação, bem como para querendo contestar, no PRAZO DE 15 DIAS, ficando ciente que não sendo contestada a ação se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos alegados pelo autor.
OBSERVAÇÃO: O prazo para contestação começará a correr da data do escoamento do edital.
Jaru/RO, 20 de dezembro de 2011.
Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara
Juíza de Direito em Substituição
Sede do Juízo : Fórum Min. Victor Nunes Leal. Ksm
Rua Raimundo Cantanhede, 1080, Setor 02, CEP: 78940-000, Jaru / RO - Fone (PABX): 521-2393.
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juíz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: elsi@tj.gov.br
Escrivã: veraalves@tj.gov.br

Proc.: 0003318-13.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilson Ruberto da Silva
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado não Informado (3790)
Certidão do Oficial de Justiça:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls 53, a qual deixou de intimar Augusto Dias de Almeida em razão de não encntrá-lo.

Proc.: 0005480-78.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sueli Teresinha Zangarini
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva (RO 133)
Requerido:Crediare Sa Crédito Financiamento Investimento
Advogado:Advogado Não Informado (000)
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO, a qual não citou a Ré Crediare Sa Crédito Financiamento Investimento em razão do número indicado não existir.

Proc.: 0004781-87.2011.8.22.0003
Ação:Seqüestro
Requerente:Ilda Conceição Bueno
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes . (RO 2505)
Requerido:Robson Bueno Guimães, Tatiane Retameiro Silva
Advogado:Advogado Não Informado
Custas Finais:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 3.329,08.

Proc.: 0000992-80.2011.8.22.0003
Ação:Inventário
Inventariante:Paulo Vinicius Lins Barbosa
Advogado:Claudiomar Bonfá (OAB/RO 2373)
Inventariado:Espólio de Paulo Barbosa da Costa
Advogado:Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)
Despacho:Os valores dos menores depositados nestes autos somente poderão ser levantados quando atingida a maioridade, ou mediante autorização judicial, em procedimento próprio, depois de demonstrado o melhor proveito ao menor.Assim, oficie-se a CEF para que abra conta individual a cada herdeiro, transferindo 50% do valor depositado a cada conta, ficando averbado a margem que somente poderão ser movimentadas por ordem judicial.Cumprido, arquive-se.Jaru-RO, quinta-feira, 8 de dezembro de 2011.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002957-30.2010.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Auto Posto Irmãos Leite Ltda
Advogado:Verônica Batista do Nascimento (OAB/RO 1725), Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Requerido:Julia Wensing
Advogado:Antônio Miguel dos Reis . (OAB/RO 3177)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls 122, a qual junta comprovantes de pagamento de deposito judicial no valor de R$ 2639,98.

Proc.: 0002850-49.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Mercantil Nova Era Ltda
Advogado:Rosana Portela C. de Oliveira Camargo (OAB 3469)
Executado:J. S. Supermercado Ltda Epp
Advogado:Antônio Miguel dos Reis . (OAB/RO 3177)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s). 88, a qual a Caixa Econômica Federal informa que foi transferido para a Conta da Advogada da Autora, o valor de R$ 32.671,08.

Proc.: 0004256-08.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joaquim Batista de Siqueira Neto
Advogado:Lenir Correia Coelho (RO 2424)
Requerido:Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.a.
Advogado:Marcos Antonio Metchko (OAB/RO 1482), Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Adriana Cristina Papafilipakis Graziano (OAB/SP 133127), Adriana Oliveira de Almeida (OAB/SP 184908), Alessandra Martins Covre (OAB/SP 183003), Alessandro Tomao (OAB/SP 187287), Alexandre Roberto Castelano (OAB/SP 195669), Aluizio Jose Bastos Barbosa (RJ 1966-a), Ana Beatriz Pereira do Amaral Vinhas (OAB/SP 109338), Andréa Borba Zaidan Santos (OAB/SP 107504), Arnaldo Penteado Laudisio (OAB/SP 83111), Carlos Eduardo Lima Silva (OAB/SP 254064), Claudia Raquel Priszkulnik Tunkel (OAB/SP 125275), Cláudia Vassere Zangrande Munhoz (OAB/SP 120488), Daniel Azevedo Motta (SP 244.305), Elizabeth Cristine Gambarotto (OAB/SP 113797), Fanny Vieira Gomes (OAB/SP 258470), Fernando Olavo Saddi Castro (103364), Flávia Regina de Almeida (OAB/SP 217491), Germano Pereira (OAB/SP 147872), Gleice da Silva Marote Rodrigues (OAB/OAB/SP 164552), Heloisa Cursino Cauduro Lurito Costa (OAB/SP 165147), Iva Cristina Alencar da Silva (OAB/SP 166879), Jéssica Zantut Baskervillemacchi de Oliveira (OAB/SP 203916), Juliano de Souza Pompeo (OAB/SP 162301), Luana de Carvalho Franca Rocha (OAB/SP 183705), Maria Del Carmem Sanches da Silva (SP 162.320), Maurício Izzo Losco (OAB/SP 148562), Nanci Campos (OAB/SP 83577), Renato Torino (OAB/SP 162697), Rodrigo Fernandes (SP 204347), Rogério Camara Nigro (OAB/SP 246534), Rosana Covos (OAB/SP 134499), Rossana Lizabeth Durso Teixeira (OAB/SP 163689), Rossane Marina Fróes Saltori Greco (OAB/SP 210251), Rozimeri Barbosa de Souza (OAB/SP 110391), Simone Campos da Mota (182684 182684), Sylvio Augusto da Silva Júnior (SP 211702), Vanessa de Sales Tini (OAB/SP 194080), Vanessa Vilarino Louzada (OAB/SP 215089), Thailice Oliveira de Castro (OAB/SP 236224), Patricia Maira Cirelli Stulman (OAB/SP 155.210)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 75,43.

Proc.: 0004515-03.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neuza Barbosa do Amaral - ME
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Custas Finais:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 448,44.

Proc.: 0004555-82.2011.8.22.0003
Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente:Nilda Clara Santiago de Oliveira, Nilza Clara Moret, Luiz Carlos de Oliveira Santiago, Izaias de Oliveira Santiago
Advogado:João Batista de Oliveira (RO 865)
Requerido:Francisca de Oliveira Santiago
Advogado:Advogado não Informado (3790)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0004270-26.2010.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gizelda Martins Pontes
Advogado:Nelma Pereira Guedes Alves (OAB/RO 1630)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:
Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito. Venham as contrarrazões. Após, encaminhe-se ao E. T. Federal da 1ª Região.Jaru-RO, sexta-feira, 9 de dezembro de 2011.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0003551-10.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Mega Cel Ltda Me
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585), Verônica Batista do Nascimento (RO 1725)
Requerido:14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado:Eurico de Jesus Teles Neto (OAB/RJ 121935), Adriano Pablo Justino Peixoto (RJ 136.257), José Augusto Fonseca Moreira (OAB/DF 11003), Ana Paula de Souza Corrêa (OAB/RJ 143613), Vladimir Prado Coelho (OAB/SC 20191-A), Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB-RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO 2390), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Aleixa Ligiane Ebert (OAB/RO 3615), Marlen de Oliveira da Silva (OAB/RO 2928), Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823 A), Maria Gonçalves de Souza Colombo (RO 3371), Cíntia Sabia de Campos Okimoto (OAB/RO 3570), Elizangela Almeida Andrade (OAB/RO 3656), Robislete de Jesus Barros . (RO 2943), Deolamara Lucindo Bonfa (RO 1561), Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025), Eriney Sidemar de Oliveira Lucena. (RO 1849), Marcos Rogério Garcia Franco (OAB/RO 4081), Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Karina Cristina Vasconcellos Umino (OAB/RO 2826), Elen Marques Souto (OAB/RJ 73.109), Adriana Velhote de Oliveira (OAB/RJ 123.141), Roberta Estefan Mannino (OAB/RJ 124.136), Janaína Reis dos Santos Pereira (OAB/MG 107.413), Antonio Jorge Nolasco Beltrão (OAB/BA 6921), Fabíola Magalhães Valente Santos (OAB/PE 862-B), Vitor Freitas Andrade Vieira (OAB/PE 22410), Adriana Macedo (OAB/CE 14.180), Ana Carolina Barbosa Pereira (OAB/CE 18.076), Monica Pereira Nóbrega (OAB/SP 228.406), Maria Eliza Mac Culloch Pais Costa (OAB/DF 26.665), Michelle Conde Vieira (OAB/PA 10.862), Leonardo Nadler Lins (OAB/PE 27194), Marcela Pinheiro Sales Pereira (OAB/RJ 135.722), Camila Denise Molina Soares (OAB/MS 11.296), Claudiane Gil de Carvalho Lima (OAB/BA 16.924), Francisco Augusto Martins Modenesi (OAB/MG 101.691), Andrea Souza Viana (OAB/RJ 116.937), Alecsander Kiefer (OAB/RS 72.220), Midori Lopes Miyata Klim (OAB/PR 37.022), Bernadete de Lourdes Resende (OAB/GO 13.264), Thaís Fátima dos Santos Camargo (OAB/MT 7.424-B), Núbia da Silva Ferreira de Medeiros (OAB/DF 1287-A), Valéria Fernandes de Souza (OAB/RJ 127.550), Letícia de Freitas Azevedo (OAB/RO 3.020), Luciana da Costa Oliveira (OAB/RO 2.707), Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712), Ivone Magalhães de Oliveira (OAB/RO 1.916), Francisco Ivan Machiavelli (OAB/RO 307)
Ofício - Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Oficio fl(s) 80, a qual a Caixa Econômica Federal informa transferência do valor de R$ 3.870,37 para a conta 986-6, Ag. 2976, da Caixa Econ^ômica.

Proc.: 0001003-12.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:G. C. dos S. G. C. dos S. G. C. dos S.
Advogado:Nelma Pereira Guedes Alves (OAB/RO 1630)
Executado:J. G. dos S.
Advogado:Advogado não Informado (3790)
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida sem cumprimento, a qual deixou de ser efetuada a prisão do réu, em razão do mesmo apresentar um recibo no valor de R$ 730,00 um de R$ 150,00 e outros de R$ 100,00.

Proc.: 0002830-58.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josivane de Fátima Souza
Advogado:Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Luciana Verissimo Gonçalves (MS 8.270), Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723), Estela Maris Anselmo Savoldi.. (RO 1755), Nelson da Costa Araujo Filho (OAB/MS 3512), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611), Izabel Cristina Delmondes Ocampos (MS 7.394), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial de fls. 218/220, a qual o perito concluiu que existe prejuizo funcional de cerca de 15% na utilização do membro superior direito, em razão da debilidade nos dedos, todavia é de se especular que haja possibilidade de redução de tal prejuízo, desde que a pericianda seja direcionada a um tratamento fisioterápico específico e especializado.

Proc.: 0043665-59.2009.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Pereira Neto
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls 143: “Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos à Execução em 16/11/2011”.

Proc.: 0060991-66.2008.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Maria Aparecida Pantarollo
Advogado:Vinicius Vecchi de Cavalho Ferreira (RO 4466), Carlos Aparecido de Araújo. (SP 44.094), André Luiz de Almeida Avelar (OAB/RO 3676)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional (000)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls. 127: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para embargos à execução em 16/12/2011".

Proc.: 0005326-60.2011.8.22.0003
Ação:Monitória
Requerente:Dimam Agropeças Distribuidora Ltda
Advogado:Arthur Pires Martins Matos (RO 3524)
Requerido:Genival Menezes Moza
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 23-V: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para Réu contestar ou oferecer embargos em 16/12/2011".

Proc.: 0072728-66.2008.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Espólio de Adelina Batista da Silva
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (OAB/RO 2469)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls 104-V: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para Réu apresentar cálculos em 14/12/2011".

Proc.: 0004616-40.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edmar Carlos da Silva
Advogado:Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Alvaro Luiz Fernandes (OAB/AC 3592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584)
Ofício - Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Oficio fl(s) 71, a qual o perito agendou a pericia para o dia 27/12/2011 das 15 às 17 horas, na clinica São Camilo de Jaru/RO, devendo o ericiado, se possivel, levar atestados, exames e receitas médicas ao caso.

Proc.: 0003938-59.2010.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Adonias José Caldeira
Advogado:Felipe Cardoso da Freiria (PR 49161), Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Anne Botelho Cordeiro (RO 4370), Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903), Lucyanne C. Brant Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Petição - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls 44/46, a qual o requerido requer o cancelamento de eventual ordem de bloqueio por Bacenjud e junta guias de deposito judicial no valor de R$ 594,68.
Eder Abidoral Fonseca de Araújo
Escrivão Judicial
2º Cartório Cível
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: mailto:elsi@tj.govElsi Antônio Dalla Riva
Para Contatos e-mail: veraalves@tj.gov.br

Proc.: 0003095-60.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:A. V. A. B.
Advogado:Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3486)
Executado:J. A. B. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Petição: Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 28, a qual apresenta justificativa pugnando pela negativa geral de todo o contido nos autos nos termos do art. 302, paragrafo unico do CPC.

Proc.: 0005840-13.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Rodrigues Lanis -ME
Advogado:Daiane Dias (2156/OAB/RO), Núbia Rubena Paniago de Melo (OAB/RO 2098)
Requerido:Virginia Mangeroht da Silva
Advogado:Advogado Não Informado
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0002375-93.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alaide dos Reis Fernandes
Advogado:Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514), Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial de fls. 88/89.

Proc.: 0043338-17.2009.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Indústria e Comércio de Café Katuta Ltda
Advogado:Cleber Correa (OAB/RO 1732), Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762), Adrian Karla Freitas Moreira (RO 1798), Lionela Ferreira Correa (RO 2473)
Requerido:Brasil Telecom Celular S.a

Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB-RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO 2390), Stéffano José do Nascimento Rodrigues (OAB/RO 1336), Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823), Ivone Ferreira Magalhaes Oliveira (OAB/RO 1916), Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Maria Gonçalves de Souza Colombo (RO 3371), Cíntia Sabia de Campos Okimoto (OAB/RO 3570), Alcione Costa de Mattos Turesso (OAB/RO 2837), Aleixa Ligiane Ebert (OAB/RO 3615), Alessandra Mondini Carvalho (4240), Marlen de Oliveira da Silva (OAB/RO 2928), Flávia Volpi Otake. (OAB/RO 3.530)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a efetuar carga dos autos.

Proc.: 0005547-43.2011.8.22.0003
Ação:Exibição
Requerente:Jean Carlos dos Santos
Advogado:Everton Campos de Queiros (OAB/RO 2982)
Requerido:Tv Cidade Repetidora do Sbt
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls. 26 : "Certifico e dou fé que a contestação foi apresentada intempestivamente, haja vista a certidão de decurso de prazo de fl. 18-v. Outrossim, a contestação veio acompanhada de um envelope contendo 11 DVDs, que se encontra arquivado em cartório. O referido é verdade e dou fé. Jaru/RO, 15 de dezembro de 2011. Eder Abidoral Fonseca de Araújo Escrivão Substituto"

Proc.: 0002275-41.2011.8.22.0003
Ação:Interdição
Requerente:Francisca Colaro Marques
Advogado:Carlos Pereira Lopes (RO 743)
Interditado:Francisco Marque de Andrade Filho, Maria de Nazaré Colaro Marques
Advogado:Advogado não Informado (3790), Carlos Pereira Lopes (RO 743)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a requerer o que de direito, em razão do decurso de prazo de suspensão fluir em 15/12/2011.

Proc.: 0003824-23.2010.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Maria das Graças Neto
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls 71 : "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para Réu apresentar cálculos em 14/12/2011".

Proc.: 0016005-76.1998.8.22.0003
Ação:Cumprimento de sentença
Requerente:Elizabeth Maria da Silva Pomaroli
Advogado:Santiago Ramon Gisbert Banus (RO 143), Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado não Informado (3790)
Despacho:Homologo o cálculo elaborado pela contadoria do juízo, as fls. 122 e planilhas, para todos os efeitos legais.Quanto a insurgência quanto aos honorários não merece guarida, pois o valor encontrado para efeitos de pagamento é resultado dos juros e correção monetária da condenação de fls. 57. Os honorários são devidos pela condenação e não pelo resultado da correção do valor fixado na sentença.Intimem-se.Precluso o prazo para eventual recurso, requisite-se o pagamento via precatório.Jaru-RO, terça-feira, 13 de dezembro de 2011.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0001157-64.2010.8.22.0003
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:Yuri Alves Givegier
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999)
Executado:José Carlos Givegier
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:Defiro o pedido de fls. 89.Jaru-RO, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0005630-59.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Auto Posto Irmãos Leite Ltda
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585), Verônica Batista do Nascimento (RO 1725)
Executado:Hamilton Leandro de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls. 20-V: "Certifico e dou fé que decorreu o prazo para Reu pagar dívida".

Proc.: 0005271-12.2011.8.22.0003
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:K. H. dos R. F. B. V. dos R. F.
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
Requerido:A. O. de F.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 17, a qual deixou de efetuar a prisão do executado em razão de não encontrá-lo.

Proc.: 0003317-28.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vicente Agápio
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de

05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 48, a qual dexou de intimar Eneas Gonçalves de Souza, pois o mesmo está residindo em Ariquemes.

Proc.: 0005720-67.2011.8.22.0003
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:Denilson Cardoso de Oliveira, Denise Cardoso Alves, Danilo Cardoso Alves, Denismar Cardoso da Silva Alves, Daniel Cardoso da Silva Alves
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
Requerido:Jose Aparecido de Oliveira Alves
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Despacho:Defiro a gratuidade processual. O processamento desta ocorrerá em segredo de justiça. 1. Fixo os alimentos provisórios em 50% (cinqüenta por cento) do salário mínimo mensal, face a ausência de comprovação da real condição financeira do requerido (art. 4º, parágrafo único, Lei n. 5.478/68), a partir da citação, designando audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 13 de janeiro de 2012, às 11:00 horas. 2. Cite-se o réu e intime-se a autora a fim de que compareçam à audiência, acompanhados de seus advogados e testemunhas, 3 (três) no máximo, independente de prévio depósito de rol, importando a ausência desta em extinção e arquivamento do feito e daquele em confissão e revelia.3. A citação será feita por via postal, mediante AR, salvo se, de modo contrário, a parte autora o requerer.4. Eventual defesa deverá ser apresentada no ato da audiência, pelo advogado da(o) requerida(o). 5. Se requerido pela parte, expeça-se ofício ao empregador do requerido para que efetue desconto dos alimentos provisórios e informe o valor do salário ou dos vencimentos do requerido, no prazo de 10 dias, sob as penas do artigo 22 da Lei n. 5.478/68 (artigo 5º, § 7º, da Lei n. 5.478/68). Se necessário for, oficie-se à instituição bancária para abertura de conta em nome da representante legal do (a) requerente para recebimento dos alimentos provisionais. 6. O Ministério Público atuará no feito (art. 9º da Lei).Intime-se e expeça-se o necessário. Jaru-RO, segunda-feira, 5 de dezembro de 2011. Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0005425-30.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adelma Conceição de Melo
Advogado:Daiane Dias (OAB/RO 2156), Núbia Rubena Paniago de Melo (OAB/RO 2098)
Requerido:Embravest Empresa Barsileira Veterinária Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a Dra. Erika Camargo Gehardt, OAB/RO 1911, intimada do despacho de fls. 82 abaixo transcrito, bem como no prazo de 05 dias, retirar a petição desentranhada determinada no r. despacho.
Despacho de fls. 82: Intime-se o patrono constituído pelo Banco do Brasil sobre a exclusão da instituição financeira do palo passivo da ação, conforme despacho de fls. 35, bem como desentranhe-se as peças de fls. 38/80, devolvendo-as. Após, aguarde-se o decurso do prazo de contestação da parte requerida Embravest. Jaru-RO, segunda-feira, 12 de dezembro de 2011.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito
Eder Abidoral Fonseca de Araújo
Escrivão Judicial

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0026286-87.2009.8.22.0009
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Maria Jânia Siqueira
Advogado: Dr, Alexandre Henriques Rodrigues, OAB/RO 3840
Finalidade: Intimação do(s) advogado(s), para, no prazo legal, manifestar acerca do cálculo de liquidação de penas de fls. 119/121.

Proc.: 0000042-53.2011.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Everton Leno de Oliveira Camelo, Edivânia Santos Gomes
Advogado:Dr. Roberto Sidney Marques de Oliveira, OAB/RO 2946
Finalidade: Intimação do(s) advogado(s), para, no prazo legal, apresentar(em) as alegações finais.

Proc.: 0001452-49.2011.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Vagner Garcia de Oliveira Cavalcante, Thiago Cândido de Castro, Gleice Queli Cândido Flor, Ricardo Candido Flor
Assistentes de Acusação: Drs. Cézar Artur Felberg, OAB/RO 3841 e Higor Tonon Mai, OAB/ PA 14086.
Finalidade: Intimação dos assistentes de acusação, para, no prazo legal, apresentarem as alegações finais.

Proc.: 0038762-65.2006.8.22.0009
Ação:Ação penal (réu solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Adriano José Bueno
Advogado:Bruno Garcia Martins (OAB/ SP 206898)
Finalidade: Intimação do(s) advogado(s), para, no prazo legal, apresentar(em) as alegações finais.

Proc.: 0005976-89.2011.8.22.0009
Ação:Transferência entre estabelecimentos penais
Requerente:Nelson Alves da Silva Júnior
Advogado:Silvana Moraes Valente (OAB/MT 7139)
Finalidade: Intimação da advogada, para tomar ciência do r. despacho, a seguir transcrito: Vistos.Dou por prejudicado o presente pedido, vez que a questão já fora analisada nos autos de execução penal.Ciência às partes.Após, arquive-se. Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 12 de dezembro de 2011. Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000521-46.2011.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Gilberto Veloso Pereira
Advogado:João Antonio Ximenes (SSP/RO 244)
Finalidade: Intimação do advogado, para tomar ciência do r. Despacho, a seguir transcrito: Vistos.Abra-se vistas a defesa para que se manifeste-se nos termos do art. 402 do CPP. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 16 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0065138-54.2007.8.22.0009
Ação:Ação penal (crime contra o patrimônio)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:João Carlos Cardoso dos Santos
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Finalidade: Intimação do advogado, para tomar ciência do r. Despacho, a seguir transcrito:Vistos.Abra-se vistas a defesa para que se manifeste-se nos termos do art. 402 do CPP. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 16 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito"

Proc.: 0003306-15.2010.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Paulo Eduardo Silva
Advogados: Drs. Marcelo Felício Garcia, OAB/MT 7297 e Aníbal Felício Garcia Neto, OAB/MT 11.443
Finalidade 1. Intimação dos advogados acerca do r. despacho, a seguir transcrito:
Vistos.Depreque-se novamente o interrogatório do acusado Paulo Eduardo Silva ao Juízo Criminal da Comarca de Várzea Grande/MT, vez que a mídia encaminhada a este juízo apresenta somente informações quanto a profissão, residência, a existência de outros processos e o conhecimento de Paulo com os demais acusados.Entretanto, não houve indagação quanto aos fatos narrados na denúncia. Ao que parece, após assistir o vídeo, o conteúdo da mídia está incompleto, razão pela qual o novo interrogatório se faz necessário, evitando futura alegação de cerceamento de defesa.Em tempo: juntamente com a deprecata, encaminhe cópia do interrogatório degravado. Pimenta Bueno-RO, terça-feira, 13 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito. 2. Intimação acerca da expedição de carta precatória à comarca de Várzea Grande/MTem 14/12/2011.

Proc.: 0004228-22.2011.8.22.0009
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Apolônio Brito Santos
Advogado: Dr. Sebastião Cândido Neto, OAB/RO 1826
Finalidade: Intimação do(s) advogado(s), para, no prazo legal, manifestar acerca do cálculo de liquidação de penas de fls. 59/60.

Proc.: 0003671-35.2011.8.22.0009
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Vinicius Zoff da Cunha Santos
Advogado Walfrane Leila Odísio dos Santos (OAB/RO 3489), Rosane Corina Odísio dos Santos (OAB/RO 1468)
Finalidade: Intimação da(s) advogada(s), para, no prazo legal, manifestar acerca do cálculo de liquidação de penas de fls. 149/150.
Lúcia Aparecida Sanches de Andrade
Escrivã Criminal

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216
End. eletrônico: pbwcivel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0005804-50.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleonice Januário da Silva Alves
Advogado:Joane Magno de Souza Santos (OAB/RO 3523)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Decisão:
DECISÃO SERVINDO DE CARTA DE INTIMAÇÃO AO PERITORecebo a emenda a inicial. Promova-se a alteração do valor da causa.1. Trata-se de Ação Ordinária para Concessão de Benefício Previdenciário proposta por CLEONICE JANUÁRIO DA SILVA ALVES em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, na qual a parte autora pleiteia a antecipação da tutela.2. Defiro o pedido de gratuidade.3. O requerente postulou, na inicial, pela antecipação dos efeitos da tutela, para que seja concedido o auxílio-doença e ao final aposentadoria por invalidez. Afirmou que não possui qualquer condição para exercer qualquer atividade laboral e que requereu o auxilio-doença , o qual foi negado ao argumento de que ?ficou constatado que não há incapacidade para o trabalho ou para sua vida habitual..Analisando os documentos juntados aos autos, verifica-se que os laudos médicos juntados aos autos não são recentes, sendo o mais atual com data de 19/02/2011. Nos referidos laudos não há informações conclusivas sobre a incapacidade permanente para o trabalho, bem como solicita que o requerente se afaste temporariamente de suas funções laborativas, muitas vezes determinando o período do afastamento. Por não serem recentes os laudos, não há como precisar a real situação da requerente atualmente, se sua incapacidade persiste ou se houve melhora. Portanto, tais laudos e demais documentos juntados não são suficientes para concluir pela incapacidade do paciente, conforme afirmado na inicial. Sendo assim, necessário se faz a complementação por meio de provas a serem colhidas durante a instrução processual, que possam esclarecer se a parte autora está definitivamente incapacitada para a atividade laboral, em especial para aquelas atividades que exercia antes de ser acometido das enfermidades descritas na exordial.Ademais, vislumbro que havendo a concessão da antecipação dos efeitos da tutela e no caso de improcedência do pleito exordial, poderia causar ao réu, que é ente público, uma situação irreversível, uma vez que a recuperação de valores porventura adiantados à parte autora se tornaria muito difícil, ou mesmo impossível. Diante o exposto, indefiro, por ora, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ressalvando a análise do mesmo caso venha a ser carreadas novas provas aos autos que possam subsidiar tal pedido, bem como a juntada do laudo pericial, conforme pleiteado pela autora.4. A parte autora pugnou na inicial pela produção de prova médica pericial e prova testemunhal. 5. Compulsando os autos, verifica-se que é essencial a realização de perícia médica. Assim, atenta aos princípios da celeridade e economia processual, desde logo determino a realização da prova técnica.Nomeio perito do juízo o Dr. Marcos Eduardo Fernandes, brasileiro, médico, podendo ser encontrado na

Ortoclin (Clínica Ortopédica), localizada na Avenida São Paulo, 2080, na cidade de Cacoal/RO, independente de assinatura de termo de compromisso e fixo-lhe honorários importe de R$ 234,00, a serem pagos pela Justiça Federal nos termos da resolução nº 541, de 18/01/2007 do CJF, após a conclusão definitiva da perícia.Intime-se o perito da nomeação e para indicar seus dados cadastrais para pagamento da perícia, conforme ofício em anexo, no prazo de 10 dias. O perito deverá responder os quesitos do Juízo, bem como aqueles que vierem a ser apresentados pelas partes, para o que anoto o prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação deste despacho. QUESITOS DO JUÍZO: 1) O periciando é portador de alguma enfermidade/patologia?; Se positivo, qual a natureza, gravidade, extensão e estágio evolutivo; É possível determinar o início? 2) Caso o periciando esteja incapacitado, essa incapacidade é: temporária ou permanente, total ou parcial; 3) A doença lhe incapacita: para a sua atividade habitual; para o exercício de qualquer outra atividade que lhe garanta a subsistência; 4) Em caso de incapacidade temporária, essa incapacidade é suscetível de recuperação ou reabilitação para o exercício da atividade que exercia antes (sim ou não); é possível a reabilitação para o exercício de qualquer outra atividade?5) Em sendo afirmativo o item anterior (04), há indicação de cuidados médicos ou terapias? Qual sua natureza e provável duração? 6)Outras considerações/conclusões que o Sr. Perito entender pertinentes.O perito deverá agendar a perícia, observando que o cartório necessita de um prazo mínimo de 40 (quarenta) dias para intimação das partes da data marcada.Deverá o Sr. Perito indicar a data e o local onde serão realizadas as diligências, comunicando ao juízo.6. Vindo aos autos a informação da data da perícia, cientifique-se as partes para que, caso queiram, indiquem assistentes técnico, em 5 dias. Caso indicados assistentes, estes deverão ofertar seus pareceres, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo. A parte autora deverá ser intimada quanto à data da perícia, para a qual deverá comparecer portando todos os seus exames e documentos pessoais. Fixo o prazo de 20 dias para conclusão do laudo, autorizando a retirada dos autos pelo perito, caso entenda necessário. Com a vinda do laudo, intimem-se às partes. 7. Cite-se e intimem-se, devendo o Cartório observar o disposto no art. 222, c, do Código de Processo Civil, que comanda que a citação quando for ré pessoa de direito público não pode ser por via postal. Expeça-se Carta Precatória para citação e intimação da parte ré que deve ser encaminhada à Seção Judiciária Federal da Comarca de Ji-Paraná/RO.8. Consigne-se também na intimação do requerido a advertência de que na contestação deverão ser especificadas as provas que este pretende produzir, sob pena de preclusão.9. Comprovada a citação, tornem os autos conclusos.Intimem-se. Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005714-42.2011.8.22.0009
Ação:Arrolamento Sumário
Arrolante:Ana Alves, Rafael Alves Rossendy, Izabella Correa Rossendy, Anderson Correa Rossendy, Paulo Roberto Brasil Rossendy, Ana Paula Brasil Rossendy, Ana Patrícia Brasil Rossendy
Advogado:Juarez Rosa da Silva (OAB/RO 4200)
Arrolado:Espólio de Guilherme Rossendy Menacho
Despacho:
Despacho:Considerando o determinado no despacho de fls. 45, em relação a comprovação da existência dos créditos, deverá a parte autora juntar aos autos originais ou equivalente dos documentos de fls. 38, 41/42 e 44, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.Intime-se, na pessoa do Procurador constituído nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das DGJ).Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004846-64.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:V. E. S. S.
Advogado:Jucimaro Rodrigues (OSB/RO 4959)
Requerido:B. do B. S.
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571)
Decisão:
DECISÃO Indefiro o pedido de fl. 77, uma vez que a determinação constante no despacho de fls. 47/48, era de incumbência da parte autora.Conforme se constata o ofício determinado fora expedido e encontra-se na contracapa do processo aguardando providência da parte autora, para a abertura da conta corrente requerida.Importante constar que é ato exclusivo da parte autora, não podendo ser realizado por terceiros, uma vez que para a abertura de conta bancária, necessário apresentação de documentos e assinatura do correntista.Intime-se a parte autora para retirar o ofício n. 1248/2011, para providenciar a abertura da conta pretendida, e após informe nos autos o número para que seja expedido ofício ao empregador do alimentando, cumprindo integralmente a decisão de fls. 47/48.Para que não sobrevenha futura arguição de nulidade, digam as partes se pretendem produzir outras provas além das constantes nos autos, em 5 (cinco) dias, justificando a necessidade, utilidade e pertinência, pena de indeferimento.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Harry Roberto Schirmer
Escrivão Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Proc.: 0003848-96.2011.8.22.0009
Ação:Exibição
Requerente:Alternativa Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda Me
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101)
Requerido:Banco Bradesco S/a
Sentença:
SENTENÇA:Trata-se de Ação Cautelar de Exibição de Documentos proposta pela parte autora em face da parte ré, acima identificados e qualificados nos autos, na qual a parte autora alega, em síntese, que pretende, em sede liminar e de mérito, seja a ré compelida a exibir cópia dos contratos de empréstimos e demonstrativo da operação financeira, uma vez que a ré não forneceu a cópia quando da celebração do contrato. Alega que a finalidade da exibição dos documentos é a verificação da legalidade dos encargos cobrados pela

ré, além de subsidiar a eventual propositura de ação para defesa de seu direito.Instruiu a inicial com procuração e documentos de fls. 10/23 e 26.Liminar indeferida (fl. 27/28). Citado (fl. 28 v.), o réu apresentou contestação e documentos às fls. 29/50. Ao contestar alegou preliminarmente a carência de ação pela impossibilidade jurídica do pedido, e ao final, requer a improcedência do pedido.Impugnação à contestação (fls. 51/55).É o relatório. Decido.DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.A preliminar de carência de ação pela impossibilidade jurídica do pedido, não merece prosperar, uma vez que o demandado tem a obrigação de exibir em juízo todos os contratos firmados entre as partes, pois comum às partes e está sob sua guarda, inclusive face o dever legal de conservá-lo, tendo em vista o disposto nos arts. 844, II e 355, ambos do Código de Processo Civil, sendo perfeitamente possível o pedido.Assim, rejeito a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, arguida pela parte ré.DO MÉRITO.As partes são legítimas e estão bem representadas, presentes as condições da ação e os pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do processo. Passo ao exame da questão de mérito posta.Observo que a lide cinge-se a questões de fato e de direito, sendo prescindível a produção de provas em audiência, razão por que conheço diretamente do pedido, julgando o feito no estado em que se encontra,nos termos do artigo 330, inciso I do Código de Processo Civil.Após análise das alegações das partes em confronto com a prova carreada aos autos, estou convencida de que o pedido deve ser julgado procedente.Embora a ré tenha apresentado contestação ao pedido de exibição de documentos, é inafastável sua obrigação de apresentá-los, quando requeridos.É que, uma vez demonstrada a necessidade dos documentos solicitados, notadamente para o fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação contra a instituição financeira ré, exsurge inequívoco o interesse processual da parte autora, mormente porque o banco réu sequer contestou a existência e posse dos referidos documentos.De outro lado, a lei federal n. 8078/90 determina o dever da instituição bancária em exibir e encaminhar cópia de qualquer contrato celebrado com o consumidor.Além disso, não há dúvidas de que, na qualidade de detentor de documentos de uso comum, o réu tem a obrigação de exibi-los quando solicitados, mormente diante do vínculo negocial que une as partes, consoante inteligência do artigo 844, inciso II do Código de Processo Civil. Nesse sentido:TJGO-034801) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE PROCESSUAL. ADMISSIBILIDADE. CONTRATO DE CAPTAÇÃO. RECUSA DE APRESENTAÇÃO. SIGILO BANCÁRIO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. 1. Reconhecida a necessidade dos documentos solicitados para eventual ajuizamento de ação contra a instituição financeira. Evidenciado está o interesse processual da parte solicitante. 2. O próprio vínculo negocial entre as partes induz a obrigação de que o banco, na qualidade de detentor de documentos de uso comum, exiba-os quando solicitados, nos termos do artigo 844, inciso II do Código de Processo Civil. (...) (Apelação Cível nº 127505- 1/188 (200802603321), 3ª Câmara Cível do TJGO, Rel. Walter Carlos Lemes. j. 18.11.2008, DJ 11.12.2008).Em se tratando de alegação de fato negativo ? a parte autora afirma que não recebeu a via do contrato ?, cediço que incumbia ao réu demonstrar nos autos que, efetivamente, entregou o documento a parte autora; não o fez, razão porque deve suportar as consequência de sua incúria processual.Vejamos o entendimento jurisprudencial em caso semelhante :TJGO-033934) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE PROCESSUAL. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. OBRIGAÇÃO DE EXIBIR DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. I - Não se faz necessário o exaurimento da via administrativa a quem pretende exibição de contrato, pois o direito à exibição desse documento encontra respaldo na Constituição Federal, consoante artigo 5º, inciso XXXV. II - O documento relacionado ao contrato de abertura de conta poupança, por ser comum às partes, pois, proveniente de uma relação jurídica firmada, tem que ser exibido pela instituição financeira quando solicitado. III - Para o ajuizamento da ação em questão, o autor não precisa provar a recusa do banco em exibir o documento buscado nos autos, eis que a apresentação deste é obrigatória em razão do vínculo negocial existente entre as partes. (...) (Apelação Cível nº 123634-6/188 (200801231633), 1ª Câmara Cível do TJGO, Rel. João Ubaldo Ferreira. j. 08.07.2008, unânime, DJ 14.08.2008).Convém destacar a notoriedade do fato de que o réu, a exemplo das demais instituições financeiras, no trato com seus clientes, não raro, adota a política de impedir o acesso do interessado aos documentos de que tem posse, criando obstáculos dos mais diversos, não restando outra alternativa ao interessado senão recorrer ao Poder Judiciário para ver seu direito resguardado, como é o caso dos autos. Por fim, ponderando o caráter satisfativo da medida cautelar em apreço, e considerando que os documentos solicitados pela parte autora foram efetivamente apresentados em Juízo às fls. 34/50, a procedência do pedido inicial é medida que se impõe.Deixo de aplicar o artigo 359, do CPC, uma vez que incompatível com a pretensão inicial da autora, de ver exibido o documento a fim de respaldar conferência acerca da pertinências de encargos cobrados, e, eventualmente, futuro ajuizamento de ação principal.Considerando que não está em discussão a validade das cláusulas contratuais, deixo de analisar a alegação de que os contratos foram celebrados sem qualquer vício.Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida nesta Ação Cautelar de Exibição de Documentos ajuizada pela parte autora em face da parte ré, devidamente qualificados nos autos e, via de consequência, reconheço o direito da parte autora em ver exibidos os documentos solicitados na inicial (fl. 08).Uma vez sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono do autor, que fixo em R$ 300,00 (trezentos reais), atenta à complexidade, o valor e o tempo de duração da causa, nos termos do que dispõe os §§ 3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil.Após o trânsito em julgado, manifeste-se o interessado, em 5 (cinco) dias, sobre eventual necessidade de cumprimento de sentença.No silêncio, apuradas e recolhidas as custas, arquivem-se os autos, devendo o feito permanecer em arquivo pelo prazo do art. 475-J, § 5º do CPC.Expeça-se o necessário.P.R.I.C.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.(assinado digitalmente)Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005607-95.2011.8.22.0009
Ação:Mandado de Segurança
Impetrante:João Paulo Mendonça Pereira, Ana Paula Mendonça Pereira
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
Impetrado:Prefeito do Município de Pimenta Bueno Augusto Tunes Plaça, Secretário Municipal de Saúde de Pimenta Bueno RO
Sentença:
SENTENÇA:JOÃO PAULO MENDONÇA PEREIRA e ANA PAULA MENDONÇA PEREIRA impetraram mandado de

segurança, com pedido de liminar, contra ato do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO - RO, Sr. AUGUSTO TUNES PLAÇA e do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Sr. CELSO SOUZA BUENO, alegando, em suma, que são recém-nascidos gemelares e prematuros, necessitando de alimento complementar lácteo NAN 1 ou NESTOGENO I pelo período de seis meses, conforme laudo médico.Afirma o representante dos autores que não tem condições de adquirir o alimento complementar indicado por conta própria.Argumentou que se dirigiu à rede pública para obter o medicamento, sendo-lhe negado ao argumento de que o alimento lácteo não é disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde.Ao final, requer que os impetrados sejam compelidos a adotar as providências necessárias a propiciar aos impetrantes a obtenção do complemento lácteo.Juntou procuração e documentos de fls. 09/15.Liminar concedida às fls. 16/17, determinando que os impetrados promovessem os meios necessários para a aquisição e fornecimento do complemento lácteo aos impetrantes.Os impetrados foram devidamente notificados (fl. 18-verso), sendo certo que deixaram de apresentar informações no prazo legal, no entanto, à fl. 21 foi juntado ofício informando sobre a entrega dos alimentos láteos aos impetrantes.Parecer do Ministério Público opinando pela concessão da segurança às fls. 24/25.É o relatório. Decido.Sem maiores dificuldades pode-se concluir que a segurança deve ser concedida.A Constituição da República, em seu artigo 6º, elenca dentre os direitos sociais a saúde, direito este que, ainda na forma da Carta Política, constitui ¿gdireito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿h (art. 196).Por sua vez, o art. 198 e incisos, da mesma Carta, estabelecem que ¿gas ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado" de forma descentralizada, "com direção única em cada esfera do governo" e "atendimento integral".Também o art. 23, da mesma Constituição da República, dispõe em seu inciso II que é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências".E, em cumprimento das disposições constitucionais retro, a Lei Federal nº 8.080, de 19.09.1990, igualmente assegura a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis e "reafirma que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício".Nos termos do art. 4º da Lei n.º 8.080, de 19/09/90, o Sistema Único de Saúde constituiu-se, assim, de um conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta ou por eles conveniados, dentre as quais se destaca a prestação de assistência farmacêutica (art. 6º, inc. I, alínea d), aliada à formulação de uma "política de medicamentos e de outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção" (art. 6º, inc. VI), não se descuidando o legislador infraconstitucional de reafirmar as diretrizes do art. 198 da CR/88, adicionando-lhes outras tantas a serem perseguidas pelos gestores do sistema.MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, comentando o disposto no art. 198, II, da CR, afirma que:(...) manda ele que o atendimento à saúde seja integral, o que significa, na medida em que as palavras têm valor, que todas as doenças e enfermidades serão objeto de atendimento, por todos os meios ao dispor da medicina moderna" ("in" Comentários à Constituição Brasileira de1988. São Paulo: Editora Saraiva, 1995, v. 4, p. 54 a 56 ¿ sem grifos no original). Não se deve desconhecer que o SUS é financiado "com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes" (cf. parágrafo primeiro do art. 198 da CR). A conjugação deste dispositivo com o mencionado artigo 23, II, da Constituição, conduz à inexorável conclusão de que àqueles entes compete fazer as gestões necessárias, junto aos responsáveis pelo financiamento do Sistema e/ou pela compra dos medicamentos, de forma a manter a unidade sob sua direção em condições de atendimento integral.Nesse diapasão, frisa-se que, entre seguir norma Constitucional que visa proteger a vida e a saúde, consectários lógicos da dignidade da pessoa humana, que ¿ diga-se de passagem ¿ é princípio fundamental da República Federativa do Brasil, previsto no art. 1º, inciso III da Constituição ou orientar-se por Portaria emanada do Ministério da Saúde, não resta dúvidas de que o Magistrado deverá seguir a Carta Magna.Sobre o tema, confira-se a ementa do seguinte julgado proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais:"MANDADO DE SEGURANÇA - COMPETÊNCIA DO JUÍZO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - LITISCONSÓRCIO - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA O PEDIDO - PRELIMINARES AFASTADAS - FORNECIMENTO DE COMPOSTO LÁCTEO - MENOR - DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO - CONCESSÃO DA SEGURANÇA.O direito à saúde deve ser garantido pelo Estado, aí incluídas as três esferas da Federação, inclusive com o fornecimento de composto alimentar prescrito por médico, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina, como necessário ao tratamento do infante, constituindo violação da ordem constitucional a negativa do fornecimento do insumo. V.V.P." (101450632823990011 MG 1.0145.06.328239-9/001(1), Relator: EDGARD PENNA AMORIM, Data de Julgamento: 18/09/2008, Data de Publicação: 17/12/2008, undefined).Pelo exposto, verifica-se a procedência do pleito dos impetrantes.Diante de tais dados, e dos receituários carreados aos autos recomendando aos impetrantes o uso de NAN I ou NESTOGENO I, CONCEDO A SEGURANÇA, tornando definitiva a liminar concedida às fls. 16/17, que determinou às autoridades impetradas o fornecimento dos complementos lácteos aos impetrantes, na quantidade solicitada no laudo de fl. 13.Custas e honorários indevidos, estes com base no verbete nº 512 da Súmula da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, por força do art. 14, § 1º da Lei nº 12.016/09.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. (assinado digitalmente)Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002481-37.2011.8.22.0009
Ação:Exibição
Requerente:Maria de Fátima de Lima
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (RO 4741)
Requerido:Banco Morada S A
Advogado:Wilton Roveri (OAB/SP 62397)
Despacho:
DESPACHO:1. Certifique-se o trânsito em julgado. 2. Transitada em julgado, altere-se a classe para cumprimento de sentença.3. Em seguida, intime-se o requerido, por seu advogado, a

efetuar o pagamento do valor da condenação, no montante de R$ 333,30, sob pena de execução, bem como as custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.(assinado digitalmente)Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001865-62.2011.8.22.0009
Ação:Exibição
Requerente:Ana Ferreira de Almeida
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul
Advogado:Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823A)
Despacho:
DESPACHO:1. Certifique-se o trânsito em julgado. 2. Transitada em julgado, altere-se a classe para cumprimento de sentença.3. Em seguida, intime-se o requerido, por seu advogado, a efetuar o pagamento do valor da condenação, no montante de R$ 333,30, sob pena de execução, bem como as custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.(assinado digitalmente)Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002917-93.2011.8.22.0009
Ação:Exibição
Requerente:Geraldina Moura Teles
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (PR 55483), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A)
Requerido:Banco do Brasil Sa
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571)
Despacho:
DESPACHO:1. Certifique-se o trânsito em julgado. 2. Transitada em julgado, altere-se a classe para cumprimento de sentença.3. Em seguida, intime-se o requerido, por seu advogado, a efetuar o pagamento do valor da condenação, no montante de R$ 333,30, sob pena de execução, bem como as custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.(assinado digitalmente)Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002478-82.2011.8.22.0009
Ação:Exibição
Requerente:Osmar Brito de Carvalho
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (RO 4741), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A), Pedro Luiz Lepri Junior (PR 55483)
Requerido:Banco Morada S A
Advogado:Wilton Roveri (OAB/SP 62397)
Despacho:
DESPACHO:1. Certifique-se o trânsito em julgado. 2. Transitada em julgado, altere-se a classe para cumprimento de sentença.3. Em seguida, intime-se o requerido, por seu advogado, a efetuar o pagamento do valor da condenação, no montante de R$ 333,30, sob pena de execução, bem como as custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.(assinado digitalmente)Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0017023-31.2009.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Quantum Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Jose Angelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567), Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234), Miguel Antonio Paes de Barros (RO 301)
Executado:IndÚstria e ComÉrcio de ConfecÇÕes FabrÍcio Ltda, Fabiano Maciel de Souza
Despacho:
DESPACHO:Tendo em vista que a proposta conciliatória restou prejudicada, ante a ausência do executado, aguarde-se a designação de audiência para venda do imóvel penhorado nos autos n. 0018216-81.2009.8.22.0009.Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.(assinado digitalmente) Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0018216-81.2009.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Vilmar Catafesta
Advogado:Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567), Jose Angelo de Almeida (RO 309), Sebastião Cândido Neto (RO 1826), Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Executado:IndÚstria e ComÉrcio de ConfecÇÕes FabrÍcio Ltda
Advogado:Roberto Sidney Marques de Oliveira (OAB/RO 2.946)
Despacho:
DESPACHO:Tendo em vista que a proposta conciliatória restou prejudicada, ante a ausência da executada, bem como que os embargos à execução propostos pela executada não suspendeu o tramite da presente execução, cumpra-se a determinação de fls. 43.Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.(assinado digitalmente)Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0042476-28.2009.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ciclo Cairu Ltda
Advogado:Fabiana Ribeiro Gonçalves (SSP/RO 2800)
Executado:Josiane Ribeiro Correa
Despacho:
DESPACHO:Defiro a suspensão até 02 de abril de 2012. Findo o prazo, deve a parte dar andamento ao feito em 48 (quarenta e oito) horas. Em caso de inércia, intime-se, na forma do parágrafo único, do art. 238, do CPC, pessoalmente a parte autora para impulsionar o feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e arquivamento. Intime-se. Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. (assinado digitalmente)Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito

Sileide Niceia Pedrosa Ramalho Veche e Silva
Escrivã Judicial

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura, RO.
e-mail: je_rmo@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial: Maria Aparecida Ribeiro Santos Lopes
Juiz de Direito: Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira

Proc: 1001398-63.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Jadir Francisco Lira(Requerente)
Banco Itaú (Cartão de Crédito Itaucard)(Requerido)
Advogado(s): DAGUIMAR LUSTOSA NOGUEIRA CAVALCANTE (OAB 4120 RO)
Intimar os procuradores das partes acerca do bloqueio “on line” (evento 47)em conta bancária da parte ré, perante o Banco Itaú Unibanco S.A, no valor de R$ 190,64, podendo esta, caso queira, impugná-lo no prazo de 15 dias.

Proc: 1001416-84.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Claudinei Crescencio de Barros(Requerente)
Advogado(s): edmar félix de melo godinho(OAB 3351 RO)
edson dos santos souza(Requerido)
Intimar o procurador da parte autora acerca do despacho de evento 26, a seguir transcrito: “Diga o autor sobre a penhora de evento 12.”

Proc: 1003126-42.2011.8.22.0010
Ação:Petição (Juizado Cível)
JOSE CARLOS DAMIAO(Requerente)
Advogado(s): RUBENS VIERA LOPES(OAB 273 RO)
Banco Santander Brasil S/A(Requerido)
Intimar o procurador da parte autora para audiência de conciliação designada para o dia 10/2/2012, às 9h30min, devendo trazer o autor independente de intimação, bem como da decisão a seguir transcrita:”Sem antecipação da tutela, pois que, embora plausível a assertiva segundo a qual inexistente vínculo qualquer entre as partes a justificar o apontamento, momentânea indisponibilidade de crédito não constituiria aquela situação mediante o que autoriza a lei (CPC, art. 273, inc. I) a medida urgente: receio de dano irreparável ou de difícil conserto”.
Assim, por ora, apenas cite-se o réu e intimem-se os demandantes à audiência conciliatória.”

Proc: 1002463-30.2010.8.22.0010
Ação:Execução de Título Judicial
Natalino Matioli(Exequente)
Olivio Martins Montezani(Executado)
Advogado(s): Antônio Fraccaro(OAB 1941 RO)
Intimar os procuradores das partes acerca do despacho de evento 45, a seguir transcrito: “Tendo em vista que a restrição que pesa sobre o veículo não se refere a este
processo, tampouco se deu por meio do Renajud, retornem os autos ao arquivo.”

Proc: 1002196-24.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
RAIO DE SOL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
Elisa da Silva Tomaz(Executado)
Intimar o procurador da parte autora acerca do bloqueio “on line” negativo (evento 20), devendo manifestar-se no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

Proc: 1002533-13.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Marilisa Peres Muhdel Ibrahim(Autor)
Advogado(s): DANIEL DOS ANJOS FERNANDES JÚNIOR(OAB 3214 RO)
Trip Linhas Aéreas S/A(Réu)
Advogado(s): OAB:295.940 SP, PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA(OAB 295940 RO)
Intimação dos procuradores das partes acerca da sentença disponibilizada em evento 13, a seguir transcrita:”Autos n° 1002533-13.2011.8.22.0010. Pretende MA RILI S A PER E S MUHDE LIB RAHIM seja TRIP LINHA S AÉ R EA S S/A condenada ao pagamento de indenização por danos anímicos em virtude da má prestação de serviços de transporte aéreo.
Historiou a autora haver sido obrigada a aguardar mais de 12 horas no aeroporto para a realização do embarque em Curitiba/PR com destino a cidade de Ji-Paraná.
A defesa, por sua vez, alega que os atrasos ocorreram por motivos de ordem técnica (pane no computador de bordo da aeronave).
Em audiência, não chegaram as partes a um consenso.
É o relato.
A atividade aqui descrita, evidentemente, caracteriza-se por uma prestação de serviço prevista no Código de Defesa do Consumidor.
De um lado, temos o fornecedor (empresa prestadora do serviço de transporte); de outro, o consumidor (passageiro).
Atente-se para o fato de que esse contrato (transporte aéreo) é um negócio tipicamente de resultado, ou seja, deve ser executado na forma e tempo previstos,não havendo que se falar no acaso.
O consumidor contrata o serviço para ser levado de um lugar a outro, em dia e horário combinados.
Desse modo, não há dúvidas de que os fatos aqui descritos não configuram mero aborrecimento cotidiano (desconforto e horas de espera pela demandante).
Assim, configurado está o direito do consumidor em obter compensação pelo dano psicológico sofrido (CDC, art. 14).
Nesse sentido:
ATRASO DE VOO. CULPA EXCLUSIVA DA COMPANHIA AÉREA. DEVER DE INDENIZAR. O atraso em mais cinco horas do horário previsto para chegada ao seu destino, com a perda de outro voo, configura ato ilícito por parte da companhia aérea, sujeitando-a ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. (Não Cadastrado, N. 10026180620108220601, Rel. null, J. 29/04/2011).
ATRASO DE VÔO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DE AERONAVE. RISCO PREVISÍVEL. DANO MORAL. O atraso de voo em decorrência de manutenção de aeronave é previsível e gera o dever de indenizar o passageiro. O valor do dano moral deve ser reduzido, quando comprovado que o atraso não acarretou maiores danos ao passageiro. (Não Cadastrado, N. 00398007720098220601, Rel. null, J. 22/10/2010)
Ante o exposto, firme no art. 269, inc. I, do CPC, julgo procedente o pedido, para condenar a ré ao pagamento de R$ 3.000,001.
Com o trânsito em julgado, arquive-se; ou, dê-se início à fase a qual alude o art. 475-J do CPC, mediante bloqueio de valores.

1 - Em se tratando de indenização por danos morais, a incidência da correção e dos juros moratórios inicia-se na data da prolação da sentença, uma vez que é a partir daí que o valor da condenação deixa de ser mera expectativa e se torna certo. (Apelação cível n. 100.021.2007.000275-5, Relator Desembargador Miguel Monico Neto, j. 29708/2007).

Proc: 1002737-57.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Dorvalina Alves Celestino(Requerente)
Ceron Centrais Elétricas de Rondônia S/A - ELETROBRAS (Requerido)
Advogado(s): Juvenilço Iriberto Decarli Junior(OAB 1193 RO)
Intimação do procurador das parte ré acerca da sentença disponibilizada em evento 10, a seguir transcrita:"Autos nº 1002737-57.2011.8.22.0010. Não obstante a juntada de contestação (mov. 7), deixou a demandada de comparecer à audiência conciliatória, de acordo que, nos do art. 20 da Lei n. 9.099/95, deve ser reputada revel[1].
Pois bem.
Demonstrou a autora que até julho de 2011 pagava pelo consumo de energia elétrica valores que oscilavam de R$ 40,00 a R$ 80,00[2], contudo, repentinamente, passou a receber faturas de R$ 176,92, R$ 118,76, R$ 198,31 e R$ 130,21[3], referente aos meses de agosto a dezembro.
A demandada, por sua vez, deixou de comprovar a inexistência de irregularidade na sua prestação de serviços, posto que não trouxe aos autos qualquer documento que comprovasse que a medição de energia foi aferida corretamente, ou que se encontrava o medidor da consumidora em perfeita regularidade, o que tornaria verossímil a alegação de aumento exagerado do seu consumo, corroborando a imputação de despesas que destoam do perfil da consumidora.
Assim, como não houve inadimplemento até setembro passado deverá a demandada restituir o excesso cobrado e retificar as faturas de novembro a dezembro, tomando como base o último valor apurado (R$ 60,82).
Dessa forma, reconhecida a irregularidade da cobrança, é de rigor a restituição em dobro (art. 42, parágrafo único, do CDC).
Deve ser devolvido a diferença do pagamento de agosto a setembro (R$ 174,04 x 2 = R$ 348,08).
Isso posto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para declarar inexigível de Dorvalina mencionada diferença e condenar a ré à entrega de R$ 348,08, corrigidos desde o desembolso, mais com juros de mora a partir da citação, o que poderá ser feito mediante desconto nas faturas vincendas.
Com o trânsito em julgado arquivem-se.
1 - A ausência do réu na audiência de conciliação gera os efeitos da revelia - art. 20 da Lei 9.099/95. A apresentação de contestação antes da audiência por meio de advogado não elide a revelia, ainda mais quando o
advogado também não comparece na audiência. (Turma Recursal/TJRO n° 9001042-70.2009.8.22.0601. Relator :
Juiz Marcelo Tramontini. Dje: 27.4.2010)
2 Histórico de consumo que gira entre 110 a 142 kWh (doc. 2, mov. 1).
3 Consumo entre 257 a 422 kWh (mov. 1 e 8)

Proc: 1003135-04.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
C.S.Giovanoni Confecções ME(Exequente)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
MARILEI PADILHA PEREIRA(Executado)
Intimar o procurador da parte autora para audiência de conciliação designada para o dia 17/2/2012, às 9h30min, devendo trazer o autor independente de intimação.

Proc: 1002343-50.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Sakeb Musa Mohd Tommalieh(Exequente)
Advogado(s): VANDERLEI CASPRECHEN(OAB 2242 RO)
MARINALVA JOAQUIM FERNANDES GUIMARÃES (Executado)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Intimar o procurador da parte autora acerca do bloqueio "on line" negativo (evento 20), devendo manifestar-se no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

Proc: 1002227-44.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
J. M. A. TORRES UTILIDADES LTDA - ME(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
ADRIANO FIRMES DOS SANTOS(Executado)
Intimar o procurador da parte autora acerca do bloqueio "on line" negativo (evento 22), devendo manifestar-se no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

Proc: 1002314-68.2009.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Ivo da Cruz(Exequente)
Advogado(s): MAYCON DOUGLAS MACHADO(OAB 2509 RO)
Emerson Cavalcante de Freitas(Executado)
Intimar o procurador da parte autora para comparecer em cartório retirar alvará judicial de levantamento de importância.

Proc: 1002493-31.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Posto de Molas J. Lazaroto Ltda -me(Exequente)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Ivan Bispo dos Santos(Adjudicado)
Intimar o procurador da parte autora para audiência de conciliação designada para o dia 10/2/2012, às 10h30min, devendo trazer o autor independente de intimação.

Proc: 1002194-54.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
RAIO DE SOL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
LEANDRO MERELLES CORREA(Executado)
Intimar o procurador da parte autora acerca do bloqueio "on line" negativo (evento 23), devendo manifestar-se no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

Proc: 1001976-26.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Clarice de Freitas(Requerente)
Advogado(s): VANDERLEI CASPRECHEN(OAB 2242 RO), Salvador luiz Paloni(OAB 299-A RO)
Trip - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): Samuel Ribeiro Mazurechen(OAB 4461 RO), OAB:7.413 MT, OAB:8.840-B MT
Intimar o procurador da parte autora acerca do recurso interposto (evento 39), podendo, caso queira, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Proc: 1000997-64.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
VALMIR VIEIRA DOS SANTOS(Requerente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
Banco Carrefour S.a.(Requerido), Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/a(Requerido), ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO(Requerido)
Advogado(s): Edilena Maria de Castro Gomes(OAB 1967 RO) OAB:104.430 SPOAB:15.131 PE, OAB:21543 PE, Carl Teske Júnior(OAB 3297 RO)
ADV. Miriam Peron Pereira Curiati - OAB/SP: 104,430
Adv. Paulo Henrique Magalhães Barros - OAB/PE: 15.131
Adv. Andréa Gouveia Campello - OAB/PE: 21.543
Intimar os procuradores das partes acerca do bloqueio "on line" (evento 45)em conta bancária da parte ré (Banco CSF S.A), perante o Banco Bradesco S.A, no valor de R$ 5.577,77, podendo esta, caso queira, impugná-lo no prazo de 15 dias.

Proc: 1003058-29.2010.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
J. Mikalzenzen - ME(Exequente)
Advogado(s): Daniel Redivo(OAB 3181 RO)
Joel Lorenzett(Executado)
Intimar o procurador da parte autora para, no prazo de 5 dias, manifestar-se quanto ao bem penhorado nos autos, cujo auto encontra-se digitalizado em evento 58, inclusive, quanto ao interesse na adjudicação.

Proc: 1002208-38.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
RAIO DE SOL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
Rosimeire dos Santos(Executado)
Intimar o procurador da parte autora acerca do bloqueio "on line" negativo (evento 20), devendo manifestar-se no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

Proc: 1001999-69.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Manaira Freitas Lazarotto(Requerente)
Advogado(s): VANDERLEI CASPRECHEN(OAB 2242 RO), Salvador luiz Paloni(OAB 299-A RO)
Trip - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): Samuel Ribeiro Mazurechen(OAB 4461 RO), OAB:7.413 MT, OAB:8.840-B MT
Intimar o procurador da parte autora acerca do recurso interposto (evento 34), podendo, caso queira, apresentar contrarrazões no prazo legal.

Proc: 1002784-31.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
F. Q. de S. (Requerente)
Advogado(s): Edilena Maria de Castro Gomes(OAB 1967 RO)
O. F. P. (Requerido)
Advogado(s): Cândido Ocampo Fernandes(OAB 780 RO)
Intimar o procurador da parte autora para, querendo, impugnar, no prazo legal, a contestação apresentada pela parte ré.

Proc: 1002548-79.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Posto de Molas J. Lazaroto Ltda -me(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
José Benício(Réu)
Intimar o procurador da parte autora para audiência de conciliação designada para o dia 16/2/2012, às 9 horas, devendo trazer o autor independente de intimação

Proc: 1000991-57.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
VALMIR VIEIRA DOS SANTOS(Requerente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
Deib Otoch SA Loja Esplanada(Requerido), CDL FORTALEZA - CAMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE FORTALEZA(Requerido)
Advogado(s): OAB:13.371-A CELarrúbia Daviane Huppers(OAB 3496 RO), OAB:8113 CE
Adv. Raul Amaral Júnior- OAB/CE: 13.371-A
Intimar os procuradores das partes acerca do bloqueio "on line" (evento 39)em conta bancária da parte ré (Deib Otoch S.A), perante o Banco Bradesco S.A, no valor de R$ 5.500,00, podendo este, caso queira, impugná-lo no prazo de 15 dias.

Proc: 1002984-09.2009.8.22.0010
Ação:Cumprimento de sentença (Juizado Cível)
Paulo César da Silva(Requerente)
Advogado(s): Fábio José Reato(OAB 2061 RO)
Banco Dibens S/A(Requerido), BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento(Requerido)
Advogado(s): OAB:177152 SPLuciano Mello de Souza(OAB 3519 RO)
Intimar o procurador da parte autora para comparecer em cartório retirar alvará judicial de levantamento de importância.

Proc: 1002689-98.2011.8.22.0010
Ação:Petição (Juizado Cível)
Sidney Cardoso dos Santos(Autor)
Advogado(s): NADYLSON MARCELINO BRANDÃO RODRIGUES FILHO(OAB 4435 RO)
Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/a(Requerido)
Advogado(s): OAB:5017 RO
Adv. Lucimar Cristina Cano - OAB/RO: 5.017
Intimação dos procuradores das partes acerca da decisão disponibilizada em evento 18, a seguir transcrita:"As alegações no sentido de que omissa a decisão supra desvelam nitidamente o caráter infringente1 dos presentes embargos, o que não se coaduna com o delimitado campo desta via processual, razão por que os rejeito.
No mais, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se.
1 Embargos de declaração. Obscuridade, contradição ou omissão. Inexistência. Efeito infringente. Mérito. Revisão. Impossibilidade. Os embargos de declaração só podem ter
efeito modificativo quando, ao ser suprida a omissão, contradição ou obscuridade, a alteração da conclusão da decisão for conseqüência necessária do julgamento. É impossível, por esta via, a revisão dos fundamentos da decisão embargada, sob pena de desvio da função jurídicoprocessual, devendo tal matéria ser veiculada por meio de recurso próprio à instância superior (TJ/RO - CÂMARA ESPECIAL - Embargos de Declaração (em Agravo de
Instrumento) nº 02.003843-7 - Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa - v.u., j. em 16 de outubro de 2002).

Proc: 1002735-87.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Humberto dos Santos Jorge(Requerente)
Advogado(s): Salvador luiz Paloni(OAB 299-A RO)
Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento(Requerido)
Advogado(s): OAB:1141-A BA, OAB:16.780 BA
Intimação dos procuradores das partes acerca da sentença disponibilizada em evento 19, a seguir transcrita: "Autos nº 1002735-87.2011.8.22.0010. Humberto negou a efetivação de qualquer negócio com o requerido - sendo ele consumidor bastaria mesmo apenas a negativa.
O fornecedor não fez prova em sentido contrário1. Assim, tem-se como não existente qualquer dívida (art. 6º. Inc. VIII, CDC).
Lado outro, em que pese não haver sido o autor notificado das inscrições (art. 42, parágrafo 3º, do CDC), situação que, sem dúvida, seria capaz de romperia com o nexo a conduta que se atribuiu a fornecedora (cobrança de débito inexistente) e o propalado prejuízo moral, adotar-se-á aqui o posicionamento da Turma Recursal de Ji-Paraná, no sentido de que - É objetiva a responsabilidade da empresa pelos danos morais causados ao consumidor em razão da negativação
indevida do nome [...] (Recurso inominado nº 1002644-31.2010.822.0010).
Ante o exposto, julgo procedente parte dos pedidos, para condenar Cetelem Brasil S/A à entrega de R$ 5.000,00, quantia que o e. Tribunal de Justiça daqui vem atribuindo aos danos morais em situações congêneres (Ap. Nºs 0006190-12.2008.8.22.0001, 10000120070206812 etc.).
Verifica-se pelo ofício do evento nº 15 que já se excluiu Humberto do SPCP, de modo que a respeito disso desnecessário comando algum.
Com o trânsito em julgado, arquivem-se ou dê-se início à fase do art. 475J do CPC, mediante confecção de minuta para bloqueio de valores.
1 Apenas juntou um contrato de prestação de serviço (cartão de crédito), sem as informações do autor, tampouco a
assinatura (mov. 16).

Proc: 1002191-02.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
RAIO DE SOL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
José Hipólito(Executado)
Intimar o procurador da parte autora acerca do bloqueio "on line" negativo (evento 20), devendo manifestar-se no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

Proc: 1002673-47.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Helena Souza Vasconcelos(Requerente)
Advogado(s): Salvador luiz Paloni(OAB 299-A RO)
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.(Requerido)
Advogado(s): Juvenilço Iriberto Decarli Junior(OAB 1193 RO)
Intimação dos procuradores das partes acerca da sentença disponibilizada em evento 18, a seguir transcrita:"Autos nº 1002673-47.2011.8.22.0010. Nada obstante faltar a comunicação de que trata o art. 43, § 2º, do CDC, circunstância essa, sem dúvida, capaz de romper com o nexo entre a conduta atribuída a ré (cobrança por fornecimento de energia elétrica não utilizado pelo consumidor) e o prejuízo moral objeto da demanda, adotar-se-á aqui a posição da e. Turma Recursal de Ji-Paraná, no sentido segundo o qual, em hipóteses assim, NÃO SE QUESTIONA AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO, MAS O REGISTRO DA DÍVIDA (Não Cadastrado, nº 10014734220108220009, Rel. Juíza Ana Valéria de Queiroz, j. 30/05/2011).
Considerando então haver prova do pedido para interrupção do serviço ( ) e de que, independente disso, o nome da autora foi parar em lista de maus pagadores ( ), justo por dívida correlata a período seguinte a ele, verifica-se realizada a hipótese de incidência do parágrafo único do art. 22 do codex acima, in fine :
Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.
Nesse ponto, até porque nada se demonstrou a respeito, não haveria que se falar em obstáculo) que justificasse o engano: porteira trancada do sítio a impedir o acesso ao medidor. Ressalte-se ainda que a concessionária sequer se dignou de instruir os autos com as faturas consubstanciadoras do débito inscrito no tal cadastro.
Ante o exposto, julgo procedente o pedido para condenar CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON ao pagamento de R$ 5.000,00, quantia que a e. Turma Recursal de Ji-Paraná vem arbitrando em situações congêneres.
Transitado em julgado, arquivem-se, ou havendo notícia do não cumprimento, inicie-se à fase a que alude o art. 475-J do CPC, confeccionando-se a minuta para bloqueio de valores via Bacenjud."

Proc: 1002322-74.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Posto de Molas J. Lazaroto Ltda -me(Exequente)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Salvador Bento da Silva(Executado)
Intimar o procurador da parte autora para audiência de conciliação designada para o dia 9/2/2012, às 11h30min, devendo trazer o autor independente de intimação.

Proc: 1002690-83.2011.8.22.0010
Ação:Petição (Juizado Cível)
Auri Ferreira de Matos(Autor)
Advogado(s): NADYLSON MARCELINO BRANDÃO RODRIGUES FILHO(OAB 4435 RO)
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A(Requerido)
Advogado(s): PAULO VINICIUS PORTO DE AQUINO(OAB 2723 RO), OAB:5017 RO
Adv. Lucimar Cristina Cano - OAB/RO: 5.017
Intimação dos procuradores das partes acerca da decisão disponibilizada em evento 19, a seguir transcrita:"As alegações no sentido de que omissa a decisão supra desvelam nitidamente o caráter infringente1 dos presentes embargos, o que não se coaduna como delimitado campo desta via processual, razão por que os rejeito. No mais, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se.
1 Embargos de declaração. Obscuridade, contradição ou omissão. Inexistência. Efeito infringente. Mérito. Revisão. Impossibilidade. Os embargos de declaração só podem ter
efeito modificativo quando, ao ser suprida a omissão, contradição ou obscuridade, a alteração da conclusão da decisão for conseqüência necessária do julgamento. É

impossível, por esta via, a revisão dos fundamentos da decisão embargada, sob pena de desvio da função jurídicoprocessual, devendo tal matéria ser veiculada por meio de recurso próprio à instância superior (TJ/RO - CÂMARA ESPECIAL - Embargos de Declaração (em Agravo de Instrumento) nº 02.003843-7 - Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa - v.u., j. em 16 de outubro de 2002).

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0007340-93.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda.
Advogado:Daniel Redivo (OAB/RO 3181), Márcio Antonio Pereira (OAB/RO 1615), João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)
Requerido:N. J. Transportes e Construções Ltda Epp
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Decisão:
DECISÃO Comprovados a mora e o não pagamento do débito, defiro liminarmente a medida pleiteada,nos termos do art. 1.071 do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado de busca e apreensão e depósito, que se fará na pessoa indicada pelo requerente. O Sr. Oficial de Justiça deverá vistoriar o bem, descrevendo-o e individualizando-o, inclusive quanto a acessórios e estado de conservação, avaliando-se-o. Feito o depósito, cite-se o requerido para contestar, em 5 dias, podendo, nesse prazo, se houver pago mais de 40% do preço, requerer a concessão de 30 dias para reaver o bem, pagando as prestações vencidas e acréscimo, até a data da purgação, arbitrados os honorários de advogado em 10% do débito e custas processuais. Consigne-se que, não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 e 319). Intime-se. O devedor poderá apresentar resposta no prazo de 15 dias, a contar da execução da liminar. A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do pagamento integral da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição.Expeça-se o necessário.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Audarzean Santana da Silva Juiz de Direito

Proc.: 0007339-11.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda.
Advogado:Daniel Redivo (OAB/RO 3181), Márcio Antonio Pereira (OAB/RO 1615), João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)
Requerido:N. J. Transportes e Construções Ltda Epp
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Decisão:
Comprovados a mora e o não pagamento do débito, defiro liminarmente a medida pleiteada, nos termos do art. 1.071 do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado de busca e apreensão e depósito, que se fará na pessoa indicada pelo requerente. O Sr. Oficial de Justiça deverá vistoriar o bem, descrevendo-o e individualizando-o, inclusive quanto a acessórios e estado de conservação, avaliando-se-o. Feito o depósito, cite-se o requerido para contestar, em 5 dias, podendo, nesse prazo, se houver pago mais de 40% do preço, requerer a concessão de 30 dias para reaver o bem, pagando as prestações vencidas e acréscimo, até a data da purgação, arbitrados os honorários de advogado em 10% do débito e custas processuais. Consigne-se que, não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 e 319). Intime-se. O devedor poderá apresentar resposta no prazo de 15 dias, a contar da execução da liminar. A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do pagamento integral da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição.Expeça-se o necessário.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Audarzean Santana da Silva Juiz de Direito
Auda Caldeira de Almeida
Escrivã Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0007304-51.2011.8.22.0010
Ação:Inventário
Inventariante:Rodnei Antônio Paes
Advogado:Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568)
Inventariado:Espólio de Miza de Camargo
Advogado:Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568)
Decisão:
RODNEI ANTONIO PAES, ingressou com ação de inventário em razão do falecimento de sua mãe Milza de Camargo, requer seja o inventário processado pelo rito de arrolamento (art. 1.036 do CPC), e que seja nomeado como inventariante.A inicial deve ser emendada, vez que nos temos do art. 1031 do Código de Processo Civil, processa-se na forma de arrolamento a partilha amigável, e o Requerente requer a citação e intimação de um dos herdeiros, logo não é amigável a partilha, devendo a presente ação ser processada na forma de inventário.Os mestres Daniel Assumpçao Neves e Rodrigo da Cunha Lima Freire, comentando o art. 1031 do CPC, assim lecionam: Se os herdeiros forem capazes e concordes, far-se-á o arrolamento sumário, forma mais simples de inventário, que se caracteriza por apresentar um procedimento concentrado e um a cognição sumária. (Código de Processo Civil para Concursos. 2ª Edição, rev. ampl. e atual. Editora Juspodvim. Salvador ? BA. 2011. p.951).(grifei)Quanto à pretensão do requerente em ser nomeado como inventariante, dispõe o art. 990 do CPC:Art. 990. O juiz nomeará inventariante:I ? o cônjuge ou companheiro sobrevivente, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste;II ? o herdeiro que se achar na posse e administração do espólio, se não houver cônjuge ou companheiro sobrevivente ou estes não puderem ser nomeados; (negritei)Do que consta nos autos, o herdeiro a ser citado, se acha na posse do imóvel, vez que o endereço do Sr. Ricardo Vagner Paes coincide com o endereço do imóvel,

logo, a priori, deveria este ser nomeado inventariante, nos termos do art. 990, II do CPC.O fato do Requerente pretender a citação de um dos hedeiros demonstra que o inventário não é consensual.Ademais, devo anotar que o art. 1036, CPC, limita o arrolamento aos casos em que o valor dos bens do espólio for igual ou inferior a 2000 OTN, que parece não ser o caso dos autos, já que o bem é superior a R$ 120.000,00. Ante o exposto, emende-se o Requerente a inicial, no prazo de 10 dias, para constar como INVENTÁRIO, bem como para, no mesmo prazo informar se um dos herdeiros encontram-se na posse do imóvel.Intimem-se o Requerente, na pessoa de sua procuradora constituída nos autos, (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50, das DGJ), para, no prazo de 10 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 284, parágrafo único do CPC.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Audarzean Santana da Silva Juiz de Direito em substituição
José Ricardo Simões Rodrigues
Diretor de Cartório

COMARCA DE VILHENA

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury
Escrivã: Cleusa Pereira

Proc.: 0007521-19.2010.8.22.0014
Ação:Habilitação de Crédito
Requerente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Odilei Nóia Rodrigues
Despacho:
D E S P A C H O Proceda-se a intimação da inventariante e da herdeira BRUNA MONIQUE WESCHENFELDER RODRIGUES, por meio dos seus advogados, para, no prazo de 10 dias, se manifestarem quanto a presente habilitação.Da mesma forma, dê ciência ao Ministério Público.Intime-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006828-98.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:G. A. K. S.
Advogado:Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B)
Executado:S. M. de C. de V.
Despacho:
Vistos.Tendo em vista que o valor da multa fixada pelo descumprimento da obrigação de fornecer os medicamentos ao exequente se tornou extremamente excessiva, hei por bem, reduzi-la para o valor diário de R$ 200,00 (duzentos reais), com a duração das astreintes ao período máximo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 461, § 6º do CPC.À contadoria para realizar o cálculo das astreintes, conforme esta decisão.Após, expeça-se RPV ou Precatório, se for o caso.Intimem-se.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0010420-53.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosineide da Silva Chame
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB RO 3375)
Requerido:Brasil Telecom Celular Oi
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Despacho:
D E S P A C H O Vistos.Conforme se depreende às fls. 21, a fatura telefônica vencida em 19/10/2011 somente foi paga em 17/11/2011, o que justifica a suspensão dos serviços pela ré.Portanto, considerando que as faturas já foram pagas, intime-se a ré para promover o restabelecimento dos serviços telefônicos do terminal (69) 3321-5013, no prazo de 5 dias, sob pena de ser fixada multa diária por cada dia de descumprimento.Diante da natureza da causa, INDEFIRO os benefícios da justiça gratuita, porém autorizo o diferimento das custas processuais.Cite(m)-se o(s) réu(s) para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) defesa, constando no mandado as advertências legais.Intimem-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0003507-55.2011.8.22.0014
Ação:Dúvida
Requerente:Eliane Vieira Lopes
Advogado:Roberley Rocha Finotti (OAB-RO 690)
Requerido:Oficiala do Cartório de Registro de Imóveis de Vilhena
Advogado:Odair Flauzino de Moraes (OAB-RO 115-A)
Despacho:
D E S P A C H O Vistos.Intime-se o requerente para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto a às alegações e documentos apresentados às fls. 17/25 dos autos.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006444-38.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hélio de Vargas Abreu
Advogado:Albino Ramos (OAB/MT 3559-B), Samir Dartanhn Ramos (OAB/MT 8391), Paula Cristina Carreira de Souza Ramos (OAB/MT 9989)
Requerido:Abreu Follmann e Vigano Ltda, Kátia Morgana Follmann, Ilson Celso Vigano
Advogado:Nunzio Grasso Junior (OAB/RO 3904)
Decisão:
D E S P A C H OVistos.Conforme se depreende da narrativa dos fatos, está tramitando na 2ª Vara Cível desta Comarca ação de prestação de contas, sob o n. 0002955-90.2011.8.22.0014, com

as mesmas partes e objeto jurídico comum (gestão da empresa em que as partes eram sócias).A ser assim, nos termos do art. 103 c/c artigos 105 e 106, remetam-se os autos ao Juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca, com as baixas e comunicações de estilo.Intime-se.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0007140-11.2010.8.22.0014
Ação:Habilitação de Crédito
Requerente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Requerido:Espólio de Odilei Noia Rodrigues
Despacho:
D E S P A C H OProceda-se a intimação da inventariante e da herdeira BRUNA MONIQUE WESCHENFELDER RODRIGUES, por meio dos seus advogados, para, no prazo de 10 dias, se manifestarem quanto a presente habilitação.Da mesma forma, dê ciência ao Ministério Público.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0084511-85.2009.8.22.0014
Ação:Habilitação de Crédito
Exequente:Aguilera & Cia Ltda.
Advogado:Marco Antonio de Oliveira Lopes (OAB/RO OAB/RO 1706)
Executado:Odilei Nóia Rodrigues
Despacho:
D E S P A C H OProceda-se a intimação da inventariante e da herdeira BRUNA MONIQUE WESCHENFELDER RODRIGUES, por meio dos seus advogados, para, no prazo de 10 dias, se manifestarem quanto a presente habilitação.Da mesma forma, dê ciência ao Ministério Público.Intime-se.Vilhena-RO, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito
Cleusa Pereira
Escrivã

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Proc.: 0008419-32.2010.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Paulo de Freitas
Advogado:Watson Mueller (OAB/RO 2835), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Requerido:L. F. Imports Ltda Filial, M M C Automotores do Brasil Ltda
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a fotocopiar as peças necessárias e retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0009797-23.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de sentença
Exequente:Kerson Nascimento de Carvalho
Advogado:Kerson Nascimento de Carvalho (RO 3384)
Requerido:Rabelo Comércio de Embalagens Ltda, Leonora Comércio de Papéis Importação e Exportação Ltda
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384)
Fica a parte executada intimada, por meio de seu advogado, para que junte aos autos cópia de atos constitutivos e última alteração contratual afim de de se verificar eventual alteração na razão.

Proc.: 0011165-33.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Silnone Ferreira dos Santos
Advogado:Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B), Aleteia Michel Rossi (OAB/RO 3396), Wilson Luiz Negri (OAB/RO 3757), Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB-RO 229-B)
Executado:Izaias Bonis Ferreira
Fica a parte Autora, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl.19-verso, tendo em vista que que deixou de citar o executado, face a não localização do mesmo.

Proc.: 0039350-23.2007.8.22.0014
Ação:Execução de título judicial
Exequente:J. B. Pedroza & Cia Ltda M E
Advogado:Eduarda da Silva Almeida (OAB-RO 1.581)
Executado:Edival Coral, Luzia Oliveira Pacheco
Advogado:Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl. 129, tendo em vista que deixou de proceder a penhora do veículo por não o ter localizado.

Proc.: 0007619-04.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Karina de Almeida Bastistuci (SP 178033)
Executado:Uni Pneus Serviços de Recapagem Ltda ME, Valdeni Souza Silva, Geane Souza Paula
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 83-verso, que decorreu o prazo de suspensão do feito.

Proc.: 0001681-91.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - BASA
Advogado:Edmar Queiroz Damasceno Filho (OAB/RO 589), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146)
Executado:Campos & Santos Ltda
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0010490-70.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Executado:Crislaine Cordeiro Engelmann
Finalidade: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl.15vº, informando que deixou de citar a executada, por não ter encontrado a mesma no endereço do mandado.

Proc.: 0010489-85.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:Elias da Costa Santana
Finalidade: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl.16, informando que deixou de citar o executado, por não ter sido localizado no endereço e ninguem sabe o endereço do mesmo.

Proc.: 0012003-73.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Sergio Antônio Bergamin Junior (RO 4728), Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Alaercio Marcos dos Santos
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 14-v, que não consta nos autos o endereço do executado.

Proc.: 0012092-96.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luiz Adolfo da Paixão
Advogado:Joir Augusto Laccal da Silva (OAB/MT 9457), Tatiane Corbelino Laccal da Silva (OAB/MT 9409)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Despacho:
Defiro a gratuidade judiciária. A 2º Vara Cível acumula suas atribuições com o Juizado da Infância e Juventude. Nos termos do art. 152, parágrafo único da Lei n 8069/90, os feitos relativos à infância e juventude gozam de prioridade absoluta, o que onera a pauta de audiências cíveis. Designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 02/05/2012, às 09:00 horas. Intimem-se as partes para que compareçam à audiência acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol. Na audiência, se não houver acordo, poderá o requerido contestar, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à oitiva das testemunhas e a prolação de sentença. A ausência da parte autora importará em extinção e arquivamento do processo e a ausência do requerido em confissão e revelia. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0012090-29.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ezequias Gonçalves de Paula
Advogado:Joir Augusto Laccal da Silva (OAB/MT 9457), Tatiane Corbelino Laccal da Silva (OAB/MT 9409)
Requerido:Federal Seguros S.a
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Despacho:
Defiro a gratuidade judiciária. A 2º Vara Cível acumula suas atribuições com o Juizado da Infância e Juventude. Nos termos do art. 152, parágrafo único da Lei n 8069/90, os feitos relativos à infância e juventude gozam de prioridade absoluta, o que onera a pauta de audiências cíveis. Designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 02/05/2012, às 08:00 horas. Intimem-se as partes para que compareçam à audiência acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol. Na audiência, se não houver acordo, poderá o requerido contestar, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à oitiva das testemunhas e a prolação de sentença. A ausência da parte autora importará em extinção e arquivamento do processo e a ausência do requerido em confissão e revelia. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0012081-67.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Servino Francisco
Advogado:Joir Augusto Laccal da Silva (OAB/MT 9457), Tatiane Corbelino Laccal da Silva (OAB/MT 9409)
Requerido:Federal Seguros S.a
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Despacho:
Defiro a gratuidade judiciária. A 2º Vara Cível acumula suas atribuições com o Juizado da Infância e Juventude. Nos termos do art. 152, parágrafo único da Lei n 8069/90, os feitos relativos à infância e juventude gozam de prioridade absoluta, o que onera a pauta de audiências cíveis. Designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 02/05/2012, às 07:30 horas. Intimem-se as partes para que compareçam à audiência acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol. Na audiência, se não houver acordo, poderá o requerido contestar, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à oitiva das testemunhas e a prolação de sentença. A ausência da parte autora importará em extinção e arquivamento do processo e a ausência do requerido em confissão e revelia. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quinta-feira, 22 de dezembro de 2011.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0001891-88.2010.8.22.0011
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Réu:Everton Marcelo dos Santos
Advogado:Rose Anne Barreto, OAB/RO 3976
Finalidade: intimar a advogada supra da r. decisão a seguir
Decisão: Everton Marcelo dos Santos, já qualificado nos autos, foi condenado a pena total de 2 anos, 6 meses e 10 dias de reclusão, pela prática do delito previsto no art. 1º, I, "a" c.c § 4º, da Lei 9.455/97, crime esse considerado hediondo. No cálculo de liquidação de pena inserto aos autos (fls. 130/131), vê-se que desde o dia 5.12.2011 o apenado tem direito à progressão para o regime aberto, dado que cumpriu o requisito objetivo exigido pela legislação.[...] Isso posto, promovo o apenado ao regime aberto, com efeitos retroativos ao dia 5.12.2011.Imponho ao reeducando as seguintes condições como regra para o cumprimento de pena no regime ABERTO:a) Comparecimento bimestral na primeira semana de cada mês, na sede do fórum local, das 07h às 13h para informar e justificar suas atividades.b) Permanência em sua residência durante o repouso noturno (após às 20 hs), nos finais de semana, feriados e nos dias de folga.c) Sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados.d) não se ausentar da Comarca, sem prévia autorização judicial; e) não praticar qualquer ilícito penal, seja doloso ou culposo; f) Não freqüentar lugares que haja a comercialização de bebidas alcoólicas ou que incentivem o ócio; g) não portar qualquer tipo de arma; h) Não freqüentar bares, boates, festas populares, prostíbulos, ou casas similares.i) não ingerir bebida alcoólica; Cientifique-se o apenado de que o descumprimento de qualquer uma das condições impostas ensejará a revogação do benefício sem sua prévia oitiva, bem como nos casos em que vier a ser condenado por sentença penal com trânsito em julgado por crime cometido durante a vigência do benefício, cuja pena cominada seja privativa de liberdade.As condições serão fiscalizadas pelas Polícias Militar e Civil, devendo ser expedido ofício com cópia desta decisão. Expeça-se o que mais for necessário.Intime-se.Sirva-se a presente como termo de advertência.Cumpra-se. Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 8 de dezembro de 2011.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito.
Alvorada do Oeste/RO, 21 de dezembro de 2011

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc: 1000482-26.2011.8.22.0011
Ação:Petição (Juizado Cível)
JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA(Requerente)
Advogado(s): Claudiney Quirino de Souza(OAB 2488 RO)
NEXTEL TELECOMUNICAÇOES(Requerido)
Fica a parte autora intimada, via seu advogado, de todo o teor da r. DECISÃO a seguir transcrita: "José Henrique de Oliveira, ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por dano moral e pedido liminar em face de Nextel Telecomunicações, objetivando a retirada do nome da requerente junto a instituição restritiva de crédito SPC e SERASA.
Alega o autor que nunca contratou qualquer serviço prestado pela requerida, pois reside no Estado de Rondônia desde 1981. Aduz, que os serviços oferecidos pela mesma não são disponibilizados no Estado, haja vista que tais serviços correspondem a telefonia móvel via rádio.
Desta forma, requer a concessão da presente liminar, para que a requerida cancele as restrições nos cadastros restritivos de crédito SPC e SERASA. Assim, ante os fatos expostos e, vislumbrando presentes o periculum in mora e o fumus boni iuris, determino LIMINARMENTE, que a requerida retire a restrição existente em nome do autor, dos cadastros restritivos de crédito SPC e SERASA, devendo informar a este juízo, no prazo de 10 dias a contar da citação, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), em caso de descumprimento, até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais), revertida a favor do requerente.
Designo audiência de conciliação para o dia 10/02/2012 as 10h30min., a ser realizada no Posto Avançada de Urupá.
Cite-se a requerida, advertindo-a sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova, e intime-a para comparecer à audiência de conciliação designada. Intime-se a autora, advertindo-o, que em caso de ausência, o processo será arquivado. Intimem-se as partes quanto a concessão da liminar. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Alvorada do Oeste/RO, 20 de dezembro de 2011. João Valério Silva Neto
Juiz de Direito em Substituição".

Proc: 1000506-54.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
VICENTE GOMES(Requerente)
Advogado(s): Robislete de Jesus Barros(OAB 2943 RO)
Banco Carrefour S.a.(Requerido), Atlântico Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (Requerido)
Fica a parte autora intimada, via sua advogada, de todo o teor da r. DECISÃO a seguir transcrita: "Vicente Gomes, ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de relação jurídica e débito c/c indenização por dano moral com pedido liminar em face de Atlantico Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados e Banco Carrefour S/A, objetivando a retirada do nome do requerente junto as instituições restritiva de crédito SPC e SERASA. Alega o autor que nunca contratou qualquer serviço prestado pela requerida, que nunca possuiu qualquer relação jurídica com instituições financeiras. Aduz que as requeridas não enviaram qualquer notificação dos débitos registrados em seu nome. Por fim, requer liminarmente que as requeridas cancelem as restrições nos cadastros restritivos de crédito SPC e SERASA. Assim, ante os fatos expostos e, vislumbrando presentes o periculum in mora e o fumus boni iuris, determino LIMINARMENTE, que as requeridas retirem as restrições existentes em nome do autor, dos cadastros restritivos de crédito SPC e SERASA, devendo informar a este juízo, no prazo de 10 dias a contar da citação, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), em caso de descumprimento, até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais), revertida a favor do requerente.
Redesigno audiência de conciliação para o dia 10/02/2012 as 11 horas, a ser realizada no Posto Avançada de Urupá.
Cite-se a requerida, advertindo-a sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova, e intime-a para comparecer à audiência de conciliação designada. Intime-se a autora, advertindo-o, que em caso de ausência, o processo será arquivado. Intimem-se as partes quanto a concessão da liminar. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Alvorada do Oeste/RO, 20 de dezembro de 2011. João Valério Silva Neto
Juiz de Direito em Substituição".

Proc: 1000480-56.2011.8.22.0011
Ação:Petição (Juizado Cível)
DIMAS FERREIRA DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): Claudiney Quirino de Souza(OAB 2488 RO)
Americel S. A. (claro Região Centro Oeste)(Requerido), Claro (Requerido)
Fica a parte autora intimada, via seu advogado, de todo o teor da r. DECISÃO a seguir transcrita: "Dimas Ferreira da Silva, ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c

indenização por dano moral e pedido liminar em face de Claro S/A e Americel S/A, objetivando a retirada do nome da requerente junto a instituição restritiva de crédito SPC. Alega o autor que contratou com as requeridas serviços de internet móvel com chip n. (62) 9152-3309, ocorre que, devido as maiores necessidades de acesso à internet, mudou de plano. Aduz que, apesar de ter comparecido a loja da requerida e solicitado o mudança do plano, esta continuou a emitir boleto para pagamento referente ao antigo plano de internet, sem prejuízo da emissão de boletos do plano atual. Contudo, informa que após a mudança do plano, continuaram a ser emitidos em seu favor boletos referentes ao plano de internet que possuía anteriormente, o que ocasionou a restrição existente em seu nome. Requer assim, a concessão da presente liminar para que, a requerida cancele a restrição nos cadastros restritivos de crédito SPC e SERASA. Assim, ante os fatos expostos e, vislumbrando presentes o periculum in mora e o fumus boni iuris, determino LIMINARMENTE, que a requerida retire a restrição existente em nome do autor, dos cadastros restritivos de crédito SPC e SERASA, devendo informar a este juízo, no prazo de 10 dias a contar da citação, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), em caso de descumprimento, até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais), revertida a favor do requerente. Designo audiência de conciliação para o dia 10/02/2012 as 10 horas, a ser realizada no Posto Avançada de Urupá. Cite-se as requeridas, advertindo-as sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova, e intime-as para comparecerem à audiência de conciliação designada. Intime-se a autora, advertindo-o, que em caso de ausência, o processo será arquivado. Intimem-se as partes quanto a concessão da liminar. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Alvorada do Oeste/RO, 20 de dezembro de 2011. João Valério Silva Neto
Juiz de Direito em Substituição".

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1ª Vara do Juizado da Infância e Juventude
Juíz de Direito:Alex Balmant
Escrivã Judicial: Rosângela Maria de Oliveira
E-Mail: mdo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002797-20.2011.8.22.0019
Ação:Autorização judicial
Requerente:João Vitor Leite Medeiros
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Sentença:
"...Sem contar o fato de o pai do adolescente estar residindo no Japão, segundo informado na inicial e não ter qualquer informação do seu endereço e tampouco qualquer documento onde conste que o pai do menor está de acordo com sua viagem.
Também tem o fato de não ter nos autos qualquer comprovação de que a mãe do menor realmente resida na cidade de Penedo – Alagoas, a não ser apenas a informação do seu endereço naquela cidade.
Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO INICIAL.
Publique-se, registre-se e intimem-se.
Nada pendente, arquive-se.
Machadinho do Oeste/RO, 16 de dezembro de 2011.

Alex Balmant
Juiz de Direito

Rosângela Maria de Oliveira Costa
Escrivã Judicial

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0001339-41.2010.8.22.0006
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministerio Publico Estadual
Denunciado:Martinho Rodrigues Primo
Advogado:Leni Matias Oldakowski ( )
Ato Ordinário: Fica a causídica devidamente intimada para apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias. Presidente Médici/RO, aos 21/12/2011. Eu, ___ João Carlos de Souza, Escrivão Judicial, a digitei e subscrevi.

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

Proc.: 0020885-80.2009.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Fabrício Maciel da Silva, brasileiro, solteiro, funcionário público, CPF 043.813.619-54, filho de Valdir Teixeira da Silva e de Nair Maciel da Silva, natural de Ivaporã/PR, nascido aos 22/06/1984, último endereço Rua Lorivaldo Jose da Costa, 68, casa 04, fundos, Curitiba/PR, atualmente em local incerto.
Advogado:Rony Ton Notelli (RO 1393)
Finalidade: Intimar o réu acima qualificado de que foi redesiganada audiência de Instrução e Julgamento para 21/03/2012 às 10h.

1ª VARA CÍVEL

Proc.: 0000441-55.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:C. I. R. de M.
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido:C. I. R. E. S. R.
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
Finalidade:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para fornecer os atuais endereços das testemunhas arroladas fls. 152, sendo Evangelio Pereira de melo e Esther Lucinda da Silva Melo

Proc.: 0003970-09.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO. 2027)
Executado:Eliazar Carvalho Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Bens a penhora e prosseguimentol
Fica a parte Exeqüente, por via de seu(ua) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a indicação de bens penhoráveis do Executado , (ou qualquer outra providência de acordo com o caso), face a certidão negativa do oficial de justiça deixando de penhorar bens por não possuir bens passíveis de penhora.

Antônio de Souza
Escrivão Cível

PUBICAÇÃO DE PROCLAMAS

COMARCA DE PORTO VELHO

2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL

E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 32 -D FOLHA: 50 TERMO: 6260
Faz saber que pretendem casar-se:
VERLÂNDIO AZEVEDO RIBEIRO
brasileiro, solteiro, com a profissão de tapeceiro,
natural de Santa Ines-MA, nascido em 03 de outubro de 1977, residente à Av. Pinheiro Machado, 6865, Esp. da Comunidade, Porto Velho-RO.
Filho de: Maria de Jesus Azevedo Ribeiro, Porto Velho-RO.
e NÚBIA FABIANA SILVA DE OLIVEIRA
brasileira, solteira, com a profissão de estudante, natural de Porto Velho-RO, nascida aos 04 de novembro de 1985, residente à Av. Pinheiro Machado, 6865, Esperança da Comunidade, Porto Velho-RO, Filha de: José Ribeiro de Oliveira e Leonice Benedita da Silva, residentes em Porto Velho-RO.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
VERLANDIO AZEVEDO RIBEIRO (sem alteração)
NÚBIA FABIANA SILVA DE OLIVEIRA AZEVEDO
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 15 de dezembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 32 -D FOLHA: 51 TERMO: 6261
Faz saber que pretendem casar-se:
NABEL DE MARCHI PEREIRA
brasileiro, solteiro, com a profissão de instrutor, natural de Presidente Médici-RO, nascido em 06 de janeiro de 1979, residente à Rua Cristiane, 6305, Igarapé, Porto Velho-RO.
Filho de: João de Deus Selestino Pereira e Rosalina Senhorinhi de Marchi Pereira, residentes em Ji-Paraná-RO.
e ROSA MARIA PEREIRA DA COSTA
brasileira, divorciada, com a profissão de do lar, natural de Coxim-MS, nascida aos 17 de abril de 1975, residente à Rua Cristiane, 6305, Igarapé, Porto Velho-RO, Filha de: José Teodoro da Costa e Ivanil Pereira da Costa, ambos residentes na Cidade de Ji-Paraná-RO.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
NABEL DE MARCHI PEREIRA (sem alteração)
ROSA MARIA PEREIRA DA COSTA (sem alteração)
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 16 de dezembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 32 -D FOLHA: 52 TERMO: 6262
Faz saber que pretendem casar-se:
WEMERSON CARVALHO SOARES SILVA
brasileiro, divorciado, com a profissão de motorista,
natural de Ji-Paraná-RO, nascido em 02 de agosto de 1985, residente à Rua Castro, 3131, Novo Horizonte, Porto Velho-RO.
Filho de: Antonio Soares Sobrinho e Francisca Maria de Carvalho Soares, residentes na Cidade de Porto Velho-RO.
e JANICE ROJAS SILVA RODRIGUES, brasileira, viúva, com a profissão de vendedora, natural de Campo Grande-MS, nascida aos 08 de maio de 1978, residente à Rua Joaquim Bartolo, 3947, Cidade do Lobo, Porto Velho-RO, Filha de: Ernani Gonçalves da Silva e Joana Manoela Rojas Silva, ambos residentes na Cidade de Porto Velho-RO.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
WEMERSON CARVALHO SOARES SILVA (sem alteração)
JANICE ROJAS SILVA SOARES
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 16 de dezembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 32 -D FOLHA: 53 TERMO: 6263
Faz saber que pretendem casar-se:
IAN ÂNDERSON VIEIRA SOUZA, brasileiro, divorciado, com a profissão de assistente social, natural de Porto Velho-RO, nascido em 13 de setembro de 1984, residente à Rua Vilma Maia, 5883, Igarapé, Porto Velho-RO.
Filho de: Manoel Carlos Rodrigues de Souza e Lucilete Vieira do Carmo, ambos residentes na Cidade de Porto Velho-RO.
e SUELENE DE OLIVEIRA CUSTÓDIO
brasileira, solteira, com a profissão de estudante, natural de

Porto Velho-RO, nascida aos 22 de junho de 1992, residente à Rua Pedro Albeniz, 6965, Aponiã, Porto Velho-RO,
Filha de: Raimundo dos Santos Custódio, residente na Cidade de Calama-RO e Sueli Neves de Oliveira, residente na Cidade de Goiânia-GO.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
IAN ÂNDERSON VIEIRA SOUZA (sem alteração)
SUELEN DE OLIVEIRA CUSTÓDIO SOUZA
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 16 de dezembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 32 -D FOLHA: 54 TERMO: 6264
Faz saber que pretendem casar-se:
FRANCISCO RODRIGUES PASSOS
brasileiro, solteiro, com a profissão de mestre de obras,
natural do Lugar Poções, Municipio de Luiz Correia-PB, nascido em 26 de fevereiro de 1964,
residente à Rua Silva Alvarenga, 4988, Agenor de Carvalho, Porto Velho-RO.
Filho de: Antonio Santos Passos e Raimunda Rodrigues Passos, ambos residentes na Cidade de Porto Velho-RO.
e IDALEIDE FELÍCIO DE ABREU
brasileira, solteira, com a profissão de vendedora, natural de Porto Velho-RO, nascida aos 30 de julho de 1976, residente à Rua Silva Alvarenga, 4988, Agenor de Carvalho, Porto Velho-RO,
Filha de: Arlindo da Conceição de Abreu e Carmozina Felício da Costa, residentes na Cidade de Chacal-CE.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
FRANCISCO RODRIGUES PASSOS (sem alteração)
IDALEIDE FELÍCIO DE ABREU PASSOS
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 16 de dezembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 31 -D FOLHA: 175 TERMO: 6185
Faz saber que pretendem casar-se:
GREGUE RIBEIRO DE AZEVEDO
brasileiro, solteiro, com a profissão de vendedor, natural de Porto Velho-RO, nascido em 10 de fevereiro de 1987, residente à Rua José Camacho, 472, Arigolandia, Porto Velho-RO.
Filho de: Cleone de Jesus Azevedo, (falecido há 23 anos) e Enedina Ribeiro Azevedo, (falecida há 17 anos).
e ELAINE DE MELO RÉGIS
brasileira, solteira, com a profissão de estudante,natural de Apucarana-PR, nascida aos 13 de maio de 1992.
residente à Rua Elvira Jhonson, 4807, Flodoaldo P. Pinto, Porto Velho-RO.
Filha de: Antônio Lemos Régis e Rozangela Maria Melo Régis, ambos residentes na Cidade de Porto Velho-RO.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
GREGUE RIBEIRO DE AZEVEDO (sem alteração)
ELAINE DE MELO RÉGIS AZEVEDO
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 01 de novembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 32 -D FOLHA: 45 TERMO: 6255
Faz saber que pretendem casar-se:
DIONIZIO RODRIGUES GOMES
brasileiro, solteiro, com a profissão de pintor, natural de Santa Luzia-MA, nascido em 22 de junho de 1982, residente à Av. Calama, 7045, Aponiã, Porto Velho-RO.
Filho de: Domingos Norberto Gomes, falecido há 3 anos e Augusta Maria de Jesus Rodrigues, falecida há 10 anos.
e LÚCIA APARECIDA SOARES
brasileira, solteira, com a profissão de do lar, natural de Salto do Lontra-PR, nascida aos 12 de novembro de 1974, residente à Av. Calama, 7045, Aponiã, Porto Velho-RO, Filha de: Antoninho Soares e Teresa Vargas Soares, ambos residentes na Cidade de Porto Velho-RO.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
DIONIZIO RODRIGUES GOMES (sem alteração)
LÚCIA APARECIDA SOARES GOMES
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 13 de dezembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 32 -D FOLHA: 46 TERMO: 6256
Faz saber que pretendem casar-se:
JHONATAN APARECIDO DE ARAÚJO SANTOS SILVA
brasileiro, solteiro, com a profissão de analista de crédito,
natural de Porto Velho-RO, nascido em 03 de setembrode 1993,
residente à Rua Geraldo Siqueira, 4005, Caladinho, Porto Velho-RO.
Filho de: Francisco Alves da Silva, e Dilcinéia Aparecida de Araújo Santos, ambos residentes em Porto Velho-RO.
e PAULA SILVA VIEIRA
brasileira, solteira, com a profissão de secretaria, natural de Porto Velho-RO, nascida aos 08 de dezembro de 1989,
residente à Rua Geraldo Siqueira, 4005, Caladinho, Porto Velho-RO, Filha de: Gélson Alves Vieira, e Eliane Sebastião da Silva Vieira, ambos residentes na Cidade de Porto Velho-RO.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
JHONATAN APARECIDO DE ARAÚJO SANTOS SILVA (sem alteração)
PAULA SILVA VIEIRA DE ARAÚJO
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 13 de dezembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
2o OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
HELENA SOARES OLIVEIRA CARVAJAL
OFICIALA DO REGISTRO CIVIL
E D I T A L D E P R O C L A M A S
LIVRO: 32 -D FOLHA: 47 TERMO: 6257
Faz saber que pretendem casar-se:
RAMIRO VIEIRA DA SILVA
brasileiro, divorciado, com a profissão de administrador,
natural de Rio de Janeiro-RJ, nascido em 24 de setembrode 1966,
residente à Rua Paulo Macalão, 4806, Flodoaldo P. Pinto, Porto Velho-RO.
Filho de: Waldenyr Vieira, falecido há 14 anos e Ormi Muniz Vieira da Silva, residente na Cidade de Porto Velho-RO.
e MARIA REJANE SAMPAIO DOS SANTOS
brasileira, divorciada, com a profissão de servidora pública, natural de Porto Velho-RO, nascida aos 30 de junho de 1970,
residente à Rua Paulo Macalão, 4796, Flodoaldo P. Pinto, Porto Velho-RO, Filha de: Hernani Reis dos Santos, e Raimunda Sampaio dos Santos, ambos residentes na Cidade de Porto Velho-RO.
E que após o casamento pretendemos chamar-se:
RAMIRO VIEIRA DA SILVA (sem alteração)
MARIA REJANE SAMPAIO DOS SANTOS VIEIRA
REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
APRESENTARam os Documentos Exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Lavro o presente para ser afixado no prazo legal no cartório.
Porto Velho, 13 de dezembro de 2011.
REGIANE FELIX SOUZA DE CASTRO DO NASCIMENTO
ESCREVENTE AUTORIZADA

COMARCA DE JI-PARANÁ

1ª VARA CÍVEL

LIVRO ·D-043 FOLHA ·043
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.882
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·MÁRCIO ALVES LAMEGO, de nacionalidade ·brasileira, ·conferente, ·solteiro, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·10 de setembro de 1990, residente e domiciliado ·na Rua Antonio Galha, 536, Jardim dos Migrantes, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·MÁRCIO ALVES LAMEGO, filho de ·JOAQUIM LOPES LAMEGO e de ZORAIDE ALVES LAMEGO; e
·PÂMELA SILVANA VIOTTO JANUÁRIO de nacionalidade ·brasileira, ·estudante, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·29 de maio de 1994, residente e domiciliada ·na Rua Vitória Régia, 412, São Bernardo, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·PÂMELA SILVANA VIOTTO JANUÁRIO LAMEGO, filha de ·JOSIAS JANUÁRIO e de MARIA APARECIDA VIOTTO JANUÁRIO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·20 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·043 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.883
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·AMARILZO CORREA DE OLIVEIRA, de nacionalidade ·brasileira, ·pedreiro, ·divorciado, natural ·de Água Doce do Norte-ES, onde nasceu no dia ·01 de fevereiro de 1971, residente e domiciliado ·na Rua Lage, 98, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·AMARILZO CORREA DE OLIVEIRA, filho de ·JOSE CORREA PEREIRA e de TEREZA DE OLIVEIRA PEREIRA; e
·IVANILDE FREITAS de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·25 de fevereiro de 1984, residente e domiciliada ·na Rua Lage, 98, Jorge Teixeira, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·IVANILDE FREITAS DE OLIVEIRA, filha de ·GENTIL DE FREITAS e de SUELY INACIO DE FREITAS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·20 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·044
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.884
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

·EDSON SIQUEIRA, de nacionalidade ·brasileira, ·alinhador, ·solteiro, natural ·de Projeto Ouro Preto, em Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia ·17 de fevereiro de 1975, residente e domiciliado ·na Rua Jasmim, 2158, Santiago, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·EDSON SIQUEIRA, filho de ·ADOTIVO PAULINO DE SIQUEIRA e de LAUDELINA CARLOS DA SILVA SIQUEIRA; e
·NEIDE LOPES DA CRUZ de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·10 de setembro de 1978, residente e domiciliada ·na Rua Jasmim, 2158, Santiago, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·NEIDE LOPES DA CRUZ SIQUEIRA, filha de ·ANTONIO NUNES DA CRUZ e de CARLINDA LOPES DE LIMA DA CRUZ.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·20 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·044 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.885
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA, de nacionalidade ·brasileira, ·lavrador., ·divorciado, natural ·de Bom Sucesso-PR, onde nasceu no dia ·28 de outubro de 1952, residente e domiciliado ·na Rua Cabral, 2419, Santiago, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA, filho de ·NELSON SABINO DE SOUZA e de MARIA PRESILINA DE OLIVEIRA; e
·ELZINEIDE COSTA RODRIGUES de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·30 de agosto de 1975, residente e domiciliada ·na Rua Cabral, 2419, Santiago, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·ELZINEIDE COSTA RODRIGUES, filha de ·ANTONIO RODRIGUES FILHO e de MARIA COSTA RODRIGUES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·20 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·045
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.886
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·FILIPE DA SILVA BARROS, de nacionalidade ·brasileira, ·estudante, ·solteiro, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·27 de novembro de 1989, residente e domiciliado ·na Rua Triângulo MIneiro, 1706, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·FILIPE DA SILVA BARROS, filho de ·JOÃO BATISTA DE BARROS e de MARIA MOURA DA SILVA BARROS; e
·PATRÍCIA GARCIA FERNANDES de nacionalidade ·brasileira, ·estudante, ·solteira, natural ·de Vilhena-RO, onde nasceu no dia ·11 de abril de 1995, residente e domiciliada ·na Av. Brasil, 1001, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·PATRÍCIA GARCIA FERNANDES BARROS, filha de ·FRANCISCO VALDECIR FERNANDES e de LUCIMAR GARCIA FERNANDES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·20 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·045 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.887
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·WALDECYR DE SOUZA ALMEIDA, de nacionalidade ·brasileira, ·motorista, ·solteiro, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·19 de julho de 1979, residente e domiciliado ·na Rua das Oliveiras, 1317, Novo Horizonte, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·WALDECYR DE SOUZA ALMEIDA, filho de ·JOSÉ BARBOSA DE ALMEIDA e de MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA ALMEIDA; e
·MARIA APARECIDA GOMES de nacionalidade ·brasileira, ·auxiliar de serviços diversos, ·solteira, natural ·de Vila de Roseiral, em Município de Mutum-MG, onde nasceu no dia ·03 de setembro de 1974, residente e domiciliada ·na Rua das Oliveiras, 1317, Novo Horizonte, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar no nome de ·MARIA APARECIDA GOMES, filha de ·LUIZ GOMES DA SILVA e de LENIR FRANCISCA GOMES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·20 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·046
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.888
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·WAGNER COELHO DE SOUZA, de nacionalidade ·brasileira, ·artifinalista, ·solteiro, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·24 de junho de 1980, residente e domiciliado ·na Rua Nestor Ramos, 124, Urupá, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar o nome de ·WAGNER COELHO GOMES DE SOUZA, filho de ·JOSÉ COELHO DE SOUZA e de LUZINETE SILVEIRA DE SOUZA; e
·LUCIENE GOMES SIQUEIRA de nacionalidade ·brasileira, ·administradora., ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·17 de novembro de 1983, residente e domiciliada ·na Rua dos Suruís, 181, Urupá, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·LUCIENE GOMES SIQUEIRA DE SOUZA, filha de ·SEBASTIÃO ANTUNES DE SIQUEIRA e de ZILDA GOMES DE SIQUEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·20 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe - Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·046 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.889
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·ISAQUE BROZEGUINE SANTANA, de nacionalidade ·brasileira, ·cabeleireiro, ·solteiro, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·09 de maio de 1983, residente e domiciliado ·na Av. Brasil, 2785, Nova Brasília, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·ISAQUE BROZEGUINE SANTANA, filho de ·NICOLAU SANTANA e de IRACY BROZEGUINE SANTANA; e
·GISLAINE MARA DA SILVA OLIVEIRA de nacionalidade ·brasileira, ·estudante, ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·26 de maio de 1995, residente e domiciliada ·na Rua Maracatiara, 3327, JK, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·GISLAINE MARA DA SILVA OLIVEIRA SANTANA, filha de · AMILTON DE OLIVEIRA (FALECIDO) e de CLEIDE DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·21 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·047
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.890
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·HÉRISON PEREIRA DE SOUZA, de nacionalidade ·brasileira, ·agricultor., ·solteiro, natural ·de Quixeramobim-CE, onde nasceu no dia ·22 de abril de 1992, residente e domiciliado ·na Rua Campo Grande, 2095, Val Paraíso, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·HÉRISON PEREIRA DE SOUZA, filho de ·JOÃO MARTINS DE SOUZA e de MARIA ALVES PEREIRA SOUZA; e
·DENISE DIAS DOS SANTOS de nacionalidade ·brasileira, ·vendedora., ·solteira, natural ·de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia ·23 de outubro de 1987, residente e domiciliada ·na Rua Limeira, 2649, JK, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·DENISE DIAS DOS SANTOS SOUZA, filha de ·JOÃO BATISTA DIAS DOS SANTOS e de IVANICE RIBEIRO DIAS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Ji-Paraná-·RO, ·21 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·047 vº
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.891
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·ANDERSON RIBEIRO JORGE, de nacionalidade ·brasileira, ·funcionário público, ·solteiro, natural ·de Goiânia-GO, onde nasceu no dia ·31 de julho de 1975, residente e domiciliado ·na Rua Divino Taquari, 2997, São Francisco, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·ANDERSON RIBEIRO JORGE, filho de ·JOAQUIM JORGE FILHO e de JOELINA RIBEIRO JORGE; e
·LIDIANE MATTIAS DA SILVA de nacionalidade ·brasileira, ·professora universitária, ·solteira, natural ·de Mandaguari-PR, onde nasceu no dia ·29 de julho de 1980, residente e domiciliada ·na Rua Divino Taquari, 2997, São Francisco, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·LIDIANE MATTIAS DA SILVA JORGE, filha de ·DEVANIR CASSIANO DA SILVA e de EDINÉIA MATTIAS DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
·Ji-Paraná-·RO, ·21 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

LIVRO ·D-043 FOLHA ·048
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·25.892
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de ·Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
·SÉRGIO DE MATOS, de nacionalidade ·brasileira, ·vendedor., ·solteiro, natural ·de Cacoal-RO, onde nasceu no dia ·05 de fevereiro de 1984, residente e domiciliado ·na Rua Andorinha, 3101, JK, em Ji-Paraná-RO, ·continuou a adotar o nome de ·SÉRGIO DE MATOS, filho de ·JOÃO DE MATOS e de ROSA DELMA MARQUES DE MATOS; e
·SIMONE LOPES de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, natural ·de Linhares-ES, onde nasceu no dia ·12 de janeiro de 1986, residente e domiciliada ·na Rua Andorinha, 3101, JK, em Ji-Paraná-RO, ·passou a adotar no nome de ·SIMONE LOPES DE MATOS, filha de ·JOCELI FARIA LOPES e de EVANIR FACHETTI LOPES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
··Ji-Paraná-·RO, ·21 de dezembro de 2011.
Rodrigo Marcolino Bozelhe
Oficial

COMARCA DE ARIQUEMES

1ª VARA CÍVEL

LIVRO ·D-008 FOLHA ·038
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
MONTE NEGRO, ESTADO DE RONDÔNIA
Av. Juscelino Kubitschek, 2752 – Setor 02 - Fone: (69)3530-2009
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes - Oficiala
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·2.137
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JOSÉ ROBERTO TAMANINI, de nacionalidade ·brasileiro, ·comerciante,

·divorciado, natural ·de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia ·01 de dezembro de 1977, residente e domiciliado ·na Rua Guarapari, s/nº, Setor 02, em Monte Negro-RO, filho de ·GUIDO HENRIQUE TAMANINI e de ORSELINA BRUMATTI TAMANINI; e
·ELIANE SILVA SANTIAGO de nacionalidade ·brasileira, ·babá, ·solteira, natural ·de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia ·03 de outubro de 1987, residente e domiciliada ·na Rua Espigão do Oeste, nº 1198, Setor 02, em Buritis-RO, filha de ·LUIZ SANTIAGO e de VITORIA SILVA SANTIAGO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.
·Recebi o Edital de Proclamas do SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL de Buritis - RO, que foi afixado no Ofício do domicílio e residência da contraente, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
·Monte Negro-·RO, ·21 de dezembro de 2011.
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes
Oficiala

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CÍVEL

Livro D: 8
República Federativa do Brasil
Folhas: 15
Estado de Rondônia
Têrmo: 1315
Município de Ministro Andreazza - RO
Tabelionato de Notas e Registro Civil
Av. Pau Brasil, 5867 - Centro, fone:(69)-3448-2285
Fracinete Lima D Ávila
Tabeliã "Pro-Tempore"
Edital de Proclamas
Matrícula
095976 01 55 2011 6 00008 015 0001315 52
Faço saber que pretendem se casar: ANTONIO GUAIANS BARBOSA e MARIA APARECIDA DE SOUZA
e que apresentaram os documento exigidos pelo Artigo 1.525 e incisos do Código Civil Brasileiro. O
Regime adotado é o de: Separação de Bens .
Ele: nascido aos: 27 de Agosto de 1934, Estado Civil: viúvo, em: S. Joao Batista-MG, de nacionalidade:
Brasileira, profissão: Agricultor, Filho de: José Mateus Barbosa e Olinda Coelho de Sena. Residente e
domiciliado em: Linha 04, lote 17 gleba 03 Neste Município de Ministro Andreazza-RO.. O qual continuará
com o mesmo nome.
Ela: nascida aos: 22 de Abril de 1931, em: Poço Fundo-MG, de nacionalidade: Brasileira, profissão:
Aposentada, Estado Civil: viúva, Filha de: Pedro Ferracioli e Ana Aparecida. Residente e domiciliada em:
Rua: São Francisco de Assis nº 2978 Neste Município de Ministro Andreazza-RO. A qual continuará com
o mesmo nome.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei
Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico
(www.tjro.jus.br).

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CÍVEL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 189
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA e FABIANA RUFINO DA CRUZ,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: Brasileiro , estado civil: solteiro , com 40 anos de idade, profissão: MECÂNICO, natural: município de JI-PARANÁ - RO, nascido aos 20/08/1971 (vinte de agosto de mil novecentos e setenta e um), filho de JOSÉ BATISTA CABRAL (falecido) e ENEDINA ROGÉRIO DA SILVA (falecida) , Residente AV. ANTONIO LUIZ DE MACEDO, 5428, JARDIM DAS ESMERALDAS, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JOSÉ BATISTA CABRAL, falecido e ENEDINA ROGÉRIO DA SILVA, falecida;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: Brasileira, estado civil: solteira , com 24 anos de idade, , profissão: VENDEDORA, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascida aos 11/07/1987 (onze de julho de mil novecentos e oitenta e sete), filha de ADEMAR BARROS DA CRUZ e VANDA MARIA RUFINO DA SILVA , Residente AV. ANTONIO LUIZ DE MACEDO, 5428, JARDIM DAS ESMERALDAS , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: ADEMAR BARROS DA CRUZ e VANDA MARIA RUFINO DA SILVA;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA (SEM ALTERAÇÃO) e FABIANA RUFINO DA CRUZ SILVA.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 22 de novembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 190
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: REINALDO MENDEZ CUELLAR e ERIKA COÊLHO DOS SANTOS,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO , estado civil: solteiro , com 29 anos de idade, profissão: VENDEDOR, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascido aos 20/03/1982 (vinte de março de mil novecentos e oitenta e dois), filho de CARMELO CUELLAR ROCA e SUSANA MENDEZ FLORES , Residente AV. PORTO CARREIRO, 1417, SÃO JOSÉ, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: CARMELO CUELLAR ROCA e SUSANA MENDEZ FLORES;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira , com 29 anos de idade, , profissão: FUNCIONARIA

PUBLICA, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascida aos 28/02/1982 (vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e oitenta e dois), filha de CLAUDEMIR FREITAS DOS SANTOS e MARIA FRANCISCA COÊLHO DOS SANTOS (falecida) , Residente AV. PORTO CARREIRO, 1417, SÃO JOSÉ , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: CLAUDEMIR FREITAS DOS SANTOS e MARIA FRANCISCA COÊLHO DOS SANTOS, falecida;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: REINALDO MENDEZ CUELLAR (SEM ALTERAÇÃO) e ERIKA COÊLHO DOS SANTOS CUELLAR.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 25 de novembro de 2011.
O OFICIAL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 191
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: FRANCISCO FERREIRA CAMINHA e JEMIMA TAVARES DOS SANTOS,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO , estado civil: divorciado , com 51 anos de idade, profissão: AGRICULTOR, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascido aos 04/10/1960 (quatro de outubro de mil novecentos e sessenta), filho de JOÃO FERREIRA CAMINHA (falecido) e RAIMUNDA IZAURA CAMINHA (falecida) , Residente 6ª LINHA DO RIBEIRÃO, KM 03 - SITIO BOM JESUS NOVA MAMORÉ - RO.
Pais qualificados: JOÃO FERREIRA CAMINHA, falecido e RAIMUNDA IZAURA CAMINHA, falecida;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: divorciada , com 41 anos de idade, , profissão: PROFESSORA, natural: município de BARUERI - SP, nascida aos 10/02/1970 (dez de fevereiro de mil novecentos e setenta), filha de JOSÉ CORREIA DOS SANTOS e DELICIA TAVARES DOS SANTOS , Residente 6ª LINHA DO RIBEIRÃO, KM 03 - SITIO BOM JESUS , NOVA MAMORÉ - RO.
Pais qualificados: JOSÉ CORREIA DOS SANTOS e DELICIA TAVARES DOS SANTOS;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: FRANCISCO FERREIRA CAMINHA (SEM ALTERAÇÃO) e JEMIMA TAVARES DOS SANTOS CAMINHA.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 25 de novembro de 2011.
O OFICIAL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 192
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: MARILSON MEIRELES GALVÃO e SHIRLE ADRIANA DUARTE LOPES,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO , estado civil: solteiro , com 35 anos de idade, profissão: VIGILANTE, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascido aos 19/10/1976 (dezenove de outubro de mil novecentos e setenta e seis), filho de MARIO DE SOUZA GALVÃO e NAIZA MEIRELES GALVÃO , Residente AV. CASTELO BRANCO, 186 - SUCAM, SANTA LUZIA, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: MARIO DE SOUZA GALVÃO e NAIZA MEIRELES GALVÃO;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira , com 30 anos de idade, , profissão: DO LAR, natural: município de RIO BRANCO - AC, nascida aos 10/03/1981 (dez de março de mil novecentos e oitenta e um), filha de NORALDINO MAGALHÃES LOPES (falecido) e MARIA DAS NEVES DUARTE LOPES , Residente AV. CASTELO BRANCO, 186 - SUCAM, SANTA LUZIA , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: NORALDINO MAGALHÃES LOPES, falecido e MARIA DAS NEVES DUARTE LOPES;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: MARILSON MEIRELES GALVÃO (SEM ALTERAÇÃO) e SHIRLE ADRIANA DUARTE LOPES MEIRELES.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 30 de novembro de 2011.
O OFICIAL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 193
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: WELLINGTON MARINHO LOPES e LUCINETE NASCIMENTO RODRIGUES,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO , estado civil: solteiro , com 29 anos de idade, profissão: PEDREIRO, natural: município de SÃO PAULO - SP, nascido aos 22/02/1982 (vinte e dois de fevereiro de mil novecentos e oitenta e dois), filho de ANTONIO CARLOS LOPES e FRANCISCA DE BARROS MARINHO LOPES , Residente AV. EDUARDO CORREIA ARAUJO, 4039, SÃO JOSÉ, NOVA MAMORÉ - RO.
Pais qualificados: ANTONIO CARLOS LOPES e FRANCISCA DE BARROS MARINHO LOPES;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira , com 35 anos de idade, , profissão: DO LAR, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascida aos 10/07/1976 (dez de julho de mil novecentos e setenta e seis),

filha de FRANCISCO RODRIGUES MENDONÇA (falecido) e FRANCISCA NASCIMENTO FURTADO , Residente AV. EDUARDO CORREIA ARAUJO, 4039, SÃO JOSÉ , NOVA MAMORÉ - RO.
Pais qualificados: FRANCISCO RODRIGUES MENDONÇA, falecido e FRANCISCA NASCIMENTO FURTADO;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: WELLINGTON MARINHO LOPES (SEM ALTERAÇÃO) e LUCINETE NASCIMENTO RODRIGUES.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 01 de dezembro de 2011.

OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 194
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: PAULO DURAN NOVOA e JESSIANE ANTONIA DA SILVA RESES,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: , estado civil: solteiro , com 28 anos de idade, profissão: Pedreiro, natural: município de Guajara-Mirim - RO, nascido aos 09/09/1983 (nove de setembro de mil novecentos e oitenta e três), filho de JESUS PARADA NOVOA e NEIDE OLIVEIRA DURAN , Residente Avenida: MARIO PEIXE, S/Nº, SANTA LUZIA, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JESUS PARADA NOVOA e NEIDE OLIVEIRA DURAN;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: , estado civil: solteira , com 32 anos de idade, , profissão: Do lar, natural: município de Guajara-Mirim - RO, nascida aos 13/06/1979 (treze de junho de mil novecentos e setenta e nove), filha de JOSÉ ANTONIO DOS RESES (falecido) e LAURA DA SILVA RESES , Residente Avenida: MARIO PEIXE, S/Nº, SANTA LUZIA , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JOSÉ ANTONIO DOS RESES, falecido e LAURA DA SILVA RESES;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: PAULO DURAN NOVOA (SEM ALTERAÇÃO) e JESSIANE ANTONIA DA SILVA RESES DURAN.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 02 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 195
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: EMIVALDO AZEVEDO COELHO e ROSÂNGELA NUNES XAVIER,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: Brasileiro , estado civil: solteiro , com 55 anos de idade, profissão: Comerciario, natural: município de Formoso Do Araguaia - TO, nascido aos 30/03/1956 (trinta de março de mil novecentos e cinquenta e seis), filho de DELFINO AZEVEDO SOARES e JOSEFA COELHO AZEVEDO , Residente AV DOS SERINGUEIROS, 2106, NSA SRA DE FATIMA, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: DELFINO AZEVEDO SOARES e JOSEFA COELHO AZEVEDO;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: Brasileira, estado civil: solteira , com 38 anos de idade, , profissão: Do lar, natural: município de Linhares - ES, nascida aos 13/04/1973 (treze de abril de mil novecentos e setenta e três), filha de MANOEL XAVIER e MARIA NUNES XAVIER , Residente AV DOS SERINGUEIROS, 2106, NSA SRA DE FATIMA , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: MANOEL XAVIER e MARIA NUNES XAVIER;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: EMIVALDO AZEVEDO COELHO (SEM ALTERAÇÃO) e ROSÂNGELA NUNES XAVIER COELHO.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 07 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 196
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: FRANCISCO ELENILSON DE OLIVEIRA LIMA e KARINA YOLANDA MOISES HERRERA,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: brasileiro , estado civil: solteiro , com 29 anos de idade, profissão: CARPINTEIRO, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascido aos 31/05/1982 (trinta e um de maio de mil novecentos e oitenta e dois), filho de MILSON DE ARAÚJO LIMA e MARIA DE OLIVEIRA LIMA (falecida) , Residente AV. JOSE CARDOSO ALVES, 3020, SANTA LUZIA, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: MILSON DE ARAÚJO LIMA e MARIA DE OLIVEIRA LIMA, falecida;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: Boliviana, estado civil: solteira , com 32 anos de idade, , profissão: DO LAR, natural: EXALTACION - BENI - BOLIVIA - BOLIVIA - BO, nascida aos 16/05/1979 (dezesseis de maio de mil novecentos e setenta e nove), filha de ALBERTO MOISES SUAREZ (falecido) e PURA HERRERA ALVAREZ , Residente AV. JOSE CARDOSO ALVES, 3020, SANTA LUZIA , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: ALBERTO MOISES SUAREZ, falecido e PURA HERRERA ALVAREZ;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: FRANCISCO ELENILSON DE OLIVEIRA

LIMA (SEM ALTERAÇÃO) e KARINA YOLANDA MOISES HERRERA LIMA.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 09 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 198
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: DIONE ROCHA DA SILVA e ANITA SUAREZ DE SOUZA,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO, estado civil: solteiro, com 31 anos de idade, profissão: AÇOGUEIRO, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascido aos 23/10/1980 (vinte e três de outubro de mil novecentos e oitenta), filho de MARIA ROCHA DA SILVA (falecida) , Residente AV. PRINCESA ISABEL, 5150, PROSPERO, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: MARIA ROCHA DA SILVA, falecida;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 39 anos de idade, , profissão: DO LAR, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascida aos 23/10/1972 (vinte e três de outubro de mil novecentos e setenta e dois), filha de MANOEL BARBOZA DE SOUZA (falecido) e IGNACIA SUAREZ CASTEDO (falecida) , Residente AV. PRINCESA ISABEL, 5150, PROSPERO , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: MANOEL BARBOZA DE SOUZA, falecido e IGNACIA SUAREZ CASTEDO, falecida;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: DIONE ROCHA DA SILVA (SEM ALTERAÇÃO) e ANITA SUAREZ DE SOUZA (SEM ALTERAÇÃO).
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.
Guajará-Mirim - RO, 15 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 199
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: EDUARDO JOSÉ CORRÊA DE SOUZA e DEISIANE LOPEZ RIBEIRO,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO, estado civil: solteiro, com 18 anos de idade, profissão: MILITAR, natural: município de CUIABÁ - MT, nascido aos 24/12/1992 (vinte e quatro de dezembro de mil novecentos e noventa e dois), filho de ADILSON JOSÉ DE SOUZA e DORCAS CORRÊA DE SOUZA , Residente LH BOM SOSSEGO 411 - RAMAL VAI QUEM QUE, ZONA RURAL, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: ADILSON JOSÉ DE SOUZA e DORCAS CORRÊA DE SOUZA;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 23 anos de idade, , profissão: DO LAR, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascida aos 14/11/1988 (quatorze de novembro de mil novecentos e oitenta e oito), filha de ERNESTO RIBEIRO e ANGELINA LOPEZ RIBEIRO , Residente AV. DOM PEDRO I, 1873, 10 DE ABRIL , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: ERNESTO RIBEIRO e ANGELINA LOPEZ RIBEIRO;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: EDUARDO JOSÉ CORRÊA DE SOUZA (SEM ALTERAÇÃO) e DEISIANE LOPEZ RIBEIRO DE SOUZA.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.
Guajará-Mirim - RO, 16 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 200
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: HUGO RODIÑO PIÑEIRO e NEILANE LEIGUE MARINHO,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: Espanhol, estado civil: solteiro, com 30 anos de idade, profissão: Analista de Sistema, natural: município de Sanxenxo - Ponte Vedra - Espanha - , nascido aos 30/11/1980 (trinta de novembro de mil novecentos e oitenta), filho de JOSE MANUEL e MARIA ISABEL , Residente AV QUINTINO BOCAIUVA, 1946, TAMANDARÉ, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JOSE MANUEL e MARIA ISABEL;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: Brasileira, estado civil: solteira, com 23 anos de idade, profissão: Servidora Publica, natural: município de Guajara-Mirim - RO, nascida aos 04/10/1988 (quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e oito), filha de JOSÉ DO CARMO MARINHO GOMES (falecido) e MARIA NELÍ EGUEZ LEIGUE , Residente AV TOUFIC MELHEM BOUCHABKI, 1953, STA LUZIA , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JOSÉ DO CARMO MARINHO GOMES, falecido e MARIA NELÍ EGUEZ LEIGUE;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: HUGO RODIÑO PIÑEIRO (SEM ALTERAÇÃO) e NEILANE LEIGUE MARINHO RODIÑO.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.
Guajará-Mirim - RO, 16 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 201
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: AILTON RODRIGUES MOTA e ELISANDRA DORADO DE OLIVEIRA,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: Brasileiro, estado civil: solteiro, com 29 anos de idade, profissão: FUNILEIRO, natural: município de Guajara-Mirim - RO, nascido aos 20/08/1982 (vinte de agosto de mil novecentos e oitenta e dois), filho de JOSÉ FERREIRA DA MOTA e MADALENA RODRIGUES MOTA , Residente AV. JOSÉ CARDOSO ALVES, 4939, ESMERALDA, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JOSÉ FERREIRA DA MOTA e MADALENA RODRIGUES MOTA;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: Brasileira, estado civil: solteira, com 19 anos de idade, , profissão: ESTUDANTE, natural: município de Guajara-Mirim - RO, nascida aos 20/03/1992 (vinte de março de mil novecentos e noventa e dois), filha de ARMANDO DE OLIVEIRA (falecido) e ESMERALDINA DORADO MONTEIRO , Residente AV. JOSÉ CARDOSO ALVES, 4939, ESMERALDA , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: ARMANDO DE OLIVEIRA, falecido e ESMERALDINA DORADO MONTEIRO;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: AILTON RODRIGUES MOTA (SEM ALTERAÇÃO) e ELISANDRA DORADO DE OLIVEIRA MOTA.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.
Guajará-Mirim - RO, 20 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 202
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: PAULO LEOCADIO DOS SANTOS e ESMERALDA TAVARES LIMA,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: Brasileiro , estado civil: solteiro, com 32 anos de idade, profissão: Sinaleiro, natural: município de Tome-Acu - PA, nascido aos 10/12/1979 (dez de dezembro de mil novecentos e setenta e nove), filho de JOSÉ ARIMATÉIA DOS SANTOS e MARIA ESTER LEOCADIO DOS SANTOS , Residente Av. DOM XAVIER REY, 1652, SERRARIA, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JOSÉ ARIMATÉIA DOS SANTOS e MARIA ESTER LEOCADIO DOS SANTOS;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: Brasileira, estado civil: solteira, com 27 anos de idade, , profissão: Do lar, natural: município de Rio Branco - AC, nascida aos 21/09/1984 (vinte e um de setembro de mil novecentos e oitenta e quatro), filha de JOSÉ ALFREDO LIMA e RAIMUNDA NONATA TAVARES , Residente Av. DOM XAVIER REY, 1652, SERRARIA , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JOSÉ ALFREDO LIMA e RAIMUNDA NONATA TAVARES;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: PAULO LEOCADIO DOS SANTOS (SEM ALTERAÇÃO) e ESMERALDA TAVARES LIMA DOS SANTOS.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.
Guajará-Mirim - RO, 20 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 203
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: PAULO CÉSAR MAURO LEMOS e JOSINÉIA MARQUES CASTRO,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO, estado civil: solteiro, com 24 anos de idade, profissão: AUXILIAR DE DEPOSITO, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascido aos 17/11/1987 (dezessete de novembro de mil novecentos e oitenta e sete), filho de JOSÉ MÁXIMO LEMOS e CARMEN ROSA MAURO ASIAMA , Residente AV. BENJAMIN CONSTANT, 71, CRISTO REY, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JOSÉ MÁXIMO LEMOS e CARMEN ROSA MAURO ASIAMA;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 24 anos de idade, profissão: BABÁ, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascida aos 13/05/1987 (treze de maio de mil novecentos e oitenta e sete), filha de JONAS DE OLIVEIRA CASTRO e ELENICE MARQUES BERNARDO , Residente AV. BENJAMIN CONSTANT, 71, CRISTO REY , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: JONAS DE OLIVEIRA CASTRO e ELENICE MARQUES BERNARDO;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: PAULO CÉSAR MAURO LEMOS (SEM ALTERAÇÃO) e JOSINÉIA MARQUES CASTRO LEMOS.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.
Guajará-Mirim - RO, 21 de dezembro de 2011.

O OFICIAL
REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO Nº. 204
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: MANOEL FERREIRA DE ARAÚJO e FRANCISCA NUNES DA

COSTA,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO, estado civil: solteiro, com 52 anos de idade, profissão: SERVIÇOS GERAIS, natural: município de SERINGAL ASSAITUBA - AM, nascido aos 21/09/1959 (vinte e um de setembro de mil novecentos e cinquenta e nove), filho de EUNICE FERREIRA DE ARAÚJO (falecida) , Residente RD BR 421 S/N NOVA MAMORÉ - RO.
Pais qualificados: EUNICE FERREIRA DE ARAÚJO, falecida;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 50 anos de idade, , profissão: AGRICULTORA, natural: município de IPIXUNA - AM, nascida aos 25/09/1961 (vinte e cinco de setembro de mil novecentos e sessenta e um), filha de ODILON NUNES DA COSTA (falecido) e SEBASTIANA DA COSTA (falecida) , Residente RD BR 421 S/N , NOVA MAMORÉ - RO.
Pais qualificados: ODILON NUNES DA COSTA, falecido e SEBASTIANA DA COSTA, falecida;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: MANOEL FERREIRA DE ARAÚJO (SEM ALTERAÇÃO) e FRANCISCA NUNES DA COSTA (SEM ALTERAÇÃO).
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.
Guajará-Mirim - RO, 21 de dezembro de 2011.

COMARCA DE JARU

1ª VARA CÍVEL

REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Jaru/RO.
Av. Padre Adolpho Rohl, 1875, Fone (69) 3521-2236.
Elza dos Santos Lacerda,
Oficiala Titular.
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula: 0960650155 2011 6 00035 131 0013756 60
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 nº. III-IV-V, do Código Civil Brasileiro: Dinis Ribas e Lucimar Teixeira Bastos.
Que ele é divorciado, com 51 anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão carpinteiro.
Natural de Capanema/PR.
Onde nasceu no dia 12 de abril (04) de 1.960, residente e domiciliado na Rua: Marechal Rondon nº 3337 centro em Jaru/RO.
Filho de: Laudelino Ribas e Dorolina Ribas.
Que ela é divorciada, com 38 anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão cabeleireira.
Natural de Jaru/RO.
Onde nasceu no dia 16 de outubro (10) de 1.973, residente e domiciliada na Rua: Marechal Rondon nº 3337 centro em Jaru/RO.
Filha de: Débora Teixeira Bastos.
Que não são parentes e não existem outros impedimentos que os proíbe de casar. O regime adotado pelo casal será "Comunhão Parcial de Bens".
Se Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Digito o presente para ser fixado em cartório no lugar de costume.
O referido é verdade e dou fé, Jaru/RO, 21 de dezembro de 2011.

REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Jaru/RO.
Av. Padre Adolpho Rohl, 1875, Fone (69) 3521-2236.
Elza dos Santos Lacerda,
Oficiala Titular.
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula: 0960650155 2011 6 00035 131 0013755 81
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 nº. I-III-IV, do Código Civil Brasileiro: Cleiton Carlos Pereira e Gleice Martha Assis Soares.
Que ele é solteiro, com 24 anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão operador de empilhadeira.
Natural de Cacoal/RO.
Onde nasceu no dia 15 de julho (07) de 1.987, residente e domiciliado na Rua: Pará nº 1891 setor 04 em Jaru/RO.
Filho de: Sinésio Carlos das Virgens e Maria Zélia Fernandes Pereira.
Que ela é solteira, com 25 anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão zeladora.
Natural de Jaru/RO.
Onde nasceu no dia 23 de maio (05) de 1.986, residente e domiciliada na Rua: Pará nº 1891 setor 04 em Jaru/RO.
Filha de: Vilacildo Soares da Cruz e Aparecida Maria Assis Soares.
Que não são parentes e não existem outros impedimentos que os proíbe de casar. O regime adotado pelo casal será "Comunhão Parcial de Bens".
Se Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Digito o presente para ser fixado em cartório no lugar de costume.
O referido é verdade e dou fé, Jaru/RO, 21 de dezembro de 2011.

REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Jaru/RO.
Av. Padre Adolpho Rohl, 1875, Fone (69) 3521-2236.
Elza dos Santos Lacerda,
Oficiala Titular.
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula: 0960650155 2011 6 00035 132 0013757 69
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 nº. I-III-IV, do Código Civil brasileiro: Marcos Vinicius Viana Pacheco e Dalila de Lima Martins.
Que ele é solteiro, com 20 anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão vidraceiro.
Natural de Cabreúva/SP.
Onde nasceu no dia 04 de abril (04) de 1.991, residente e domiciliado na Rua: Candido Portinari nº 2310 setor 07ha 603 KM 10 em Jaru/RO.
Filho de Marcos Aurélio Pacheco e Izabel Ferraz Viana.
Que ela é solteira, com 18 anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão do lar.

Natural de Jaru/RO.
Onde nasceu no dia 19 de junho (06) de 1.993, residente e domiciliada na Rua: Raimundo Barreto nº 1438 setor 07 em Jaru/RO.
Filha de: Darci Ferreira Martins e Damaris de Lima Martins.
Que não são parentes e não existem outros impedimentos que os proíbe de casar. O regime adotado pelo casal será "Comunhão Parcial de Bens".
Se Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Digito o presente para ser fixado em cartório no lugar de costume.
O referido é verdade e dou fé, Jaru/RO, 22 de dezembro de 2011.

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

CARTORIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
Mirante da Serra, Comarca de Ouro Preto do Oeste – RO.
Rua Dom Pedro I, nº 2352, Centro.
Fone (69) 3463-2255
EDITAL DE PROCLAMAS
n.º 1.243 Livro D-006 fls.199
Matrícula:
096354 01 55 2011 6 00006 199 0001243 32
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo artigo 1525 n°s I, III e IV do Código Civil Brasileiro, LUCIANO FAVERO DA SILVEIRA e LEIDIANE ALVES DA SILVA.
Ele natural de Campina da Lagoa, Estado do Paraná, nascido aos 25 de outubro de 1983, profissão: agricultor, estado civil: solteiro, Documento de Identificação: RG 000893770 SESDC/RO, CPF: 834.560.072-72, residente e domiciliado à Linha 64, km 06, Lote 51, Gleba 20-P, neste município. Filho de LUIZ DA SILVEIRA, natural do Estado do Paraná, e de: LUCIA FAVERO DA SILVEIRA, natural do Estado do Paraná; Profissão: lavradores, Residentes: Linha 64, km 06, Lote 51, Gleba 20-P, neste município.
Ela natural de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, nascida aos 31 de maio de 1991, profissão: agricultora, estado civil: solteira, Documento de Identificação: RG 00001112177 SESDC/RO, CPF: 008.311.272-36, residente e domiciliada à Rua Goiás s/nº, nesta cidade. Filha de JOÃO BATISTA DA SILVA, Natural do Estado do Espírito Santo; e de: LAUDIR ALVES FAGUNDES, natural: do Estado do Paraná; Profissão: comerciantes, Residentes: à Rua Goiás, s/n°, nesta cidade.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório no lugar de costume.
Mirante da Serra - RO, 21 de dezembro de 2011.

LIVRO D-002 FOLHA 141
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 554
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
CÉLIO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, lavrador, solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 02 de abril de 1990, residente e domiciliado na Rua Jorge Teixeira, 1217, Centro, em Teixeirópolis-RO, continuou a adotar o nome de CÉLIO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, filho de FRANCISCO CHAGAS DE SOUZA e de DELMIRA PEREIRA DE SOUZA; e
ALESSANDRA DA SILVA BARBOSA de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 21 de março de 1994, residente e domiciliada na Rua Jorge Teixeira, 1217, Centro, em Teixeirópolis-RO, continuou a adotar no nome de ALESSANDRA DA SILVA BARBOSA, filha de ALCINO BARBOSA e de ILZA BENEDITA DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Teixeirópolis-RO, 22 de dezembro de 2011.
Anderson Giuliano Lula Maciel
Oficial Substituto

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1ª VARA CÍVEL

-EDITAL DE PROCLAMAS CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ROLIM DE MOURA-RO NILSON FRANCISCO DA SILVA Oficial
Faz saber que pretende casar-se. Apresentaram-se os documentos exigidos pelo Art. 180 do Código Civil
Nº – JAIME BERNARDO DA LUZ com EUDA ALVES NEPOMUCENO ROCHA, ele, divorciado, Agricultor, natural de Mariluz - PR. Filho de ELIAS BERNARDO DA LUZ, e dona ERMELINDA BUZO DA LUZ. Ela, viúva, Agricultora, natural de Fátima do Sul - MS. Filha de PEDRO NEPOMUCENO, e dona MARIA ALVES NEPOMUCENO. Residentes Neste Município.
Nº – JAUDES RODRIGUES PEREIRA com PATRICIA MOREIRA GARCIA, ele, solteiro, Músico, natural de Colatina - ES. Filho de JOSÉ RODRIGUES PEREIRA, e dona CLARINA HENRIQUE PEREIRA. Ela, solteira, Administradora, natural de Navirai - MS. Filha de ANTONIO VALDECI GARCIA, e dona DIOMAR MOREIRA. Residentes Neste Município.
Nº – JOSÉ SILVANO DA SILVA com SIRLÉIA REGINA SILVEIRA SOUZA, ele, viúvo, Agricultor, natural de Diamantino - MG. Filho de ANTONIO SILVANO COSTA, e dona MARIA PEREIRA DA SILVA. Ela, divorciada, Do lar, natural de Jaurú - MT. Filha de ANTONIO GABRIEL DE SOUZA, e dona MILITINA SILVEIRA DE SOUZA. Residentes Neste Município.
Nº – LUCIANO FIRMINO DA SILVA com ELIZANGELA DA SILVA LIMA, ele, solteiro, Aux. de Produção, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de JORGE FIRMINO DA SILVA, e dona REGINA PEDRINA DA SILVA. Ela, divorciada, Do lar, natural de Cacoal - RO. Filha de JOÃO DOS REIS LIMA, e dona CARMELITA DA SILVA LIMA. Residentes Neste Município.
Nº – SEBASTIÃO ÉDIS DOS SANTOS com LUCIA ALVES MOURA, ele, divorciado, Motorista, natural de Vila Glória - MT. Filho de FRANCISCO JACINTO DOS SANTOS, e dona FRANCISCA FERREIRA DOS SANTOS. Ela, divorciada, Tec. Enfermagem, natural de Tapejara - PR. Filha de NOEL ALVES DE MOURA, e dona JURACI ALVES DE MOURA. Residentes

Neste Município.
Nº – THIAGO GREGORY DA SILVA com JÉSSICA CRISTINA DIAS RAFAEL, ele, solteiro, Vendedor, natural de São José do Rio Preto - SP. Filho de EBENÉSER THEODORO DA SILVA, e dona VANIA CRISTINA SAMPAIO DA SILVA. Ela, solteira, Vendedora, natural de Alvorada do Oeste - RO. Filha de NELSON LUIZ RAFAEL, e dona IRACI APARECIDA DIAS NEVES. Residentes Neste Município.
Nº – RAFAEL HENRIQUE ALVES GONÇALVES com DÉBORA ALINE DA CRUZ SOUTO, ele, solteiro, Continuo, natural de Cacoal - RO. Filho de ELEUTÉRIO BAPTISTA GONÇALVES, e dona ELENICE MARIA RODRIGUES ALVES GONÇALVES. Ela, solteira, Estudante, natural de Chapecó - SC. Filha de JOÃO BATISTA SOUTO, e dona MARIA DE FATIMA FERREIRA DA CRUZ SOUTO. Residentes Neste Município.
Nº – MARCOS ELIZEU DE OLIVEIRA com MICAELA KAROLINY GUIMARÃES PEREIRA, ele, solteiro, Mecânico, natural de Rolim de Moura - RO. Filho de MOISÉS CORDEIRO DE OLIVEIRA, e dona MARISETE ALVES DE OLIVEIRA. Ela, solteira, Secretaria, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de JOELMIR PEREIRA DOS ANJOS, e dona CLEIA GUIMARÃES DIAS. Residentes Neste Município.
Nº – ONOFRE ANTONIO DE OLIVEIRA com DULCINÉIA PAULINA SILVA, ele, viúvo, Agricultor, natural de Peçanha - MG. Filho de , e dona ANA TEREZA DE JESUS. Ela, divorciada, Copeira, natural de Nossa Senhora das Graças - PR. Filha de JOÃO PAULINO FRANÇA, e dona MARIA RAMOS TENÓRIO. Residentes Neste Município.
Nº – OSMAR ALVARADO DORADO com LEONILDES SILVEIRA BAHIA, ele, solteiro, Pintor, natural de Costa Marques - RO. Filho de PEDRO DORADO, e dona ILMA ALVARADO. Ela, divorciada, Funcionária Pública, natural de Colorado - PR. Filha de NELSON GONÇALVES BAHIA, e dona JOANA SILVÉRIO BAHIA. Residentes Neste Município.
Nº – HÉLIO GONÇALVES com TANIA MEIRE DE LIMA, ele, solteiro, Ajudante de Pedreiro, natural de São Miguel do Iguaçu - PR. Filho de JOÃO ANTONIO GONÇALVES, e dona CREUZA PERES GONÇALVES. Ela, solteira, Vendedora, natural de Rolim de Moura - RO. Filha de , e dona EVA APARECIDA DE LIMA. Residentes Neste Município.
Nº – CLOVIS ANTONIO DE SOUZA com SIRLEY APARECIDA DA SILVA, ele, solteiro, Lubrificador, natural de Guaira - PR. Filho de ADENOCY ANTONIO DE SOUZA, e dona ANITA DE SOUZA FREITAS. Ela, solteira, Costureira, natural de Diamante do Oeste - PR. Filha de VALDECIR RIBEIRO DA SILVA, e dona IRACEMA ANDRES DA SILVA. Residentes Neste Município.
Nº – RENATO PEREIRA DA SILVA com DAISY SAMARA RAIMUNDO OLIVEIRA, ele, solteiro, Escrevente, natural de Santa Terezinha - PE. Filho de GILBERTO DA SILVA, e dona MARIA DO CARMO PEREIRA DA SILVA. Ela, solteira, Fiscal de Caixa, natural de São Paulo - SP. Filha de EDISON XAVIER DE OLIVEIRA, e dona ILKA ROSA RAIMUNDO OLIVEIRA. Residentes Neste Município.
Nº – SEVERINO MARCOS ASSIS DE SOUZA com PATRICIA PERRI, ele, divorciado, Comerciante, natural de Natal - RN. Filho de RIVALDO ALEXANDRE DE SOUZA, e dona FRANCISCA DE ASSIS DE SOUZA. Ela, divorciada, Secretaria, natural de Maringá - PR. Filha de ANTONIO ELIO PERRI, e dona CLARICE MARCELINO PERRI. Residentes Neste Município
OBS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lava o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume e publicado na impressa local.

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

VARA ÚNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE RONDÔNIA
Município de Urupá - Comarca de Alvorada do Oeste
Cartório de Registro Civil e Notas Urupá
Samuel Lopes de Carvalho Junior – Oficial e Tabelião – ATO Nº 284/2009-PR

EDITAL DE PROCLAMAS
MATRÍCULA
0959350155 2011 6 00006 154 0001979 50
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1.525, nº I, II, III e IV do código Civil Brasileiro os contraentes: WANDERSON DE ARAUJO OLIVEIRA e ALCELY VIEIRA ROCHA:
Ele: o contraente, é brasileiro, solteiro, trabalhador rural, com 19 anos de idade, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, nascido aos vinte e um de agosto de mil novecentos e noventa e dois (21/08/1992), residente e domiciliado na Linha 44, Gleba 20 J, Lote 49, zona rural, município de Nova União - RO. Sendo filho de SEBASTIÃO LUIZ DE OLIVEIRA, natural do estado do ES, nascido em 01/07/1954 e de ERENI FELIPE DE ARAUJO OLIVEIRA, natural do estado do PR, nascida em 19/04/1969, residentes e domiciliados no mesmo endereço do contraente.
Ela: a contraente, é brasileira, solteira, trabalhadora rural, com 16 anos de idade, natural de Mirante da Serra - RO, nascida aos dez de novembro de mil novecentos e noventa e cinco (10/11/1995), residente e domiciliada na Linha T 08, Gleba 10, Lote 27, zona rural, neste município de Urupá - RO. Sendo filha de MARIVALDO VIEIRA ROCHA, natural do estado da BA, nascido em 05/08/1963 e de TERESINHA VIEIRA ROCHA, natural do estado da BA, nascida em 21/03/1963, residentes e domiciliados no mesmo endereço da contraente.
SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME. Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: WANDERSON DE ARAUJO OLIVEIRA e ALCELY VIEIRA ROCHA OLIVEIRA. Pretendem adotar o regime da Comunhão Parcial de Bens.
Urupá (RO), 20 de dezembro de 2011
Suellenlamara Vieira Nunes Camargo
Escrevente Autorizada
Vencimento do Edital de Proclamas em 05/01/2012

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO ·D-011 FOLHA ·020 TERMO ·002620
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·2.620
Matrícula
·095950 01 55 2011 6 00011 020 0002620 30
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do

Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·WELITON RODRIGUES DE CARVALHO, de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·cobrador, de estado civil ·solteiro, natural ·de Nova Brasilândia D' Oeste-RO, onde nasceu no dia ·14 de agosto de 1992, residente e domiciliado ·na Av, J.K., nº 4534, Setor 15, há 19 anos, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filho de ·REGINALDO PEREIRA DE CARVALHO e de ZENAIDE RODRIGUES DOS SANTOS; e ·ANGELICA QUINELATO de nacionalidade ·brasileira, de profissão ·agente administrativa, de estado civil ·solteira, natural ·de Rolim de Moura-RO, onde nasceu no dia ·15 de fevereiro de 1987, residente e domiciliada ·na Linha 17, km 08, lado Norte, há 24 anos, em Nova Brasilândia D' Oeste-RO, filha de ·JOSÉ QUINELATO e de ROSILDA APARECIDA RODRIGUES QUINELATO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.

·Nova Brasilândia D' Oeste-·RO, ·21 de dezembro de 2011.

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

VARA ÚNICA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Estado de Rondônia Comarca de Santa Luzia D'Oeste Cartório Arruda Serviço Registral e Notarial Rua Jorge Teixeira de Oliveira, 2598 Fone (069) 3434-2505 / 76950-000 / Cx.P. 02 Santa Luzia D'Oeste/RO EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1705 D-5 * Fls. 105. Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·JOSÉ ARMANDO DE OLIVEIRA, de nacionalidade ·brasileira, ·mecanico, ·divorciado, natural ·de Morada Nova-CE, onde nasceu no dia ·06 de junho de 1978, residente e domiciliado ·na Rua Luzia Tochio Sette, 3742, bairro da Saúde, em Santa Luzia D'Oeste-RO, filho de ·JOSÉ COSTA DE OLIVEIRA e de MARIA NAIR RABELO DE OLIVEIRA; e ·MARCILEI FERREIRA DE OLIVEIRA de nacionalidade ·brasileira, ·do lar, ·solteira, natural ·de Iguatemi-MS, onde nasceu no dia ·03 de julho de 1978, residente e domiciliada ·na Rua Luzia Tochio Sette, 3742, bairro da Saúde, em Santa Luzia D'Oeste-RO, filha de ·OSVALDO ALVES DE OLIVEIRA e de ALMINA FERREIRA DE OLIVEIRA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela Imprensa Local.

Santa Luzia D'Oeste/RO, 21 de dezembro de 2011.

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

VARA ÚNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E NOTAS
COMARCA E MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ ESTADO DE RONDÔNIA
Rossana Braga Uliana
Tabeliã e Registradora
LIVRO ·D-012 FOLHA ·003 TERMO ·003203
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.203

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·MARCOS RODRIGUES DOS SANTOS, de nacionalidade ·brasileira, ·lavrador, ·divorciado, natural ·de Nova Venecia-ES, onde nasceu no dia ·18 de novembro de 1980, residente e domiciliado ·na Rua Canela, Nº 1925, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de ·NELSON RODRIGUES DOS SANTOS e de TEREZINHA FRIT DOS SANTOS; e ·VANILZA MONTEIRO de nacionalidade ·brasileira, ·Secretária, ·solteira, natural ·de São Miguel do Guapore-RO, onde nasceu no dia ·12 de dezembro de 1992, residente e domiciliada ·na Rua Cecilia Pedro Pinheiro Nº. 2481, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de ·EMILIO MONTEIRO e de LAUDIENE RODRIGUES MONTEIRO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mínimo.

·São Miguel do Guaporé, ·19 de dezembro de 2011.
Tatiane Strelow Arpine

Tabeliã Substituta
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E NOTAS
COMARCA E MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ ESTADO DE RONDÔNIA
Rossana Braga Uliana
Tabeliã e Registradora
LIVRO ·D-012 FOLHA ·004 TERMO ·003204
EDITAL DE PROCLAMAS Nº ·3.204

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo ·1.525, incisos ·I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ·ADRIANO SILVA DE OLIVEIRA, de nacionalidade ·brasileiro, ·diarista, ·solteiro, natural ·de Terra Roxa-PR, onde nasceu no dia ·20 de julho de 1991, residente e domiciliado ·na Rua Cecilia Pinheiro nº 2075, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de ·JOÃO BENEDITO DE OLIVEIRA e de MARLI TEODORO DA SILVA; e ·MAIARA PRÍMIOS SOUZA de nacionalidade ·brasileira, ·estudante, ·solteira, natural ·de Pimenta Bueno-RO, onde nasceu no dia ·05 de agosto de 1993, residente e domiciliada ·na Avenida Capitão Silvio N° 2005 B, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de ·ADENIZÁ PEREIRA DE SOUZA e de ERENILDA PRIMIOS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mínimo.

·São Miguel do Guaporé, ·20 de dezembro de 2011.
Tatiane Strelow Arpine
Tabeliã Substituta